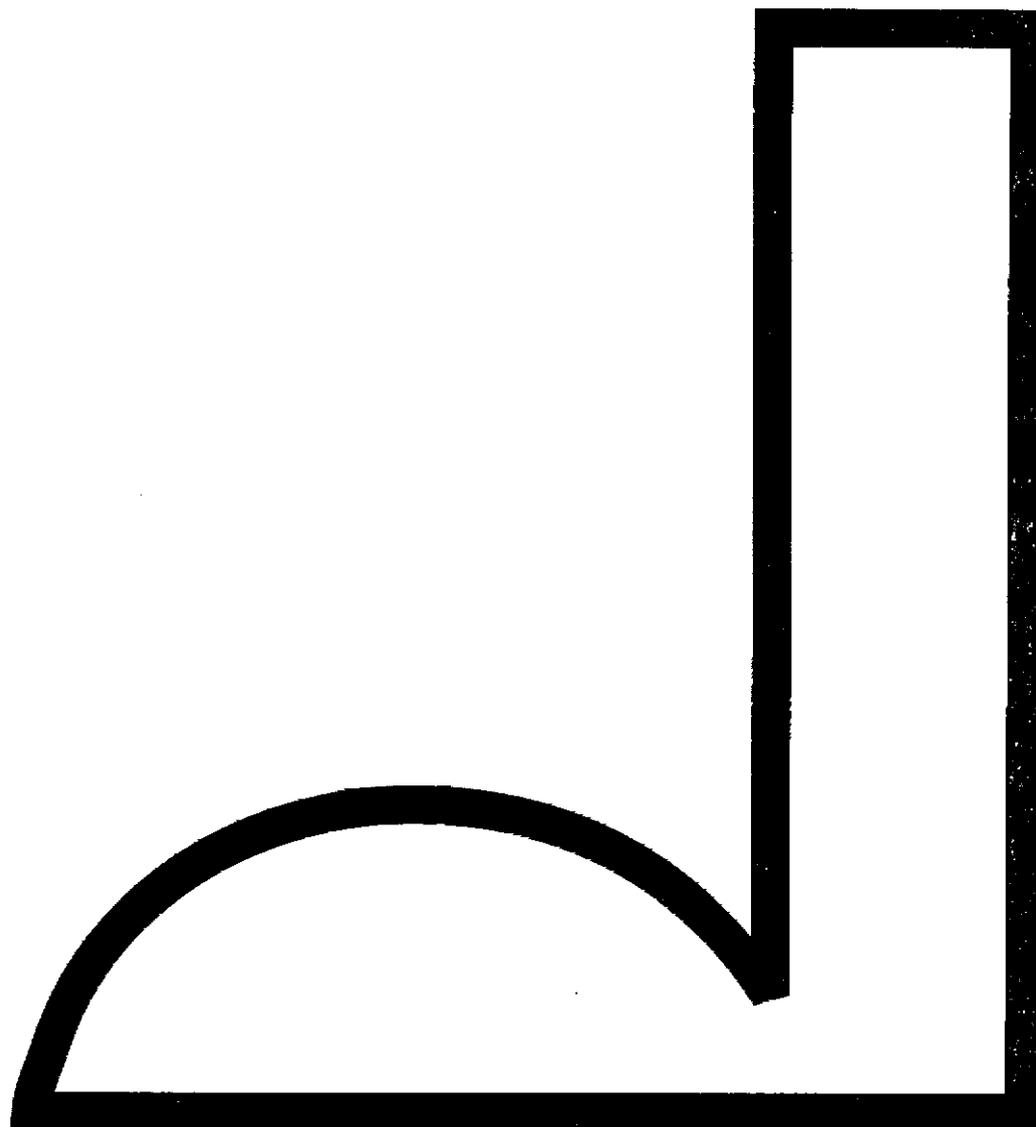




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente <i>Adenir Andrade – Bloco – PA</i></p> <p style="text-align: center;">1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p style="text-align: center;">2º Secretário <i>Carlos Patrocinio – PFL – TO</i></p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p style="text-align: center;">4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Anir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Marcos Mendes</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mazzerildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Anir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnele Alves</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Heloisa Helena</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Pires</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Roberto Samorino</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Arturdo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudiane Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Passos</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 1, de 2000-CN, constante de mensagem presidencial lida anteriormente..... 07408

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão pelas prestadoras de serviços de televisão por assinatura da TV Senado e da TV Câmara. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 07408

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o aniversário do jornal *Gazeta Mercantil*, de acordo com o Requerimento nº 144, de 2000, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores, esclarecendo, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem. 07408

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO HARTUNG – Saudações ao governador do Estado do Acre, Sr. Jorge Viana, presente no Plenário do Senado Federal. Reflexão sobre o Brasil por ocasião das comemorações dos 500 anos. Premência na tramitação do projeto que trata do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações-FUST. ... 07409

SENADOR MOREIRA MENDES – Retrospectiva histórica sobre a integração do Estado de Rondônia com outras regiões. Transcrição de artigo do jornal *Opinião* sobre a importância da rodovia que liga o Município de Guajaramirim à La Paz na Bolívia..... 07412

SENADOR CASILDO MALDANER – Preocupação com a notícia divulgada pelos jornais catarinenses sobre a emissão de notas frias pela companhia de saneamento do Estado de Santa Catarina para captar recursos do Banco Mundial. 07415

SENADORA THELMA SIQUEIRA CAMPOS – Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João do Vale, pioneiro do Estado de Tocantins..... 07417

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Apelo às autoridades federais pela minimização das conseqüências da maior cheia dos últimos 30 anos no município de Laranjal do Jari..... 07417

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Denúncia de esquema de propaganda envolvendo a

TV Paranaense com a Prefeitura Municipal de Londrina..... 07418

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 31, de 2000, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que altera dispositivos da Resolução nº 78, de 1998, para regulamentar as antecipações de receita realizadas diretamente com contribuintes. À Comissão de Assuntos Econômicos. 07420

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que estabelece a obrigatoriedade de que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 07421

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078/99, na Casa da origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências. **Aprovado**, com emenda de redação. À Comissão Diretora para redação final. 07421

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (**Parecer nº 342, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À sanção..... 07421

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 (nº 2.398/2000, na Casa da origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências. **Aprovado**. À sanção. 07426

Item 3

Projeto de Resolução nº 26, de 2000, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santos – SP a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais, a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 07427

Redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2000 (**Parecer nº 343, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação. 07427

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que altera o art. 42 do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em primeiro turno.....

07428

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998 (nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.....

07428

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1999 (nº 730/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piatã de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia. **Aprovado,** com abstenção do PT, à exceção do Sr. Tião Viana. À Comissão Diretora para redação final.....

07429

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1999 (**Parecer nº 344, de 2000-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação.....

07429

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1999 (nº 735/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo. **Aprovado,** com abstenção do PT, à exceção do Sr. Tião Viana. À Comissão Diretora para redação final.....

07430

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1999 (**Parecer nº 345, de 2000-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação.....

07430

Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1998 (nº 518/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a autorização para utilização do instituto da consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social principal é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações. **Declarado prejudicado.** Ao Arquivo.....

07431

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998 (**Parecer nº 346, de 2000-CDIR**). **Aprovada,** nos termos do Requerimento nº 205, de 2000. À promulgação.....

07431

1.3.2 – Leitura de parecer

Nº 347, de 2000, da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 114, de 2000, de autoria do Senador Ademir Andrade.....

07432

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Aprovação do Requerimento nº 114, de 2000, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.....

07433

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA **HELOÍSA HELENA** – Indignação diante da entrevista publicada na revista IstoÉ, na qual S. Exª é apontada como beneficiária de financiamento ilícito em sua campanha.....

07433

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Solidariedade à Senadora Heloísa Helena.....

07441

SENADOR **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Repúdio às declarações do Senhor Leonel Brizola em recente programa de propaganda partidária do PDT, relativamente ao Senhor Presidente da República.....

07441

SENADOR **JADER BARBALHO** – Posicionamento contrário à privatização do Banco do Brasil.....

07445

SENADOR **SÉRGIO MACHADO**, como Líder – Apelo aos líderes partidários para a agilização da reforma político-partidária, em tramitação na Casa.....

07453

SENADOR **FRANCELINO PEREIRA** – Considerações sobre a realização do Encontro Semestral do FMI em Washington.....

07458

SENADORA **HELOÍSA HELENA** – Registro de incidente entre a polícia e manifestantes contrários à impunidade de Eldorado de Carajás no estado do Pará.....

07460

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Comentários ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena.....

07460

SENADOR **EDUARDO SUPLICY** – Solidariedade à Senadora Heloísa Helena pelo pronunciamento de apoio à manifestação contra a impunidade de Eldorado de Carajás e pelas acusações do Senador Luiz Estevão.....

07461

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Transcrição de coletânea de textos e artigos sob o título "Situação e perspectivas da agricultura brasileira"..... 07461

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Preocupação com as incorreções detectadas no Dicionário de Especialidades Farmacêuticas – DEF. Apelo ao Ministro da Saúde para celeridade na publicação da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais..... 07534

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 07535

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 26ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2000 e publicada no DSF do dia subsequente..... 07537

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.

Convocação de reunião para o dia 25 de abril do corrente, terça-feira, às 17 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com a mesma pauta da Reunião convocada para o dia 19 do corrente mês, que fica, por conseguinte cancelada..... 07537

4 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 21 e 22, de 2000..... 07538

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 442, de 2000, referente ao servidor Christiano de Oliveira Emery..... 07540

Nºs 443 a 445, de 2000..... 07541

Nº 446, de 2000, referente ao servidor Ramundo Nonato de Figueiredo..... 07544

Nº 447, de 2000, referente ao servidor Edmar Rodrigues de Almeida..... 07545

Nº 448, de 2000, referente ao servidor Luiz Eduardo Perácio Monteiro..... 07545

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**7 – COMISSÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 37ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de abril de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães,
Ademir Andrade e Carlos Patrocínio*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Arlindo Porto – Artur da Távola – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Lessa – Gerson Camata – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Leomar Quintanilha – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Thelma Siqueira Campos – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 350, de 2000-CN (nº 500/2000, na origem), encaminha o Projeto de Lei nº 1, de 2000-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei or-

çamentária para o exercício de 2001 e dá outras providências. À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Nº 345/2000, de 5 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 707, de 1999, do Senador Freitas Neto

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PROJETOS

RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2000

(Nº 3.178/97, na Casa de origem)

Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 36.

IV – são incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias.

.....”(NR)

Art. 2º Revogam-se o inciso III do § 1º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 3.178, DE 1997

Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado o seguinte inciso IV ao art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

"art. 36....."

IV – Serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias."

Art. 2º É suprimido o inciso III do § 1º do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A inclusão da Sociologia e da Filosofia no currículo do ensino médio representa uma medida necessária para a consolidação da base humanista no que se refere aos conhecimentos adquiridos pelo educando.

Difícilmente será bem sucedida a inclusão de temas referentes a estes campos em outras disciplinas, com docentes que não tenham a formação plena e adequada para o cumprimento dessa tarefa. Daí ser insatisfatório o texto da atual LDB. Nesse sentido, ao defender a inclusão da Filosofia no currículo do ensino médio, diz o professor Franklin Leopoldo e Silva:

"Existe, portanto, um lado pelo qual a Filosofia ocupa na estrutura curricular uma posição análoga a qualquer outra disciplina: há o que aprender, há o que memorizar, há técnicas a serem dominadas, há, sobretudo, uma terminologia específica a ser devidamente assimilada. Não devemos nos iludir com o adágio "não se aprende filosofia", algo que pode levar a um comodismo ou a uma descaracterização da disciplina. O que a Filosofia tem de diferente das outras disciplinas é que o ato de ensiná-la se confunde com a transmissão do estilo reflexivo, e o ensino da Filosofia somente logrará algum êxito na medida em que tal estilo for efetivamente transmitido. No entanto, isto ocorre de forma concomitante à assimilação dos conteúdos específicos, da carga de informa-

ção que pode ser transmitida de variadas formas. O estilo reflexivo não pode ser ensinado formal e diretamente, mas pode ser suficiente ilustrado quando o professor e os alunos refazem o percurso da interrogação filosófica e identificam a maneira peculiar pela qual a Filosofia constrói suas questões e suas respostas.

Ora, é desta maneira específica que a Filosofia realiza o trabalho de articulação cultural... Pensar e repensar a cultura não se confunde com compatibilização de métodos e sistematização de resultados: é uma atividade autônoma e de índole crítica. Não devemos, portanto entender que a Filosofia estará no currículo do Segundo Grau em função das outras disciplinas, quase num papel de assessoria metodológica. No entanto, seria grave infidelidade ao espírito filosófico entender que a Filosofia virá se agregar ao currículo apenas para tornar-se mais uma parte de um todo desconexo, ou pelo menos com profundos problemas de integração e conexão. Neste sentido, não representa pretensão dizer que a Filosofia não é apenas mais uma disciplina; ao dizê-lo, estaremos apenas reafirmando a natureza do estudo filosófico. A Filosofia tem uma função de articulação do indivíduo enquanto personagem social, se entendermos, que autêntico processo de socialização requer a consciência e o reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo".

As observações supra valem **mutatis mutandis** para a sociologia.

Em face do exposto, submetemos aos nobres pares o presente Projeto de lei.

Sala das Sessões, abril de 1997. – Deputado **Padre Roque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO II
Da Educação Básica

.....
SEÇÃO IV
Do Ensino Médio
.....

Art. 36 – O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes.

III – Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º – Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

.....
III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.
.....
.....

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 10, DE 2000
(Nº 420/99, na Casa de Origem)

Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Art. 2º O interessado na obtenção deste benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

Art. 3º Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, em favor do cônjuge supérstite, companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 420-A, DE 1999

Dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa física com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos receberão tratamento prioritário na prática de todo e qualquer ato ou diligência procedimental, tais como distribuição, publicação de despacho na imprensa oficial, citações e intimações, inclusão em pautas de audiências e julgamentos e proferimento de decisões judiciais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A esperança de vida do brasileiro, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1996, é de 65 anos para o homem e 71 anos para a mulher, sendo que a idade média de falecimento do segurado do INSS é de 60 anos e quatro meses.

Apesar da celeridade ser um dos objetivos da atividade judicante, é de conhecimento público a demora na prestação jurisdicional. Ações ou Processos distribuídos este ano em tribunais superiores ou em varas e juntas chegam a ter expectativa de julgamento para o ano 2003 ou mais.

Portanto, este Projeto de Lei visa minorar o caos existente no sistema judiciário para as pessoas que atingirem os sessenta anos, pois conclui-se que milhares de pessoa só conseguem seus “direitos após a morte”, o que infelizmente é mais uma realidade desumana imposta aos idosos.

Diante desses argumentos, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas para ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, 24 de março de 1999. – Deputado **Milton Temer**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2000

Dá nova redação aos arts. 459 e 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 459 e 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 459.

§ 1º É vedado ao juiz proferir sentença ilíquida. (NR)

§ 2º A liquidação do pedido, se necessária, ocorrerá no processo de conhecimento. (AC)

Art. 580 A intimação da sentença condenatória passada em julgado inicia a execução, independentemente de qualquer formalidade. (NR)

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A segurança jurídica nem sempre corresponde à defesa dos interesses do credor. Ao contrário, em muitos casos, procedimentos autorizados pela lei distanciam-se do objetivo da prestação jurisdicional que o Estado deve ao jurisdicionado, com a interposição de dificuldades legais responsáveis pela demora e a conseqüente descrença na Justiça.

Como entregar ao cidadão o bem da vida, de que é credor, se o processo dessa entrega garante ao seu contendor todos os meios de recusa e de retardamento? E como dar celeridade a esses procedimentos se uma única ação judicial encerra fases – incompreensíveis para o leigo – autônomas e, sob certo ponto de vista, bastante ultrapassadas? De fato, tem-se no nosso ordenamento o processo de conhecimento, seguindo-se o de liquidação da sentença, quando é o caso, para só então chegar-se ao de execução da decisão.

Todo um processo – de conhecimento – é dedicado ao exame do mérito. Um segundo, numa nova fase, serve à identificação do quanto é devido, isto é, da liquidação do débito e, por fim, chega-se à terceira fase da lide, com o processo de execução, em que o credor do direito retorna ao foro, dessa feita para solicitar que o que foi julgado seja cumprido.

Para corrigir-se a primeira dessas impropriedades legais, identifica-se a necessidade de a liquidação da sentença ocorrer ainda no âmbito do processo de conhecimento. Da forma como está, a lide muitas vezes prospera sem definição exata do valor pretendido pelo autor, quando o correto é que o desenvolvimento do processo culmine na certeza dos limites da pretensão, ainda na fase do conhecimento.

Desse entendimento decorre a proposta de alteração do parágrafo único do art. 459 do Código de Processo Civil, com o objetivo de tornar defeso ao juiz proferir sentença ilíquida. Havendo a necessidade de liquidação, isto é, de se identificar o valor do litígio, esse procedimento deve ocorrer no processo de conhecimento, e não após ser exarada a sentença.

A segunda inconveniência procedimental, responsável pelo retardamento da entrega da prestação aos jurisdicionados, reside no art. 580 do mencionado Código, onde ainda se exige que após todo o trâmite processual, o feito seja reinaugurado para dar início à fase executória. Na verdade, essa exigência também é inaceitável porque, a título de dar certeza jurídica, na verdade essa faculdade, concedida ao devedor, protela a efetividade da sentença em desfavor exclusivo do credor.

Com estas considerações, solicitamos aos ilustres pares chancelem as alterações propostas, com o escopo de tornar célere a entrega das decisões judiciais, sem descuidar da certeza jurídica devida aos jurisdicionados.

Sala das sessões, 17 de abril de 2000. – **Iris Rezende.**

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973
Código de Processo Civil**

.....
Art. 459. O juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo

sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.

Parágrafo único. Quando o autor tiver formulado o pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.

Art. 580. Verificado o inadimplemento do devedor, cabe ao credor promover a execução.

Parágrafo único. Considera-se inadimplente o devedor, que não satisfaz espontaneamente o direito reconhecido pela sentença, ou a obrigação, a que a lei atribuir a eficácia de título executivo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2000

Altera os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 54 e 55 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o art. 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências” e o Capítulo III do Título II do Livro IV do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 54 e 55 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43.

- I – prestação pecuniária;
- II – prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas;
- III – interdição temporária de direitos;
- IV – limitação de fim de semana.” (NR)

“Art. 44.

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos ou se o crime for culposos;

§ 2º A pena privativa de liberdade aplicada, igual ou superior a 1 (um) ano, pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por mais de uma pena res-

tritiva de direitos, exeqüíveis simultaneamente.

§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade, quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta e, no cálculo da pena privativa de liberdade a executar, será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos.” (NR)

“Art. 45. A prestação pecuniária consiste no pagamento, em dinheiro, à vítima, a seus dependentes, ou a entidade pública ou privada, de importância não inferior a (1) um e nem superior a (360) trezentos e sessenta salários mínimos, cujo valor será deduzido do montante em eventual condenação cível para ressarcimento dos prejuízos causados, se coincidente os beneficiários.

Parágrafo único. Se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode incluir bens de outra natureza.” (NR)

“Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas

Art. 46. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas, preferencialmente, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimento congêneres, mas, também, em órgãos da administração pública, em programas comunitários ou estatais.

§ 1º As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas durante 8 (oito) horas semanais, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 2º se após 6 (seis) meses do início da pena, o condenado não comprovar a realização de trabalho, a carga horária das tarefas de prestação de serviço poderá ser aumentada para 20 (vinte) horas semanais;

§ 3º A qualquer tempo a carga horária retomar a 8 (oito) horas semanais, se comprovada jornada normal de trabalho.” (NR)

“Art. 47.

V – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz.” (NR)

"Art. 54. As penas restritivas de direitos são aplicáveis, independente de cominação na parte especial, em substituição à pena privativa de liberdade, fixada em quantidade inferior a 4 (quatro) anos, ou nos crimes culposos." (NR)

"Art. 55. As penas restritivas de direitos terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída." (NR)

Art. 2º O art. 61 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, ou não superior a dois anos se o acusado for primário, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial." (NR)

Art. 3º O Capítulo III do Título II do livro IV do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO III
Das Penas Acessórias e
Restritivas de Direitos.(NR)**

.....
"Art. 694. As penas restritivas de direitos serão comunicadas ao órgão de identificação e estatísticas ou estabelecimento congênere, figurarão na folha de antecedentes do contendo e serão mencionadas no rol de culpados." (NR)

"Art. 695. A execução das penas restritivas de direitos obedecerá, no que couber, ao estabelecido no §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 698." (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A situação caótica de nosso Sistema Penitenciário, constatada pelas freqüentes revoltas de presos, fruto das péssimas condições em que é realizada a execução penal, tem sido, sem dúvida, agravada pela existência de alto número de internados cujo crime ensejaria a aplicação de penas substitutas de restrição de direitos, ao invés de sanções que obriguem a sua internação.

A recente alteração do Código Penal, realizada pela Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998, sem dúvida contribui para a atenuação desse quadro, pois

ensejou maior flexibilidade na aplicação das penas restritivas de direitos. No entanto, incorreu em alguns equívocos que merecem correção. Além de ferir alguns preceitos doutrinários do Direito Penal e da técnica legislativa, a mencionada lei, em alguns pontos, perdeu a oportunidade de, sem riscos para a sociedade, avançar na direção de maior abrangência na aplicação desse tipo de pena. Em outros dispositivos, ao contrário, pecou pela liberalidade excessiva, contrariando os fundamentos da aplicação da sanção penal.

Também, entendemos que a combinação das alterações propostas ao Código Penal, com uma alteração do limite de competência dos Juizados Especiais, sem criar condições de tolerância excessiva ou insegurança social, tornaria nossa Justiça bem mais ágil efetiva.

Finalmente, imaginamos ser útil estender às penas restritivas de direitos os cuidados existentes no controle da execução das condições da suspensão condicional da pena e na liberdade condicional.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2000. – Senador **Iris Rezende**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal

.....
Art. 43. Na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

Parágrafo único. A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considera que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

Circunstâncias agravantes

Art. 44. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

I – a reincidência;

II – ter o agente cometido o crime:

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) depois de embriagar-se propositadamente para cometê-lo;

d) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

e) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

f) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

g) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

h) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

i) contra criança, velho ou enfermo;

j) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

k) em ocasião de incêndio naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.

Agravantes no caso de concurso de agentes

Art. 45. A pena é ainda agravada em relação ao agente que:

I – promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes;

II – coage outrem à execução material do crime;

III – instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal;

IV – executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

Reincidência

Art. 46. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

Reincidência genérica e reincidência específica

§ 1º Diz-se a reincidência:

I – genérica, quando os crimes são de natureza diversa;

II – específica, quando os crimes são da mesma natureza.

Crimes da mesma natureza

§ 2º Consideram-se crimes da mesma natureza os previstos no mesmo dispositivo legal, bem como os que, embora previstos em dispositivos diversos, apresentam, pelos fatos que os constituem ou por seus motivos determinantes, caracteres fundamentais comuns.

Efeitos da reincidência específica

Art. 47. A reincidência específica importa:

I – a aplicação da pena privativa de liberdade acima da metade da soma do mínimo com o máximo;

II – a aplicação da pena mais grave em qualidade, dentre as cominadas alternativamente, sem prejuízo do disposto no n.l.

Resultado diverso do pretendido

Art. 54. Fora dos casos do artigo anterior, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposos; se ocorre também o resultado pretendido, aplica-se a regra do § 1º do art. 51.

Limite das penas

Art. 55. A duração das penas privativas de liberdade não pode, em caso algum, ser superior a trinta anos, nem a importância das multas ultrapassar cem contos de réis.

.....
 DECRETO-LEI Nº 3.689,
 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (*)

Código de Processo Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Código de Processo Penal

LIVRO I

Do Processo em Geral

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

I – os tratados, as convenções e regras de direitos internacionais;

II – as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade (Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100);

**Os artigos citados são da Constituição de 1937. Vide arts. 50, § 2º, 52, I e parágrafo único, 85, 86, § 1º, II e 102, I, b, da Constituição Federal de 1988.

III – os processos da competência da Justiça Militar;

**Código de Processo Penal Militar: Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969;

**Nos termos do art. 124, caput da Constituição Federal de 1988, a competência para processar e julgar os crimes militares é da Justiça Militar;

IV – os processos da competência do tribunal especial (Constituição, art. 122, nº 17);

****Refere-se o texto a Constituição Federal de 1937;**

***Vide Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, sobre os crimes contra a segurança nacional.**

(*) Publicado no *Diário Oficial da União*, de 13 e retificado em 24 de outubro de 1941.

V – os processos por crimes de imprensa.

****Vide Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (Lei de Imprensa)**

***Vide art. 4º do Código Penal.**

Parágrafo único. Aplicar-se-á, entretanto, este Código aos processos referidos nos nºs IV e V, quando as leis especiais que os regulam não dispuserem de modo diverso.

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

***Vide arts. 1º a 3º, do Código Penal.**

Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

***Vide art. 1º do Código Penal.**

***Vide arts. 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657, de 4-9-1942.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os projetos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação do Projeto de Lei nº 1, de 2000-CN, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2001 e dá outras providências”, constante de mensagem presidencial lida anteriormente.

Até 22/4	Prazo para publicação e distribuição de avulsos;
Até 29/4	Prazo para realização de audiências públicas;
Até 7/5	Prazo para apresentação de emendas ao projeto perante a Comissão;
Até 12/5	Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 16/6	Prazo para que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso o seu Parecer sobre o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura da TV Senado e da TV Câmara.

Não tendo recebido emendas, a matéria ficará aguardando inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o aniversário do jornal **Gazeta Mercantil**, de acordo com o Requerimento nº 144, de 2000, do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Acredito que tem preferência a Senadora Thelma Siqueira Campos, Sr. Presidente.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Muito obrigada pela cessão da palavra, Senador. Trata-se de uma comunicação inadiável.

Quero registrar nos Anais do Senado o falecimento de um homem que não foi Senador, não foi Deputado, sequer foi Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Fazendo soar a campanha.) – Solicito à eminente Senadora Thelma Siqueira Campos que se levante, conforme exigência do Regimento.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Peço perdão aos meus Colegas Senadores.

Comunico aos meus nobres Pares que João do Vale faleceu neste final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminente Senadora Thelma Siqueira Campos, será concedida a palavra a V. Exª na prorrogação do Expediente.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª é a primeira inscrita para usar a palavra durante a prorrogação do Expediente.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que registre o meu pedido de inscrição para falar em segundo lugar, durante a prorrogação do Expediente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, eminente Senador Paulo Hartung. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, antes de mais nada, registro a presença, no Senado da República, do Governador do Acre, Jorge Viana, que tive oportunidade, há poucos minutos, de receber em meu gabinete. É um jovem Governador. Tive oportunidade de conviver com S. Ex^a, quando administrei a cidade de Vitória. Fomos Prefeitos no mesmo período.

Faço esta saudação neste início de fala, Sr. Presidente, porque se trata de uma nova geração de políticos, com uma nova reflexão em relação aos problemas do nosso País, a qual sinaliza, de certa forma, em um momento difícil como este – em que se constata crise na cidade de São Paulo e questões de ordem moral por todo canto –, um ponto de esperança e a possibilidade de articularmos uma discussão dos problemas nacionais.

Por isso, registro essa visita e a minha enorme esperança com essa nova geração de homens públicos, comprometidos com um novo patamar político e ético no exercício da representação pública.

Sr. Presidente, quero falar rapidamente, em meu nome e no do Partido que tenho a oportunidade de liderar no plenário do Senado, sobre a comemoração que ocorrerá nos próximos dias, relativa aos 500 anos do nosso País.

A primeira pergunta que se faz é se existem motivos para comemoração. Penso que sim. São motivos a história de luta e a referência a tantos brasileiros e brasileiras que deram o suor e a vida, que se sacrificaram para construir o nosso País.

No entanto, seria pouco produtor se, neste momento, apenas comemorássemos. Até mesmo se a abordagem fosse a memória do nosso País – e todo povo precisa resguardar a sua memória, as suas tradições –, a comemoração não seria produtora.

Paralelamente a essa comemoração, caberia uma reflexão sobre os gravíssimos problemas de um país que conseguiu viver, durante esses 500 anos, com uma imensa concentração de renda e riqueza e a conseqüente exclusão de segmentos importantes da vida produtiva nacional.

Essa comemoração também deveria vir acompanhada de uma reflexão sobre a educação pública, porque, neste mundo moderno, educação é muito mais que libertar da escuridão da ignorância; significa a possibilidade de acesso a um mundo complexo, aos avanços na área de comunicação e de informática. Hoje, o mundo se comunica em rede. Já alcançamos progressos nessa área, nos últimos anos, particularmente no ensino fundamental, com a implantação do Fundef, mas ainda há grandes desafios pela frente.

Outro tema para reflexão é a saúde pública. No Senado, tramita uma emenda constitucional que trata do financiamento da saúde pública. Mas essa emenda precisa do envolvimento dos Municípios, dos Estados e da União, em parceira, para que possamos disponibilizar recursos tão necessários ao financiamento de uma saúde para os que não podem pagar.

Quinhentos anos, esta é uma boa hora para refletirmos sobre a violência que vivemos, sobre os problemas de segurança pública, principalmente nos centros urbanos; sobre o problema da terra; sobre um país que não teve a firmeza de realizar uma reforma agrária, quando precisava ter feito, e que, por isso, ainda convive com latifúndios improdutos. E por que não falar um pouco do caos urbano, de um transporte coletivo de péssima qualidade e uma estrutura precária de saneamento?

Outro dia, estive na tribuna falando sobre o problema da Lagoa Rodrigo de Freitas, que, uma vez noticiada pela grande mídia nacional, parecia um problema isolado, quando este é o cotidiano das grandes cidades brasileiras: a não-coleta do esgoto e, quando coletado, o não-tratamento do esgoto, que é lançado no solo, nas lagoas, nos rios e no mar pelo País afora.

A habitação está com um déficit, neste País, de mais de seis milhões de residências; há também o problema do meio ambiente, com agressões de todo tipo para todos os lados.

São essas rápidas ponderações que trago em meu nome e do meu Partido – PPS.

Os 500 anos constituem motivo de comemoração? Penso que sim. Essa comemoração, no entanto, também é motivo de uma grande reflexão nacional, para que possamos aprender e crescer, de modo a adquirirmos mais força para enfrentar os nossos problemas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores o que, igualmente, me traz à tribuna no Senado, neste início de sessão, é uma breve comunicação que espelha uma posição do meu Partido – o PPS – em relação ao Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações.

Quero falar sobre a preocupação do PPS quanto à morosidade do Congresso Nacional para concluir a votação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados que cria o referido Fundo. Este projeto tramita no Senado desde dezembro último, depois de ter passado dois anos entre a discussão e votação na Câmara dos Deputados.

Reconheço – assim como o meu Partido – que o debate da matéria avançou nos últimos dias, com a aprovação, quinta-feira passada, do Relatório do Senador Saturnino Braga na Comissão de Serviços de Infra-estrutura. No entanto, é preciso acelerar a votação do parecer acerca das Emendas de Plenário do Senador Lúcio Alcântara na Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que ambos os pareceres venham finalmente ao plenário desta Casa.

À medida que o tempo passa, Sr. Presidente, sem que a proposta seja aprovada, recursos anuais da ordem de R\$750 a R\$900 milhões, que poderiam estar sendo investidos em projetos para comunidades carentes, acabam sendo agregados aos lucros das empresas privadas que prestam serviços de telecomunicações.

No momento em que são cada vez mais escassos os recursos públicos para os programas sociais do País, o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (FUST) supriria, em parte, essa deficiência, assegurando, mensalmente, 1% da receita operacional bruta das prestadoras de serviços para investimento em projetos de telecomunicações que atendam às populações de baixa renda.

São investimentos, Sr. Presidente, que dinamizarão a economia de localidades distantes, sobretudo de cidades com menos de 100 mil habitantes, cumprindo metas de desenvolvimento econômico e social. Com certeza, esses recursos, aplicados com seriedade, garantiriam a redução das desigualdades sociais, através de programas, projetos e atividades e, ainda, os serviços básicos de telecomunicações com padrão de regularidade e qualidade adequada.

Se a educação é decisiva, universalizar os serviços de telecomunicações é fundamental para o Brasil, uma vez que a comunicação, sobretudo pela Internet, cumpre um papel decisivo no crescimento e na integração da economia mundial. É, portanto, uma oportunidade de estender esses serviços a comuni-

dades carentes, o que representará, seguramente, a diminuição das desigualdades entre ricos e pobres, grandes cidades e pequenas vilas, entre cidades próximas dos centros econômicos dinâmicos e cidades, comunidades, Estados distantes do dinamismo da nossa economia.

De acordo com o projeto, os recursos do FUST vão aparelhar escolas e hospitais públicos, vilas de pescadores, comunidades indígenas, comunidades rurais, enfim, localidades, sobretudo na Amazônia, no Nordeste e no interior de quase todos os Estados brasileiros, que não despertam interesse nas empresas privatizadas pela óbvia razão de não representarem investimentos que resultariam em altos lucros.

A proposta, Sr. Presidente, do projeto, é importante dizer isso, destina 30% dos recursos do Fundo para a execução de programas nas áreas da Sudene e da Sudam, reconhecidamente regiões carentes de investimento e de altíssimo alcance social. Basta observar os indicadores sociais brasileiros e veremos em que regiões se encontram as altas taxas de mortalidade infantil, os indicadores de baixa alfabetização, de repetência, de evasão. Essas regiões citadas são carentes de maior investimento na área social.

Outro aspecto positivo da matéria é a proibição de repasses de tarifas à conta de contribuição ao Fust pelas empresas de telecomunicações. Ao transformar-se em lei o projeto, esse ponto, é óbvio, precisará contar com a vigilância permanente dos órgãos de defesa do consumidor, do Congresso Nacional, do Senado Federal, em particular, por meio de suas comissões competentes.

A criação do Fust já estava prevista na Lei Geral de Telecomunicações, em 1997, que organizou o serviço de telecomunicações e criou a Anatel. Numa análise do processo que envolveu desde a aprovação daquela Lei, passando pela criação da Anatel e, posteriormente com a privatização do sistema Telebrás, a compreensão é de que não houve, em nenhuma dessas etapas, empenho do Governo Federal para aprovar a sua criação. O objetivo de meu discurso também é o de cobrar do Governo providências no momento em que o projeto tramita no Senado Federal.

Na semana passada, a Anatel divulgou, no Rio de Janeiro, o documento Perspectivas para a Ampliação e Modernização do Setor de Telecomunicações, prevendo investimentos da ordem de R\$112 bilhões no setor até o ano de 2005.

É importante que haja investimentos num setor com significativo potencial de crescimento como é o de telecomunicações. Investimentos representam

emprego e renda. Iniciativa dessa envergadura é muito bem-vinda num momento em que a economia do País dá sinais de recuperação – e espero que continue – mas os índices de desemprego não reagem de forma minimamente satisfatória.

Mesmo com tantos investimentos no setor, seria ingenuidade acreditar que as empresas de telecomunicações – agora privadas – planejem levar os serviços de telefonia a comunidades carentes graciosamente, em localidades no interior da Bahia ou do Espírito Santo, onde a rentabilidade é baixa. Sr. Presidente, na minha visão e na visão do meu Partido, o PPS, a função de universalizar os serviços de telecomunicações em regime público, independentemente de sua localização, é da União e o instrumento para isso é o Fust.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Pois não nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Paulo Hartung, V. Exª toca em um assunto relevante e importante. E me leva a dar o exemplo do que vem ocorrendo no Estado de Rondônia, onde a companhia telefônica, já privatizada, responsável pelos serviços de telecomunicações no Estado, ao contrário de instalar novos postos de serviço nas pequenas localidades, vem fechando os postos e substituindo-os por orelhões, que são impessoais, funcionam em um dia e no outro não mais. E fica a comunidade às vezes meses sem acesso à comunicação e a um serviço antes já prestado. Imagine agora com a retirada dos postos. Portanto, gostaria de registrar o fato, que é realmente preocupante. Que seu pronunciamento sirva de alerta às autoridades da Anatel a fim de que tomem as providências devidas, pois a telefonia em locais de difícil acesso é sobretudo uma questão social, e levem a essas comunidades um serviço tão importante. Parabéns pelo pronunciamento, Senador.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Senador Moreira Mendes, desejo acolher o aparte de V. Exª, que contribui de forma muito expressiva com meu pronunciamento à medida que traz para o seu bojo um exemplo concreto ao que aqui estava me referindo talvez de forma muito técnica. Agradeço muito. É um debate presente no Senado Federal, nas Comissões, e, espero, venha ao plenário, a fim de que possamos criar o Fundo de Universalização.

Como economista me pergunto para onde vai esse dinheiro a cada semana em que essa Casa não delibera sobre esse assunto. Penso que ele engorda

os fantásticos lucros de empresas que, depois de privatizadas – e ninguém tem outra notícia em contrário – vão muito bem, obrigado. Então, é nesse sentido que eu estou alertando a Casa. Evidentemente, eu fiz uma ressalva importante. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na semana passada, tomou uma decisão importante, por meio do relatório do Senador Saturnino, mas eu acredito que precisamos avançar na CAE e trazer o projeto para o plenário, para que ele possa ser votado.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me concede um aparte, Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Paulo Hartung, V. Exª fez referência aos 500 anos do descobrimento do Brasil, um país continental, que se prepara para comemorar esta data. Ao mesmo tempo, V. Exª aborda agora a criação do fundo de telecomunicação, com o objetivo de atender às localidades que, muitas vezes, não oferecem rentabilidade satisfatória para as empresas. Aproveitando o primeiro tema, os 500 anos da descoberta do Brasil, diria que precisamos agora partir para a descoberta de meios que diminuam as diferenças entre os que menos ganham e os que mais ganham, que permitam maior acesso à saúde, à educação, que propicie melhores condições de vida à população. E aí penso que o segundo tema que V. Exª abordou vem responder uma grande parte da primeira questão com o fundo de telecomunicações. Este fundo é um caminho, uma saída para levarmos os serviços de telecomunicações a pessoas, a comunidades que estão algures, talvez como desbravadores, como garimpeiros, como bandeirantes; pessoas para as quais faltam meios: para uns, faltam hospitais, educação; para outros, faltam meios de comunicação. Penso que a difusão da comunicação, por intermédio desse fundo, é um tema importantíssimo que V. Exª aborda na tarde de hoje. Quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB – ES) – Senador Casildo Maldaner, agradeço-lhe e acolho seu aparte. V. Exª, na verdade, fez um misto, tratou um pouco do início do meu pronunciamento, onde abordei especificamente a questão dos 500 anos, o que comemorar e sobre o que refletir sobre esses 500 de desenvolvimento, de progresso, de lutas, de suor e de sangue. Temos o que comemorar, é óbvio, porque são brasileiros, homens e mulheres que lutaram para colocar este País em pé. Mas há muito sobre o que refletir, como a enorme desigualdade social. E estamos

discutindo essa desigualdade aqui, ao falarmos no Fust, porque estamos falando de comunidades carentes, de escolas públicas que precisam de computadores, que precisam de Internet. É esse o desafio.

Portanto, agradeço os apartes e a tolerância do nosso Presidente e dou por encerrada minha intervenção, no sentido de alertar à Casa sobre esse projeto tão importante que tramita nas Comissões e que pode significar a construção daquilo que é fundamental na vida moderna: a igualdade de oportunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero me inscrever para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex.^a é o terceiro e último inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Profere o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Senadores, a efetiva ocupação das áreas do extremo noroeste do Brasil representou uma façanha de proporções épicas, que deparou com os mais diversos perigos e desafios, até lá deixar hasteada, bem firme, a Bandeira brasileira. Os desafios e as dificuldades não terminaram, entretanto, com essa fase pioneira. Muito há que se fazer, hoje ainda, para assegurar o desenvolvimento, não apenas econômico mas também social, das regiões extremas da Amazônia, diminuindo a notável disparidade em relação às regiões mais prósperas do País.

No que se refere aos Estados do Acre e de Rondônia, alguns acontecimentos, do início do século que ora finda, tiveram enorme relevância. A disputa do Brasil e da Bolívia pelas terras que viriam a constituir o Estado do Acre ocorreu justamente há cerca de um século. Não fosse a bravura dos brasileiros que se dedicavam à exploração da borracha, liderados por Plácido de Castro, aquela área pertenceria à Bolívia, pois o próprio Governo brasileiro admitira, em 1900, a sua entrega. Com a resistência dos nossos seringueiros, houve novo encaminhamento diplomático da questão, no qual sobressaiu-se a memorável atuação do Barão do Rio Branco, reconhecendo, os bolivianos, a soberania do Brasil sobre as referidas terras no Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903.

Em contrapartida à posse das terras, o Brasil assumiu uma série de compromissos, entre os quais a construção de uma estrada de ferro ligando as localidades de Santo Antônio do Madeira, próxima à futura cidade de Porto Velho, e Guajará-Mirim, às margens do rio Mamoré, de onde partiria uma ramificação até Bela Vista, na Bolívia. A construção de uma tal ferrovia já tinha sido prevista, na verdade, em tratado anterior firmado entre os dois países, em 1867. Uma companhia inglesa e outra norte-americana tentaram realizar, sob concessão, o projeto, mas ambas falharam diante dos desafios antepostos pela selva, com a morte de muitos operários e técnicos. A construção é retomada, enfim, em 1907, por companhia ferroviária de capital norte-americano, conseguindo levar a bom termo a empresa, em 1912, ainda que à custa de enormes sacrifícios. Nesse mesmo momento, entretanto, a cultura da borracha terminava o seu período de fastígio, e a estrada de ferro Madeira-Mamoré não viria dar ensejo ao movimento e ao impacto econômico esperados.

De qualquer modo, essa estrada representou um fator dos mais significativos para levar o progresso econômico àquela região, bem como para integrá-la internamente ao restante do País e ao mundo. Convergiram, assim, com as notáveis realizações do Marechal Cândido Rondon, que implantara, em 1907, ligações telegráficas do Mato Grosso até os postos avançados da fronteira Noroeste, incluindo os da região e, depois, Território do Guaporé, o qual seria rebatizado, em 1956, como Rondônia, em homenagem ao admirável militar e sertanista.

Também nossos vizinhos bolivianos usufruíram, ainda que em escala bem menor que a inicialmente prevista, das vantagens proporcionadas pelos 366 Km da conhecida ferrovia Madeira-Mamoré, que possibilitavam a ligação fluvial com o rio Amazonas e com o oceano Atlântico.

Ao longo do tempo, entretanto, a operação da ferrovia vai mostrando-se inviável, levando à sua total desativação em 1972. Hoje em dia, foi mantido apenas um trecho de 7 km entre Porto Velho e Santo Antônio, que funciona como atrativo turístico.

Em outubro de 1996, no Rio de Janeiro, representantes dos Governos do Brasil e da Bolívia firmam Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, pelo qual se comprometia o Brasil a construir, pavimentar e conservar uma rodovia para substituir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com um traçado que não se afastasse das zonas de influência por esta criadas.

O que levou o Governo brasileiro a assinar o aditivo ao Tratado, assumindo novos compromissos, não foi, certamente, um desdobramento extemporâneo da velha questão acreana; mas a evidência de que aquela região do Brasil, notadamente a do então território de Rondônia, necessitava de novos e mais eficazes meios de integração com o restante do País, com a Bolívia e com o exterior, de um modo geral.

O Protocolo Adicional de 1966 foi promulgado apenas em janeiro de 1974. A rodovia é, enfim, construída e, interligada a outras estradas, desempenhará importante papel no surto de crescimento de Rondônia durante as décadas de 70 e 80, que se iniciara já na década anterior.

No entanto, Sr. Presidente, a construção não foi feita de maneira plenamente satisfatória, como recomendava e impunha a letra do protocolo. Diz o art. 2º que "o Governo do Brasil assume a responsabilidade total da retirada dos trilhos da Ferrovia Madeira-Mamoré", além da construção da rodovia. O que ocorreu, efetivamente, foi um certo arranjo entre o novo e o velho, pois a nova rodovia, a BR-425, passou a correr por si mesma no chão, mas utilizando as estruturas das velhas pontes para a estrada de ferro para transpor os rios.

Se essas pontes, construídas na Inglaterra e transportadas para o Brasil, já eram, então, velhas, o que dizer, agora, quando se aproximam dos seus 90 anos? O mais grave, entretanto, é que elas não foram construídas com características adequadas para suportar o tráfego de pesados veículos de carga. Chegamos aqui à atualidade do presente discurso – cuja retrospectiva histórica espero não ter sido desprovida de interesse, ao trazer um enfoque mais preciso para as questões com que deparamos hoje em dia. Essa atualidade relaciona-se à necessidade premente e inadiável do Estado de Rondônia de estabelecer contato mais amplo e mais intenso com o mundo. Também Rondônia, e seu setor produtivo, sente a imperiosa necessidade de se integrar às poderosas correntes econômicas que levam à globalização, sob pena de, caso não o faça, ver a sua economia estagnar e seus problemas sociais se agravarem.

A construção das duas pontes de concreto – sobre o Ribeirão, no km 194, e o rio Araras, no km 258 – é uma reivindicação repetidamente formulada pela classe produtiva de Rondônia. Com ela, todo o potencial de tráfego da rodovia Porto Velho – Guajará-Mirim seria de fato utilizado, permitindo a otimização e o incremento do transporte de produtos comerciais. É importante frisar, ainda, que a boa conservação da ro-

dovia, também prevista no documento, não vem sendo cumprida a contento.

Atualmente, a BR-364 e seu segmento (425) estão em estado lastimável de completo abandono, pela ausência total de conservação, resultado de uma omissão inconcebível do Ministério dos Transportes e do DNER. Em breve, estará a estrada sendo bloqueada por seus usuários devido à sua intrafegabilidade. Só aí, então, provavelmente, o Ministério dos Transportes vai "acordar".

Isso, entretanto, não é tudo. O referido Protocolo Adicional reza, em seu art. 4º, que as "partes contratantes coordenarão seus esforços para a construção de uma ponte sobre o rio Mamoré, aproximadamente entre Puerto Sucre (Bolívia) e Guajará-Mirim". É lamentável, para não dizer o menos, que essa ponte, prevista em 1966 como de responsabilidade dos dois países; os quais deveriam ter todo o interesse em ampliar sua integração, não tenha saído do papel 33 anos depois.

Entendemos, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que o cumprimento das disposições do Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis não constitui mera exigência formal; tampouco corresponde apenas à necessidade de honrar o compromisso assumido junto a um país amigo, o que já não é pouco; trata-se, antes de tudo, de uma exigência razoável e inadiável para expansão do desenvolvimento do Estado de Rondônia e sua integração com o mundo. É de se destacar, sob esse aspecto, a interligação com o expressivo mercado da América Andina, bem como com os países e continentes aos quais dá acesso o Oceano Pacífico.

Recentemente, nos últimos dias 03 e 04 deste mês de abril, estive presente na cidade de La Paz, a convite da Prefeitura do Departamento de La Paz, para a apresentação oficial, pelo Governo boliviano, do Projeto **Bases de Licitación para la Concesión del Corredor Oeste-Norte: La Paz-Guayaramerín**, assunto amplamente divulgado pela imprensa da Bolívia e de Rondônia, merecendo destaque e elogio o **Jornal Alto Madeira**, de Porto Velho, por sua total cobertura da matéria, razão por que requeiro, nos termos regimentais, a transcrição do artigo "Méritos", da coluna **Opinião**, de 30-3-00, editado por aquele jornal, que relata a determinação de homens que encamparam a idéia e lutam até hoje para vê-la implantada, merecendo destaque, entre eles, o Vice-Governador do Estado, Dr. Miguel de Souza, e o jornalista Luiz Tourinho. Referido evento trata da licitação para concessão de exploração, mediante pavimentação, de importante rodovia que ligará a cidade boliviana de Guayaramerín, na fronteira com o Brasil,

em frente à cidade brasileira de Guajará-Mirim, a La Paz, capital da Bolívia, e dali aos importantes portos do Chile e Peru, no Oceano Pacífico.

Desnecessário, Sr. Presidente, discorrer sobre a importância desse projeto para o aquecimento da economia do Estado de Rondônia e da região. Se a estrada Guajará-La Paz, a que me referi, já estivesse pavimentada e apta ao tráfego pesado, a distância entre as grandes áreas produtoras de grãos, principalmente a soja, o arroz e o milho, de Rondônia e Mato Grosso, por exemplo, e os portos Arica, no Chile, e Ilo, no Peru, ambos no Oceano Pacífico, seria, considerando-se que o trecho La Paz aos portos mencionados já está asfaltado e concluído, seria de apenas 1.600km, quando dos mesmos centros produtores ao Porto de Santos ou ao de Paranaguá é de aproximadamente 3.000km. Isso, sem se levar em conta, o trajeto que as mercadorias destinadas à Ásia, embarcadas em Santos ou Paranaguá, teriam que fazer contornando o Estreito de Magalhães ou atravessando o Canal do Panamá, o que aumentaria em muito mais a distância entre os centros de produção Rondônia e Mato Grosso com os mercados consumidores da Ásia. Isso ensejaria uma diferença de aproximadamente U\$60 por tonelada no preço do frete. Significaria, portanto, maior competitividade aos produtos da nossa Amazônia.

Teríamos duas opções para escoamento de nossos produtos: a primeira, já consolidada por meio do porto fluvial de Porto Velho, pela Hidrovia do Madeira com destino ao Atlântico e ao Porto de Roterdã; a segunda, mediante a Rota Guajará-Mirim—La Paz, daí aos Portos do Pacífico e o grande mercado da Ásia.

É como se fosse um Tratado de Petrópolis ao inverso. No primeiro, os irmãos bolivianos necessitavam de uma saída para o Atlântico via rios Madeira e Amazonas. Daí a construção da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ligando Guajará-Mirim a Porto Velho. Hoje somos nós que precisamos da ligação Brasil—Pacífico, via território boliviano.

Observa-se, entretanto, Sr. Presidente, que, em ambas as hipóteses, é imperioso, é fundamental e imprescindível a construção das pontes sobre os rios Ribeirão e Araras, já iniciadas e não concluídas, e a ponte sobre o rio Mamoré, ligando as cidades de Guajará-Mirim a Guayaramerín, esta, de responsabilidade dos dois países: Brasil e Bolívia, conforme prevê o Tratado original já mencionado.

Insistimos assim, Sr. Presidente, para finalizar, que o Governo brasileiro deve cumprir os compromissos assumidos em tratados internacionais, construindo as pontes que completam a Rodovia Porto Ve-

lho—Guajará-Mirim, bem como aquela sobre o rio Mamoré, que ligará o Brasil à Bolívia, para o benefício das partes contratantes do Estado de Rondônia, do Mato Grosso e de toda a região do sul do Amazonas, das suas populações e de todo o povo daquela região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SENADOR MOREIRA
MENDES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

Opinião

MÉRITOS

Quem leu o Editorial de ontem deste velho novo e combativo **Alto Madeira** pode pensar que nunca ninguém fez nada para cumprir a parte brasileira no tratado de Petrópolis, que procurava garantir uma saída para o Atlântico dos produtos bolivianos. Não é verdade. Muita gente encampou o projeto, modificando-o posteriormente para uma chegada a portos do Pacífico, por ampliar o acesso aos mercados consumidores e pela facilidade de tocá-lo, já que boa parte das estradas envolvidas, apesar de precárias, estavam abertas e permitindo o tráfego de veículos pelo menos nos meses do chamado verão amazônico.

A carapuça atirada pelo jornal deve cair apenas na cabeça de alguns dirigentes e de políticos de todos os matizes, que nada ou muito pouco fizeram em favor do projeto. Ao contrário deles, entretanto, organismos como as Federações do Comércio e da Indústria de Rondônia e empresários como Luiz Tourinho e Miguel de Souza, hoje vice governador do Estado, encamparam a idéia e lutaram (continuam lutando até hoje) com todas as forças para vê-la implantada.

São sabedores - organismos e empresários - dos benefícios que a rodovia trará aos rondonienses, em particular, e em extensão a toda a população produtiva da Região Norte. Num primeiro plano em função da abertura de novos mercados internacionais para uma produção que cresce e cuja tendência é se intensificar ainda mais.

Em seguida, por trazer benefícios diretos como a geração de empregos na construção civil e em bens e serviços. Sempre que podem, Luiz Tourinho e Miguel de Souza se utilizam da liderança que detêm no meio empresarial para alavancar a bandeira da Saída para o Pacífico.

Eles têm consciência de que essa é a melhor saída para o desenvolvimento da Região, que já conta com o Rio Madeira como porta para o escoamento de boa parte da sua produção de grãos. Se a nova rodovia se concretiza e os empresários têm acesso aos portos do Pacífico, via Peru, aí a coisa fica muito mais fácil.

É só conferir as vantagens, em razão da diminuição da quilometragem, o que vai baratear o custo dos fretes, além do que se vai encontrar melhores preços em mercados ávidos pelas iguarias aqui produzidas. Resta que o exemplo destes homens e organismos sejam seguidos para que o projeto se concretize.

Foi o que fez, aliás, o prefeito de La Paz, Luiz Alberto Valle Urefia, que no próximo dia 3 de abril abre o processo de concorrência para o início dos trabalhos de pavimentação da rodovia que liga a Capital boliviana a Guayaramerim, na fronteira com o Brasil. Até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento, quanto à transcrição, nos Anais deste Casa, do artigo de jornal que cita em seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres Colegas, trago a contragosto um tema a esta tribuna, tema este que, por certo, não agrada aos brasileiros e muito menos aos catarinenses.

Sr. Presidente, em Washington, estão tratando da reorganização do Fundo Monetário Internacional, de que o Banco Mundial participa, a fim de verificarem os novos caminhos e, principalmente, a importância que detém o referido Banco Mundial relativamente aos países do Terceiro Mundo, entre os quais, é lógico, o Brasil se encontra. O Banco Mundial tem vários projetos em andamento no Brasil – são projetos de modernização e de desenvolvimento, principalmente no setor de saneamento – e no meu Estado, Santa Catarina.

Preocupam-me, Sr. Presidente, principalmente neste momento em que se procura promover os entendimentos para a nova rodada do milênio, em Washington, questões como essas que a imprensa catarinense hoje declina, envolvendo o próprio Banco Mundial. Isto nos deixa, na verdade, perplexos e numa situação, no mínimo, periclitante. O que diz a imprensa catarinense de hoje?

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento maquia prestação de contas internacional. Empresa ordena emissão de faturas frias visando garantir recursos do BIRD para saneamento.

Assim é difícil, Sr. Presidente.

Diz o jornal:

Para garantir a injeção de R\$9,5 milhões do programa de Modernização do Setor de Saneamento, financiado pelo Banco Mundial (BIRD), a Diretoria da Casan decidiu emitir faturas sem que as obras e os serviços respectivos estivessem concluídos.

A Diretoria da empresa alega que resolveu fazer isso porque o prazo de aplicação dos recursos do

Banco Mundial ia se esgotar. Então, sem realizar as obras, resolveu fazer as faturas, emitir notas frias para que os recursos fossem angariados.

Vejam a que ponto estamos chegando!

E continua a matéria:

Em outras palavras, a Direção da Casan atestou a uma instituição internacional, o BIRD, a execução de obras e serviços que, na prática, não foram concluídos. Apesar de admitir a pré-emissão das faturas, Stadler (o Presidente da empresa) não apresentou ao DC (referido jornal) cópia da prestação de contas, nem do relatório que, segundo ele, teria sido encaminhado ao órgão competente. “Isto é ordem interna da empresa”, disse.

Os recursos correspondem a 26 contratos de consultoria e oito de obras civis.

Nove milhões e quinhentos mil reais – quase R\$10 milhões –, que o Governo do Estado de Santa Catarina, meu Estado, sacou da conta do Banco Mundial, alegando que os serviços foram prestados, a obra civil, realizada, e as consultorias, executadas. Agora, comprova-se que isso não é verdade, que fizeram uma maquiagem em torno do assunto.

Sr. Presidente, a não-comprovação da realização dos serviços, o saque da conta do Banco Mundial desses recursos, a afirmação de que as obras foram realizadas – e se isso fecha em 100%, conforme a imprensa de hoje do meu Estado publicou –, tudo isso está criando um grande alvoroço. Desde cedo, estão todos em polvorosa no meu Estado.

É difícil compreender o caso, ainda mais neste instante que, em Washington, diversos países se reúnem para tratar de novas linhas de financiamento e desenvolvimento, inclusive para países da América do Sul, dentre os quais o Brasil, e aí Santa Catarina, um dos Estados da Federação.

Sr. Presidente, desse modo, a situação fica ruim para o meu Estado, em que o atual Governo é tido como intocável quanto à questão moral, “imexível”. Caso esse fato se confirme, ou seja, se a notícia for verdadeira, terá caído a grande máscara.

Estou encaminhando representação em expediente à Secretaria Especial de Urbanização e Desenvolvimento, ligada à Presidência da República, que cuida dessas questões referentes aos convênios realizados com os Estados e com o Banco Mundial nesses projetos. Estou enviando o ofício hoje para que o caso possa ser apurado de perto.

Evidentemente, é nossa obrigação fazer a comunicação ao representante do BIRD – Banco Mundial – no Brasil, a fim de que ele determine urgentemente uma auditoria para verificar se, de fato, o Banco pagou ao Governo de Santa Catarina sem que as obras fossem realizadas. É preciso investigar se os documentos foram mesmo falsificados e se a ordem de serviço foi dada. Se esses fatos ocorreram, é muito difícil compreendermos – para mim, na verdade, até não é. No entanto, Sr. Presidente e nobres Colegas, para esta Casa e para o Brasil, é muito duro entender essa situação, que envolve quem sempre se considerou intangível na questão ética e moral e passou a se comportar dessa forma.

Precisamos preocupar-nos com essa questão e chamar atenção para ela. Se for procedente essa informação que os jornais de Santa Catarina estão divulgando hoje, a situação fica complicada. Ainda em 14 de dezembro do ano passado, esta Casa autorizou, para Santa Catarina, a remessa de mais de R\$2 bilhões para federalizar o banco dos catarinenses – fato muito questionado. Para quem esse montante foi levado? Para quem se portou como se não houvesse problema e federalizou cerca de R\$600 milhões do Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Catarina. E estão a pedir mais. Pegaram os R\$600 milhões, e agora os jornais anunciam que eles querem mais R\$300 milhões, alegando que houve um pequeno engano, ou seja, querem endividar ainda mais Santa Catarina porque houve um pequeno engano de 50% do valor recebido – um pequeno engano da ordem de R\$300 milhões!

Então, de que valeu aqui posar sempre de intocável e “imexível”, se agora acontece isso? Sacar sem realizar, enganar o Banco Mundial? E se repercutir em Washington, neste momento, que num país da América do Sul, mais precisamente no Brasil, enquanto todos se reúnem, a uma nova rodada do milênio está a ocorrer isso num dos seus Estados, ainda mais no meu? Sinto-me envergonhado. Fica difícil, Sr. Presidente. Quem sempre posou aqui, principalmente na última campanha, declarando que o Governo anterior não podia agir dessa forma, que era proibido isso, que era proibido aquilo, que tudo era pecado, e agora vem a esta Casa, à Comissão de Assuntos Econômicos, pedir o desbloqueio dos famosos títulos precatórios?

Estão pedindo o desbloqueio, sabia disso V. Ex.ª? Estão pedindo o refinanciamento agora do que era criminoso, do que não podia. Estão pedindo que se refinance, reconhecendo que agora pode. Essa atitude parte de quem carregava algemas nos bolsos, que fazia esta pregação: “Se eu for Governador, vou

carregar algemas, e o primeiro credor que aparecer na minha frente, vou tocar-lhe as algemas, vou prender, seja Bradesco, seja quem for, e vou pegar os títulos e queimá-los”.

Será que essas algemas foram purificadas? Será que elas passaram pelo purgatório? Pelo que se vê, as algemas foram purificadas e, em vez de algemas, passaram a ser auréolas. Será que é isso?

Ao se confirmar tudo isso, cai uma grande máscara no meu Estado. Nunca se praticou – a se confirmar tudo isso -, pelo que se vê já da rolagem dos títulos dos precatórios, o maior estelionato eleitoral praticado na história deste País, que aconteceu no meu Estado.

Por isso, trago esse assunto à Casa, nesta tarde, a contragosto, uma vez que fica difícil entendermos que quem pregava que não podia fazer isso e aquilo e, agora, começa a fabricar documentos falsos, notas frias e a sacar a descoberto, sem ter realizado nada, cerca de R\$10 bilhões do Banco Mundial.

Sr. Presidente, nobres Colegas, no mínimo, a ética e o bom-senso mandam que o Governador demita agora toda a Diretoria da Companhia de Saneamento hoje, já, agora, até que se esclareça totalmente o caso. Esse é o pedido que a sociedade e nós fazemos. É claro que, se não houver instrução superior em relação ao fato.

Por isso, para o bem do Banco Mundial, para que projetos não sejam prejudicados, para que o Brasil não sofra as consequências, ainda mais nessa virada do milênio, como o que está acontecendo em Washington, para que não venha a explodir como uma bomba. E, quando estão reunidos, que se demita, no mínimo; que se tome essa providência, se não houver uma orientação superior, no Governo, por trás disso.

E faço um apelo ao nosso representante do BIRD, aqui em Brasília, para que se faça uma auditoria urgente; que a Secretaria Especial de Urbanismo, que cuida desses convênios, ligada à Secretaria da Presidência da República, tome as providências necessárias, para averiguar esse fato, a fim de que outros projetos em desenvolvimento no País, nos Estados, em especial os de Santa Catarina, não sejam prejudicados por uma falcatrua como essa, caso ela venha a se concretizar.

Que um caso como este não venha macular projetos para Santa Catarina; que não venha macular o desenvolvimento dos que mais precisam, Sr. Presidente! É o apelo que faço, neste instante, desta tribuna. Não se pode esperar, de forma nenhuma, porque o assunto é grave: o Governo Catarinense – ao se confirmar esse caso – enganou o Banco Mundial,

uma instituição de respeito e importante para todos nós, e isso não é possível!

Por isso, trago a preocupação e o alvoroço que hoje correm no meu Estado. Ainda mais em relação àqueles que, até ontem, posavam como intocáveis e "imexíveis" na questão da ética e da moral, nesta Casa e no País, levando mais de R\$2 milhões para o banco do nosso Estado, fazendo com que se faça isso ou aquilo, com que se entregue, com que se privatize, levando mais R\$600 milhões para o Instituto de Previdência dos Servidores. E querem mais não sei quanto agora, Sr. Presidente. Se isso se confirmar, ficará muito difícil. Por isso precisamos, de imediato, sanar essa grande celeuma.

Para finalizar, reitero ao Banco Mundial, através do seu representante em Brasília, que faça uma auditoria em relação a esse caso; que a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, que cuida desses temas, tanto dos recursos do Banco Mundial, quanto dos programas brasileiros, ligada à Presidência da República, também tome imediatamente as providências necessárias, a fim de que possamos esclarecer o quanto antes para que possamos tirar as dúvidas que existem com muita clareza no dia de hoje.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Thelma Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, queria comunicar que, neste final de semana, faleceu em Palmas, Capital do nosso Estado do Tocantins, um homem simples. Ele não foi Parlamentar, não foi dirigente, mas foi fundamental para a construção de Palmas.

Refiro-me ao Sr. João do Vale. Ele construiu, com as suas mãos e com as das famílias que estavam sob a sua liderança, os bairros onde moraram os operários que construíram aquela que é a nossa bela Capital.

O meu preito de homenagem e o da minha família ao Sr. João do Vale, a nossa solidariedade a sua família, aos seus dois filhos. Que estes sigam o exemplo de seu pai, um homem de ideais e de idéias, que ajudou os primeiros governantes do Tocantins a pensar não só na bela Capital administrativa, como nos bairros onde morariam os construtores de Palmas: nos Jardins, Jardins Aurenry e Vales, que hoje são habitados pela população que ajudou a fazer aquela bela Capital.

O nosso preito e a nossa homenagem a João do Vale.
Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao eminente Senador Sebastião Rocha, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, para dar conhecimento à Nação de um drama que vive uma comunidade amapaense, o povo de uma cidade do meu Estado do Amapá, chamada Laranjal do Jari, no oeste do Estado, Município este que faz divisa com o Estado do Pará, através do rio Jari. E que, em decorrência de fortes chuvas nas cabeceiras do rio Jari, este importante rio da região, afluente da margem esquerda do rio Amazonas, transbordou e inundou toda a parte baixa do Município de Laranjal do Jari.

As informações que nos chegam dão conta de que aproximadamente 10 mil pessoas estão desabrigadas. A cidade de Laranjal do Jari tem uma população hoje de aproximadamente 35 mil a 40 mil pessoas, portanto, quase que um terço da população total do município está desabrigada. Há notícias de que pelo menos três crianças morreram. E o mais grave é que as águas continuam subindo.

Então, faço desta tribuna um apelo às autoridades federais. Tenho uma audiência marcada agora, às 16 horas, com o Dr. Pedro Augusto Sanguinetti, da Defesa Civil, para levar ao seu conhecimento a situação dramática do Município de Laranjal do Jari, que há mais de 30 anos não sofria uma cheia de tão graves dimensões; fazer, ao mesmo tempo, um apelo para que imediatamente a Defesa Civil Nacional possa se unir aos esforços do Estado do Amapá, do Município de Laranjal do Jari, no sentido de combater as mazelas, de diminuir o sofrimento daquela população. Há necessidade emergencial de madeiras, de alimentos, de roupas, de colchões, enfim, de todos os tipos de ajuda.

Sr. Presidente, sou obrigado a vir à tribuna porque o Amapá é um Estado ainda sem tradição na política nacional; o meu Estado demora a fazer com que as notícias cheguem ao conhecimento da imprensa nacional e, portanto, torna difícil a cobertura da imprensa nacional quando dramas dessa natureza atingem a nossa população. Por isso eu gostaria muito que a imprensa brasileira pudesse dar um enfoque especial para esta questão que Laranjal do Jari vive, essa dolorosa situação, haja vista inclusive as circunstâncias em que foram constituídos os Municípios da margem esquerda do rio Amazonas, do lado do Amapá, tanto o Município de Laranjal do Jari quanto o

de Vitória do Jari, decorrentes do grande empreendimento que ali foi instalado pelo sonhador americano Daniel Ludwig, empreendimento que se constituiu numa grande fábrica de celulose e, posteriormente, na industrialização do caulim.

Hoje, a empresa Jari Celulose está nas mãos da Orsa, uma empresa nacional. O BNDES tem uma forte participação no conjunto das ações dessa empresa. Do lado do Pará, na margem esquerda, ficou o bem-estar social, a energia elétrica, o bom hospital, a boa moradia, com saneamento básico e água tratada; e, do lado do Amapá, milhares de palafitas, que estão hoje submersas, que impedem, portanto, que 10 mil pessoas possam estar abrigadas nos seus lares. E o mais grave é que a via de ligação entre a parte baixa da cidade, que é chamada de Agreste, que se constitui de uma única via, denominada Tancredo Neves, e está praticamente interditada porque foi cortada pela força das águas. As informações dão conta de que houve um certo retardamento nas providências que deveriam ter sido tomadas pelo Governo do Estado. Neste momento, o Governo do Estado está mobilizando esforços para reverter a situação de caos em que se encontra o Município, mas o atraso certamente piorou a situação.

Não quero, aqui, expor questões políticas que podem mais atrapalhar do que ajudar. Cumpro meu papel, juntamente com o Governo do Estado do Amapá e com a Prefeitura do Município de Laranjal do Jari, fazendo um apelo para que a Defesa Civil Nacional, imediatamente, empenhe-se, com o que estiver disponível, para que a dor e o sofrimento daquela comunidade sejam minimizados. Espero que não falte, da parte do Governo Federal, solidariedade humana. Sem dúvida alguma, pelo que as pessoas mencionaram, esta é a mais grave cheia do Rio Jari em todos os tempos. Os relatos dão conta de que se trata da cheia mais grave dos últimos trinta anos.

Há a ameaça de que as águas continuem subindo, o que poderá trazer muito mais transtornos, desabrigando mais famílias, além das dez mil pessoas que já se encontram sem teto. Todos sabemos que, quando as águas transbordam, inundam nossas cidades como, por exemplo, Laranjal do Jari, construída com base de palafitas, surgem problemas de saneamento básico, sobretudo a transmissão de doenças graves como a leptospirose e outras.

Por isso é fundamental, é imprescindível que todos os organismos públicos, instituições públicas mobilizem-se e que esse conjunto de esforços resulte na

diminuição do sofrimento e da dor da nossa população de Laranjal do Jari.

Espero, depois da audiência na Defesa Civil, ver mobilizadas as ações do Governo Federal e que o Governo do Amapá desloque definitivamente as forças de socorro possíveis e necessárias neste momento.

Conversei hoje com os diretores da empresa Orsa, que recentemente adquiriu a empresa Jari Celulose, e fui informado de que a empresa está colaborando, está sendo solidária, neste momento difícil, com a população do Município de Laranjal do Jari.

No decorrer da semana me deslocarei para a região, mas entendo que meu papel fundamental é aqui em Brasília, pedindo às autoridades federais que prestem imediato socorro à população do Município de Laranjal do Jari e de Vitória do Jari, município próximo localizado à margem esquerda do rio Jari, também sob risco de ficar inundado e, portanto, de sofrer os mesmos transtornos que já está sofrendo o município de Laranjal do Jari.

Tenho conhecimento de que outros Parlamentares federais, como o Deputado Antonio Feijão, já se deslocaram no dia de hoje para o município de Laranjal do Jari, a fim de mobilizar as forças políticas e sociais locais conjuntamente com a empresa que detém o grande poder econômico da região.

Enquanto do lado do Amapá restou a pobreza e a miséria, do lado do Pará está a riqueza. A mina de caulim é do lado do Amapá, mas a exploração, a industrialização e o beneficiamento acontecem do lado do Pará. Assim, esperamos que tanto a Orsa como a CADAM, empresa que explora o caulim, se juntem e transformem todos os esforços envidados num verdadeiro SOS Jari. É disso que está precisando o Estado do Amapá, que pede socorro. Espero que todos os organismos públicos federais que têm essa incumbência e essa responsabilidade possam socorrer de imediato o município de Laranjal do Jari neste momento grave.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, mais uma vez

ocupo a tribuna do Senado para falar das mazelas da desmoralização da imprensa no Brasil.

Início com o episódio que ocorreu quando eu era Governador do Estado do Paraná. Meu Secretário de Comunicação foi procurado por um funcionário de um importante órgão de comunicação do Paraná, que lhe propôs que, além do patrocínio do jornal estadual da afiliada da Rede Globo – no Paraná feito pelo Banco do Estado do Paraná – viabilizasse-se um PF, que não significa “Prato Feito”, e sim “Por Fora”, de R\$100 mil por mês. Por meio desse PF, a TV Paranaense, Canal 12, daria a direção política do noticiário do jornal estadual para o Governo do Estado.

Eu imediatamente disse ao meu Secretário quando por ele procurado que, além de não aceitar a patifaria, eu o denunciaria. Logo depois meu Secretário foi chamado pelo diretor da retransmissora da Rede Globo no Paraná, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que lhe perguntou: “O senhor conversou com Fulano? Escutou a sua proposta?”

E o meu Secretário de Comunicação disse: “Sim, conversei com ele.” “E o que o senhor achou da proposta?”

O meu Secretário de Comunicação disse ao diretor da TV Paranaense Canal 12, afiliada da TV Globo: “Eu achei a proposta muito interessante, mas o Governador não gostou e disse que vai convocar uma coletiva na Imprensa e denunciar imediatamente a proposta feita.” Meia hora depois, o diretor da afiliada à TV Globo estava em meu Gabinete, dizendo que tudo não passava de um equívoco.

Não fiz a coletiva. Deixei as coisas passarem. Evidentemente não subvencionei “por fora”, o que é rigorosamente impossível em um governo austero, a TV paranaense retransmissora da Rede Globo.

Sai do Governo do Estado e nunca mais concedi uma entrevista à TV Globo do Estado do Paraná nem no jornal *Gazeta do Povo*, jornal de maior circulação, do mesmo grupo. Bloqueio e silêncio total

Por que trago agora essa denúncia ao Senado da República? Porque a mesma coisa explodiu nas investigações que estão sendo feitas na Prefeitura de Londrina. Tenho em mão uma gravação feita pelo Sr. Darci Dória de Faria, Chefe da sessão de Polícia Técnica de Londrina, a pedido do Promotor Público Cláudio Rubino Zuan Esteves, de uma conversa entre dois personagens da corrupção e compra do silêncio da Imprensa no Estado do Paraná, por conta do Governo do Estado e da Prefeitura de Londrina.

Os dois personagens são os Srs. Eduardo Alonso* e Carlos Arruda.

Passarei à leitura de apenas um trecho de uma farta documentação composta ainda por quatro depoimentos em juízo feitos pelo Sr. Walrides Brevirelhi Júnior, dono de uma empresa de publicidade. O trecho da gravação da fita de VT é o seguinte:

Um diz ao outro: “Aqui eu sei de coisa que eu nem ligo, viu?”

O outro responde: “Lógico, e nem quero...”

Primeiro interlocutor: “É duzentos paus pró Seu Francisco, é cento e vinte prá Folha, é mais setenta lá pró seu rapaz da Paiquerê, rapaz da Brasil-Sul é mais trinta e cinco pronto, acabou, num quero nem saber, mas eu tiro esse rolo de cima de mim, entendeu? Tira esse rolo de cima de mim. Num quero mais agüentar esse povo de Edvaldo da Globo, eu num quero mais agüentar esse povo de Carmem Macarini, porque se a coisa vier prá cima de mim, ó, acabou. ‘Cê sabe disso. Por isso, vou combinar uma coisa com você. Cê tá olhando no meu olho. Quero combinar com você. Você está com a ajuda do Mandeli. Não quero saber. Se quer saber, ó, dei um esporro no Mandeli agora lá, que ele já saiu pulando...”

São várias páginas de gravação de um VT que esclarece a forma com que o Sr. Belinati e seus assessores compravam o silêncio da imprensa do Paraná em parceria com o Governador Jaime Lerner. Dinheiro público em caixa dois.

Ora, a TV Paranaense Canal 12 é uma concessão pública, autorizada pelo Senado da República com a participação do Executivo.

Estou reunindo essa documentação. Além disso, o Ministério Público está agindo, no Paraná, em relação a essas coisas. Estou preparando esse material, Sr. Presidente, para convidar o Sr. Francisco Cunha Pereira, sócio da Globo em 50% na retransmissora do Paraná, para vir explicar à Comissão de Educação do Senado, como é que vende a opinião de uma rede de comunicação, de uma concessão pública. E quero fazer uma ressalva: provavelmente a Globo nacional terá tido, pela primeira vez, na quinta-feira, quando fiz uma denúncia e, pela segunda vez, hoje, notícias da patifaria que se faz com a sua retransmissão no Estado do Paraná.

Isso tem que ser definitivamente esclarecido. E pretendo conversar com os Srs. Senadores componentes da Comissão de Educação, depois de reunido o material completo, em mãos, da Procuradoria Pública do Estado

do Paraná, em Londrina, e trazer essa gente aqui para explicar como funciona uma concessão de serviço público de comunicação no Estado do Paraná.

É absolutamente intolerável que essa gente mantenha concessões tão poderosas em mãos para vender o silêncio e a agressão aos adversários dos donos do poder.

Se não aceitei, Sr. Presidente, a patifaria que me foi proposta, o Governo que me sucedeu aceitou e pagou largamente o silêncio e a agressão.

O Senado tem de tomar conhecimento disso e o convite será certamente feito pela Comissão de Educação para que o episódio seja explicado com muita clareza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era essa a comunicação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2000

Altera dispositivos da Resolução nº 78, de 1998, para regulamentar as antecipações de receita realizadas diretamente com contribuintes.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e 17 da Resolução nº 78, de 1998, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 2º

§ 1º

III – os adiantamentos, a qualquer título, feitos por instituições oficiais de crédito e as antecipações de receita contratadas diretamente com contribuintes;(NR)

Art. 17. As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive aquelas realizadas diretamente com contribuintes, deverão ser, obrigatoriamente liquidadas até dez dias úteis antes do encerramento do exercício em que forem contratadas.(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Compete privativamente ao Senado Federal, nos termos do art. 52, VII, da Constituição Federal, dispor sobre os limites globais para as operações de crédito

externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal.

Tal competência está regulamentada pela Resolução nº 78, de 1998, que, em seu art. 1º, dá uma definição ampla da expressão “operações de crédito”. Assim, para que o controle senatorial sobre o endividamento dos entes federados seja efetivo, toda e qualquer operação que envolva a entrada de recursos sem contrapartida é considerada operação de crédito, com exceção das doações.

As operações de antecipação de receita de tributos diretamente com contribuintes, realizadas por diversos Estados e Municípios enquadram-se, sem qualquer dúvida, na categoria ampliada de operação de crédito definida pela Resolução nº 78, de 1998. Isso decorre do fato de que tal entrada de recursos nos tesouros estaduais ou municipais não está vinculada ao exercício da atividade pública, no caso o recebimento de um tributo devido, mas a antecipação de uma receita tributária futura e, portanto, não ainda devida. Há uma clara elevação do nível de endividamento dos respectivos Estados, via comprometimento dos orçamentos dos anos vindouros.

Entendo, ainda, que a não-submissão das operações em tela à apreciação desta Casa é uma forma encontrada por aqueles entes federativos de burlar um controle constitucionalmente definido, o que exige uma pronta resposta do Senado Federal.

Assim, como contribuição para o permanente aperfeiçoamento das normas que regem a competência privativa do Senado Federal de dispor sobre o endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresento a presente proposição que visa introduzir no corpo da Resolução nº 78, de 1998, dispositivos disciplinadores das operações de antecipação de receitas realizadas diretamente com contribuintes.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2000. – Senador **Geraldo Althoff**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1998(*)

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução compreende-se, como operação de crédito, os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, com as seguintes características:

I – toda e qualquer obrigação decorrentes de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil;

II – a concessão de qualquer garantia;

III – a emissão de debêntures ou a assunção de obrigações, com as características definidas nos incisos I e II, por entidades controladas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios que não exerçam atividade produtiva ou não possuam fonte própria de receitas.

§ 1º Considera-se financiamento ou empréstimo:

I – a emissão ou aceite de títulos da dívida pública;

II – a celebração de contratos que fixem valores mutuados ou financiados, ou prazos ou valores de desembolso ou amortização;

(*) Publicada com texto consolidado das alterações promovidas pela Resolução nº 93/98.

III – os adiantamentos, a qualquer título, feitos por instituições oficiais de crédito;

IV – os aditamentos contratuais que elevem valores ou modifiquem prazos;

V – assunção de obrigações decorrentes da celebração de convênios para a aquisição de bens ou serviços no País ou no exterior.

§ 2º A assunção de dívidas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por suas respectivas autarquias e fundações equipara-se às operações de crédito definidas neste artigo, para os efeitos desta Resolução.

Art. 17. As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária deverão ser, obrigatoriamente liquidadas até dez dias úteis antes do encerramento do exercício em que forem contratadas.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 105, DE 2000.**

Estabelece a obrigatoriedade de que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas estatais privatizadas pelo Governo Federal, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, deverão manter obrigatoriamente o capital aberto.

Parágrafo único. Cabe a Comissão de Valores Mobiliários zelar pelo cumprimento desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Programa Nacional de Desestatização constitui-se em elemento importante do atual processo de desenvolvimento nacional. Entretanto, a imprensa tem registrado nos últimos meses a intenção de uma série de empresas privatizadas, principalmente no setor de telecomunicações de fecharem o seu capital social.

Ora, esta atitude é incompatível com o espírito da privatização e com a transparência necessária em uma economia de mercado. Ao fecharem seus capitais, tais empresas teriam o seu controle econômico-financeiro reduzido, possibilitando ações prejudiciais aos consumidores.

Assim, o objetivo do presente projeto de lei é garantir que, após a privatização, as empresas mantenham o seu capital aberto, mesmo porque tal atitude é essencial para o nosso mercado de capitais.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2000. – **Osmar Dias, Senador.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2000
(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 185, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078/99, na Casa da origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 314, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o Bloco vota “sim”.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000, sem prejuízo da Emenda nº 1-CCJ.

Em votação a Emenda nº 1-CCJ.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 342, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078, de 1999, na Casa de origem), que dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências, consolidando a emenda de redação aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 342, DE 2000

Dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões passam a ser compostos pelos seguintes números de membros:

- I – vinte e sete Juízes, na 1ª Região;
- II – vinte e sete Juízes, na 2ª Região;
- III – vinte e sete Juízes, na 4ª Região;
- IV – quinze Juízes, na 5ª Região;

Art. 2º São criados os seguintes quantitativos de cargos de Juiz relacionados nos Tribunais de que trata o art. 1º:

- I – nove, na 1ª Região;
- II – quatro, na 2ª Região;
- III – quatro, na 4ª Região.
- IV – cinco, na 5ª Região.

Art. 3º Os cargos de que trata o art. 2º serão providos por nomeação pelo Presidente da República mediante indicação, em lista tríplice, organizada pelos respectivos Tribunais Regionais Federais, observado o disposto nos incisos I e II do art. 107 da Constituição Federal.

Art. 4º A função de Vice-Presidente e Corregedor, mencionada no § 1º do art. 4º da Lei nº 7.727, de 9 de janeiro de 1989, é desdobrada nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 5ª Regiões, em funções distintas de Vice-Presidente e de Corregedor-Geral.

Art. 5º São criados, nos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, os cargos efetivos e funções comissionadas relacionadas nos Anexos I a V desta lei.

Art. 6º Os cargos a que se refere o art. 5º serão providos, gradativamente, na forma da lei e na medida das necessidades do serviço, a critério do Tribunal.

Art. 7º Aos respectivos Tribunais Regionais Federais cabe prover os demais atos necessários à execução desta lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

(Art. 5º da Lei nº de de de 2000)

Cargo/Denominação	Nível Funcional	Número de Cargos
Analista Judiciário	Superior	78
Técnico Judiciário	Intermediário	98

Função/Nível	Número de Funções
FC 09	11
FC 08	14
FC 07	06
FC 05	53
FC 04	22
FC 03	02
FC 02	10

Anexo II

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

(Art. 5º da Lei nº de, de de 2000)

Cargo/Denominação	Nível Funcional	Número de Cargos
Analista Judiciário	Superior	23
Técnico Judiciário	Intermediário	35

Função/Nível	Número de Funções
FC 09	04
FC 08	09
FC 07	03
FC 05	05
FC 04	11
FC 02	04

Anexo III

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

(Art. 5º da Lei nº de, de de 2000)

Cargo/Denominação	Nível Funcional	Número de Cargos
Analista Judiciário	Superior	05
Técnico Judiciário	Intermediário	06

Anexo IV

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

(Art. 5º da Lei nº de, de de 2000)

Cargo/Denominação	Nível Funcional	Número de Cargos
Analista Judiciário	Superior	43
Técnico Judiciário	Intermediário	39

Função/Nível	Número de Funções
FC 09	04
FC 08	04
FC 05	05
FC 04	10
FC 02	04

Anexo V

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

(Art. 5º da Lei nº de, de de 2000)

Cargo/Denominação	Nível Funcional	Número de Cargos
Analista Judiciário	Superior	27
Técnico Judiciário	Intermediário	31

Função/Nível	Número de Funções
FC 09	05
FC 08	10
FC 07	10
FC 05	15
FC 04	10
FC 02	05

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2000

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 186, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 (nº 2.398/2000, na Casa da origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 315, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – O Bloco vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2000 (Nº 2.398/2000, na Casa de origem) (De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça)

Dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional Federal da 3ª Região passa a ser composto por quarenta e três Juízes.

Art. 2º Ficam criados dezesseis cargos de Juiz no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Art. 3º Os cargos de que trata o artigo anterior serão providos por nomeação pelo Presidente da República mediante indicação, em lista tríplice, organizada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, observado o disposto nos incisos I e II do art. 107 da Constituição Federal.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os cargos efetivos e funções comissionadas relacionados nos Anexos I e II desta lei.

Art. 5º Os cargos a que se refere o artigo anterior serão providos, gradativamente, na forma da lei e na medida das necessidades do serviço, a critério do Tribunal.

Art. 6º Ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região cabe prover os demais atos necessários à execução desta lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 4º da Lei nº de 2000)

Cargo/Denominação	Nível Funcional	Número de Cargos
Analista Judiciário	Superior	201
Técnico Judiciário	Intermediário	204

ANEXO II

(Art. 4º da Lei nº de 2000)

Função/Nível	Número de Funções
FC 09	21
FC 08	20
FC 07	12
FC 05	04
FC 04	126
FC 02	20
FC 01	02

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 3:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 26, DE 2000**

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 187, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 26, de 2000 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 325, de 2000, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de Santos – SP a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais, a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 26, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

**PARECER Nº 343, DE 2000
(Da Comissão Diretora)**

Redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2000.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 26, de 2000, que autoriza a Prefeitura Municipal de Santos – SP a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais), a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 343, DE 2000

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Autoriza o Municípios de Santos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais), a preços de 31 de julho de 1999, destinados a projetos de modernização administrativa.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Santos, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF,

no valor de R\$12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais).

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** deste artigo serão destinados a projetos de modernização administrativa.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I – valor de operação R\$12.021.300,00 (doze milhões, vinte e um mil e trezentos reais), data-base em 31 de julho de 1999;

II – taxa de juros: 0,582%a.m (cinco mil, oitocentos e vinte e cinco décimos de milésimos por cento ao mês), variável fixada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, exigíveis semestralmente, sem período de carência;

III – índice de atualização: variação cambial (dólar norte-americano);

IV – garantias: cotas-partes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

V – prazo: quarenta parcelas semestrais, após oito semestres de carência;

VI – vencimento: 31 de março de 2024;

VII – finalidade: implementação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM;

VIII – outros encargos: comissão de crédito de 0,75% a.a (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre as parcelas não desembolsadas e Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV de 1% (um por cento) a cada liberação; e

IX – liberação: 41,44% (quarenta e um inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) em 2000; 43,40% (quarenta e três inteiros e quarenta centésimos, por cento) em 2001 e 15,16% (quinze inteiros e dezesseis centésimos por cento) em 2002.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 1999

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999**, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, tendo

Parecer favorável, sob nº 300, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia, durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, a discussão terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 5:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1998

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998** (nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997, tendo

Parecer favorável, sob nº 287, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Wellington Roberto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 17, DE 1998
(Nº 627/98, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1999** (nº 730/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piatã de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo*

Parecer favorável, sob nº 713, de 1999, da Comissão de Educação, Relator:

Senador Djalma Bessa, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do Partido dos Trabalhadores, salvo o Senador Tião Viana.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2000 (nº 730/98, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 344, DE 2000
(Da Comissão Diretora)**

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1999 (nº 730, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 1999 (nº 730, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piatã de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Sala de Reuniões da Comissão 17 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – **Ronaldo Cunha Lima** – Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 344, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a “Rádio Piatã de Salvador Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 433, de 11 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada a "Rádio Piatã de Salvador Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1999** (nº 735/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 714, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata, com abstenções do Senador Pedro Simon e da Senadora Marina Silva.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do Partido dos Trabalhadores, salvo o Senador Tião Viana.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2000 (nº 735/98, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 345, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1999 (nº 735, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 1999 (nº 735, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER, Nº 345, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Tupã Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Rádio Tupã Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 8:**

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 40, DE 1998

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1998 (nº 518/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a autorização para utilização do instituto da consignação nas operações de compra e venda de veículos automotores usados realizadas por pessoas jurídicas cujo objeto social principal é a compra e venda de veículos e dispõe sobre os direitos do consumidor nestas operações, tendo

Pareceres pela prejudicialidade, sob nºs:

– 172, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma; e

– 173, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Bello Parga.

A Presidência, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, declara prejudicado o Item 8 – Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1998 –, de conformidade com os Pareceres nºs 172 e 173, de 2000, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

O projeto vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998 (nº 627, de 1998, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 346, DE 2000
 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998, (nº 627, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998 (nº 627, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargos, celebrado entre o Governo da República Federativa

do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Junior** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 346, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 205, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1998 (nº 627/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiri-

ção de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2000. – **Romeu Tuma.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o requerimento, passa-se a imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 347, DE 2000

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 114, de 2000.

Relator: Senador **Nabor Júnior**

I – Relatório

O Senhor Senador Ademir Andrade, com base no artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 215, inciso I, alínea a, e artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 114, de 2000, no qual requer que sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

a) Que providências estão sendo adotadas pelo Ministério da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário e pelo Incra, a fim de se resguardarem de eventuais registros imobiliários fraudulentos?

b) Quais os casos em que houve diferenças entre o levantamento cartorário e o levantamento efetuado pelo Incra no Estado do Pará? Citar todos os casos em que ocorreram essas constatações, discriminando a localização do imóvel, seu tamanho e nomeando o cartório de registro imobiliário e con-

tra que pessoa, física ou jurídica, existe essa diferença?

c) Quais os imóveis (denominação das glebas, localização, tamanho e discriminação completa) são do domínio do Poder Público mas encontram-se com superposição de titularidade como que supostamente pertencente ao sr. Carlos Medeiros;

d) Em caso afirmativo de pergunta b, quais medidas estão sendo tomadas por esse Ministério e pelo Incra?

e) Que articulação existe entre esse Ministério e o Instituto de Terras do Pará e dos outros Estados, no trabalho de cruzamento entre os registros cartorários de imóveis e o cadastro fundiário do Incra?"

O Senhor Senador Ademir Andrade Justifica a presente solicitação pelo fato de que: "A revista **Veja** da semana de 15-3-2000, noticia o caso da existência de uma quadrilha que faz grilagem de terras no Estado do Pará, através de falsas escrituras de registro de imóvel utilizando o nome falso de uma pessoa física – Carlos Medeiros, que, até onde consta não existe na realidade. Trata-se, enfim, de um fantasma."

A reportagem não trouxe muitos dados, apenas retrata o fato de que esse fantasma, Carlos Medeiros, é proprietário de terras no Estado do Pará em aproximadamente 120.000 quilômetros quadrados, ou seja, do mesmo tamanho que Portugal e Bélgica juntos.

A reportagem faz um vínculo com o advogado Flávio Augusto Titan Viegas que apresenta-se como procurador desse Carlos Medeiros, e, por via de procuração, realiza todas as transações comerciais referentes a imóveis no nome do fantasma. Há outras pessoas envolvidas, mas a reportagem limitou-se a citar o Flávio A. T. Viegas.

Basta um olhar mais detalhado sobre o assunto a fim de se verificar que o cerne da questão são os registros cartorários de imóveis, na qual grileiros utilizam-se do sistema falho do registro público de imóveis. Portanto, seja Carlos Medeiros, C.R. Almeida, ou qualquer outro caso de grilagem, há uma causa em comum que precisa ser solucionada para se evitar esse tipo de atividade ilícita.

É valioso dizer que o recém concluído relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no âmbito do Poder Judiciário, quando da análise do caso de condenação bilionária sofrida pelo BASA – Banco da Amazônia S.A., consigna em sua conclusão que: "(...) Todavia, essa situação

retratada não é privilégio do referido cartório; ela está disseminada por quase todas as Regiões do Pará, Amazonas, etc... Recentemente, foi divulgada pelos meios de comunicação o caso de uma fraude, com cerca de 4 milhões de hectares, no Cartório de Registro de Altamira, envolvendo a empresa C.R. Almeida, do Paraná. Este ensejou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito por parte da assembléia Legislativa do Estado do Pará, denominada "CPI da Grilagem" (...) Vale consignar que diversos provimentos expedidos pelo Tribunal de Justiça do Pará não surtiram os efeitos necessários para coibição de fraudes nos cartórios.

Cumpre, por fim, esclarecer que a experiência em trabalhos do Incra evidencia a grande distorção existente entre o que consta dos livros imobiliários dos serviços registrais e a realidade de campo. Em quase 100% dos levantamentos de área efetuados pelo Incra, a área registrada difere da área levantada em campo. Trata-se, sem dúvida, de uma situação esdrúxula atribuindo ao Brasil um território fantasma, existente apenas nas inscrições tabulares dos serviços registrais." (Diário do Senado Federal de 10-12-1999 – Relatório Final nº 3, de 1999, p. 623/634).

Portanto, é bastante oportuno o presente requerimento de informações, que em linhas gerais, busca saber que providências o Incra encontra-se tomando para proteger o patrimônio público e resguardar o fiel cumprimento de suas atribuições, vez que, como comprovado pela CPI do Poder Judiciário, cerca de 100% dos levantamentos efetuados pelo Incra diferem da efetiva e real dimensões das terras onde se procedeu tal levantamento."

É o relatório.

II – Voto

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente ao encaminhamento do Requerimento nº 114, de 2000, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Política Fundiária e o Desenvolvimento Agrário.

Sala de Reuniões, 17 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Geraldo Melo** – **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com referência ao expediente que acaba de

ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que a Mesa aprovou o Requerimento nº 114, de 2000, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francellino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, gostaria de não ter motivos para vir à tribuna, na tarde de hoje, para discutir sobre uma canalhice, mas terei de fazê-lo nesta Casa.

A revista **IstoÉ** de ontem traz uma entrevista com o Senador Luiz Estevão e, a certa altura, pergunta:

– A Senadora Heloisa Helena, do PT de Alagoas, se elegeu com a ajuda do PMDB do Senador Renan Calheiros. O senhor deu alguma ajuda financeira para o PMDB do Estado?

O Senador Luiz Estevão responde:

– Nas eleições de 1998, cheguei a dar uma ajuda para os candidatos apoiados pelo PMDB de Alagoas.

É evidente, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, que para quem defende a sua honra pessoal discutir essa matéria é extremamente doloroso. Primeiramente, registro que o jornalista que faz essa afirmação é covarde, mentiroso, canalha e não exerce a ética profissional de ao menos possibilitar o contraditório; mas, se o referido repórter não é canalha, mentiroso, covarde e noticiou uma informação atribuída por outra pessoa, passarei a esta os adjetivos. Se o autor dessa alegação for um Senador do PMDB ou de qualquer outro Partido, é ele canalha, covarde, irresponsável e mentiroso! Não é um homem, porque um homem não se comporta desse jeito.

Com toda a minha história, obviamente jamais aceitaria o dinheiro sujo da quadrilha "collorida" que saqueou os cofres públicos e que enriqueceu muita gente. Muitos ficaram ricos à custa do dinheiro público, roubando no Brasil. Eu jamais pegaria o dinheiro da quadrilha "collorida", porque a **Folha de S.Paulo** já divulgava – lembro-me muito bem disso – histórias da quadrilha re-

lacionadas ao narcotráfico; se já detesto traficante de influência, imaginem narcotraficante.

Portanto, peço que se registre que esse jornalista é canalha e mentiroso. No entanto, retirarei, nesta tribuna, os adjetivos se ele agir como homem e disser quem foi o canalha – se Senador ou quem quer que seja – que deu essa declaração e, nesse caso, tudo terá que ser provado.

Rasgo agora esta matéria, porque é lixo. Sr. Presidente, sei que eu não devia me indignar com determinadas coisas da imprensa, porque sei como age a quadrilha “colorida”, os amigos do Senador Luiz Estevão. Sei como age a quadrilha de Fernando Colôr de Mello no meu Estado. Senador Roberto Requião, isso não é típico só do Paraná, não. Essa quadrilha tem no meu Estado a Rede Globo na mão, portanto tem a maior estrutura de jornal, a maior estrutura de rádio, e esse tipo de jornalismo safado, eles já fazem muito bem!

Quero, pois, que o jornalista diga quem foi o homem que afirmou isso, e esse senhor vai ter de vir aqui – isso se for homem; se não for homem, se for um moleque, se for um cabra safado, não precisa vir não – e dizer quando foi que recebi dinheiro dessa quadrilha que saqueou os cofres públicos!

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL.) – Pois não, Excelência.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloisa Helena, eu gostaria de deixar muito clara e sólida a solidariedade do Partido dos Trabalhadores a V. Ex^a quanto a esse assunto tão ruim e grave de ser apresentado no cenário nacional. Tem havido uma sucessão de eventos que vêm comprometendo a imagem do Congresso Nacional, de alguns Senadores, como se todos tivessem o mesmo padrão de comportamento do ponto de vista da transgressão ética, o mesmo comportamento suspeito durante uma campanha eleitoral. A história de vida de V. Ex^a é muito clara. É uma história que faz qualquer um que dela tenha conhecimento ter a mais profunda admiração e respeito por V. Ex^a, em virtude de seu comportamento ético e de seu compromisso na transformação de uma sociedade, o que a torna uma Senadora à altura do que o Partido dos Trabalhadores imagina. Entendo que agride a democracia a conduta desse jornalista. Sei da escassez de oportunidades que V. Ex^a tem de debater a luta social dentro do Estado de Alagoas, em virtude de uma imprensa viciada e estreita em seu comportamento ético. E agora um semanário de cir-

culação nacional agride a honra de uma pessoa cuja conduta ética é conhecida. O comportamento do jornalista ou de quem tenha insinuado esse tipo de conduta a ele não está à altura da dignidade humana. É preciso dar um basta a tanta transgressão, a tanta agressão à democracia neste País. Olhando sempre para o Congresso Nacional, todos os dias um Senador é agredido, do ponto de vista ético, por setores da imprensa nacional. Espero que os bons jornalistas também se revoltam contra esse tipo de conduta que agride princípios morais e a democracia do Brasil. A minha solidariedade e respeito a V. Ex^a e a mesma intolerância e repúdio à prática desse tipo de notícia veiculada na imprensa.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL.) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já solicitei ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas que me passe todas as prestações de contas de todos os candidatos do Partido dos Trabalhadores e de todos os candidatos do PMDB, para que possamos discutir no plenário quem efetivamente foi financiado pela “quadrilha colorida”.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senadora Heloisa Helena, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL.) – Concedo um aparte ao Senador Geraldo Cândido.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senadora Heloisa Helena, entendo perfeitamente e compreendo a sua indignação, pois a conheço e sei da sua história de luta e de dignidade. Aqueles que estão hoje enlameados, sujos de podridão e que não têm dignidade não querem ficar sozinhos na lama. Tentam, de qualquer maneira, arranjar mentira, calúnia, artifício para também incluir aquelas pessoas que não são incluídas naquele rol dos enlameados. É preciso que venham provar o que está escrito na revista. Tenho certeza de que a calúnia sempre foi a arma dos canalhas, daqueles que não têm dignidade, e V. Ex^a fez o desafio. Vamos aguardar que o jornalista ou o outro cidadão – se merece ser chamado assim – venha publicamente se pronunciar sobre a questão. É muito grave e sério o fato de pessoas que têm toda a sua vida digna, decente e honrada serem enlameadas de forma covarde, absurda e desonesta. Estou solidário com V. Ex^a e indignado com o que ocorreu. Vamos exigir, sim, a apuração dessa mentira, dessa calúnia. Há jornalistas profissionais, decentes e corretos, mas há muitos que são canalhas, oportunistas, mentirosos e irresponsáveis, e deve ser chamada a

atenção deles, para que respondam pelos seus atos de irresponsabilidade. V. Exª tem o meu apoio e a minha solidariedade.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Geraldo Cândido.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Concede-me V. Exª um aparte, Senadora Heloisa Helena?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo um aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª tem a minha absoluta solidariedade. É evidente a armadilha montada no texto, na forma como a pergunta foi feita. Foi uma montagem para tentar comprometê-la, ridicularizá-la, diminuir a sua luta contra as oligarquias de Alagoas. Não é a primeira vez que a **IstoÉ** faz coisas semelhantes. A revista tem dado uma colaboração muito interessante para o esclarecimento de muitos assuntos, mas um adversário político meu sofreu, outro dia, uma denúncia por parte da revista **IstoÉ** absolutamente equivocada. Refiro-me ao Ministro Rafael Greca, cujo assessor foi acusado de manter uma conta na Caixa Econômica Federal em nome de sua mãe, com um determinado valor que teria se originado do dinheiro recolhido nas máfias argentina, italiana e espanhola. A revista, até então, vinha esclarecendo os detalhes do escândalo do bingo, mas publicou uma informação errada e absolutamente inverídica. Não havia os recursos denunciados pela revista nessa conta. Esperava-se de uma revista séria a imediata retificação e a confissão do engano, mas não houve nenhuma retificação a respeito da informação dos recursos na conta. Na verdade, tratava-se de uma desinformação passada à revista **IstoÉ**. Mais do que a agressão que V. Exª sofreu, acaba sofrendo a revista, que perde a credibilidade. De qualquer forma, a montagem é clara. Qualquer pessoa que leia com o mínimo de tirocínio percebe que foi uma pequena armadilha da revista **IstoÉ** contra V. Exª, que tem a minha solidariedade absoluta. É dura a minha crítica à revista **IstoÉ**. A imprensa não pode ter esse comportamento. Quando surgiu a denúncia em relação à conta do funcionário do Ministério do Turismo, pensei: “pegaram o raio do Rafael pelo rabo”. Mas não era verdadeira a denúncia e ela deveria ter sido corrigida na próxima edição. Não o foi. Provavelmente não vão querer corrigir o absurdo que fizeram com V. Exª. Não é assim que se faz imprensa limpa em qualquer país. Essa é uma mazela da imprensa brasileira. Essa impunidade tem que acabar. Lembro a V. Exª o projeto de minha autoria, aprovado por unanimidade no Senado Federal e engavetado na

Câmara dos Deputados, garantindo o amplo e rápido direito de resposta.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Roberto Requião. Não tenho dúvidas com relação à importância do projeto, pois em meu Estado a estrutura de comunicação não cumpre nem liminar da Justiça. Eles estão tão cientes da impunidade, de que estão acima da lei, que não acatam nem liminar da Justiça para consolidar direito de resposta.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Concede-me V. Exª um aparte, nobre Senadora Heloisa Helena?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte ao nobre Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senadora Heloisa Helena, em meu nome e em nome do Partido que represento no Senado Federal, o PPS, solidarizo-me com V. Exª. Eu a conheci na Casa, quando chegamos no ano passado. Acompanho a sua atuação, a sua militância, o seu foco de interesse, e as suas relações políticas estão todas ligadas ao movimento popular, àqueles que lutam por cidadania, por democracia, para mudar a realidade do nosso País. A sua militância aguerrida, com uma força e uma garra que espantam muitas vezes esta Casa e este Plenário, por não ser tradição do Senado, traz um novo e positivo elemento para o debate. Esse é o testemunho maior da sua vida. V. Exª tem a minha solidariedade e o meu apoio. A sua história, a sua trajetória e a sua militância são presentes porque, a cada dia, damos um testemunho do compromisso que temos. Cada dia, cada hora da nossa vida, da nossa militância, dos nossos compromissos é um exercício de representação. A sua vida e a sua militância são um testemunho maior que tudo. Por isso, fica a minha solidariedade e o meu apoio nessa hora que não é boa, que é incômoda e difícil. Fiz questão de usar da palavra para trazer a solidariedade minha e do PPS. Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Hartung.

O Sr. Geraldo Lessa (PSDB – AL) – Senadora Heloisa Helena, Concede-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo um aparte ao Senador Geraldo Lessa.

O Sr. Gerado Lessa (PSDB – AL) – Senadora Heloisa Helena, é extremamente desnecessário e uma perda de tempo absoluta tratar desse assunto, dessa acusação infame, injusta, que merece todos os adjetivos que a nossa vã criatividade possa imaginar. Peço que encerremos essa discussão. Posso dar o testemunho das três eleições que a Senadora teve

oportunidade de participar, porque faço parte da Bancada do mesmo Estado. V. Exª honra o Estado de Alagoas, demonstrando a sua capacidade nas instâncias em que teve função pública – no Executivo Municipal, no Legislativo Estadual e hoje nesta Casa. Todos os Partidos podem testemunhar a performance, o êxito e a competência com que V. Exª desenvolve suas idéias, seu raciocínio em torno de uma causa nacional. Por essas razões, V. Exª conseguiu votação expressiva em sua campanha – com todo o respeito – absolutamente miserável nas três disputas das quais participou, mas rica em voto, rica no poder de comunicação com o eleitorado e na capacidade de resposta que o eleitorado lhe deu, consagrando-a com este mandato de Senadora que V. Exª honra. Tenho muito orgulho de fazer parte da sua Bancada. Acredito que todos os presentes têm esse mesmo sentimento de valor. Essa reportagem é uma indignidade e não merece mais tratamento.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Muito obrigada, Senador Geraldo Lessa.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo um aparte ao Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª não precisa de solidariedade. Essa matéria deve ser analisada. A imprensa tem todo o direito de fazer matérias denunciando autoridades, parlamentares, como tem feito algumas vezes. Mas fazer uma acusação velada com base em uma entrevista com outra pessoa é um artifício covarde. Aliás, a entrevista, em algumas perguntas, merecia aquele carimbo “informe publicitário” que acompanha normalmente as matéria pagas feitas pela imprensa. Usaram a pergunta – que talvez fosse uma acusação que o entrevistado não tivesse coragem de fazer publicamente – para deixar acusações no ar e justificar o subtítulo da matéria: “Senador financiou diversas campanhas, inclusive de membros do PT”. A única referência ao subtítulo da matéria foi exatamente por meio da pergunta feita pelo entrevistador, um artifício realmente covarde. Esperamos que a revista atenda ao desafio de V. Exª e diga quem passou essa informação covarde, sob pena de a acusação caber como uma luva na própria revista. Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Antes de V. Exª encerrar seu pronunciamento, gostaria de dizer que compreendo sua indignação e nela comungo. O comportamento de V. Exª nesta Casa mostra, por inteiro, seu caráter e o extraordinário trabalho que vem desempenhando. Não podemos tolerar que a imprensa continue tendo esse tipo de atitude, principalmente usando de artifícios equivocados. Em nome do meu Partido, deixo registrada nossa solidariedade e indignação com o comportamento da revista **IstoÉ**.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª, Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senadora Heloisa Helena, quero apresentar a minha solidariedade política e pessoal a V. Exª. Conhecedor de sua luta e atuação nesta Casa, lamento o ocorrido. Acredito que deslustra a imprensa brasileira esse tipo de comportamento. V. Exª tem o conceito da Casa, tenho a mais absoluta convicção. Apesar de alguns Colégas, muitas vezes, não concordarem com os conceitos e idéias de V. Exª, todos concordam em que V. Exª é uma pessoa que honra o seu mandato, trabalha com dignidade na defesa do Estado de Alagoas e do Brasil. Aceite a minha solidariedade. Lamento que isso aconteça na imprensa brasileira. É perfeitamente possível ao jornalista utilizar-se da preservação da fonte; trata-se de um direito conquistado a partir da Constituição de 1988, necessário para que matérias investigativas sejam divulgadas no País. Uma matéria apresentada dessa forma deslustra o exercício do jornalismo e mostra que pessoas precisam esconder-se, para não assumir a autoria de denúncias, o que é profundamente lamentável.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço, Senador Antero Paes de Barros, o seu aparte.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senadora Heloisa Helena, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª, Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senadora Heloisa Helena, solidarizo-me com V. Ex^a, que é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nesta Casa, quem conhece V. Ex^a, com certeza, quando leu a **IstoÉ**, achou graça. Particularmente, achei graça do que li na revista, porque, neste curto tempo em que convivemos, pude conhecer a sua personalidade, a retidão do seu caráter. Isso serve para que todos nós passemos a refletir a respeito dos acontecimentos. Muitas vezes, a indignação evidenciada por meio das palavras neste plenário tentam traduzir a revolta que a pessoa sente ao ser agredida. Há aqueles que consideram que a palavra pesada significa quebra de decoro e que o Senador que a proferiu até mereça responder a processo, mas avalio que as palavras são ditas conforme o tamanho da indignação que sentimos em relação às injustiças praticadas contra nós. Esses episódios nos ensinam a compreender por que Senadores, seja da Oposição, do Governo ou de qualquer Partido, demonstram aqui toda a sua indignação, ao se sentirem injustiçados. É preciso refletir até que ponto estamos, nesse momento, quebrando o decoro ou atingindo o Regimento Interno; enfim, até que ponto estamos exercendo o direito de colocar nas palavras nossa indignação. Solidarizo-me com V. Ex^a, afirmando que jamais passaria na cabeça de qualquer um de nós, que conhece V. Ex^a, que aquilo que está escrito na revista não é tudo o que V. Ex^a acabou de proferir desta tribuna.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Osmar Dias.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senadora Heloisa Helena, não li a matéria, mas, com a leitura que faço deste plenário e com as informações que obtive agora, eu diria a V. Ex^a que quem tem honra tem o direito de indignar-se. É justa a indignação de V. Ex^a, e o repúdio deve ser veemente, sobretudo quando se tenta atingir a honra de uma Senadora que já tem uma imagem de pureza e de amor à nossa terra e à gente brasileira. Não há dúvidas de que V. Ex^a, aguerrida, principalmente, na defesa dos interesses dos mais humildes, tem o direito de se defender de uma acusação que não é clara, que fica nas entrelinhas, que sugere mas não define, que não declara. Para evitar qualquer entendimento perverso à vida e à honra de V. Ex^a, parece-me justa e necessária a manifestação. Sei da conduta e das posições de V. Ex^a em

defesa do povo de Alagoas e do País, mas, sobretudo, em defesa daqueles que precisam falar pela veemência e pela atuante voz de V. Ex^a. Portanto, receba nossa solidariedade. Digo mais uma vez: “Ser grande não é lutar por grandes causas, mas é lutar até por uma pena quando se trata da honra.” Shakespeare.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Amir Lando.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Ex^a, Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Nobre Senadora Heloisa Helena, é em momentos como esse que lamentamos certos acontecimentos. Também não li a matéria, mas penso que V. Ex^a tem razão em sentir essa indignação. Em nenhum momento, após sair deste plenário, V. Ex^a deve preocupar-se com o que está escrito na revista, pois todos conhecem o seu posicionamento, a sua luta, a sua dignidade. Como disse muito bem o nobre Senador Osmar Dias, em pouco tempo, nesta Casa, V. Ex^a demonstrou que veio para trabalhar e para lutar pela causa dos mais carentes. Então, receba o meu reconhecimento não só como mulher, mas como uma Parlamentar que admira muito a sua luta e que tem a certeza de que o povo das Alagoas, quando ler essa notícia, ficará muito mais indignado do que V. Ex^a. Antes, já tínhamos muita admiração pelo seu posicionamento; a partir de hoje, teremos muito mais, porque é uma grande injustiça a revista publicar tal artigo, sabendo que V. Ex^a jamais recebeu dinheiro de outro Partido que não fosse o seu. Não tenho procuração dos nossos Colegas para defendê-lo, mas talvez o Senador nem tenha falado essas palavras. Sou do mesmo Partido de S. Ex^a e posso dizer que o nosso Estado nunca recebeu um centavo do Senador para ajudar campanha política ou em qualquer outra ocasião. Talvez até porque nunca tenhamos solicitado. Todavia, se S. Ex^a não ajudou os próprios candidatos do seu Partido, como vai ajudar os outros? Muitas vezes, quando se vê um político enfrentando determinadas dificuldades, como ocorre hoje com o Senador Luiz Estevão, nesses momentos, procuram atingi-lo mais ainda, colocando mais lenha na fogueira. Portanto, saia V. Ex^a de cabeça erguida deste plenário. Hoje V. Ex^a, mais do que nunca, está tendo a solidariedade de todos os seus Pares.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senadora Marluce Pinto, agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Artur da Távola (PSDB – RJ) – Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a está a receber o que merece: a homenagem da Casa. Todos temos em V. Ex^a uma das estrelas deste plenário. O interessante é que se trata de estrela com quem, muitas vezes, não concordamos, mas não podemos negar o aguerrimento, a força, o vigor, até a falta de respiração, às vezes, que tanto comento com V. Ex^a. Na defesa, V. Ex^a é possuída pelo que se chamou, antigamente, de a santa ira. Posso, nem sempre, concordar com os objetivos, mas concordo com a santa ira. V. Ex^a é sincera e se atira por inteiro, desguarnecida até, nessa luta. Justamente por causa disso, talvez fique vulnerável. V. Ex^a se distingue neste Casa porque ainda não adquiriu as calosidades da vida política e os cuidados. E, nisso, há uma autenticidade que deve ser admirável e admirada por todos nós. Daí a solidariedade da Casa. A Casa reconhece em V. Ex^a a sinceridade, verdade interior, virtudes que a política, às vezes, abandona por conveniências, por espertezas. Saiba que esse é um conceito que a Casa tem e daí o apoio que lhe dá. Gostaria, porém, de fazer uma reflexão com V. Ex^a. Ela não se refere a V. Ex^a, mas ao seu Partido. Muitas vezes o Partido de V. Ex^a tripula, a meu ver erradamente, esse moralismo vingador – chamo de moralismo vingador –, que faz tanto sucesso no Brasil e que foi brandido, em 1964, quando se deu o golpe militar. O que havia ali? A idéia de que se estava combatendo a subversão e a corrupção. De lá para cá, sempre a pregação moralista tem enorme êxito. A meu ver, hoje, a pregação moralista, inclusive, penetra o campo do populismo. O Partido de V. Ex^a creio que, às vezes, precisava meditar um pouco sobre a dor que pode causar um tipo de acusação dessa natureza. Agora V. Ex^a está sentindo! Muitas vezes, o Partido de V. Ex^a causa essa dor a muita gente – saiba com toda franqueza, a mesma com que disse tudo o que penso a respeito de V. Ex^a antes. Até porque, muitas vezes, esse tipo de acusação que o Partido de V. Ex^a faz vem velado, embora cáustico e de uma maneira profunda. Tenho ouvido aqui nesta Casa ser dito, de modo absolutamente aberto e até sem contradita – na minha opinião, muita gente falha nesse sentido, inclusive o próprio Governo –, que o Governo é entregue ao capital estrangeiro, que está vendendo o Brasil. Tais acusações são tão graves como essa que V. Ex^a recebeu. Tenho visto brandir-se o tema “patriotismo”

como se fosse monopólio, por exemplo, do Partido de V. Ex^a, e não o é. Quantas vezes o que existe é uma diferença de visão em relação a como conduzir o País! Por que conduzir o Brasil e as idéias, diferentemente do que quer o PT, é estar vendido ao capital estrangeiro, é ter entregue o País? Empregam a seguinte frase: “Efetuar o desmonte da máquina do Estado”. Às vezes, não é isso, eminente Senadora. Costumo sempre citar uma música popular, escrita por Haroldo Barboza e Luiz Reis. É a segunda vez que faço esta citação aqui, por ser muito verdadeira. Conta a história de uma mulher humilde que tentou contra a existência, a Joana. Diz o seguinte:

Tentou contra a existência, num humilde barracão

Joana de tal,

Por causa de um tal João.

Depois de medicada, retirou-se pro seu lar.

Aí a notícia carece de exatidão.

O lar não mais existe, porque ninguém volta ao que acabou.

Joana é mais uma mulata triste que errou.

Errou na dose, errou no amor.

Joana errou de João.

Ninguém notou, ninguém morou na dor que era o seu mal.

– Eis a conclusão magnífica – A dor da gente não sai no jornal.

Essa uma das frases das mais verdadeiras, sobretudo para nós políticos, porque a dor que V. Ex^a está sentindo agora não sai no jornal. Como também não vai sair no jornal, não tenha dúvida disso, a retificação que V. Ex^a quer. Porque há no Brasil um conflito entre Imprensa e Parlamento, e que às vezes o partido de V. Ex^a ajuda, quando não acredita na democracia representativa. Este conflito é da seguinte natureza a meu ver: o Parlamento tem poder, mas não tem força, a Imprensa tem força, mas não tem poder. Portanto, ela precisa do poder do Parlamento através da força que ela se utiliza contra o Parlamento. Todas às vezes em que o Parlamento votou contra o que queria a Imprensa, foi massacrado. Nós somos massacrados aqui diariamente, por quê? Por causas legítimas? Às vezes; mas somos massacrados quando há generalização, quando não se faz a distinção. Nós somos massacrados cada vez que trabalhamos serena e severamente em uma comissão e essa matéria nem existe nos jornais. Nós somos massacrados quando o modo de funcionamento do Parlamento, ao invés de

ser explicado, é passado à Nação como se fosse um modo de pessoas desqualificadas, permanentemente. Por isso, essa reflexão, nos caminhos tortos pelos quais muitas vezes a mão de Deus se faz sentir, é importante em uma pessoa como V. Ex^a, que é uma pessoa de grande dignidade, de enorme dedicação ao País; mas dedicação que, a seu modo, é importante, como a de outros muitas vezes de maneira mais tranqüila ou de maneira menos aguerrida, como a de V. Ex^a também existe, porque há estilos, há fórmulas. Se V. Ex^a vier para fazer coro com aqueles que querem do Parlamento a justiça, isso será muito importante. Porque, no momento em que misturam V. Ex^a com as pessoas que denigrem o Parlamento, fazem uma injustiça descomunal e, ao mesmo tempo, o Parlamento ganha a possibilidade de uma defesa numa pessoa honrada como V. Ex^a. Temos de fazer essas considerações diariamente no Brasil. Na batalha da Imprensa com o Parlamento, o Parlamento está perdendo e vai perder. Não adianta lutarmos aqui – não será a lei de imprensa que resolverá, nada disso. O que vai adiantar serão o crescimento de um nível de consciência e o desenvolvimento da atividade jornalística. Reparem que jornalistas mais qualificados não fazem essas classificações. Os jornalistas que estão aqui todo dia sabem quem é quem, porque nos acompanham de perto. Em geral, isso é feito por quem está na redação e não tem nenhuma noção de quem é que está aqui – às vezes, é um editor que manda bater em alguém. Em suma, fazem, sem sangue, o que a ditadura fazia quando torturava. V. Ex^a foi torturada. Quantos aqui já foram torturados. Certa vez, a minha amiga Dina Sfat, já na fase da abertura, numa reunião que tivemos com um general, disse a ele: “General, eu sou uma mulher muito corajosa, mas quero dizer ao senhor que converso com o senhor com medo. Eu estou com medo, general, e eu não tenho medo. O senhor já pensou no absurdo que é eu ter medo de conversar com o senhor?”. Quantas vezes abrimos uma revista dessas com medo? Medo, não porque não tenhamos energia para enfrentá-la, não. É porque, por mais que tenhamos essa energia, ela não chega lá. Não se desfaz uma maldade dessa ordem com um desmentido pequenino. Esse tema é muito sério, tem a ver com estruturas democráticas. Creio que se V. Ex^a admite pensar que existe uma ordem superior, quem sabe ela não a trouxe a mais essa luta, na sua vida tão marcada por lutas; a luta de ajudar que o Parlamento possa ser melhor compreendido neste País. Por quê? Porque ao atacarem uma pessoa como V. Ex^a imediatamente as vozes do Parlamento, inclusive aquelas que diariamente são fusti-

gadas aqui, honradamente, pela posição contrária de V. Ex^a, vêm em sua defesa. É para ganhar um adepto à consciência de que não podemos prosseguir dessa maneira. O Parlamento brasileiro não é constituído de um bando de desalmados, de canalhas. Não é! Não é porque não é! E isso terá que ter de alguma forma um controle. Acredito que os jornalistas mais conseqüentes – tenho visto entrevistas – já estão assustados com isso. Eles não querem esse tipo de matéria, e, repito, principalmente os que conhecem o trabalho do Congresso Nacional. Mas, muitas vezes, são ordens até da redação. E quando a ordem vem de cima, Senadora, não é em nome de moralismo nem de ética, não; é em nome de venda, venda de revista, audiência de televisão! Não tem por traz nenhuma ética especial a comandar esse tipo de processo, não. Há interesses. E é no jogo de interesses que fica fácil levantar figuras da política brasileira que nada têm a não ser a sua imagem e destruí-las, porque assim se destrói o Parlamento e a Direita brasileira, que muitas vezes está infiltrada nessas pessoas – ainda algumas que se dizem de Esquerda –, continua absolutamente avançando. Desculpe-me V. Ex^a, pois me toquei de mim mesmo e de um entusiasmo interior, a santa ira de V. Ex^a, para analisar o processo no qual V. Ex^a está engolfada. Acredito que o fato nos ajude a ser mais conscientes em relação a tudo. Desculpe a extensão do aparte. Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte, Senador Artur da Távola.

Concluindo, Sr. Presidente, porque sei que já ultrapassei todos os tempos, gostaria apenas de dizer que não acredito que isso seja a mão de Deus. Esse tipo de jogo sujo não tem nada a ver com Deus, que nos colocou aqui para sermos felizes.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Heloisa Helena, não vou me alongar. Ouvi com atenção o aparte do Senador Artur da Távola, que, como grande jornalista e literato, fez uma análise e uma observação muito clara do que pensa a respeito do assunto. Nobre Senadora, sou cristão, compareço às missas e faço as minhas orações. Por esse motivo, lembrei-me de um texto da liturgia da Semana Santa da missa de ontem. Dizia o texto que o pregador não esconde o rosto daqueles que lhe arrancam a barba nem as costas daqueles que o chicoteiam. Essa é uma visão cris-

fã dos primeiros pregadores acerca da humildade. Mas até que ponto a indignação de ofensas que nos atingem no âmago pode ser tolerada sem uma reação compatível até com o procedimento que normalmente adotamos no uso da palavra? O Senador Osmar Dias chamou-nos a atenção sobre esse assunto, ponderando em que circunstâncias uma palavra mais agressiva significa quebra do decoro numa demonstração do asco que se sente – como diz o Presidente da República – quando determinado fato nos traz a verdade. Então, sou solidário a V. Exª em razão das ofensas morais que lhe foram dirigidas, porque praticamente, desde que V. Exª assumiu a sua cadeira, tenho presenciado de perto a sua luta e a certeza da sua dignidade e da sua honestidade nos princípios que traçou para ser uma boa Parlamentar nesta Casa.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminente Senadora Heloisa Helena, todos aprendemos a admirá-la e a respeitá-la por tudo que V. Exª tem demonstrado a partir do momento em que chegou a esta Casa – seu sentimento nacional, sua sensibilidade social e sua personalidade de probidade absoluta. Então, nenhum de nós duvida das qualidades pessoais de V. Exª. Não li a matéria, mas tenho acompanhado as aberrações trazidas pela imprensa nacional contra esta Casa. Sobre isso, o eminente representante do Rio de Janeiro, Senador Artur da Távola, discorreu em seu aparte. Normalmente, os apartes não são publicados na íntegra pelo nosso jornal, mas, neste caso, embora eu não saiba ser possível tal solicitação, gostaria de pedir que tal aparte fosse publicado na íntegra, porque foi realmente uma lição para todos nós. S. Exª traz informações preciosas, com a sua cultura, com o embasamento do grande intelectual que é e com o seu sentimento nacional. Todos conhecemos o Senador Artur da Távola, e o que S. Exª disse é verdade. Não sei pronunciar as palavras tal qual S. Exª o fez, mas eu gostaria de repeti-las, porque é uma lição para todos nós. Desde o primeiro momento nesta Casa, Senadora Heloisa Helena, aprendemos, repito, a admirá-la e respeitá-la. Este respeito e esta admiração continuam. Ainda que eu não tenha visto essa matéria, nenhuma matéria, publicada em qualquer

jornal que seja, poderá modificar o meu pensamento a respeito de V. Exª.

A SR.ª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Exª o aparte.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Conceda-me V. Exª um aparte?

A SR.ª HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, Exª.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Senadora Heloisa Helena, conhecemos bem a sua atuação. V. Exª é uma pessoa aguerrida, que se entusiasma permanentemente com as causas que abraça. Isso é de um valor imensurável. V. Exª é uma pessoa transparente. Podemos nós, que integramos outras legendas diferentes da sua, até discordarmos aqui e ali de suas observações, de determinados pontos de vista esboçados, mas ninguém neste plenário tem o direito de não considerá-la uma idealista, de não considerá-la uma pessoa preocupada com o País e fundamentalmente com os mais pobres e com a luta por uma sociedade mais justa. Por isto mesmo, quero emprestar neste momento não só a minha solidariedade pessoal como seu Colega – sinto-me honrado em sê-lo –, mas do meu Partido, o PMDB. Entendo que o nome de V. Exª foi inserido gratuitamente na entrevista e, naquele momento, cometeu-se uma injustiça com V. Exª. Por isto mesmo, não tenho nenhuma dificuldade, apesar de a entrevista ter sido concedida por outro integrante deste Parlamento e da minha Bancada, em oferecer a minha solidariedade a quem eu respeito, até porque V. Exª é como determinados sepulcros caiados, uma vez que se falou em Evangelho. V. Exª é profundamente transparente. Sou admirador de pessoas assim e até daqueles que são meus adversários ou dos que eventualmente não gostem de mim. Tenho horror a sepulcro caiado, coisa que V. Exª não é. Portanto, V. Exª é merecedora de todas as considerações elogiosas por parte de seus Companheiros que reconhecem em V. Exª uma grande Parlamentar que luta pelo seu Estado e pelos interesses dos mais pobres no Brasil. Receba, portanto, dos seus colegas e do Líder do PMDB nesta Casa, a nossa solidariedade, por entendermos que o nome de V. Exª foi inserido gratuitamente, de forma despropositada, nessa entrevista.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Jader Barbalho.

Tenho absoluta certeza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que sou uma mulher cheia de defeitos, muitos defeitos. Certamente não tenho nenhuma dessas principais virtudes que os filósofos citam, a sabe-

doria, a moderação e a prudência. Mas talvez eu tenha a justiça e a coragem. Portanto, quero que o rapaz que disse isso seja homem; se algum Senador deu a informação, quero que seja homem, não seja cabra safado, moleque. É a única coisa que digo: que ele se comporte como homem! É só, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senadora Heloisa Helena, a Presidência compreende a indignação de V. Ex^a.

Não é a primeira vez que essa revista calunia Senadores e o Senado. Inclusive, está em curso sindicância, porque essa revista dizia que, no Senado Federal, havia tráfico de cocaína. Estamos pedindo os inquéritos na Polícia Federal, a fim de que o Senado Federal continue, com está fazendo, a tomar as providências sobre esse assunto.

Entretanto, essa acusação leviana – e os termos que V. Ex^a empregou são válidos para a sua indignação – foi uma coisa que V. Ex^a deve até agradecer, porque recebeu a solidariedade de todos os seus colegas, que reconhecem em V. Ex^a uma Senadora atuante, séria, digna, embora qualquer um possa divergir política ou ideologicamente. Mas, nesta hora, é indispensável que todos se unam para dar a V. Ex^a a solidariedade que merece.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda, por cessão do Senador Sérgio Machado

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, muito obrigado. Na verdade, fiz uma permuta com o Líder do PSDB, Senador Sérgio Machado.

Sr. Presidente, também vou falar de honra, dignidade, limites que devem ter os homens públicos no momento de suas declarações. Ainda que sem o mesmo brilho e a competência, quero retomar a linha de raciocínio que o Senador Artur da Távola usou no aparte à Senadora Heloisa Helena. A ela, Senadora Heloisa Helena, também a minha palavra de solidariedade, mais do que isso, de orgulho pela forma como reagiu a essa insinuação.

Desejo, Sr. Presidente, referir-me a um anúncio que o PDT fez na televisão, nesse final de semana, com as palavras e a imagem de um dos seus líderes nacionais, o ex-Governador Leonel Brizola, que, na verdade, não ofende apenas a imagem pessoal do Presidente da República. Vai mais além: ofende a função do Presidente da República e, ao fazê-lo, o que consegue mesmo é ofender a sua própria história política. Mais uma vez, nesta Casa, Sr. Presidente, te-

nho que lamentar a infelicidade do ex-Governador Leonel Brizola no atentado que insiste em fazer contra sua própria biografia. As palavras, a forma, o conteúdo, a oportunidade de agredir não apenas o Presidente, mas as instituições democráticas, a inteligência das pessoas, não faz jus, repito, à história do próprio Leonel Brizola. Minha geração, Sr. Presidente, concordando ou discordando, tinha no engenheiro, ex-governador, ex-parlamentar, um homem idealista, um homem que buscava construir um novo modelo de sociedade. Com a gratuidade de suas afirmações levianas, o Sr. Leonel Brizola consegue, mais uma vez, atentar contra a imagem que ele mesmo buscou construir.

Sinceramente, Sr. Presidente, num primeiro momento, por me sentir também como brasileiro agredido, tive vontade de, em público, aqui desta tribuna, dizer que o Sr. Leonel Brizola precisa ter mais respeito com a legislação político-partidária brasileira, que possibilita aos partidos políticos – muitas vezes no horário nobre de rádio e televisão –, gratuitamente, a defesa de suas propostas partidárias, a defesa de teses, idéias, e não a agressão às pessoas, agressão ao telespectador, ao ouvinte, com insinuações primárias. Ora, Sr. Presidente, é como se o PSDB usasse o seu horário eleitoral gratuito para questionar se o dinheiro que veio de Cuba foi ou não usado pelo Sr. Leonel Brizola para fazer movimentos revolucionários; se foi ou não usado para comprar fazenda em país vizinho.

Sr. Presidente, creio que não é isso que a sociedade brasileira deseja ouvir no debate político. E eu quero, mais uma vez, desta tribuna, lamentar com veemência o uso inadequado de qualquer veículo, seja uma entrevista em revista de circulação semanal, seja – o que é mais grave – uma apresentação em horário eleitoral gratuito – que é gratuito para os partidos, mas pago por toda a sociedade – para acusações levianas como as que foram desferidas pelo Sr. Leonel Brizola.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador José Roberto Arruda, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Com o maior prazer, Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Arruda, na condição de Líder do PDT no Senado, não é minha intenção, neste momento, polemizar com V. Ex^a, mas eu gostaria de pelo menos mencionar, nesta oportunidade, que o Presidente Nacional do PDT prima pela responsabilidade nos seus pro-

nunciamentos e pela coerência política com que trilha sua vida pública desde quando começou como Deputado Estadual até chegar a ser Governador por três vezes. Em tantas outras ocasiões, o ex-Governador Brizola sofreu duras críticas – como a que V. Ex^a está fazendo hoje – e tem estado sempre acima de tudo isso, em função de que hoje é um retrato vivo de uma história de vida que construiu do alto dos seus quase 80 anos. Então não posso dizer a V. Ex^a, ao seu Partido e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que essa é uma posição partidária, em função de que o Governador Brizola certamente não consultou o Partido ao fazer suas afirmações. E se, neste momento, ele não estiver a escutar-nos, serei portador das suas referências, das suas observações, tendo, sobretudo, a convicção de que as palavras do ex-Governador e Presidente do PDT, Leonel Brizola, representam a nitidez, a transparência do seu pensamento, daquilo que ele sente. E quando fala na televisão, nos momentos a que V. Ex^a se referiu, fala com a indignação própria de quem sofreu muitos reveses no decorrer de sua vida. S. Ex^a aponta eventos e faz ilações que podem colocar em dúvida também, em determinados momentos, a postura do Presidente da República e de seu Governo. Considero importante o discurso de V. Ex^a. Serei portador deste ao Presidente Nacional do PDT. Concluo, entretanto, dizendo que a declaração feita é da inteira responsabilidade do Sr. Leonel Brizola. Certamente, S. S^a dificilmente fará qualquer reparo ao que disse pela televisão. Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Agradeço o aparte de V. Ex^a, elogiando a elegância com que discorda – aliás, própria de sua postura neste plenário. O que não podemos – disse-o bem o Senador Artur da Távola – é discordar unilateralmente.

Senadora Heloisa Helena, não a conheço em profundidade, discordamos quase sempre, poucas vezes estivemos juntos em votações, somos de Partidos diferentes, mas V. Ex^a tem o meu respeito. Confesso que também me sinto – aliás como vários Senadores já o mencionaram – agredido quando um Colega de Congresso é atacado de forma descabida, desprovida de realidade.

Contudo, é preciso que a sociedade brasileira entenda, com o amadurecimento político que só a democracia traz, com a liberdade de imprensa que temos hoje, que, antes de soltar as palavras ao vento, notadamente em horário eleitoral gratuito, pago pela população, em cadeia nacional de rádio e televisão, qualquer personalidade da vida pública precisa medir

as conseqüências do que diz. Assim, lamento profundamente – e lamento de verdade – que um homem com a história e a estatura política que pelo menos já teve o Sr. Leonel Brizola não tenha o equilíbrio necessário para fazer essa delimitação de espaço. Realmente, lamento.

Ora, S. S^a acreditava que, com suas palavras, estaria agredindo o Presidente; agrediu muito mais o Congresso! Concorde-se ou não com o advento da reeleição, esta foi votada na Câmara e no Senado, com maioria absoluta de votos de Deputados e Senadores – e isso é preciso, obviamente, ser respeitado.

Eu poderia levantar hipóteses, dizendo que o Dr. Brizola estaria nervoso em função das questões havidas no PDT no Rio de Janeiro, mas não vou fazer isso. Não conheço em detalhes os problemas por que passa o PDT do Rio de Janeiro; não conheço os detalhes que fizeram, por exemplo, com que o PT deixasse o Governo do PDT carioca; não tenho elementos para uma análise profunda. Então, se não os tenho, devo esperar que os fatos, com a liberdade de imprensa, esclareçam a opinião pública, furtando-me a tirar ilações gratuitas e, pior, em horário eleitoral gratuito, onde sequer é possível se ter resposta. Esta, a tribuna que tenho; assim, é desta tribuna, obviamente, que lamento profundamente esse tipo de gesto.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador José Roberto Arruda, creio que não caberia mais apartes em vista mesmo das colocações feitas pelo Senador Sebastião Rocha e pelas respostas de V. Ex^a; porém, aqueles que, como eu, já passaram dos 60 anos de idade e conhecem um pouco da história viva do País, principalmente porque a viveram, lembram-se de um período difícil da vida pública nacional, quando a Rede da Legalidade, chefiada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Leonel Brizola, pregava a permanência da democracia, evitando que o Presidente fosse substituído em virtude de qualquer manobra política que levasse à quebra do ordenamento jurídico vigente no País. Hoje, em posição contrária, o ex-Governador lança uma campanha de “Abaixo Fernando Henrique”, forçando uma situação exatamente num momento difícil, em que a própria juventude está incerta quanto ao futuro do País. Temos uma camada da população, constituída de jovens entre 16 e 21 anos, que ainda não conseguiu descobrir seu caminho e, às vezes, corre o risco de ser influenciada pela

quebra do ordenamento jurídico. Sentimos todas as dificuldades por que vem passando o Presidente Fernando Henrique Cardoso; todavia, a reeleição de Sua Excelência foi uma solução de continuidade para que se pudesse fazer a reformulação total do que foi colocado como necessário em suas campanhas eleitorais. O Congresso Nacional, por sua vez, em sua maioria, concordou com a tese da reeleição. O ex-Governador Leonel Brizola, pela sua história, pode, em muito, contribuir para que a democracia seja permanente. O que não podemos é influenciar a juventude ao desrespeito pelo ordenamento jurídico vigente, questionando a autoridade do Presidente eleito. As críticas têm que ser feitas, assim como as discussões têm que acontecer – tanto que isso acontece todos os dias neste plenário; contudo, as críticas devem ser feitas diretamente nos pontos em que há divergências, e nunca trazendo influências altamente negativas, com acusações de desonestidade. Isso não fere a figura do Presidente da República, mas a autoridade de Sua Excelência. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Penso que V. Ex^a, com seu raciocínio, simplifica bem o que é a minha indignação.

O Sr. Brizola, como qualquer outro brasileiro, fortalece a democracia na medida em que a respeita. Pode-se discordar do modelo, pois isso faz parte do sistema democrático; o que não se pode é desrespeitar o próprio sistema democrático.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador José Roberto Arruda, solicitei o aparte para dizer que o processo de reeleição teve duas etapas de votação no Congresso: uma delas, na Assembléia Constituinte, em 1988, quando o PDT, na sua unanimidade, votou a favor da reeleição. Houve uma decisão nacional do Partido favorável à reeleição. Aliás, é preciso que se diga, toda a Esquerda brasileira votou a favor da reeleição em 1988. Quando se votava a favor da reeleição em 1988, que tese nós defendemos? Quatro anos de mandato, com direito à reeleição, inclusive a do Presidente à época, José Sarney. Esta, a tese que todos votamos – e o PDT votou integralmente a favor. Houvesse sido aprovada em 1988, estaria, desde então, inscrita na Constituição brasileira. Portanto, não há tanta coerência em se insurgir agora

contra o instrumento da reeleição. Foi esse o pensamento do PDT durante a Assembléia Nacional Constituinte. Pessoalmente, tenho uma convicção: é importante que o debate sobre a reeleição seja trazido de novo à baila, principalmente após as eleições municipais. Teremos pleitos municipais agora e, depois, não tenho a menor dúvida, o País irá se debruçar sobre a matéria, e, aí sim, será preciso, inclusive, contar com a contribuição do ex-Governador Leonel Brizola para que possamos discutir o instituto da reeleição. O meu aparte é apenas para, manifestando concordância com V. Ex^a, dizer que, realmente, esse é um assunto que ainda iremos debater, ainda que não veja um comportamento de coerência total com relação ao pensamento político do ex-Governador Leonel Brizola.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)
– Agradeço ao Senador Antero Paes de Barros, que traz, inclusive, uma constatação histórica da maior relevância e que, confesso, passava-me despercebida.

De fato, o que me causa efetiva indignação é que, como o próprio Líder do PDT nesta Casa referiu, o Dr. Brizola não consultou sequer o Partido, em uma atitude autoritária, caudilhesca e, mais do que isso, incoerente, se o próprio Partido, em 1988, defendeu o instituto da reeleição.

Sejamos francos: há nesta Casa os que concordam e os que discordam do instituto da reeleição. Nunca será demais reavaliar. Filei-me sempre a favor da reeleição, pois considero que o melhor julgamento que o gestor da coisa pública pode receber, seja presidente, governador ou prefeito, quanto ao seu trabalho é o do povo nas urnas: aquele que é bom governante, que seja reeleito; aquele que não é, que receba a crítica pelo voto, nas urnas.

Mas, obviamente, essa discussão sempre será importante, mas no plano das idéias e não no plano da acusação leviana. Ora, o mesmo Sr. Brizola que vai à televisão atacar a reeleição é o que queria defender Collor, por exemplo – sejamos claros –; é o mesmo que queria a prorrogação de mandatos; é o mesmo que queria, em 1988, a reeleição. Desculpem-me a ausência, embora fizesse questão de avisar seu Partido na Casa. Cumpri, obviamente, o dever básico da elegância mínima dos trabalhos legislativos. Incoerente é ele! Não dá mais para ficarmos passivos a esse tipo de coisa porque é claro que temos um projeto de país. Mas é preciso também que as críticas lançadas sejam analisadas de forma construtiva, tendo, como parâmetro básico, que vivemos um momento de liberdade e um momento de democracia.

Quando se desrespeita as instituições, na verdade, estamos desrespeitando o próprio sistema democrático.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador José Roberto Arruda, não vou tratar do programa do PDT até porque não o ouvi, não sei quais foram as afirmações do Sr. Leonel Brizola, se ficou na insinuação, se fez acusações. Mas, como V. Exª tratou da reeleição, direi algo que, a meu ver, acaba dando margem a essas ilações. O fato é que a forma como o processo da reeleição foi aprovado na Câmara dos Deputados, com fitas gravadas de Deputados que teriam recebido R\$200 mil para votar a favor, e a forma como a Maioria Governista, na Câmara dos Deputados, no Congresso, agiu para abortar qualquer tipo de investigação mais profunda sobre o assunto, deu margens a essas ilações. Sempre costumo dizer que a existência da ética ou a existência do fato, que, porventura, venha a atacar a ética, não pode ser medido em função da quantidade de denúncias, porque as denúncias podem surgir das mais diversas procedências. A forma de se diferenciar é o trabalho para esclarecer o assunto, a posição que as diversas forças políticas adotam para investigar e punir os responsáveis. Vou dar um exemplo concreto: agora, em Brasília, há uma denúncia de irregularidades, envolvendo recursos do FAT, que abrangem dois Secretários de Trabalho: os Deputados Pedro Celso e Wigberto Tartuce. O Deputado Pedro Celso, logo que surgiu a denúncia, propôs a abertura de sigilo bancário. A Bancada do PT, na Câmara Distrital, está trabalhando para implantar uma CPI para investigar as irregularidades, exatamente porque não temos medo da investigação. Infelizmente, naquele episódio, V. Exª há de reconhecer – e quero ressaltar que não foi na tramitação no Senado, mas na tramitação na Câmara –, surgiram denúncias graves. **A Folha de S. Paulo** transcreveu fitas gravadas e, na ocasião, a Bancada do Governo impediu a instauração de uma CPI sob a alegação de que a CPI poderia acabar inviabilizando a aprovação da reeleição. Isso acabou deixando essa mácula, que sempre vai dar margens a futuras ilações a respeito do processo. Não sei se foi o que fez Leonel Brizola, mas quero apenas registrar isso e fazer uma correção: grande parte da Esquerda votou a favor da reeleição. O PT, porém, votou contra. Como o Senador dis-

se que toda a Esquerda votou favoravelmente à reeleição, faço essa ressalva.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Recolho o aparte de V. Exª. Tal como V. Exª, situo-me entre aqueles que consideram que todas as denúncias fundadas e objetivas devem ser apuradas. O caso do eventual uso indevido do FAT em Brasília, que V. Exª traz à baila, indubitavelmente, há que ser investigado com toda a profundidade, para que não pare dúvida sobre o assunto.

Contudo, o que não se pode – e aí a minha avaliação mais contundente – é, em virtude do “achômetro”, do “eu acho isso”, sem nada objetivo de contestação, lançar, numa cadeia de rádio e televisão, uma crítica que – repito – não se fez ao Presidente, ao Governo, mas à própria instituição democrática, sobre matéria votada e decidida pelo Congresso Nacional.

As questões objetivas passíveis de investigação neste ou em qualquer outro episódio devem sê-lo. Todavia, não se pode, irresponsavelmente, atentar contra o maior ganho da nossa geração: o restabelecimento do sistema democrático, a total liberdade de imprensa, de voz, de opinião, que deve prevalecer, de forma responsável, em nosso País.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte, concedo o Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Se o Presidente me permitir, concedo o aparte ao ilustre Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Eminente Senador José Roberto Arruda, evidentemente, não ouvi todo o discurso de V. Exª. O Sr. Leonel Brizola é um cidadão que merece de nós todo o respeito. Ouvi o aparte do Senador Antero Paes de Barros, e, sinceramente, não me lembro de jamais ter votado a favor da reeleição. Votei pelos quatro anos do Presidente Sarney e, ao que me lembre, a não ser que alguma falha de memória tenha acontecido, votamos contra a reeleição em 1988. Penso que a reeleição tem que voltar à discussão, sim. Até porque, Senador Roberto Arruda, o Brasil é um dos países que tem nesse aspecto uma legislação vergonhosa. Foi criado um processo de reeleição que é o mais absurdo que existe neste Planeta. E acho que em nenhum lugar do mundo existe a reeleição como a que temos, cujo Presidente tem direito de se reeleger no exercício do cargo, mas o seu ministro não; o governador de Estado tem direito de se reeleger no exercício do cargo, mas não o seu secretário; o prefeito também. Eu conheço um caso em que o irmão de um prefeito é brigado com ele

e não pode disputar em outro partido contra esse prefeito, porque é irmão. Então, esse absurdo, essa excrescência legislativa feita no Congresso Nacional apenas para atender ao interesse do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem que mudar. Se é que o Presidente não usa a máquina em benefício próprio para se reeleger, então não se pode supor que o secretário dele, que o dirigente de uma empresa de economia mista ou que o irmão de um prefeito vá usá-la. Quer dizer, o prefeito usaria a máquina administrativa em favor da irmã ou do irmão que quer ser vereador, mas não pode usar em benefício dele mesmo. É uma coisa ilógica, irreal e tem que mudar. Se o direito é para quem exerce o cargo de executivo, deveria ser para os secretários, os dirigentes de economia mista, os parentes do prefeito, a mulher do prefeito, a mulher do governador, para todo mundo, e não essa excrescência legislativa que existe no Brasil quanto ao processo da reeleição. Foi um arranjo que se fez, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso queria se reeleger de qualquer maneira. Isso precisa mudar efetivamente no Brasil. Essa legislação é incomum, ilógica e não existe em nenhum canto do mundo. O Congresso Nacional tem de voltar a tratar deste assunto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Recolho o aparte de V. Ex^a, concordando no mérito e discordando apenas de sua conclusão pessoal – que respeito, mas discordo – de que se tratava apenas de uma vontade pessoal, imperial. Na verdade, o Congresso Nacional todo votou e, pelo menos no que diz respeito ao meu voto, obedeceu a minha consciência. Obviamente, deve ter ocorrido o mesmo com V. Ex^a.

Quanto à revisão da legislação política brasileira, disso eu não tenho dúvidas. O caso do parentesco que V. Ex^a cita é incrível. Imagine, por exemplo, o caso do Tocantins, onde o Governador Siqueira Campos, por exemplo, pode concorrer à reeleição, mas seu filho não pode ser candidato ao cargo que o seu pai hoje ocupa. Não há nenhuma razão para que haja limitação de um lado e não de outro.

O Senador Sérgio Machado, mais que todos nós, tem se empenhado na reforma política. Penso que chegou a hora, Senador Ademir Andrade, de todos nós discutirmos mudanças objetivas no sistema político-eleitoral brasileiro, aprimorando-o, no nível em que estamos debatendo aqui. Posso discordar de V. Ex^a – não neste caso, em que pensamos igual, pois considero que realmente há uma excrescência nos exemplos que V. Ex^a citou -, mas no momento em que

discordarmos, V. Ex^a não ficará, aos meus olhos, desonesto e nem eu, aos seus. A discordância deve ser no plano das idéias. É esse respeito mínimo que peço ao Sr. Leonel Brizola, porque isso é básico para o sistema democrático. Penso que não faz bem à própria biografia do Sr. Leonel Brizola, provavelmente muito nervoso, muito chateado, entendendo, pelos problemas que o seu Partido vem enfrentando no Governo do Rio de Janeiro, mas que cuide primeiro de lá, que cuide primeiro do seu Partido, do seu Governador antes de querer de forma leviana lançar suspeitas inaceitáveis não sobre o Presidente da República, mas sobre a instituição da democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra o Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, em nome da Liderança do PMDB, é comentar o noticiário da imprensa de ontem e de hoje relativo à entrega de uma proposta de uma consultoria ao Ministério da Fazenda para reestruturação do sistema financeiro oficial federal elaborado pela Consultoria Booz Allen & Hamilton, que sugere a retirada das atividades do crédito rural do Banco do Brasil (BB). Dessa forma, analisaram os especialistas, a instituição poderá reduzir seus custos, ganhando condições de se fortalecer como banco comercial. Essa estratégia também deixa a porta aberta para, no futuro, o Governo privatizar o BB.

Sr. Presidente, há muito já nos posicionamos contrariamente à privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, dentre instituições públicas que entendemos possuir um papel fundamental para a economia brasileira, levando em conta os desníveis regionais e os desníveis de renda no País.

O noticiário da imprensa registra que esse estudo faria com que o Banco do Brasil se retirasse do financiamento de crédito rural, que passaria a ser executado por agências de financiamento, que a imprensa não deixa claro ao noticiar o estudo dessa consultoria.

Sr. Presidente, em relação ao Nordeste e ao Norte do Brasil, o comportamento do BNDES tem sido um desastre exatamente porque, pela sua estrutura, estabelece que só após determinado teto ele faz o financiamento. A partir disso, repassa para instituições privadas, ficando o crédito praticamente inacessível.

sível aos médios e, fundamentalmente, aos pequenos empreendedores no Brasil.

Se isso já ocorre, na prática, com o BNDES, imaginem com o Banco do Brasil. O noticiário registra que em oitocentos municípios no Brasil a única casa bancária é o Banco do Brasil. Todos sabem que o Banco do Brasil, aliado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na verdade, foi, ao longo do tempo, o braço executor de política agrícola de financiamento no Brasil. Creio até, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, se o Banco do Brasil se houvesse retirado, não haveria agricultura financiada neste País.

Recordo-me que, quando Governador do meu Estado, tentamos fazer com que os bancos pertencentes à rede privada repassassem para as instituições oficiais determinada faixa de crédito que os primeiros estavam obrigados a aplicar, porque os bancos particulares selecionavam meia dúzia de clientes, cumpriam a obrigatoriedade estabelecida pelo Banco Central e satisfaziam a norma com seis pessoas, porque não era conveniente democratizar o crédito. Alegavam não serem especializados e que seria trabalhoso tornar democrático o crédito para muitos agricultores. O noticiário da imprensa de ontem e de hoje registra que o custo do Banco do Brasil, em grande parte, é calculado pelo número de funcionários para fiscalizar a aplicação do crédito rural.

Desse modo, não posso imaginar quem tenha experiência de administração pública e conheça a realidade rural brasileira – aliás, dos nossos Brasis. Muita gente fala deste País levando em conta São Paulo e desconhecendo a situação do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Existem vários Brasis convivendo num só País. Então, Sr. Presidente, considero um desastre, que se comece a tentar preparar a privatização do Banco do Brasil a partir de estudos dessa natureza. Por isso mesmo, pretendo encaminhar à Mesa um requerimento no sentido de que seja solicitado ao Ministério da Fazenda esse estudo e que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal passe a fazer um trabalho a respeito. Afirmo isto porque a retirada do Banco do Brasil será o maior desserviço que se estará prestando à agricultura e ao meio rural brasileiro. E, a partir daí, também, privatizar o Banco do Brasil é outro grande desserviço ao nosso País. Creio que o Senado não ficará, de forma alguma, indiferente a esta questão, num momento em que esses estudos entendendo sejam um ensaio para preparar a opinião pública brasileira com relação à privatização do Banco do Brasil.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Ouço V. Ex^a, Senador Sérgio Machado.

O Sr. Sérgio Machado (PSDB – CE) – Senador Jader Barbalho, V. Ex^a está abordando um tema extremamente importante. Neste momento em que o País retoma a sua atividade de desenvolvimento, passando a ter um horizonte completamente diferente, não vejo o menor sentido em se pensar em privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia (Basa), que serão instrumentos fundamentais para que possamos, cada vez mais, agilizar esse processo de desenvolvimento. É muito oportuno esse requerimento de V. Ex^a, pedindo um estudo. Não vejo o menor sentido nessa questão do esvaziamento, da separação do banco comercial para ficar somente um banco de financiamento agrícola em um momento em que, cada vez mais, precisamos de bancos múltiplos que possam financiar, com taxas de juros e prazos adequados, o desenvolvimento do Brasil sobretudo na periferia e naqueles municípios mais distantes onde o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o BASA têm papel fundamental. Em minha visão, não há o menor sentido em se pensar ou imaginar que se possa privatizar os bancos neste momento do desenvolvimento brasileiro.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Sérgio Machado, que conhece bem a realidade e, em particular, a do Nordeste como representante do Estado do Ceará.

O que mais me assusta é que o noticiário diz que essa consultoria se baseou no modelo alemão. Se no Brasil não é possível encaixar um modelo do Sudeste e entender que ele se adequa ao Nordeste, ao Centro-Oeste e ao Norte do Brasil, fico imaginando como é que se baseia em um modelo alemão para se estabelecer política no Brasil.

Em primeiro lugar, todos sabemos que este País padece de uma distribuição de renda terrível que nos envergonha perante o mundo, que o nosso agricultor padece da falta de educação no que diz respeito à informação e de apoio técnico. Assim, estabelecer um paralelo entre o produtor rural brasileiro e o alemão, e o agricultor alemão, isso por si só nos causa espanto que se possa levar em consideração um estudo dessa natureza!

Depois, o noticiário afirma que haverá uma fusão, uma proposta de fusão, do Banco do Nordeste

com o Banco da Amazônia. É outra sandice! Quem conhece o Nordeste e conhece a Amazônia sabe que são totalmente diferentes. A realidade do Nordeste nada tem a ver com a realidade da Amazônia. E, dentro da própria Amazônia, que corresponde a 2/3 do território nacional, há microrregiões distintas. O nordeste paraense nada tem a ver com a região do Baixo Amazonas. O Pará não tem a ver, em grande parte, com a realidade do Estado do Amazonas. A outra banda, o lado correspondente a Roraima, Rondônia e Acre, nada tem com o lado oriental da Amazônia. São realidades distintas, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

E deve levar-se em conta que o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia exercem um papel de capilaridade como o Banco do Brasil. Em vários pontos da Região Amazônica, só existe o Banco da Amazônia. Então, estabelecer que o modelo de um país estrangeiro é adequado para o nosso País, no mínimo, é uma temeridade.

Quero, desde logo, manifestar, da tribuna do Senado Federal, nossa perplexidade em relação ao assunto e deixar bem claro que nosso Partido não aceitará essa história de privatizar o Banco do Brasil. Não vamos aceitar a história de privatizar o Banco do Brasil, privatizar a Caixa Econômica Federal, privatizar a Petrobrás.

Particularmente, eu, assim como outros companheiros, fui contra a privatização da Vale do Rio Doce, porque entendia que privatizar a Vale do Rio Doce por R\$3 bilhões era um desserviço ao País.

Privatizar o Banco do Brasil é demais! Não dá para agüentar! O fundamental no Banco do Brasil é o crédito rural. Na verdade, o Ministério da Agricultura, neste País, sempre foi o Banco do Brasil. Carlos Lacerda chegou a afirmar que, se fechassem o Ministério da Agricultura, seria necessário um anúncio explicando que o Ministério havia sido fechado, mas não o Banco do Brasil.

Um dia desses, fui interpelado pela jornalista sobre o fato que considerava o mais importante nesses 500 anos da História do Brasil. Veio a minha cabeça a vinda da família real para o Brasil, porque foi exatamente esse fato que permitiu a preparação para a independência do Brasil alguns anos depois. Entre os gestos da vinda, está lá o nosso Banco do Brasil.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse estudo pode ser a preparação publicitária para que se comece a admitir a hipótese. Desde já, queremos reagir: o Banco do Brasil não! Não é possível!

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Jader Barbalho?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Pois não, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Jader Barbalho, vivi pessoalmente, durante longos anos de minha vida, a experiência extremamente gratificante de servir o Banco do Brasil, um Banco do Brasil do qual tenho muita saudade e que era instrumento indutor do progresso e do desenvolvimento, principalmente nas regiões de fronteira. E veja V. Ex^a que servi na região norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, na cidade de Araguaína, que tinha como jurisdição Municípios num raio de 500Km de ação, dentre eles, muitos do Estado que V. Ex^a tão brilhantemente representa nesta Casa. E era o Banco do Brasil que contribuía para que pequenos produtores, empresários e industriais desenvolvessem suas atividades. Não vejo como, num País multifacetado como o nosso, de tão acentuadas divergências regionais, o Governo pode pensar em abrir mão de tão forte, tão poderoso e tão importante instrumento difusor de políticas de igualdades regionais. Portanto, concordo com V. Ex^a e solidarizo-me nessa luta porque também me manifesto contrário à privatização do Banco do Brasil.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que tem experiência, não apenas como Parlamentar representante do Estado do Tocantins mas também vivenciada no dia a dia, da importância do Banco do Brasil, principalmente para o desenvolvimento do meio rural brasileiro.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Jader Barbalho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Ouço o Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Jader Barbalho, vejo com alegria a presença de V. Ex^a na tribuna tratando desse tema. Quero lembrar que, por ocasião da sabatina do Dr. Armínio Fraga na Comissão de Assuntos Econômicos, vários Senadores insistiram numa pergunta: qual era a posição dele a respeito da privatização do Banco do Brasil. O tempo todo o Dr. Armínio Fraga fugiu da resposta. Talvez fizesse isso porque, se desse a resposta que realmente pensava, poderia ter menos votos no plenário do Senado. Ele sempre dizia que havia uma comissão de reestruturação do sistema financeiro e que nada tinha sido decidido. Agora, começamos a ver balões de

ensaio. Quero lembrar algo que reforça a importância da sua presença na tribuna. A decisão de privatização do Banco do Brasil não pode ser tomada numa reunião do Conselho Nacional de Desestatização, que foi o caso, por exemplo, da Vale do Rio Doce. A lei que criou o Programa Nacional de Desestatização exclui explicitamente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, dizendo que os dois não poderão ser objeto de privatização. A Petrobrás está em outra lei, na Lei da Regulamentação do Petróleo. O Governo só pode privatizar o Banco do Brasil se mudar a lei. Então, esses tecnocratas podem tirar o cavalinho da chuva. Não vão decidir sozinhos, como fizeram em relação a outras privatizações. Se o Governo quiser privatizar, vai ter que mudar a lei e vai ter, portanto, que contar com a concordância do Congresso Nacional. Nesse sentido, reforço a importância de V. Ex^a, Líder do PMDB, a maior Bancada no Senado, externar sua posição. Tranqüiliza-me ver que essa intenção, esse balão de ensaio do Governo – se realmente for apenas um balão de ensaio –, vai ficar nisso, porque o Congresso Nacional não vai concordar com a mudança da lei e com a conseqüente privatização do Banco do Brasil. Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que colabora quando diz que já temos um instrumento de anteparo, diferentemente do que ocorreu com a Vale do Rio Doce, quando nós nos solidarizamos com V. Ex^a. V. Ex^a se recorda que, quando apresentou sua medida parlamentar tentando evitar a privatização da Vale, fomos solidários, por entender que a Vale era um instrumento governamental de intervenção e que a Vale não atrapalhava, de forma alguma. A Vale não era monopólio, não atrapalhava de forma alguma qualquer atividade da iniciativa privada nos setores da economia onde ela vinha atuando. E, depois, assistimos, lamentavelmente, a Vale ser vendida por R\$3 bilhões, valor até certo ponto ridículo, considerando o patrimônio da Vale do Rio Doce.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permita-me apenas mais um breve aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Pois não, Senador Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – A posição de V. Ex^a foi exatamente esta. V. Ex^a votou a favor do meu projeto. Infelizmente, perdemos por quatro votos aqui no plenário do Senado. Hoje os defensores da privatização da Vale alegam que foi bom com o lucro da Vale, dizendo que a Vale agora lucra R\$1 bilhão por ano. Qualquer pessoa que tiver a curi-

osidade de ver as notas taquigráficas de uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infra-Estrutura, atendendo a um requerimento de V. Ex^a, convocando o então Presidente do BNDES, Edmar Bacha, e o então Presidente da Vale do Rio Doce, Francisco Schettino, e verá que eu disse, em 1995, e nem era necessário ser profeta, que em 1999 a Vale do Rio Doce passaria a ter um lucro da ordem de R\$1 bilhão. A conta era muito fácil. Até 1995, a Vale do Rio Doce ainda pagava por ano, de amortização do empréstimo que viabilizou Carajás, R\$400 milhões. Essa amortização iria reduzir-se paulatinamente e chegaria a R\$72 milhões em 1999. Como o lucro da Vale do Rio Doce, em 1995, tinha sido de R\$600 milhões, era só fazer a conta. Eu disse que a Vale do Rio Doce ia lucrar R\$1 bilhão em 1999, independentemente da privatização. Portanto, esse lucro não foi decorrente da privatização, mas da própria história da empresa. Fiz questão de fazer o aparte para reforçar que, realmente, V. Ex^a foi um dos que se somaram ao nosso projeto. Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que deixa clara nossa posição em relação ao assunto.

Quero mais uma vez dizer a V. Ex^a que não estou absolutamente convencido de que a privatização da Vale do Rio Doce foi interessante para o País.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Ouvirei o Senador Amir Lando e, depois, a Senadora Heloisa Helena, antes de concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Jader Barbalho, como nosso Líder e Presidente do PMDB, V. Ex^a merece ser saudado. O PMDB, que nunca esteve alheio às causas do País, com V. Ex^a, hoje, aqui, edifica o que chamaria a muralha da nacionalidade. É preciso colocar um basta no desmonte do País. Não do Estado, do País. É preciso dizer que o Brasil, com o modelo das estatais, cresceu a taxas nunca vistas no mundo. Após a privatização, após o discurso do incrementar, desenvolver, modernizar a indústria brasileira, o que se vê é um Brasil estagnado. A Booz-Allen, essa empresa americana, que não tem nada a ver com o País, faz consultoria daquilo que é mais importante como o Plano Plurianual e o sistema de desenvolvimento por meio dos eixos. Estamos desnacionalizando os serviços que mereciam sobretudo o empenho da inteligência da comunidade científica nacional que conhece a história e as peculiaridades de cada região. Estamos entregando

tudo. Agora o que se quer é desmontar o Banco do Brasil, esvaziá-lo, quer-se exatamente extrair esta área tão importante para o desenvolvimento agrícola do Brasil, atingindo a agricultura. Vamos certamente diminuir a nossa capacidade produtiva neste País continental que tem uma vocação inequívoca para a agricultura desde a Carta de Pero Vaz de Caminha. O Banco do Brasil perde inclusive a razão de ser um banco oficial para a execução de políticas públicas, como é a Caixa Econômica Federal na política habitacional, o BASA e o Banco do Nordeste no desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Fico preocupado, porque a Petrobrás também vem sendo devorada pelas bordas. Primeiro, foi um dos tripés, a petroquímica; agora, a Refinaria Alberto Pasqualini; amanhã, com certeza, já se quebrou o monopólio, é evidente. Mas ninguém concorre com a Petrobrás. Agora estamos transferindo a tecnologia de ponta de pesquisa e exploração de petróleo em águas profundas. Cada vez mais a Petrobrás está perdendo; ameaçou-se até vender a Petrobrás Distribuidora. A Petrobrás vai perdendo a capacidade de fechar o ciclo produtivo do petróleo, que se esvazia e, necessariamente, perde a competitividade. Também o Banco do Brasil, na medida em que se esvaziar uma área tão importante à execução da política agrícola, ficará um órgão sem utilidade para execução de políticas públicas. Sabemos que a função do Banco do Brasil não é para compra dos títulos públicos da Prefeitura de São Paulo. O Banco do Brasil tem uma função muito maior, como disse bem V. Ex^a, na execução da política econômica do País. Cada vez mais o Brasil perde importância e tamanho na sua economia, pois privatizar é desnacionalizar. Entrei com um projeto proibindo a participação do capital externo na aquisição do Banespa, pois entendo que, neste momento, ultrapassaremos o patamar de 50% de privatização do sistema financeiro brasileiro. Isso é gravíssimo, nossa poupança será decidida lá fora; nossa economia será gerida lá fora. Isso é grave para um país que quer, ao menos, ser livre e independente. O PMDB jamais faltará ao País e levanta, com todos aqueles que acreditam na Nação, o que chamo a barreira da nacionalidade. Parabéns, Excelência, o PMDB não poderia faltar ao País num momento tão importante como este.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Amir Lando, contribuição que V. Ex^a dá, inclusive citando outros exemplos da economia, que reforçam, mais do que nunca, nossa preocupação quanto a este tema.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Ouço a Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Jader Barbalho, quero, em primeiro lugar, saudar V. Ex^a pelo pronunciamento e fazer um apelo, já que V. Ex^a trouxe a questão da política agrícola do País, que, sem dúvida, mexe diretamente com a capacidade de desenvolvimento econômico, de geração de emprego e renda neste gigantesco país chamado Brasil, eu gostaria de fazer um apelo para V. Ex^a abraçar a causa dos pequenos produtores deste País, porque, infelizmente, o Governo Federal, quebrando o pacto que tinha sido feito no Congresso Nacional, especialmente na Câmara, entre todas as lideranças, para possibilitar a revisão da dívida dos pequenos proprietários, infelizmente, o Governo Federal, por meio de medida provisória, estabeleceu a possibilidade de rolagem apenas àqueles que deviam mais de 200 mil reais. A grande maioria do setor agrícola, justamente o pequeno e o médio produtor, ficou completamente de fora da rolagem da dívida. Portanto, é o apelo que faço a V. Ex^a. Em segundo lugar, quero fazer uma observação, da mesma forma que o Senador Amir Lando fez, porque a grande preocupação que tenho é justamente no sentido de que a privatização do Banco do Brasil não seja feita de forma explícita por decreto. É a privatização que vai sendo feita pelo esvaziamento da instituição. É o descrédito da instituição perante o setor agrícola, perante a população de uma forma em geral; é a utilização de todo o patrimônio do Banco do Brasil para comprar as letras imorais e ilegais de São Paulo. Recordo-me, com clareza, do pronunciamento de protesto de V. Ex^a quando isso foi incorporado na Casa. O meu posicionamento é no sentido de que esta Casa possa defender esse patrimônio, tanto o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal como a Petrobrás, impedindo o esvaziamento e o descrédito da instituição, porque, sem dúvida, o que está havendo é a privatização na surdina. Não se está fazendo por decreto, mas pelo esvaziamento da instituição que tão bem V. Ex^a defende na tarde hoje. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena. V. Ex^a poderá sempre contar conosco no que diz respeito a esses temas, pois o nosso Partido tem um compromisso com a mudança do panorama econômico e social do Brasil. As raízes do PMDB, o seu passado nos obrigam a essa luta.

Concordo com V. Ex^a. Quando leio os noticiários de ontem e de hoje, em que se divulga que o Banco

do Brasil tem custos altos, em primeiro lugar, há que se analisar toda uma herança da Administração, que não é deste Governo, mas que se constituiu ao longo do tempo. Depois, há de se convir que, diferentemente das instituições privadas, a instituição pública não tem fundamentalmente o objetivo do lucro, mas o da prestação de serviços que corrijam desvios econômicos e sociais. Então, não posso entender que o Banco do Brasil tenha estrutura igual à do Bradesco, à do Itaú, à do Unibanco. O Banco do Brasil há de ter um comportamento como o de empresa pública, fundamentalmente alcançando os objetivos de correção de desvios econômicos e sociais. Esse é o objetivo do Banco do Brasil!

Senadora Heloisa Helena, diz bem V. Ex^a: é uma tentativa de privatização aos pedaços. Retira-se o crédito rural do Banco do Brasil, deixando-o como banco comercial. Af, sim, o País perguntará: para que um banco comercial ligado ao Poder Público, se já existe a rede privada? Ele perde. A função da empresa pública é exatamente a intervenção do Poder Público para corrigir problemas. Concordo com V. Ex^a, e é isso o que a imprensa está a dizer desde ontem e que essa Consultoria recomenda. Falam dos custos do Banco do Brasil, tiram-lhe o crédito rural, transformam-no em banco comercial e fazem sua equiparação com os demais. E então não haverá ninguém para defender o Banco do Brasil, porque ele terá perdido sua importância como instrumento de política pública de intervenção na economia e no social.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Ouço V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, como também o Senador Pedro Simon, se me permitir o Sr. Presidente, Senador Ademir Andrade, antes de encerrar meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Somente faria um apelo aos apanteantes para que fossem breves, considerando que ainda existem oradores inscritos que estão solicitando à Presidência a oportunidade de falar, e o tempo do Senador Jader Barbalho já foi ultrapassado em onze minutos.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Jader Barbalho, vou cumprir o tempo regimental de dois minutos, mas não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a pela importância e pelo conteúdo de seu pronunciamento. Quero concordar três vezes com V. Ex^a: sou contrário à privatização da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobras, como também sou contrário à privatização aos

pedaços, alerta que V. Ex^a faz a esta Casa e ao País. É importante que o Banco do Brasil não seja privatizado, mas também é importante que não se privatize a Petrobrás. É urgente, Senador Jader Barbalho, que façamos um debate neste Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os acontecimentos que estão tomando conta de algumas empresas ligadas à Petrobrás, porque esse desmonte pode estar sendo armado contra o interesse nacional. E V. Ex^a, na condição de Líder e de Presidente do maior Partido desta Casa, traz enorme contribuição ao debate nacional. E tendo em vista que o assunto Petrobrás foi tratado, assim que tomei posse, numa reunião da nossa Bancada, tenho a convicção de que o meu Partido, o PSDB, estará na mesma luta contra a privatização da Petrobrás. Logo, cumprimento V. Ex^a pela posição anunciada acerca desse assunto!

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros! A manifestação de V. Ex^a é da maior importância para começar a demonstrar que esta Casa, de forma suprapartidária, recusa-se a admitir essa privatização aos pedaços – como foi dito aqui –, que é a pior. É a que passa o Poder Legislativo, a sociedade, deixando o inevitável: a carcaça dessas instituições, não se justificando mais sua existência. Agradeço sobremaneira a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Jader Barbalho?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Concedo-lhe o aparte com muita satisfação, eminente Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ilustre Senador Jader Barbalho, fico muito feliz com a presença do Líder na tribuna e com sua manifestação muito clara e precisa. Quanto à Petrobrás, é estranho que se esteja ainda a ouvir esse assunto sendo veiculado pela mídia. Afinal, o Presidente da República enviou uma carta a esta Casa, dizendo, com todas as letras, que no seu Governo jamais se falaria em privatização da Petrobrás. Com relação ao Banco de Brasil e à Caixa Econômica Federal, é profundamente estranho que um Governo socialdemocrata não tenha a penetração da importância de instituições como essas para um país como o Brasil! Nós, do Terceiro Mundo, com uma infinidade de Estados, Regiões e pessoas muito aquém do nível social que desejamos, como vamos ter políticas de desenvolvimento, como vamos ter políticas voltadas para determinada região ou para determinado grupo da sociedade, como faremos um plano de construção de casas populares,

como teremos um plano de um grande departamento – como agora se quer criar o Fundo Contra a Pobreza -, tudo isso num banco privado? É evidente que esse banco tem de ser do Estado, que tem – como diz muito bem V. Ex^a – a preocupação com o desenvolvimento da entidade, do País, da sociedade, da pessoa humana. Não podemos deixar de compreender o significado de uma instituição como essa para um País como o nosso. Como Ministro da Agricultura, no Conselho Monetário Nacional, fui o único que votou contra a extinção da conta-movimento no Banco do Brasil, destinada à agricultura. Está certo que ela tinha equívocos e que era uma conta-movimento sem fim; para ela eram dirigidas praticamente todas as dívidas da agricultura; podia ser que houvesse excessos; mas o que o Governo fez? Extinguiu a conta-movimento – que era para onde ia todo o dinheiro que o Governo aplicava na agricultura – e não deu outra opção para a sociedade. E os produtores tiveram que recorrer a empréstimos abusivos feitos por particulares, a juros infinitos, e as quebras aconteceram. Honestamente, é triste que tenhamos de debater uma matéria como essa. Quando lemos nos jornais notícias sobre a Petrobrás, ficamos a nos perguntar: o Presidente estaria tergiversando com o Congresso quando escreveu a carta, dizendo que jamais haveria privatização da Petrobrás? Ou as entidades do Governo estão desprezando o pensamento do Presidente da República? Com relação ao Banco do Brasil, com relação à Caixa Econômica Federal, sinceramente, não dá para entender. Há pessoas muito estranhas, que eu não imaginava, dizendo que logo será necessária a criação de uma CPI para investigar as privatizações; não uma CPI para investigar se as privatizações devem ser feitas ou não – essa é outra questão, que considero superada -, mas para saber como foram feitas, de que forma e atendendo a quê. No meio dessas dúvidas, querer privatizar o Banco do Brasil e a Petrobrás?! Sinceramente, é lamentável. Fico muito feliz com a presença de V. Ex^a, que é Presidente do nosso Partido e Líder da nossa Bancada. Não é um Parlamentar apenas, embora brilhante como é V. Ex^a, mas é V. Ex^a acrescido do cargo de Liderança e da Presidência do Partido. E é bom que perante a Nação fique esclarecida que a posição do PMDB é essa. Vamos, com o caminhar do andar, fazer com que cada um compareça com sua presença. Penso que V. Ex^a está expondo neste momento a nossa palavra, com muita felicidade. E creio que a unanimidade de nossa Bancada também considera assim.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. O testemunho de V. Ex^a é de quem foi Ministro da Agricultura, conhece o assunto e sabe da importância de instituições como a Petrobrás e o Banco Brasil.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Jader Barbalho, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Com a tolerância do Presidente Ademir Andrade, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Jader Barbalho, Presidente do PMDB, ficamos até bastante confortáveis nessa situação, porque, como disse V. Ex^a no início, existe uma grande diferença entre os Estados, inclusive entre os da Região Norte. O Estado do Amazonas apresenta uma realidade, e os três Estados citados por V. Ex^a – Roraima, Rondônia e Acre – apresentam outra. E não se pode nunca pensar em prescindir da ajuda do Banco do Brasil e da atual responsabilidade dos créditos na zona rural, porque os bancos particulares visam ao lucro. Já é uma grande dificuldade para os pequenos produtores o acesso aos créditos no próprio Banco do Brasil, imaginem se tivessem de adquiri-los em bancos particulares!? Quando vejo V. Ex^a falar da tribuna sobre a não-privatização da Caixa Econômica e do Banco do Brasil e sobre não haver a fusão do Banco da Amazônia com o Banco do Nordeste, solicito que seja este o seu ponto de vista seja quais forem as dificuldades que venham a surgir neste País, porque realmente não poderão haver essas mudanças, assim como a privatização da Petrobrás. Lembro-me muito bem de quando se discutia aqui os problemas da Petrobrás, o Relator era o Senador Ronaldo Cunha Lima, do nosso Partido. À época, o PMDB exigiu que o Presidente da República mandasse uma carta à Mesa do Senado explicando como o monopólio seria quebrado sem que houvesse a privatização da Petrobrás. Tenho certeza de que, naquele momento, não havia uma desconfiança do nosso Partido em relação à palavra do Presidente da República. A intenção era registrar nos Anais desta Casa a não-privatização da Petrobrás. É muito bom que V. Ex^a traga hoje a essa tribuna estes assuntos, para evitar que ocorra o que a imprensa já vem divulgando há tanto tempo: a privatização da Petrobrás. V. Ex^a foi contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Se perdermos a Petrobrás, o que haverá em termos de empresa rentável em nosso País a fim de dar continuidade à situação econômico-financeira desta Nação? Por isso, parabênizo V. Ex^a, agradecendo-lhe pela citação do meu Estado,

Roraima, porque, realmente, se não houver homens de coragem e com prestígio político como V. Ex^a – Presidente do maior Partido nesta Casa –, a nossa Bancada sozinha jamais ganhará uma luta, tão inglória, contra a privatização do Banco do Brasil.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte da Senadora Marluce Pinto, que dá o seu testemunho, como representante de um Estado integrante da Região Amazônica, sobre a importância do Banco do Brasil.

O Senado deve estar atento. Não acredito na privatização da Petrobrás numa primeira etapa. A Senadora Heloisa Helena fez uma ponderação perfeita. Mas pode ocorrer o esvaziamento dessas instituições de tal ordem que elas fiquem supérfluas em relação à aplicação de políticas públicas.

Agradeço a manifestação dos companheiros do PMDB. Honra-me muito estar nesta tribuna como Líder do Partido e como seu Presidente Nacional, tratando destes assuntos, mas é uma tarefa do Senado e da imprensa estarmos atentos a essas medidas.

Em relação à Petrobrás e ao Banco do Brasil, quando se começa a montar uma estratégia de esvaziamento dessas instituições, não se trata da privatização formal, mas da privatização de fato, que faz com que, amanhã, não se justifique uma luta por essas instituições. Como disse o Senador Antero Paes de Barros em relação à Caixa Econômica Federal: ela é um instrumento que o Governo tem para a política habitacional. Se há equívocos no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Nordeste ou no Banco da Amazônia, que se eliminem esses equívocos. Mas o Governo não pode abrir mão dessas instituições, pois o Brasil é um País com muitas diferenças regionais e de renda, um País onde convivem vários brasis – o Primeiro Mundo com o Quarto Mundo, a riqueza e a miséria. Isso não é possível!

Hoje, em um primoroso artigo no jornal **Folha de S.Paulo**, na terceira página, um economista diz que há uma pergunta que não pára de ser feita sobre os R\$100 bilhões das privatizações. Há uma pergunta que não se pode calar.

Em que pese o meu Partido integrar a base do Governo, a nossa incondicionalidade é com a sociedade brasileira, e não posso, de forma nenhuma, ficar silente. Aliás, não é a primeira vez que venho na condição de Líder do PMDB transmitir o ponto de vista do nosso Partido sobre a não-privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Como Senador do Pará, não aceito a eliminação do Banco da Amazônia. Se há equívocos no Banco

da Amazônia e no Banco do Nordeste, que se corrijam, mas o Banco da Amazônia para a Região Norte tem o mesmo papel que o Banco do Nordeste para a região nordestina, e o Banco do Brasil para todo o País. São instrumentos de políticas públicas para a eliminação dos desníveis regionais e dos desníveis de renda da população.

O PMDB estará atento, e não só o PMDB, mas o Congresso e a opinião pública estarão atentos às medidas para esvaziar a Petrobrás, como, aliás, está ocorrendo com o caso do absurdo de se querer acabar com a Eletronorte, de se privatizar a banda boa da Eletronorte, deixando que o outro lado da Amazônia onde não existe a Eletronorte padeça das questões energéticas.

Assumimos o compromisso de estar atentos em relação à Petrobrás, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Nordeste, ao Banco da Amazônia e à Eletronorte. Este não é apenas um compromisso e uma atitude do PMDB, mas de todos os brasileiros preocupados em não esvaziar o poder público, num país que continua a conviver, ao lado da riqueza, com a miséria, que nos desafia a todos, homens públicos e sociedade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jader Barbalho, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi de Fernando Haddad o brilhante artigo a que V. Ex^a se referiu, publicado ontem na **Folha de S.Paulo**, com o qual estou de pleno acordo. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Senador Jader Barbalho, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senador Jader Barbalho, V. Ex^a já ultrapassou bastante o seu tempo, e há vários Senadores na expectativa de fazer o seu pronunciamento.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Concedo o aparte ao Senador Agnelo Alves.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Senador Jader Barbalho, parabeno-o pela atitude que assumo em nome do nosso Partido. Realmente não há reparo algum a fazer, apenas elogio. Com relação ao Banco do Brasil, Carlos Lacerda escreveu um artigo em que dizia: se se fechar o Ministério da Agricultura, somente o porteiro encarregado de cumprir a decisão perceberá o que ocorreu; e, mesmo assim, ele não saberá a quem entregar a chave. Mas, se fecharem o Banco do Brasil, se quebrarem o Banco do Brasil, a

agricultura brasileira irá junto. Isso ocorreu há cerca de 40 anos, quando o Congresso Nacional ainda funcionava no Rio de Janeiro e quando eu era repórter e cobria a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Esse era o depoimento que eu queria fazer, pois me parece, mais do que nunca, atual, perfeito. Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, como o Senador Francelino Pereira foi ex-Diretor do Banco do Brasil, gostaria de ouvir seu aparte. Assim como V. Ex^a foi benevolente com o Senador Agnelo Alves, pediria que também atendessem o Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Só espero que haja compreensão dos Senadores que estão esperando para falar.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Confesso que para mim é profundamente honroso ouvi S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Pediria ao Senador Francelino Pereira que fosse breve e que nenhum outro Senador pedisse mais aparte.

O Sr. Francelino Pereira – Sr. Presidente, serei breve, até porque sou o segundo orador depois de V. Ex^a e quero meu tempo. Senador Jader Barbalho, estava em meu gabinete, escrevendo uma nota sobre o discurso que farei hoje com relação à crise que está despontando em Washington, com a finalidade de atingir o Brasil e gostaria de dizer que estou em pleno desacordo com V. Ex^a. Não vou examinar as informações que V. Ex^a traz à tribuna, porque não ouvi todo o seu pronunciamento. Sou um homem identificado com o Banco do Brasil. Fui seu Vice-Presidente durante cinco anos, respondi pela Presidência do Banco pelo menos 100 vezes, conseqüentemente, também conheço a Caixa Econômica Federal em toda a sua extensão e, em grande parte, com profundidade. Conheço menos a Petrobrás, porque o Brasil a conhece na raiz, nas emoções, no orgulho e na auto-estima. Não há absolutamente nada neste País – até porque o processo de privatização está em declínio – no sentido de privatizar grandes instituições brasileiras no capítulo financeiro, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e também a Petrobrás. Havia o debate sobre a hipótese de junção entre o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil ou da transformação da Sudene – e também da Sudam – em uma organização diferente e moderna. Promovemos a comemoração dos 40 anos da Sudene, exatamente para que ela voltasse à baila e mostrasse que estava viva, trabalhando, manifestando esperança no futuro do Nordes-

te brasileiro – assim como tenho muita esperança na Amazônia que V. Ex^a representa. Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, por permitir que eu ouvisse o aparte do Senador Francelino Pereira.

Encerro meu pronunciamento, com a expectativa de formalizar à Mesa do Senado Federal um requerimento, a fim de que o Ministério da Fazenda remeta de imediato os estudos da consultoria. Que se estabeleça, na Comissão de Assuntos Econômicos, um debate sério e lúcido a respeito do assunto e que o Senado Federal esteja atento para medidas fáticas que, colocando de lado aspectos formais, possam esvaziar essas instituições, fundamentais para o desenvolvimento do Brasil, para a eliminação dos desníveis regionais e de renda.

Em relação à nossa região, Senador Ademir Andrade, estaremos atentos. Se há distorções no Banco da Amazônia, se há distorções em políticas de incentivo fiscal, que sejam apresentadas, debatidas e eliminadas. O que não se pode é eliminar instrumentos fundamentais para alcançarmos o desenvolvimento que merecemos. Muito grato pela tolerância de V. Ex^a e pelos apartes com que fui honrado.

Durante o discurso do Sr. Jader Barbalho, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência se associa à manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Líder do PSDB, Senador Sérgio Machado, pelo tempo que resta da presente sessão.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na condição de Líder do PSDB, para, neste momento tão importante da vida nacional, fazer um apelo aos Líderes de todos os partidos no sentido de agilizarmos a reforma político-partidária, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A comissão criada em junho de 1995, na qual fui Relator, apresentou um relatório composto de diversos itens extremamente importantes para o fortalecimento dos partidos. Nós temos de acabar, no Brasil, com o personalismo e o individualismo que caracterizam a política brasileira. Eu creio que esses debates havidos aqui no plenário demonstram, com toda cla-

reza, que é chegada a hora de avançarmos na reforma político-partidária.

Este Senado já votou dois itens, que foi a proibição de coligação na eleição proporcional e a cláusula de desempenho com federação de partidos, mas precisamos avançar mais. Hoje, vimos a Senadora Heloisa Helena, de forma indignada, apresentar a sua revolta diante de fatos relativos ao financiamento de campanha, dos quais S. Ex^a não tem qualquer participação.

É hora de aprovarmos o financiamento público de campanha, para dar transparência ao processo, igualdade de condição aos concorrentes, fortalecer a democracia. E o Governo se torna mais forte em relação a quem está disputando na Oposição. É hora de colocá-lo no Orçamento.

A nossa proposta se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Sérgio Machado, sou inteiramente solidário a V. Ex^a. Acho que o momento é este. E fiquei muito feliz, quando vi o Presidente da República, em seu pronunciamento, fazer a defesa clara e aberta dessa matéria. Apresentei um projeto que, se dependesse de mim e de V. Ex^a, já teria sido aprovado para a eleição anterior. Na eleição anterior, veio à Casa o projeto, mas o argumento foi o de que ainda era cedo, que tínhamos de estudar e nos aprofundar. Creio, nobre Líder, que tudo que houve de lá para cá está a demonstrar a importância de votarmos aquela matéria. Se tínhamos algumas dúvidas, se tínhamos que estudar há quatro anos, agora não temos mais o que discutir. Olha, Senador, quem participou, como eu, das várias CPIs pode dizer com a mais absoluta convicção: toda corrupção política neste País começa na campanha eleitoral. A origem é a campanha eleitoral, o resto é consequência. O caso Collor e o da Prefeitura de São Paulo também tiveram início na campanha eleitoral. Onde olharmos e houver corrupção, esta começou durante a campanha eleitoral. Não há o que discutir. Quando apresentei o projeto, fui alvo de muitas críticas, de um bombardeio. No Rio Grande do Sul disseram: “Só faltava essa do Pedro Simon; esses políticos são corruptos, vigaristas, não trabalham e, como se não bastasse, querem dinheiro do Governo para fazer campanha. Não se dão conta de que ou se faz campanha com dinheiro público ou se faz com dinheiro

público furtado. Precisamos de uma campanha eleitoral enxuta, como nos Estados Unidos, na Alemanha, na Europa, enxuta no tempo, na maneira de debater e com dinheiro público. É a única saída. Fiquei muito feliz com o pronunciamento do Senhor Presidente. Que bom que esse sentimento esteja avançando e que haja determinação da nossa parte para aprová-lo. Nobre Líder, não tenho dúvida de que a pedra angular para começar o combate da corrupção está no financiamento da campanha. O financiamento da campanha e a elaboração do Orçamento são os dois passos para avançarmos. Deixo meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Muito obrigado pelo aparte, Senador. Como V. Ex^a, também concordo. Essa decisão está madura e, cada vez, está mais clara a sua necessidade de um financiamento exclusivamente público, pois o financiamento misto esconderá, criará dificuldade, e não atingiremos o nosso objetivo. Sendo exclusivamente público, o financiamento facilitará a fiscalização, o que, como bem disse V. Ex^a, dará transparência ao processo, evitará facilidades e uma série de distorções. Casos envolvendo financiamento já aconteceram no mundo inteiro, como o do Primeiro-Ministro da Alemanha, também nos Estados Unidos, na França. Devemos fechar a porta para facilidades, para que haja transparência e possamos dar ao homem de bem a possibilidade de ser candidato, independente do poder econômico.

Esse fator é importante e não podemos perder a oportunidade de, após a Semana Santa, agilizar o projeto, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, juntos, todos os Partidos, unidos num esforço suprapartidário.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Sérgio Machado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Concedo o aparte ao Senador Antero.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Sérgio Machado, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do tema. Fiquei também muito feliz em perceber que o Presidente da República apóia, politicamente, a necessidade de o País ter uma legislação que contemple o financiamento público das campanhas políticas. Hoje o Ministro Aloysio Nunes concede uma entrevista ao **Jornal do Brasil** importante sobre o assunto, em que enfoca o problema e defende a questão do financiamento público. A questão da reforma política é essencial, a questão da mentalidade da

construção de partido político no Brasil é também fundamental, a questão da não-coligação na proporcional é indispensável para o fortalecimento, porque passaremos a ter, entre os que disputam a eleição proporcional dentro do partido, verdadeiros aliados do sentimento partidário. Só assim teremos partidos no nosso País. Considero que o ponto central de toda a reforma política seja o financiamento público de campanha. Ou é o financiamento público de campanha ou é a porta escancarada para a corrupção eleitoral em nosso País. Conhecendo a divergência central entre o ponto de vista de V. Ex^a e do Ministro Aloysio Nunes, concordo com o projeto de V. Ex^a, que estabelece a exclusividade do financiamento público e não a possibilidade de oferecer aos que têm mais posses a oportunidade de usar o patrimônio pessoal para desequilibrar a isonomia da disputa eleitoral. Digo a V. Ex^a que estamos realmente esperançosos de que esse debate ocorra e discordo do Presidente da República ou do Ministro Aloysio Nunes no tocante ao entendimento de que isso é possível para a eleição de 2002, quando deveríamos antecipar o financiamento público de campanhas para as eleições de 2000. Votamos a complementação do Orçamento e a disponibilização de recursos para os partidos políticos. Quanto mais cedo evitarmos a promiscuidade eleitoral, melhor será para o funcionamento das instituições democráticas deste País. Cumprimento V. Ex^a, um dos líderes desta luta no Senado da República e no País.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros. Realmente, quanto a esse projeto, como bem disse V. Ex^a, estamos todos de acordo, os Partidos da Oposição, o Presidente Fernando Henrique e o Vice-Presidente Marco Maciel. Logo, não podemos perder a oportunidade. É hora de transformarmos a concordância numa legislação que dê liberdade, transparência, que emancipe e consolide a democracia brasileira e que estimule homens de bem que, muitas vezes, querem entrar na política, mas têm receio por não possuírem recursos para poder disputar campanha. Acredito que esse seja um dos projetos, um dos itens mais importantes e que mais transparência dará à democracia do Brasil.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Sérgio Machado, V. Ex^a merece o respeito e, so-

bretudo, o aplauso de todos aqueles que acreditam na democracia. O mandato de V. Ex^a está marcado pelas reformas do sistema eleitoral, entre outros pontos que denotam uma atuação presente, atual e eficiente. Mas, neste ponto, V. Ex^a tem repetido várias vezes aquilo que acredita ser a melhor fórmula para a democracia: o financiamento público das campanhas. Afirmava Goebbels que: “Se for repetida cem vezes a mentira, ela tornar-se-á verdade.” Mas, com certeza, a verdade precisa ser repetida milhares de vezes. Todos aqui têm repetido. Eu também, em 1992, quando Relator da CPI do PC, analisei esse ponto, porque o fundamento de todo processo de corrupção, como bem acentuou o Senador Pedro Simon e os demais, sempre se referiam ao financiamento das campanhas. E, nesse capítulo 10, às fls. 313 e seguintes do meu relatório – que, inclusive, passarei a V. Ex^a -, analisando a questão, eu apresentava um projeto. Era, em verdade, naquele momento, um projeto que via uma solução ainda nessa fórmula mista, que mais se copiava dos outros, sobretudo da Europa, como bem disse V. Ex^a: Alemanha, França etc. Mas o evoluir, o andar desse processo mostrou que devemos buscar a fórmula genuína, o exclusivo financiamento público. E vamos repetir, porque já passamos da milionésima vez: e agora é a hora; “a hora é essa”, como é no grito de guerra das escolas de samba. E todos estão de acordo, e não podemos perder essa oportunidade. Sei que isso, como diria François Mitterrand, em 1988, que cito em meu relatório, a respeito da implantação do financiamento público de campanha na França: “certamente não imporemos a virtude. Haverá sempre aqueles que burlarão a lei para cometer fraudes. No entanto, os desonestos serão 10 vezes mais culpados e deverão ser mais penalizados”. Devemos apostar, porque aí sim a democracia fluirá com naturalidade, como uma representação verdadeira do povo, sem intermediários dos milhões e milhões de dólares, sem o esquema dos jatinhos que transportam os candidatos. A virtude verterá no processo lúdimo da democracia brasileira. V. Ex^a merece, mais uma vez, o aplauso e o reconhecimento de todos nós por essa luta que chega a ser obsessiva, embora extremamente necessária e correta.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Amir Lando.

Aqui repito o pensamento de Humphrey, Vice-Presidente dos Estados Unidos, que disputou várias eleições presidenciais. No final de sua vida política, numa entrevista ao **New York Times**, disse: “O financiamento de uma campanha é uma maldição. É a

mais nojenta, indigna e debilitante experiência da vida de um político. Fede e repugna. Não tenho palavras para dizer quanto odeio isso." Essas palavras foram ditas por um Vice-Presidente dos Estados Unidos que disputou diversas eleições. É um depoimento patético de alguém que, após deixar a vida pública, estimula-nos, cada vez mais, a avançarmos nesse processo.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Sérgio Machado, temos acompanhado o trabalho de V. Ex^a ao longo do mandato, especialmente na sua primeira fase, a obstinação com que V. Ex^a levanta a debate a reforma política. É importante, sim. Há alguns pontos em que temos uma convergência. Há necessidade de discutimos o voto distrital, de comprometermos ainda mais os partidos políticos por meio da fidelidade partidária. V. Ex^a levanta agora o tema do financiamento público. Para não me alongar – o tempo já está expirando –, farei uma avaliação da tese de que o Poder Público iria ser o único responsável pelo financiamento é saudável, mas sou, não incrédulo, mas apático a determinadas ações e vejo que há necessidade de, quem sabe, atrelar ao financiamento público a imediata abertura do sigilo bancário do candidato, porque, depois, sabemos que haverá de ter dinheiro do povo, que deveria ser aplicado nas questões sociais, financiando campanha, socializando a campanha; no entanto, os mais poderosos, os mais influentes estariam recebendo financiamentos de outras pessoas, esquecendo escrúpulos, esquecendo a ética. Por isso, é necessário que tenhamos regras claras e definidas já, no momento da aprovação do financiamento público, a essas outras questões, porque estaríamos apenas diminuindo o volume de recursos que os mais poderosos financeiramente teriam. Não imagino que hoje tenhamos instrumentos capazes de fazer com que exclusivamente o recurso do financiamento público seja aplicado na campanha. A prática nos mostra de outra forma e, por isso, há uma distorção tão grande de recursos que são gastos nas campanhas e recursos que são declarados junto ao Tribunal. Quero louvar a iniciativa de V. Ex^a de provocar o assunto. Vamos debatê-lo numa outra oportunidade, enfatizando a cautela que devemos ter, especialmente não aplicando dinheiro público, abrindo oportunidade ou deixando brechas para que continuem também os grandes financiadores, os grandes lobistas influenciando eco-

logicamente nas campanhas por este Brasil. Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Senador Arlindo Porto, o aparte de V. Ex^a foi extremamente válido. Creio que, se tivermos somente financiamento público, ficará muito mais fácil a fiscalização e se garantirá ao homem de bem que possa ser candidato independentemente do poder econômico.

Para os picaretas, devemos estabelecer uma lei cada vez mais forte, evitando assim que usem outros caminhos. Mas vamos garantir ao homem de bem, digno, que vai ter independência, a possibilidade de ser candidato independentemente do poder econômico. Se adotarmos o sistema misto, não vamos atingir esse objetivo. Por isso, defendo o financiamento exclusivamente público.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Eminente Senador Sérgio Machado, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Concedo-lhe, com muita satisfação, o aparte, ilustre Senador Agnelo Alves.

O Sr. Agnelo Alves (PMDB – RN) – Sr. Presidente, em agradecimento à benevolência de V. Ex^a e tendo em vista que o Senador Francelino Pereira vai falar em seguida, serei bastante breve. Parablenizo o nobre orador, Líder Sérgio Machado, e lamento que esta Casa, embora seja unanimemente favorável ao projeto de S. Ex^a, não vote a matéria. Logo, algum fantasma, alguma alma do outro mundo está impedindo que isso aconteça. Se todos os partidos, se todas as lideranças, se todos os Senadores estão a favor da proposição, quem está contra? Quem está mantendo o projeto na gaveta? Vou além do financiamento. Ou este País faz uma reforma política profunda, para valer, que valorize menos os políticos e mais os partidos, e estes, para serem valorizados, creditem-se perante a opinião pública, com programas nos quais os seus candidatos se obriguem a cumprir seus compromissos, ou então nossa democracia vai naufragar muito em breve. Não sei de que forma, mas posso dizer que ela não vai resistir à irrisão da opinião pública.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Agnelo Alves. É extremamente importante a ponderação de V. Ex^a. Temos de sair da política individualista e personalista visando a fortalecer os partidos, para que deixem de ser cartório e passem, de fato, a existir.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Eminente Senador Sérgio Machado, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Concedo, com muita prazer, o aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Sérgio Machado, quero saudá-lo pela legítima e respeitosa obstinação em relação ao tema da reforma política. Nunca me aprofundei nesse debate. Apenas, ao longo da minha vida, tive oportunidade de acompanhar – penso que até disputei mais posição política num momento em que até tive chance de discutir o plebiscito no País –, várias vezes, mesmo quando não estava aqui, os debates de V. Exª e do Senador Pedro Simon. Em relação a alguns temas defendidos por V. Exª, tenho convicção e posição contrária, como a do voto distrital. Entretanto, dois temas da reforma política sempre me deixaram com muitas dúvidas. Um é o voto facultativo. Embora deputados do PT defendam essa posição e seja uma grande aspiração da sociedade – recebemos muitos e-mails, pedindo a defesa do voto facultativo -, eu não tenho uma idéia formada, mas preocupo-me muito com o tema, porque, muitas vezes, o homem e a mulher de bem e de paz acabam não indo votar. Assim, sobre o voto recai um preço maior, porque o voto facultativo não garante que só pessoas com consciência votariam; o que acaba elevando o preço *per capita* do voto, já que, muitas vezes, vigaristas que pleiteiam um cargo político acabam se apropriando da dor, da miséria e do sofrimento de muitos pais e mães de família, pagando para que essas pessoas votem. Essa é, repito, a grande dúvida que sempre tive em relação ao voto facultativo. A outra dúvida refere-se ao financiamento público de campanha. Em muitos momentos, fui muito preconceituosa em relação ao financiamento público de campanha e acabava incorporando o que está no imaginário popular, ou seja, que, além de tudo, o poder público ainda financiaria determinadas personalidades políticas. Senador Sérgio Machado, embora eu não tenha dúvida do posicionamento de V. Exª, verdadeiro, correto, que certamente expressa a vontade das pessoas que desejam moralizar o processo eleitoral, a minha grande dúvida é quanto aos mecanismos a serem estabelecidos para fiscalizar o que ocorre fora desse processo, ou seja, a fiscalização das decisões da votação de orçamento, dos instrumentos dos meios de comunicação. A grande ansiedade que tenho, diante de uma proposta extremamente correta e que visa a possibilitar que as pessoas de bem tenham o mínimo necessário para disputar um processo eleitoral, é que se estabeleça o financiamento público como mecanismo oficial, mas, mesmo assim – V.

Exª tem absoluta razão em dizer que não podemos aceitar o mecanismo do financiamento misto –, na prática, o financiamento misto se estabeleça de alguma forma pelas relações na vida em sociedade e pelo pleito político. Saúdo V. Exª pelo pronunciamento. Espero, à luz dos argumentos que tão bem são apresentados por V. Exª e por tantos Senadores que têm se debruçado sobre este assunto, ser convencida. A minha grande preocupação é justamente a de que não estabeleçamos o financiamento misto na legislação e passemos a aceitá-lo de alguma forma na prática, pelos poucos mecanismos de fiscalização.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Farei apenas uma reflexão. Se o financiamento de campanha for apenas público, saberemos o que cada candidato receberá. Fica fácil, por meio do volume de campanha, saber se alguém está recebendo financiamento por fora, porque, se estiver, estabelecerá um volume maior de campanha. Então, a fiscalização fica muito mais simples, muito mais fácil. E há uma vantagem muito grande: asseguraremos ao homem de bem a independência, que hoje não ocorre em virtude do atual sistema. V. Exª sabe que muitos candidatos são escolhidos porque têm mais facilidades em obter recursos e não por terem as melhores idéias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Sérgio Machado, quero apoiar a proposição de V. Exª no sentido de que tenhamos no Brasil, o quanto antes, o financiamento público de campanha. O Ministro Aloysio Nunes também está com essa proposição, que foi objeto de parecer do Deputado Carlito Merss, do PT de Santa Catarina. Conforme V. Exª já registrou, nós, do Partido dos Trabalhadores, inclusive pela palavra do Presidente José Dirceu, há muito, temos a convicção de que o financiamento público de campanha constitui ingrediente fundamental do processo de democratização da vida política brasileira.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Essa questão, Senador Eduardo Suplicy, é fundamental. Agradeço muito pelo aparte. Devemos lutar para avançar o quanto antes.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Meu aparte será muito curto em homenagem ao Senador Francelino Pereira, que fará uso da palavra logo após o pronunciamento de V. Ex.^a. Farei apenas uma ponderação. V. Ex.^a sabe que, em muitos aspectos, no que se refere à necessidade da reforma eleitoral, existem aberrações absolutas. Atualmente, um prefeito pode ser candidato numa reeleição e sua esposa não pode candidatar-se à vereadora. Um governador e o Presidente da República podem ser candidatos numa reeleição, mas um candidato a vereador que seja garí de uma prefeitura do interior precisa desincompatibilizar-se. Mas essa tese do voto não-obrigatório me assusta. Estamos num fim de tarde e não deve haver mais do que 11 Senadores no plenário do Congresso Nacional, e V. Ex.^a sabe que, se a presença não fosse obrigatória e se a ausência não fosse descontada do salário dos Srs. Parlamentares, dificilmente haveria **quorum** nas votações. Se, para nós, Parlamentares, o instituto do voto obrigatório, contabilizado no painel, e a ausência descontada na folha de pagamento são essenciais, imaginem o que seria o voto facultativo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senador Sérgio Machado, prorrogo a sessão por 20 minutos. Peço a V. Ex.^a que conclua o seu discurso para que a palavra possa ser concedida pelo menos por dez minutos ao Senador Francelino Pereira.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sim, Excelência. Posteriormente, gostaria de ampliar esse debate sobre o voto facultativo. Na verdade, Senador Roberto Requião, o voto já é facultativo. Se V. Ex.^a analisar a penúltima eleição para deputado, verificará que houve apenas 50% de votos válidos. Não vou aprofundar esse debate sobre a presença nas urnas para permitir ao Senador Francelino Pereira fazer o seu discurso, mas seria importante, logo após a Semana Santa, tratarmos dessa questão de cunho político.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Mas esses números não são verdadeiros para as majoritárias. É simplesmente por falta de informação em relação à eleição proporcional.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – São também. Se V. Ex.^a olhar pelos votos majoritários, tivemos uma queda: 70%, 65%, 63%. E se observarmos as pessoas que dizem que comparecerão às urnas, constataremos que constituem o mesmo número das que dizem que votam no voto facultativo, das que votam teoricamente no voto obrigatório. Na verdade, Senador Roberto Requião, o voto já se tornou facultativo no Brasil há muito tempo. Por quê? Porque há a anistia, a justificativa, e a pessoa não é obrigada a

comparecer. Na verdade, se é obrigado a ser eleitor. Votar ou não, é um direito de cidadania que a própria pessoa deve escolher.

Agradeço a paciência. Vamos voltar a esse debate, porque é um tema muito importante. Faço um apelo a todos os Partidos políticos e ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que possamos colocar em votação o quanto antes esses temas sobre os quais estamos todos de acordo, pois o País precisa disso.

Muito obrigado a V. Ex.^a por ter prorrogado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, apelando para que encerre sua falação às 18h50min, portanto com 20 minutos de prorrogação.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, depois de passar pelo Brasil, nos últimos dois anos, devastadoramente, a crise econômica chega ao centro do mundo. Esta é uma notícia que está em toda a mídia desta semana, principalmente hoje, e preocupa, porque do centro, com certeza, a crise refluirá mais uma vez sobre nós, sobre o Brasil. Podemos dizer, portanto, parafraseando o mineiro João Guimarães Rosa, que estamos de novo com o diabo na rua, no meio do redemoinho.

O Ministro Malan está em Washington e foi barrado, ontem, indo ao encontro semestral do FMI por manifestantes contrários à política dessa organização.

Han Shan, um dos líderes dos manifestantes, declarou: “Esse é um movimento global. Há muito tempo, em muitos países, as pessoas protestam contra a destruição de suas comunidades, de seu modo de vida, pela globalização. Agora esse movimento chegou aos Estados Unidos e os jovens estão entendendo a mensagem. Aqui nas ruas há garotos de 13 anos que sabem mais sobre os males da globalização que muitos professores de economia”. (Está em **O Globo** de hoje).

Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, retornou ontem mesmo ao Brasil, dizendo que não concorda com a orientação do FMI para a América Latina. Ele voltou, como disse, para “ficar de olho no mercado, que vem desabando nos últimos dias”.

Logo à noite, estaremos todos juntos em frente à televisão para ouvir Malan falar de Nova Iorque, porque não há dúvida de que estamos diante de um importante episódio da grande crise que vem abalando a economia nacional”.

Na passagem dessa crise por aqui, há pouco mais de um ano, tivemos o socorro do FMI, até porque o Brasil foi visto por este organismo multilateral como bastião de resistência na progressão dela rumo ao centro. Combatia-se a crise aqui para que ela não chegasse lá. Ora, nosso sacrifício parece ter sido em vão, pois a crise já chegou lá, e agora vemos claramente que o FMI, como está, é pequeno demais para enfrentá-la.

Sr. Presidente, esta manhã e nos três últimos dias repetiram-se, desta vez em Washington, manifestações populares à luz da reunião que o FMI promove naquela capital. É a segunda vez, no curto espaço de meio ano, que ocorrem episódios como esse, que tentam impedir os encontros que versem sobre economia globalizada. Antes, no final de 1999, foi em Seattle, na reunião da Organização Mundial do Comércio, a OMC.

Esses acontecimentos mostram, no mínimo, que se amplia o grau de descontentamento, agora já não apenas nos países em desenvolvimento, mas nos próprios centros de comando das linhas em vigor.

O que está ocorrendo? Será que não devemos parar e refletir sobre tudo isso? Alguma coisa precisa ser mudada, não há dúvida, e o Brasil, como sócio-fundador do FMI, tem a responsabilidade de liderar um movimento construtivo que possa adequar as linhas mestras da economia mundial à realidade dos países em desenvolvimento.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso é hoje, no cenário internacional, um nome respeitado, com largo prestígio junto aos governos das nações mais evoluídas do mundo, reunindo, portanto, as condições para assumir essa postura em direção ao reexame da chamada globalização.

Sr. Presidente, já não é apenas a voz fraca e desprotegida das nações em processo de desenvolvimento que opõe restrições ao modelo que devemos seguir. Não descartamos, em hipótese alguma, que hoje, mais do que nunca, o mercado é fator importante na vida dos países, mas não é tudo. As sociedades livres são quem realmente constroem as nações. É o caso do Brasil – livre, democrático e aberto.

A mídia está cheia de propostas e de sugestões em todos os sentidos. Propostas e sugestões que nos vêm não só de pessoas comuns e da juventude, mas também de grandes homens. A revista **República** desta semana divulga importante entrevista em que o ex-Presidente do FMI, Michel Camdessus, recomenda ao nosso Ministro Pedro Malan, de quem é amigo, "um pouco mais de sensibilidade social".

Destaco aqui dois outros trechos de sua entrevista:

Malan deve concordar que uma política econômica só se sustenta se for para reduzir a pobreza; e

Há muito a ser feito contra as desigualdades no Brasil, e isso o FMI não poderá fazer. É tarefa da sociedade brasileira.

Na condução da entrevista, a revista **República** lembra que "o desembarque repentino de Michel Camdessus, em alguma parte do mundo, geralmente indicava graves turbulências econômicas no ar. Na maioria dos casos, prenunciava o sinal de apertar os cintos."

Hoje, longe da Direção do FMI, Michel Camdessus condena muitas das receitas da Instituição. É isso o que está ocorrendo em Washington, num cenário policial, com repressão a manifestantes, mas que mostra ao mundo o inconformismo que se generaliza contra a globalização.

Sr. Presidente, a despeito das cenas que se vão amudando contra um modelo que vem dando demonstrações de seus efeitos desastrosos, especialmente nos países em desenvolvimento, os dirigentes do FMI insistem, sob a proteção que emprega 3 mil policiais nas esquinas de Washington: "O relógio da globalização não pode ser parado!"

Ao contrário, Michel Camdessus, que deixou o FMI, defende hoje, como deixou claro em sua entrevista, que o papel da instituição precisa mudar. "E enormemente!"

O economista francês explicou ainda ter tentado, no FMI, implantar uma política social-liberal, por acreditar na economia de mercado. Contudo, acrescenta que só se justifica caminhar para um crescimento de alta qualidade: "o crescimento não pode ser julgado apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos, em termos de justiça social, equidade, capacidade de preservar os ativos culturais, o meio ambiente".

Sr. Presidente, a crise está posta. A mídia do mundo inteiro revela todas as suas circunstâncias e dramaticidade. Delongar-se, ela não pode, exatamente porque atinge não apenas as instituições, mas também o povo, em todas as suas latitudes.

Não há desenvolvimento sem inconformismo. A Nação está hoje perplexa, direi mesmo inconformada, diante dos acontecimentos em Washington.

Sr. Presidente, chegou a hora, o instante, para o Senado, o Congresso Nacional, conchamar a sociedade brasileira, os poderes institucionais, as organiza-

ções públicas e privadas, as associações de classe e sindicatos, as esquerdas e as direitas políticas, os ricos e os pobres, para debater o Brasil, seu modelo econômico, sua política social, seu destino como país e como nação; para discutir, com urgência, o perfil da política de privatização, se veio para o bem ou para o mal, ou se está numa posição intermediária; para discutir a globalização, que atinge o coração, o corpo e a alma do País, suas atividades econômicas, da grande à microempresa, das famílias às pessoas, das fábricas às escolas; para discutir também, com urgência, se o nacionalismo, que, no passado recente, conduziu ao estatismo e ainda está na cabeça de muita gente, fornece ou não uma saída para a Nação perante a crise que aí está.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta não é a hora da dispersão; é a hora do debate, da controvérsia, da divergência, da ampla discussão em torno dos problemas que preocupam a Nação. Não estou sugerindo nenhuma união nacional em sentido político, até porque toda união nacional esconde uma espartezza, mas um concerto dos nossos múltiplos interesses, com a busca de uma destinação clara e objetiva para o Brasil. O caminho está sendo trilhado e é, neste pelear permanente, que devemos buscar as grandes soluções convergentes, para alcançar um Brasil menos injusto e mais integrado socialmente.

Como está, Sr. Presidente, não é possível continuar, na indefinição e na perspectiva de uma campanha de cujas tribunas vamos falar para o povo, e falar com realidade, a favor ou contra, divergindo ou não do Governo e de suas posições.

Muito obrigado.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Tem V. Ex^a a palavra. A Presidência solicita, contudo, que V. Ex^a seja o mais breve possível.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Ex^a. O assunto que trazemos já no final da sessão é também de interesse de V. Ex^a, que tantas vezes nesta Casa teve a oportunidade de denunciar a truculência dos aparelhos policiais no seu Estado.

É de conhecimento de todos que hoje, na cidade de Belém do Pará, discute-se a questão do combate à impunidade e à violência. Vários segmentos da sociedade, os sem-terra, os sem-teto, organizações as mais diversas, a Prefeitura de Belém, seu Prefeito e

sua vice-Prefeita, vários Parlamentares de diversos Partidos, não apenas os de Esquerda, estão lá manifestando o seu repúdio à impunidade e à violência perpetrada em Eldorado dos Carajás. Contudo, para surpresa de todos nós, hoje, durante à tarde, houve mais uma demonstração de violência contra os manifestantes, com a polícia atirando balas de borracha em vários deles, entre os quais mulheres, crianças, trabalhadores rurais, urbanos e sem-terra.

Assim, não poderíamos deixar de registrar nosso repúdio, em nome do PDT, do PT e, tenho absoluta certeza, em nome de todos os que integram esta Casa, a esse tipo de violência, que consideramos abominável, inaceitável e que, seguramente, merece também o repúdio de toda a sociedade brasileira, inclusive do Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência adverte que não é possível a concessão de apartes.

O Senador Eduardo Suplicy poderá, em seguida, fazer uso da palavra pela ordem se assim o desejar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Então, encerro, Sr. Presidente, reafirmando nosso repúdio a mais uma ação abominável, truculenta, violenta, dirigida contra trabalhadores e várias personalidades que estão acompanhando esse dia de protesto, em Belém do Pará.

Nós não merecemos, o Brasil não merece, principalmente no dia em que internacionalmente se combate a impunidade, esse tipo de atitude de parte do poder público daquele Estado.

Ressalto, ainda, que o Presidente do Congresso Nacional autorizou que a escultura, um oscar contra a violência, contra a impunidade, fosse colocada na Praça dos Três Poderes. Trata-se de uma obra de arte doada por um escultor dinamarquês, Jens Galshiot, com vistas a garantir que a cidade de Brasília, centro do poder político do Brasil, expresse seu repúdio contra todas as formas de violência. Justamente hoje, infelizmente, o Governo do Estado do Pará, em uma ação truculenta, abominável, atentou contra os direitos humanos atirando balas de borracha contra homens, crianças e mulheres de bem e de paz que se manifestavam na cidade de Belém do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senadora Heloisa Helena, não tive oportunidade de falar

sobre o assunto na tarde de hoje, ainda que tenha recebido comunicados da Prefeitura de Belém.

Aproveito o ensejo para fazer uma correção na intervenção de V. Ex^a quando diz falar em nome do PDT do Pará. Lamentavelmente, o PDT, no meu Estado, é um braço do atual Governador; é um PDT diferente dos demais diretórios regionais do Partido no Brasil.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Assim, retifico para falar em nome do PDT do Brasil, do Bloco Parlamentar de Oposição, do PSB e, tenho certeza, de toda esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Lamentavelmente, o PDT do Pará é absolutamente submisso ao Governador do Estado, Almir Gabriel.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suply, a quem encareço seja breve, uma vez que o tempo da sessão já está esgotado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ademir Andrade, quero, em primeiro lugar, expressar a minha solidariedade à Senadora Heloisa Helena, dizendo que não pude estar presente porque estava no Paraná, ouvindo, em audiência pública da Comissão Teotônio Vilela, os trabalhadores rurais sem-terra e as inúmeras entidades que, neste dia 17 de abril – data que marca quatro anos de aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás –, estiveram expondo as várias vezes em que houve desrespeito aos direitos humanos no Estado do Paraná.

Quero expressar a minha solidariedade ainda aos trabalhadores rurais sem-terra do Pará, que, hoje, protestaram diante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará contra a impunidade relativamente ao massacre dos 19 trabalhadores rurais sem-terra, ocorrido em Eldorado dos Carajás há quatro anos.

Solidarizo-me com a Senadora Heloisa Helena, na sua manifestação, também no que diz respeito àquilo que foi expresso pelo Senador Luiz Estevão, ou seja: que, ao tentar dar uma informação ou dizer de uma informação dada pelo jornalista da revista *IstoÉ* sobre a campanha da Senadora Heloisa Helena, procurou atingi-la. Hoje, com muita propriedade, Senadores de todos os Partidos, até mesmo do próprio PMDB, expressaram aqui solidariedade à Senadora Heloisa Helena, que, desde o seu primeiro instante no Senado Federal, vem granjeando, por suas atitudes, coerência, valentia, pela

maneira como tem agido, o respeito de todos nós, vindo mesmo a ser eleita a nossa Líder neste ano, bem como Líder do Bloco de Oposição. Certamente, o desdobramento dos fatos irá, mais uma vez, confirmar a seriedade de ação da Senadora Heloisa Helena, que merece toda nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Quero dizer que V. Ex^{as} falaram também em nome do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Geraldo Cândido e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores,

A agricultura brasileira passa por uma grave crise. Uma crise que não atinge a todos. Os grandes fazendeiros, os empresários capitalistas que se dedicam a exportação, as empresas multinacionais que controlam insumos, sementes, e o complexo agroindustrial não estão em crise, estão ganhando muito dinheiro, tendo muito lucro com essa “crise da agricultura”. A crise atinge, de fato, os pequenos agricultores. Atinge um modelo de agricultura que se preocupa em alimentar bem e barato a todos brasileiros.

Estamos num momento histórico, numa verdadeira encruzilhada, porque as elites insistem em implantar um modelo agrícola, do tipo norte-americano, que apenas beneficia as multinacionais e os bancos. O resultado, o próprio estudo dos técnicos do governo prevê: durante a próxima década, dos 5 milhões de estabelecimentos no campo, ficarão apenas 600 mil. Lucrativos e totalmente submetidos aos complexos agroindustriais multinacionais.

E o povo? É a reforma agrária? E os trabalhadores rurais? Bem esses, segundo o governo, devem buscar alternativas no mercado. Mercado para trabalhadores é migração, é subemprego na cidade.

Sendo assim, solicito a inclusão, como lido, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento, os textos, análises e artigos anexos que nos ajudam a compreender o que de fato está acontecendo, o que tem por trás dessa situação. Precisamos utilizar esses estudos para nos ajudar a denunciar, a organizar a base e defender um projeto, um modelo agrícola alternativo, que interesse aos trabalhadores rurais e a todos trabalhadores do País.

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2000. – Senador **Geraldo Cândido**.

Situação e perspectivas da agricultura brasileira

- Textos para estudo e debate -

Sumário

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **GERALDO CANDIDO**

Capítulo I

Realidade do meio rural

1. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira .
Documento básico do MST
3º Congresso Nacional, Brasília, julho - 1995
2. O Censo Agropecuário de 1996:
Uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro
Gerson Teixeira, Rolf Hackabrt - Brasília, março - 1999
3. O empobrecimento da agricultura brasileira
Eliseu Alves, Mauro Lopes, Elísio Contini
Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 03, Brasília - Jul-Ago-Set - 1999
4. A organização mundial do Comércio (OMC) e o comércio agrícola do mundo .
Moacir Vilela, São Paulo, fevereiro - 2000
5. Indicadores da crise da agricultura brasileira
João Pedro Stedile, São Paulo, março - 1998
6. Balanço da violência no campo
Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra - Goiania, maio - 1999

Capítulo II

A política das classe dominante e do governo FHC

1. O projeto das classes dominantes para a agricultura
João Pedro Stedile, São Paulo, novembro - 1998
2. A recente política neoliberal para a agricultura
Gerson Teixeira e Rolf Hackbart, Brasília, fevereiro - 2000
3. A política com as águas e o setor energético
Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, São Paulo, fevereiro - 2000
4. Transgênicos:
Os riscos, o debate, a cautela necessária
Frei Sérgio Antônio Görden, ofm, Porto Alegre, dezembro - 1999

Capítulo III

Um projeto popular para a agricultura brasileira

1. Proposta da Secretaria Agrária Nacional do PT
São Paulo, agosto - 1998
2. Democratização econômica e social do campo
Horácio Martins de Carvalho, Curitiba, fevereiro - 2000
3. Plataforma política por um novo modelo agrícola
Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais

Capítulo I

A realidade do meio rural

1

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador GERALDO CANDIDO

O desenvolvimento do capitalismo
na agricultura brasileira

*Documento básico do MST
3º Congresso Nacional, Brasília, 1995*

1. Características do capitalismo
no campo

1. A agricultura brasileira está completamente subordinada à lógica do capital. A busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção (máquinas, armazéns, agroindústrias, comércio, insumos industriais) e da própria produção.

2. O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira se deu com uma ampla integração entre os diferentes tipos de capital: industrial, financeiro, comercial e agrário. E hoje existe uma

total subordinação da agricultura à indústria. A produção agropecuária no Brasil representa apenas 12% do PIB nacional (Produto Interno Bruto). Mas se considerarmos o valor da produção incluindo todo o setor agroindustrial, chega a aproximadamente 30%.

3. Nas últimas décadas, as classes dominantes e seus governos aplicaram uma política econômica para agricultura na busca permanente de quatro objetivos básicos: a) produzir para exportar; b) produzir para o mercado interno a preços baixos, com a finalidade de manter baixo o custo da reprodução da força de trabalho, com isso pagar baixos salários aos operários urbanos e garantir uma elevada taxa de lucro; c) liberar mão-de-obra

do campo para a cidade como pressão para baixar os salários; d) produzir matérias primas baratas para a indústria.

4. O Estado foi o principal agente dessa dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura na busca dos objetivos da política econômica, nas mudanças induzidas no padrão tecnológico e na alteração das relações sociais no meio rural.

5. O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira foi e é muito complexo, trazendo consigo três elementos fundamentais:

a) um desenvolvimento desigual nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões. Existem muitos e distintos tipos e estágios de desenvolvimento da agricultura espalhados pelas regiões do país. Ressalte-se a concentração e desproporcionalidade que houve no desenvolvimento da produção agropecuária nas regiões sul e sudeste;

b) um processo excludente em que apenas uma minoria foi beneficiada e em que, as amplas camadas da população do meio rural foram marginalizadas do processo e dos seus resultados. Um grande contingente teve que migrar para regiões de fronteira agrícola, para as cidades pólos regionais ou grandes centros urbanos (e até países vizinhos);

c) um processo que convive e reproduz simultaneamente formas de organização da produção e de relações sociais consideradas atrasadas (parceiros, posseiros) e avançadas (assalariamento puro, capital industrial chegando na agricultura).

6. O desenvolvimento da agricultura brasileira está, também, vinculado aos interesses do capital internacional, seja através da presença de grupos econômicos multinacionais, seja pela integração da produção de acordo com a divisão internacional do mercado.

7. A estrutura da propriedade da terra se desenvolveu em dois sentidos: de um lado cresceram as grandes propriedades, os latifúndios, tanto em número como em extensão da área, e de outro, cresceu também o número de pequenos estabelecimentos do tipo familiar sem, no entanto, aumentar a área total controlada por eles.

8. A modernização da agricultura deu-se com a permanente concentração da propriedade da terra e teve as seguintes características:

- Aumento da mecanização agrícola em todos os níveis;

- A utilização de insumos de origem industrial, como adubos químicos, agrotóxicos, etc.;

- O uso do crédito rural para custeio, investimento e comercialização, especialmente para as grandes propriedades e para os produtos que interessavam à política do governo;

- A expansão da lavoura de produtos destinados à exportação e sobre a base da monocultura em grandes propriedades;

- A produção para o mercado interno, feita por médios e, principalmente, por pequenos produtores passou a ser cada vez mais integrada à agroindústria;

- A produção de sementes melhoradas, de matrizes animais e o desenvolvimento da genética animal e vegetal controladas por grandes empresas, em grande parte, multinacionais;

- A implantação de florestas homogêneas (eucalipto, pinus-eliotis, acácia, etc.) por parte de grandes empresas industriais com objetivo de produzir para exportação;

- A utilização irracional e predatória dos recursos naturais prejudicando a conservação do solo e o equilíbrio do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis;

- O desenvolvimento do cooperativismo capitalista e empresarial;

- A expansão da pecuária extensiva ocupando grandes extensões de terra do país;

- A depredação dos recursos naturais, especialmente através das madeiras; das empresas de pesca nos rios e lagos e das mineradoras;

- A urbanização crescente da população brasileira resultante e êxodo rural massivo provocado por esse tipo de desenvolvimento agrícola. Hoje a população rural representa em torno de 20% da população total;

- A destruição dos babaçuais, privatização de fundos de pasto, tabuleiros, manguezais, e exploração predatória de áreas antes pertencentes a comunidades.

9. A exploração do trabalho: o processo de desenvolvimento capitalista e de modernização na agricultura brasileira baseou-se, fundamentalmente, no aumento da exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores aumentaram a produção da riqueza, de bens e de produtos no meio rural. Mas ficaram com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho. Isso se pode medir pelo valor dos salários, pelo preço recebido pelo produtor familiar e pela concentração de renda havida no campo.

10. O serviço de assistência técnica e extensão rural patrocinado pelo Estado, através do siste-

ma - EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), foi utilizado nas últimas três décadas unicamente como forma de implementar os produtos e as tecnologias que interessavam ao processo capitalista de exploração da agricultura.

Desta forma, tanto os pequenos produtores familiares, como os produtos destinados ao mercado interno para consumo popular, sempre estiveram à margem das prioridades da pesquisa agropecuária e da assistência técnica, mantidas pelo Estado.

11. A região norte, que corresponde à Amazônia legal, possui um enorme potencial de desenvolvimento extrativista e agrícola. Abrangendo imensas áreas até hoje não utilizadas e ainda mantidas como terras públicas, essa região representa praticamente a metade do território nacional.

No entanto, pela lógica do modelo adotado, explorou-se as riquezas da região apenas de forma predatória, explorando a madeira, os recursos naturais, os minérios; disseminando garimpos e destruindo a floresta para implantação de projetos de pecuária extensiva. Sem nenhum proveito para a população local. Esse modelo comprometeu o equilíbrio da natureza, empobreceu sua população e está impedindo que haja um verdadeiro desenvolvimento da agricultura e todo potencial da região, que garanta melhorias para as populações que lá vivem: posseiros, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, etc.

O resultado dessa política levou a mais de 60% da população de cada estado amazônico a viver na capital ou grandes cidades.

2 As classes sociais no campo

1. A burguesia agrária

Os proprietários que controlam a maior parte das terras, da produção agrícola e agroindustrial possuem origem industrial, comercial, financeira e agrária.

Eles são menos de 50 mil proprietários, possuem áreas superiores a mil hectares e controlam 50% de todas as terras cadastradas.

Dentre essas propriedades destacam-se os grandes latifúndios com mais de 200 mil hectares, as áreas de empresas multinacionais, que superam a 30 milhões de hectares, e a existência de 46 grupos econômicos, reunindo 312 empresas, que possuem mais de 3 mil imóveis rurais, totalizando 22 milhões de hectares.

2. Pequena burguesia

Existe uma pequena burguesia agrária que controla parcela significativa da produção agropecuária, representada pelas propriedades com tamanho aproximado de 100 a 1000 hectares. De acordo com a região o tamanho da área pode variar. Segundo os dados estatísticos, essa categoria seria em torno de 500 mil proprietários.

3. Arrendatários capitalistas

Em algumas regiões do país existe uma parte da burguesia rural que são grandes arrendatários capitalistas. Arrendam grandes extensões de terra e possuem meios de produção, contratando mão-de-obra assalariada para obterem lucro no cultivo de arroz, soja, cana, pecuária, etc. São aproximadamente 30 mil burgueses-arrendatários.

4. A classe dominante

A classe dominante na agricultura, a nível nacional, está conformada pela fusão de interesses gerais que dominam toda a economia. O setor burguês que tem interesse apenas na agricultura é minoritário.

Há, no entanto, em muitos municípios as oligarquias rurais, representadas por latifundiários, pecuaristas (da pecuária extensiva) ou comerciantes, que exercem um controle e um domínio total sobre a população local.

5. Os trabalhadores rurais

O processo de desenvolvimento capitalista levou a diversas alterações nas relações sociais no campo. De acordo com o censo de 1985 existem em torno de 23 milhões de trabalhadores no meio rural. Destes, em torno de 5 milhões, classificados como assalariados rurais (permanentes ou temporários), representam 22% do total e podem ser considerados como o "proletariado rural" típico. E os demais 18 milhões de trabalhadores vivem em condições de trabalho familiar, seja como pequenos agricultores proprietários ou posseiros, ou como "sem-terras", na condição de arrendatários, parceiros ou meeiros.

6. Assalariados rurais

Existe no meio rural brasileiro, em torno de 5 milhões de trabalhadores compondo o que o seria o proletariado rural. Sendo que esse número pode aumentar com a incorporação de segmentos de camponeses pobres que, em algumas regiões, se

obrigam a se assalariarem temporariamente. Parte desse proletariado rural reside na periferia de grandes cidades maiores ou em povoados e pequenas cidades do interior.

7. Trabalhadores sem-terra e semiproletários

Segundo o censo, existem 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais que vivem na condição de arrendatários, meeiros, posseiros e com proprietários com menos de 5 hectares. Vivem uma dupla exploração, pois dependem de seu trabalho e ainda se obrigam a pagar renda (em produto, dinheiro, dias de serviços aos proprietários etc...). Estima-se que esse número de famílias pode representar em torno de 10 milhões de trabalhadores.

8. Camponeses ou pequenos produtores familiares

Existem cerca de 8 milhões de trabalhadores que vivem em pequenos estabelecimentos (de 5 a 100 hectares, de acordo com a região) e que trabalham em regime de economia familiar, sendo que sua situação é bastante variável. Em algumas regiões do país, como Norte e Nordeste, se poderia classificá-los majoritariamente como agricultores pobres e, em outras regiões há um número significativo de agricultores remediados.

Nas regiões Norte e Nordeste, existe um contingente de quase 1,2 milhão de famílias que são posseiros e não possuem regularização da área que ocupam e trabalham.

Na região Sul há um grande segmento deles que está integrado à agroindústria do leite, do fumo, da uva, de frutas, de aves e suínos, o que os transforma em mais dependentes e, embora com uma renda maior, enfrentam uma relação social de submissão aos interesses da agroindústria. Esse processo de integração está se ampliando também para outras regiões do país.

9. Urbanização

Em diversos estados, o local de moradia de grande número de trabalhadores rurais se transferiu para as pequenas cidades e periferias de cidades maiores. Existe também um grande número das pequenas cidades do interior que dependem exclusivamente da atividade agropecuária, como base de sua economia e do trabalho de sua população.

Por outro lado, percebe-se um aumento das chamadas "favelas rurais" em pequenas cidades ou povoados, aonde a população depende do trabalho na agricultura.

10. Tendências das relações sociais no campo

Considera-se que já estão acontecendo as seguintes tendências nas relações sociais no meio rural:

- uma contínua tendência ao êxodo rural, especialmente de jovens, diminuindo o número absoluto de trabalhadores no campo, e diminuindo ainda mais seu peso relativo sobre o total da mão-de-obra no país. Há no entanto, algumas regiões do país tipicamente agrícolas, aonde os trabalhadores rurais continuarão sendo a força principal em termos de número e importância na sociedade;
- aumento do assalariamento;
- diminuição na sazonalidade do trabalho agrícola, reduzindo os períodos do ano sem trabalho na agricultura, em função da integração à agroindústria e da diversificação das atividades agropastoris;
- maior integração dos produtores familiares à agroindústria. O mercado interno está praticamente controlado pelas agroindústrias, o que impede o acesso de pequenos produtores autônomos, com exceção de determinados produtos ou em alguns mercados locais;
- maior seletividade e especialização entre os produtores familiares integrados à agroindústria;
- diminuição dos produtores familiares que se dedicam à produção de grãos e outros produtos em que a grande propriedade tem ganho de escala;
- reprodução dos pequenos produtores familiares nas regiões de fronteira agrícola e em regiões onde ainda predomina a produção de subsistência;
- divisão dentro da família entre as atividades agrícolas e o assalariamento na indústria. Nas regiões urbanizadas e industrializadas parte dos trabalhadores continuam morando no meio rural mas se assalariam nas indústrias;
- muitas mudanças tecnológicas que levarão a um aumento acelerado na produtividade do trabalho no meio rural.

3. Os problemas agrários que caracterizam o meio rural brasileiro

Introdução

Em função das características do desenvolvimento agrícola ocorrido no país, pode-se afirmar que existem no Brasil graves problemas agrários que necessitam de solução.

No entanto, essa situação se caracteriza como problema apenas para a classe trabalhadora e para a população em geral. Para a elite dominante, para os que se beneficiam desse tipo desenvolvimento,

não existem problemas agrários, ao contrário, representa uma maior oportunidade de lucro e bem-estar.

1. A concentração da propriedade

A propriedade da terra no Brasil está concentrada nas mãos de uma minoria, caracterizando um dos mais altos índices de concentração do mundo. Cerca de 1% dos proprietários detêm em torno de 46% de todas as terras. E a concentração da terra traz a concentração da propriedade dos meios de produção (máquinas, benfeitorias, etc), do poder econômico, da renda e do poder político no meio rural. Reproduzindo uma sociedade permanentemente conflitiva entre uma minoria de proprietários e uma ampla camada da população que tem seu trabalho cada vez mais explorado.

2. A utilização da terra

A forma como se utiliza a terra não representa os interesses da sociedade como um todo e, muito menos, dos trabalhadores. Não se aproveita o enorme potencial que esses recursos naturais disponíveis representa para o progresso econômico e o bem-estar de toda a população. Dos aproximadamente 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões de hectares são utilizados como lavoura. A imensa maioria das terras estão ociosas, são mal aproveitadas, sub-utilizadas, se destinam à pecuária extensiva ou, simplesmente, à especulação e reserva de valor.

Segundo dados do INCRA, existem no Brasil cerca de 100 milhões de hectares de terra ociosas, localizadas nas grandes propriedades e que poderiam ser aproveitadas (e pela atual lei podem ser desapropriadas).

A utilização das terras segue apenas a lógica da maximização do lucro e se transformou num grave problema para a sociedade.

Em muitas regiões próximas às grandes cidades, as terras tem servido apenas como área de lazer da classe dominante.

3. O que se produz

A produção obtida nos 60 milhões de hectares cultivados é insuficiente para as necessidades da população. É irrisória, comparando-se aos avanços tecnológicos e às médias de produtividade obtidas em outros países. Produz-se apenas 75 milhões de toneladas de grãos. Em outros países de condições climáticas e de solo iguais ou piores, a produção chega a ser 4 vezes maior. As melhores

terras se destinam à monocultura de cultivos para exportação como: cana, café, algodão, soja e laranja. Enquanto a produção dos alimentos básicos para o mercado interno está praticamente esgotada.

Como consequência, existe uma má distribuição da produção agropecuária e a população brasileira não se alimenta de acordo com as necessidades básicas. Assim, existem 32 milhões de pessoas que passam fome todos os dias e outras 65 milhões de pessoas que se alimentam aquém das necessidades.

4. Êxodo rural e migração

A migração das populações rurais para aglomerados urbanos é um processo natural e constante em todas as sociedades e ao longo das civilizações. No entanto, no caso brasileiro, é espantosa a velocidade e o volume de pessoas que tiveram que migrar de suas comunidades rurais de origem, sendo expulsas do campo e tendo que buscar as cidades como única possibilidade de sobrevivência. Segundo estatísticas oficiais, no período de 1970-90, cerca de 30 milhões de pessoas migraram para as cidades. Sobretudo para as grandes cidades, formando-se novas metrópoles. E isso está trazendo enormes problemas sociais e econômicos para as pessoas que migraram e para as cidades que as receberam.

Houve também uma intensa migração interna em que milhares de famílias deslocaram-se de uma região para outra em busca de trabalho ou do sonho da terra para trabalhar. E mais de 500 mil pessoas migraram para o Paraguai, Bolívia e Argentina em busca de trabalho no campo. E hoje a maioria delas deseja regressar ao Brasil.

5. As condições de trabalho

As condições de trabalho e as relações de dominação e exploração impostas em especial aos assalariados rurais são uma afronta à dignidade humana. Muitos assalariados são tratados como escravos. Os direitos trabalhistas e os direitos sociais estabelecidos na Constituição são completamente desrespeitados. E desconhecidos pelos próprios trabalhadores. Basta dizer que 65% dos assalariados rurais sequer possuem carteira de trabalho assinada. Ou que apenas 40% dos trabalhadores assalariados possuem trabalho o ano todo. Os demais vivem em contínuo processo de trabalho temporário e desemprego.

Os salários pagos no meio rural estão sempre aquém das necessidades mínimas de alimentação.

As condições de trabalho nos estabelecimentos de produção familiar também são desumanas, envolvendo as crianças e toda a família, por períodos que chegam até a 14 horas diárias.

6. As condições de vida no campo

Houve melhoria nas condições de vida da população do meio rural em algumas regiões, especialmente no sul e sudeste. Mas a imensa maioria da população rural continua à margem dos benefícios do progresso econômico e do avanço das forças produtivas. Os indicadores sociais das regiões rurais sobre o consumo de luz elétrica, utilização de eletrodomésticos, níveis de alfabetização, mortalidade infantil, nível de escolaridade, número de médicos, nível de renda *per capita* são alarmantes e se equiparam às regiões mais pobres do mundo. Revelam o grau de discriminação social, econômica e política a que foram submetidas pelas oligarquias e elites rurais. Existe fome no meio rural. Dos 32 milhões de brasileiros que passam fome diariamente e são considerados indigentes, mais da metade vive no meio rural. Há um aumento da miséria no meio rural.

7. A situação da mulher no campo

Entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos.

Acrescido a isso, encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior.

8. O modelo tecnológico de desenvolvimento da agricultura

O modelo tecnológico adotado na produção agrícola brasileira segue apenas a lógica da maximização do lucro. Existe uma permanente propaganda ideológica envaidecendo os avanços e a modernidade no campo, mas são visíveis as conseqüências e a completa desadequação da tecnologia adotada no meio rural à realidade dos trabalhadores e aos recursos naturais.

O modelo adotado é apenas copiado dos países capitalistas centrais, e obedece unicamente à lógica de consumo dos insumos industriais ofertados pelas empresas multinacionais. Esse modelo representa hoje um enorme problema que compromete: a potencialidade de produção existente, a eficiência e a qualidade dos produtos, a disponibilidade dos recursos naturais para as gerações futuras.

Essa concepção de "desenvolvimento" agrícola, baseada nesse pacote tecnológico, já causou enormes prejuízos sociais e ao meio ambiente como: contaminação das águas, desmatamento, destruição da flora e fauna, degradação do solo e uso predatório de todos os recursos naturais disponíveis.

9. A dominação política e ideológica

O resultado da concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, da produção, da renda, e do poder econômico de uma minoria que domina o meio rural se traduz num regime político de permanente exploração e de dominação dos trabalhadores rurais, submetidos a todo tipo de injustiças e discriminações. A democracia, a liberdade, os direitos à cidadania são apenas sonhos. E desconhecidos pela imensa maioria dos trabalhadores do campo.

É necessário romper com o poder político dos "coronéis", latifundiários e oligarquias rurais que usam a dominação econômica e social para se perpetuarem no poder político, exercendo com mão-de-ferro todos os cargos públicos, e colocando o Estado apenas a seu serviço. Em função disso a violência contra os trabalhadores rurais é praticada de todas as formas. Seja pela negação de seus direitos, seja pela perseguição, ameaças, sofrimentos físicos que, não raro, chegam à tortura e ao assassinato, em especial das lideranças. Para isso os fazendeiros mantêm verdadeiras milícias de pistoleiros em diversas regiões do país. O poder público no meio rural, representado pelos vários poderes (legislativo, executivo, judiciário, polícia, etc.) é, na verdade, o poder do latifúndio a serviço dos seus interesses.

10. Dominação cultural - educacional

Há também uma dominação ideológica e cultural das elites sobre os trabalhadores. Projetando valores anti-sociais, ridicularizando a cultura local, criando uma situação de preconceito e discriminação.

minação contra os valores cultivados pelos trabalhadores.

Contribuem para essa dominação cultural os meios de comunicação de massa e o caráter alienante da prática de algumas religiões.

Como parte desse problema mais amplo, está o sistema educacional existente no meio rural. Não há escolas para todas as crianças. E na maioria das localidades, a educação se resume ao péssimo ensino de 1ª a 4ª série, em que os alunos saem apenas alfabetizados. Por outro lado, persiste um elevado percentual de analfabetismo entre os adultos que, em algumas regiões, chega a 70% da população rural.

11. A concentração da água no semi-árido nordestino

O problema da seca na região do semi-árido nordestino não tem apenas razões climáticas, mas sobretudo, é resultado da concentração da propriedade e do poder político. As iniciativas públicas para combater a seca, como construção de açudes, barragens, poços artesianos, canais, etc. beneficiam apenas os grandes proprietários e são utilizadas como uma forma a mais de dominação sobre as populações, ao deixá-las dependentes da dominação dos caciques políticos locais para obtenção da água. A água se transformou em fonte de exploração e de poder político. E se constitui no mais grave problema agrário da região.

12. A política agrícola

Os instrumentos clássicos da política agrícola, administrados pelo governo, especialmente os preços para os produtos agrícolas e o crédito rural; têm sido utilizados ao longo dos últimos anos sistematicamente em função apenas dos objetivos da política econômica (assinalados no item 3), que beneficiaram apenas os médios e grandes proprietários, o comércio e as indústrias. E reforçaram ainda mais a concentração da terra, o poder econômico e a concentração de renda no campo. Por isso, essa política agrícola se constitui num grave problema para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral.

13. A comercialização

A forma como está organizado o comércio dos produtos agrícolas representa um problema para os pequenos agricultores. Hoje existe um verdadeiro oligopólio que controla o comércio atacadista para os produtos de mercado nacional. E esse controle faz com que os preços aumentem várias vezes entre aquele pago ao agricultor e o preço pago pelo consumidor.

Por outro lado, o comércio local, regional, representado pelas feiras e pequenos comerciantes, embora pulverizado, não consegue pagar preços compensatórios em função, sobretudo, do baixo poder aquisitivo e da renda da maioria da população.

14. A industrialização

O modelo de industrialização adota no país, altamente concentrador, em regiões do país e em alguns ramos de atividades. E dependente dos interesses do Capital internacional, representa um agravamento as problemas agrários do país.

Em relação à indústria, enfrenta-se dois problemas básicos: as indústrias que transformam os produtos de origem agropecuária estão concentradas nos grandes centros, em especial, sul e sudeste e se dedicam apenas a produtos que possibilitam um lucro elevado, destinados às classes mais abastadas da população. Um elevado percentual da produção total nacional se perde em função da falta de indústrias localizadas mais próximas das regiões produtoras que possam transformar e conservar esses produtos.

Em relação à indústria de insumos utilizados na agricultura, enfrenta-se um verdadeiro oligopólio de alguns grupos econômicos, em sua maioria pertencentes ao capital estrangeiro. Esses grupos impõem suas condições de preços aviltados (bem superiores inclusive ao mercado internacional) e, através do tipo de produtos, seja máquinas, fertilizantes ou agrotóxicos, impõem um modelo de tecnologia desajustado à situação dos produtores brasileiros e aos recursos naturais.

2

O Censo Agropecuário de 1996:

Uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro

Gerson Teixeira¹

Colaboração: Rolf Hackbart²

Brasília, março - 1999

1. Introdução

Após longo tempo de finalização, o IBGE divulgou, recentemente, os resultados do Censo Agropecuário de 1996.

Confirmando o que se previa, o Censo revela que, em plena virada do milênio, a estrutura agrária nacional continua a aprofundar o seu perfil absolutamente anacrônico.

Os dados registrados, que apontam as transformações no agrário processadas no período de uma década, compreendendo o período inicial e a consolidação do projeto neoliberal no Brasil (1985 a 1995-96) atestam, além da intensificação do processo de concentração da terra, a trajetória de desmobilização produtiva e de ampliação da exclusão social, no campo.

Assim, após mais de quatro séculos, prossegue o fenômeno da concentração da posse da terra como fator determinante da configuração das relações econômicas, sociais e de poder no agrário do país, a despeito dos discursos da modernidade neoliberal.

As informações e dados expostos, a seguir, contraditoriamente, por conta do ambiente institucional de ostensiva adversidade para a agricultura de pequena escala, confirmam a manutenção da ampla superioridade dessa modalidade produtiva na geração e distribuição de riqueza; e na geração de ocupações no campo. E ainda, que são essas formas de produção, baseadas no trabalho familiar, que sustentam o abastecimento alimentar e de matérias primas internas do país.

Esse retrato qualitativo da base produtiva da agricultura nacional denuncia a estupidéz das políticas públicas setoriais de inspiração neoliberal, especialmente com o atual governo.

Em clara manipulação política em torno de supostos elementos de racionalidade técnica para justificar a concentração dos estímulos oficiais nos segmentos da grande exploração agropecuária, as ações setoriais do atual governo, na verdade, desafiam todos os parâmetros de racionalidade na alocação dos gastos públicos dada a flagrante maior capacidade de retornos econômicos e sociais da agricultura familiar, conforme se extrai da leitura do Censo/96.

Enfatizamos o período do governo FHC no intervalo de tempo entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1996 porque, sem dúvidas, a crise que passou a afetar os segmentos de base interna da agricultura brasileira, desde FHC Ministro da Fazenda, provocou (e continua a provocar) efeitos concentradores e, ao mesmo tempo, desagregadores da estrutura produtiva da agricultura nacional, com intensidades sem paralelo nos demais anos do período.

Na direção anterior, ainda que sem a disponibilidade dos resultados do monitoramento das transformações ocorridas nos anos de 1997 e 1998, na escala e aprofundamento utilizados pelo IBGE nos trabalhos do Censo, não temos dúvidas em afirmar o agravamento dos indicadores sociais e econômicos do agrário nacional nesse período mais recente, relativamente ao período anterior detectado pelo Censo/96.

Vale salientar, nesses comentários introdutórios que, até pelas dificuldade de conciliação com as demandas ordinárias desta assessoria, o estudo aqui apresentado limitou-se à abordagem de alguns dos aspectos/variáveis que consideramos relevantes para a qualificação política das transformações ocorridas no setor, no período em questão.

Portanto, assumimos a insuficiência do texto que, por exemplo, não aborda uma série de infor-

mações disponibilizadas pelo Censo, nem explora os rebatimentos regionais dessas transformações.

Dessa forma, a pretensão do documento é a de provocação de maiores estudos que venham, a desnudar, na plenitude, os fenômenos mínimos, aqui registrados, apontando para o agravamento dos fatores estruturais que moldam o agrário nacional.

Sublinhamos, também, que essa abordagem dos resultados do Censo Agropecuário/96, originalmente constava como parte de um texto demandado pela Liderança da Bancada, sintetizando as políticas agrícola e agrária, com os seus resultados, ao longo do primeiro governo FHC.

Como a elaboração do citado documento vem se prolongando por razões diversas, optamos por antecipar a divulgação isolada desse capítulo do documento mais abrangente, em face da relevância do tema, ainda mais destacada pelos poucos trabalhos até então divulgados, traduzindo os resultados Censo Agropecuário/1996.

2. Aumento da Concentração da Terra

2.1. Aumenta a Concentração Fundiária

Os resultados do Censo/96 comprovam o aumento da concentração da terra no Brasil em pleno limiar do século XXI.

Comparando os dados do Censo de 1970 com os levantamentos de 1995-96, o IBGE demonstra que, em 1970, os estabelecimentos com menos de 100 Ha representavam 90,8% dos estabelecimentos totais, detendo 23,5% da área.

Em 1995-96, o número de estabelecimentos nessa faixa experimentou uma redução para 89,3%, acompanhada da redução de área para 20% da área total.

Em contraposição, os estabelecimentos com área acima de 1.000 Ha que representavam, em 1970, 0,7% do total e detinham 39,5% da área. Em 1995-96, passaram a representar 1% do número total de estabelecimentos, e acumular 45% da área.

2.2. Diminuição geral dos Estabelecimentos Agrícolas

De 1985 a 1995-96, pela primeira vez, desde o censo de 1950, constatou-se a diminuição do número de estabelecimentos agrícolas no Brasil.

Os 5.801.809 estabelecimentos agrícolas registrados pelo censo agropecuário de 1985, foram reduzidos em 941.944 na contagem de 1995-96, resultando em 4.859.865 estabelecimentos, abrangendo 353,6 milhões de Ha, ou seja, 21,3 milhões de Ha a menos que em 1985.

Essa diminuição da área agrícola equivale a 61% da área total plantada com grãos na safra 1997/98. A área restante (353,6 milhões de Ha), corresponde a 41,4% da área territorial do país (854,7 milhões de Ha).

Com essa redução o número atual de estabelecimento agrícola ficou assim distribuído por faixa de área:

- a) 4,3 milhões com áreas inferiores a 100 Ha;
- b) 470 mil com áreas de 100 Ha a menos de 1.000 Ha;
- c) 47 mil estabelecimentos com áreas de 1.000 Ha a menos de 10.000 Ha;
- d) 2,2 mil com áreas a partir de 10.000 Ha; e o restante, sem declaração.

2.3. Destruição dos Pequenos Estabelecimentos

Do número, acima registrado, dos estabelecimentos extintos, 906.283, ou 96% do total, apresentavam áreas inferiores a 100 Ha, sendo que, nesse extrato de área, a maior redução se deu com os estabelecimento até 10 Ha, onde desapareceram 662.448 estabelecimentos, o que significa 70,3% do total dos estabelecimentos extintos e 28% do número de estabelecimentos que restaram nesse limite de área.

De acordo com o ex-Secretário Nacional de Política Agrícola, Sr. Guilherme Dias, desse número de pequenos estabelecimentos extintos, pelo menos 400 mil desapareceram nos dois primeiros anos do governo FHC.

Dado o agravamento da crise agrícola, desde então, com seus impactos desestruturantes mais intensos sobre a pequena produção, é razoável supor ter ocorrido a extinção de um número muito superior de unidades familiares de produção durante o período integral do primeiro governo FHC.

Ao contrário do que ocorreu com os pequenos, no intervalo de área entre 10.000 Ha e 100.000 Ha, o número de estabelecimentos aumentou em 81 unidades (4%), com a incorporação de mais 790 mil Ha de área nesse extrato, corroborando, assim, a ampliação da concentração da terra no período em questão. A área adicionada aos estabelecimentos nessa faixa de área, corresponde a 10% da área total restante dos estabelecimentos até 10Ha.

Em consonância com os processos acima, o IBGE atestou que a área total dos estabelecimentos inferiores a 100 Ha, sob a condição de proprietário, foi reduzida em 1,9 milhão de Ha, entre 1985 e 95-96. Sob a condição de arrendamento, a diminuição de área nesse extrato, foi de 1,8 milhão de Ha.

Sintomaticamente, no mesmo período, aumentaram em 1,3 milhão de Ha, as áreas sob a condição de proprietário na faixa entre 10.000 Ha e 100.000 Ha.

3. Redução das Áreas com Lavouras

3.1. A Ociosidade das Terras

Se, de um lado, o IBGE constatou a redução substancial no número de estabelecimentos e de área agrícola, de outro, verificou a manutenção de um grande estoque de áreas produtivas tidas em descanso (até quatro anos sem qualquer utilização), ou simplesmente não utilizadas há mais tempo.

Pelos números do Censo 96, no conjunto, essas áreas somam cerca de 25 milhões de Ha, ou 60% da área total detectada com lavouras permanentes e temporárias.

Levando-se em conta o total da área antropizada (lavouras permanentes e temporárias + pastagens + matas plantadas + terra em descanso + terra produtiva não utilizada), observa-se que o total de área nessa condição passou de 167,4 milhões de Ha em 85, para 171,5 milhões em 95. Significa que, pela apuração do Censo Agropecuário/96, 51,5% da área com estabelecimentos agrícolas (353,6 milhões Ha) mantém-se inalterada.

3.2. Redução das Áreas com Lavouras

Demonstrando a impressionante fragilização da estrutura produtiva da agricultura brasileira, em apenas uma década, observou-se a redução dos níveis de utilização das terras agrícolas. A área total com lavouras temporárias foi reduzida em quase 8.3 milhões de Ha entre 1985 e 95-96, caindo de 42.545 mil Ha, para 34.253 mil Ha.

No mesmo período, a redução de áreas com lavouras permanentes foi de quase 2 milhões de Ha (caiu de 9.835 mil Ha, para 7.542 mil Ha).

A redução ocorrida na base produtiva da agricultura incidiu mais fortemente nos estabelecimentos de menores áreas; existindo casos de aumento de área plantada em estabelecimentos maiores, o que reafirma o caráter seletivo das políticas agrícolas praticadas.

No caso das lavouras temporárias, o cotejo entre as informações do Censo Agropecuário/85, com o Censo 95-96, mostra os resultados constantes na Tabela 1, ao lado:

A Tabela ao lado revela a redução substancial das áreas com la-

vouras temporárias nos estabelecimentos localizados nos menores extratos de área total e o aumento nos maiores extratos, o que, neste caso, especialmente nos estabelecimentos acima de 10.000 Ha, explica-se pela combinação do importante grau de ociosidade acumulada nessas áreas, com a seletividade das políticas públicas setoriais.

Complementando as informações da Tabela 1, enfatiza-se que a participação das áreas com lavouras temporárias nos estabelecimentos até 100 Ha, sobre a área total com essa categoria de lavouras, declinou de 49%, em 1985, para 42%, em 1996.

No caso das lavouras permanentes não houve exceção, com os estabelecimentos em todas as faixas de área apresentando significativa redução nas áreas plantadas, com os estabelecimentos localizados nos maiores extratos de área apresentando declínio mais expressivo do que os de tamanho inferior. Os números da Tabela 2, atestam o fato.

Tabela 2 - Áreas com Lavouras Permanentes, por Extratos de Áreas dos Estabelecimentos: Censo de 1985 a 1996

Estabelecimentos/ Extrato de Área	Área c/ lav. temp. 1985 ha	Área com Lav. Temporária 95-96 ha	Varição Absoluta ha	Varição Relativa
< 100 Ha	5.271.659	4.072.435	- 1.199.224	- 23%
100 < 1.000 Ha	3.284.057	2.542.555	- 741.502	- 22%
1.000 < 10.000 Ha	948.388	687.023	- 261.365	- 28%
> 10.000 Ha	331.209	239.612	- 91.597	- 28%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Tabela 1 - Áreas com Lavouras Temporárias, por Extratos de Áreas dos Estabelecimentos: Censo de 1985 a 1996

Estabelecimentos/ Extrato de Área	Área c/ lav. temp. 1985 ha	Área com Lav. Temporária 95-96 ha	Varição Absoluta ha	Varição Relativa
< 100 Ha	20.845.395	14.461.422	- 6.383.973	- 31%
100 < 1.000 Ha	14.379.184	11.414.698	- 2.964.486	- 21%
1.000 < 10.000 Ha	6.350.589	6.989.247	+ 638.658	+ 10%
> 10.000 Ha	969.880	1.387.461	+ 417.581	+ 43%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

4. Importância Econômica e Social da Agricultura Familiar

Os números do Censo/96, confirmam que, mesmo no contexto institucional de absoluta adversidade, os estabelecimentos familiares ainda continuam sustentando a atividade produtiva agrícola do país e o suprimento alimentar da população brasileira, sendo os que mais investem e, dispa-radamente, como as unidades de produção que mais geram ocupações/empregos na área rural.

4.1 Investimento Produtivo

Os dados do Censo demonstram que, do total de R\$ 7.722.635 mil de investimentos realizados entre 01.08.95 a 31.07.96, em terras, instalações e benfeitorias, plantio de culturas permanentes, veículos, máquinas e implementos, etc., os estabelecimentos inferiores a 100 Ha responderam por 38% (R\$ 2.952.157 mil), contra 35% dos estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha.

Tomando-se outros indicadores sugestivos das responsabilidades pelos níveis de investimentos na atividade agropecuária, constata-se que:

a) adotando-se as informações relativas à aquisição de matrizes bovinas como parâmetro indicativo dos investimentos nessa atividade, observa-se que, no período de 01.08.95 a 31.07.96, das 4,9 milhões de matrizes adquiridas, 39% e 40% foram realizadas pelos estabelecimentos com áreas inferiores a 100 Ha, e por aqueles com áreas totais entre 100 Ha e 1.000 Ha, respectivamente. Os de área superiores a 1.000 Ha e inferiores a 10.000 Ha, adquiriram 22% das matrizes;

b) no caso da aquisição de matrizes suínas, do número de 7,9 milhões de cabeças adquiridas no período antes referido, os estabelecimentos menores de 100 Ha foram responsáveis por 90% do total; os estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha, 9%;

c) no período em consideração, os estabelecimentos inferiores a 100 Ha foram responsáveis por 90% da compra das 98 milhões de dúzias de ovos para incubação, com os estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha adquirindo 8,6%;

d) na aquisição de pintos de um dia efetuada no período (2 bilhões de cabeças), os estabelecimentos menores de 100 Ha participaram com 82%

e os estabelecimentos de área total entre 100 Ha e 1.000 Ha, com 16%;

e) 53% do valor dos investimentos realizados em prédios foram de responsabilidade dos estabelecimentos inferiores a 100 Ha;

d) do valor dos investimentos em instalações e outras benfeitorias, os menores estabelecimentos participaram com 43%, contra 34% dos estabelecimentos com área entre 100 Ha e 1.000 Ha;

4.2. Nível de Produção

Na investigação do valor da produção animal e vegetal, o IBGE estimou esse número em R\$ 47,8 bilhões, tendo como referência o ano de 1996. Por grupo de área total, foi constatado que:

a) os estabelecimentos inferiores a 100 Ha responderam por 47% do valor total da produção agropecuária, com R\$ 22,2 bilhões;

b) os estabelecimentos de 100 Ha a menos de 1.000 Ha, foram responsáveis por 32% do valor, com R\$ 15,4 bi;

c) os estabelecimentos entre 1.000 Ha e 10.000 Ha, participaram com 17% do valor total, com R\$ 8,3 bi e;

d) os estabelecimentos acima de 10.000 Ha responderam por 4% do valor total da agropecuária, com R\$ 1,7 bi.

No que tange ao efetivo animal, na posição de 31.07.96, o Censo/96 chegou a resultados como os exemplificados nas Tabelas, abaixo:

Estabelecimentos p/ grupo de área total	Particip. s/ efetivo bovino de 153 milhões de cabeças	Particip. s/ efetivo equino de 5,6 milhões de cabeças	Particip. s/ efetivo asinino de 5,6 milhões de cabeças	Particip. s/ efetivo caprino de 6,6 milhões de cabeças	Particip. s/ efetivo de coelhos de 284,9 mil cabeças	Particip. s/ efetivo de 27,8 milhões de cabeças	Particip. s/ efetivo de aves, de 718 milhões de cabeças
Menores de 100 ha	27%	47%	80%	68%	89%	79%	78%
100 a menos de 1.000 ha	40%	36%	17%	26%	10%	17%	19%
1.000 a menos de 10.000 ha	28%	15%	3%	5%	0,9%	3,2%	2,3%
10.000 e mais	6%	2%	0,3%	0,2%	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Na Tabela acima, verifica-se que, à exceção do efetivo bovino, os estabelecimentos inferiores a 100 Ha superam todos os demais em termos do efetivo dos animais especificados.

No entanto, mesmo com o efetivo bovino inferior ao observado no extrato de área entre 1.000 Ha a menos de 10.000 Ha, os estabelecimentos com áreas de pastagens inferiores a 100 Ha são os que mais participam no suprimento da população à medida que respondem por 56% dos bovinos vendidos, contra 23% dos estabelecimentos com pastagens entre 100 Ha e 1.000 Ha.

Da mesma forma, os estabelecimentos com área total inferior a 100 Ha foram responsáveis por 52% do volume vendido de 18 bilhões de litros de leite de vaca, contra 43% dos estabelecimentos entre 100 Ha e 1.000 Ha; e 5% daqueles com área total entre 1.000 Ha e 10.000 Ha.

Sobre a produção vegetal, o Censo/96 registra dados como os colocados, na sequência, referentes à área colhida.

Das Tabelas abaixo, conclui-se que, do conjunto dos 21 produtos considerados, os estabelecimentos inferiores a 100 Ha superam os demais na quantidade colhida de 16 produtos, com destaque para o fato de que os estabelecimentos entre 1.000 Ha e 10.000 Ha de área total apresentarem superioridade exclusivamente no volume colhido de cana-de-açúcar.

Os estabelecimentos acima de 10.000 Ha mostram-se absolutamente insignificantes nas suas contribuições para a oferta agrícola do país.

Como as quantidades vendidas dos produtos em questão basicamente mantêm as mesmas proporções observadas pelas respectivas quantidades colhidas, conclui-se que, majoritariamente, o suprimento interno, alimentar e de matérias primas, continua na dependência da performance das unidades familiares de produção.

Supondo-se a representatividade das amostras de produtos animais e vegetais acima tratados, conclui-se que a agricultura familiar responde por 56% da oferta interna de alimentos e matérias primas vegetais, e por 67% da oferta interna animal.

Tabela 4 - Quantidade Colhida: Participação dos Estabelecimentos, por Grupos de Área - 1996

Estabelecimentos p/ Grupo de área total	Particip. sobre o volume colhido de 814 mil t. de algodão em casaca	Particip. sobre o volume colhido de 8 milhões t. de amêndoas em casca	Particip. sobre o volume colhido de 1 milhão t. de batata-inglesa 1ª safra	Particip. sobre o volume colhido de 289 milhões t. de canola-de-açúcar	Particip. sobre o volume colhido de 1,8 milhão t. de feijão em grão 1ª safra	Particip. sobre o volume colhido de 461 milhões t. de faveas em feijão	Particip. sobre o volume colhido de 7 milhões t. de mandioca
Menores de 100 Ha	44%	29%	64%	12%	77%	79%	18%
100 a menos de 1.000 Ha	34%	49%	27%	38%	16%	25%	13%
1.000 a menos de 10.000 Ha	15%	26%	9%	40%	4%	-	2%
10.000 e mais	7%	6%	-	10%	-	-	-
sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Tabela 5 - Quantidade Colhida: Participação dos Estabelecimentos, por Grupos de Área

Estabelecimentos p/ Grupo de área total	Particip. sobre o volume colhido de 26 milhões t. de milho	Particip. sobre o volume colhido de 22 milhões t. de soja	Particip. sobre o volume colhido de 1,4 milhão t. de tomate	Particip. sobre o volume colhido de 1,4 milhão t. de trigo	Particip. sobre o volume colhido de 293 milhões de cachos de banana	Particip. sobre o volume colhido de 942 mil t. de cacau	Particip. sobre o volume colhido de 2,8 milhões t. de café
Menores de 100 Ha	44%	25%	67%	46%	75%	66%	64%
100 a menos de 1.000 Ha	34%	40%	25%	44%	2%	48	41%
1.000 a menos de 10.000 Ha	18%	31%	7%	11%	3%	-	5%
10.000 e mais	2%	4%	-	-	-	-	-
sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

Tabela 6 - Quantidade Colhida: Participação dos Estabelecimentos, por Grupos de Área

Estabelecimentos p/ Grupo de área total	Particip. sobre o volume colhido de 477 milhões de frutos de coco-da-baía	Particip. sobre o volume colhido de 2 mil t. de guaraná	Particip. sobre o volume colhido de 78 milhões de frutos de laranja	Particip. sobre o volume colhido de 3,4 bilhões de frutos de maçã	Particip. sobre o volume colhido de 16,7 mil t. de pimenta do reino	Particip. sobre o volume colhido de 274,2 mil t. de Uva (para mesa)	Particip. sobre o volume colhido de 19,3 mil t. de castanha-do-pará
Menores de 100 Ha	59%	81%	38%	29%	81%	84%	64%
100 a menos de 1.000 Ha	23%	18%	43%	20%	41%	11%	30%
1.000 a menos de 10.000 Ha	11%	-	17%	37%	7%	5%	2%
10.000 e mais	-	-	-	-	-	-	-
sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

4.3. Receitas

As receitas proporcionadas pelas atividades agropecuárias no período de 01.08.95 a 31.07.96, alcançaram R\$ 43,6 bilhões, com os estabelecimentos menores de 100 Ha, respondendo por 43% desse total; os de área entre 100 Ha e 1.000 Ha, com 33%; entre 1.000 Ha e 10.000 Ha, 19%; e os acima de 10.000 Ha, com apenas 4%.

4.4. Emprego e Desemprego no Campo

Em 1985, o pessoal ocupado na atividade agrícola foi calculado em 23.394.881. O Censo/96 constatou que esse contingente, dez anos após, foi reduzido em 5.463.991 pessoas (23%), alcançando 17.930.890, o que reafirma as repercussões sociais devastadoras da crise agrícola.

la para os setores de base interna, desde os primórdios da inserção neoliberal do setor.

Confirmando a absoluta superioridade da pequena unidade produtiva rural na ocupação de pessoal, o Censo Agropecuário/96 registra que, nos anos de 1995 e 1996:

- a) os estabelecimentos menores de 10 Ha ocuparam 40,7% da mão-de-obra;
- b) os de 10 Ha a menos de 100 Ha, 39,9%;
- c) os de 100 Ha, a menos de 1.000 Ha, 15% e;
- d) os acima de 1.000 Ha, 4,2%.

Tomando-se o conjunto dos estabelecimentos com áreas inferiores a 100 Ha, constata-se que o pessoal ocupado nesse intervalo corresponde a mais de 80% do pessoal total ocupado na atividade agrícola.

A Tabela 7, seguinte, mostra a distribuição do pessoal ocupado, por faixa etária, pelos vários extratos de áreas dos estabelecimentos.

Tabela 7 - Pessoal Ocupado, por Faixa de Área dos Estabelecimentos Agrícolas e Faixa Etária - Anos 1995/96

Estabelecimentos por Grupos de área	Menores de 14 anos		De 14 anos e mais		Total	Participação sobre o pessoal ocupado total p/ estabelecimentos agrícolas
	Nº de pessoas	Participação sobre o pessoal ocupado total p/ estabelecimentos agrícolas	Nº de pessoas	Participação sobre o pessoal ocupado total p/ estabelecimentos agrícolas		
< 1 Ha	194.013	1,1%	1.158.699	6,2%	1.352.702	7,5%
1 a < 2 Ha	217.034	1,2%	1.161.617	6,2%	1.378.651	7,7%
2 a < 5 Ha	496.722	2,3%	2.107.642	11,5%	2.604.364	14,8%
5 a < 10 Ha	315.599	1,7%	1.744.863	9,7%	2.060.462	11,4%
10 a < 20 Ha	342.841	1,9%	2.074.028	11,4%	2.416.869	13,3%
20 a < 50 Ha	413.384	2,3%	2.441.710	14,0%	2.855.092	17,0%
50 a < 100 Ha	223.464	1,2%	1.466.135	8,1%	1.689.601	9,7%
100 a < 200 Ha	148.541	0,8%	1.051.487	5,9%	1.199.928	6,7%
200 a < 500 Ha	92.724	0,5%	914.988	4,9%	1.007.712	5,6%
500 a < 1.000 Ha	37.498	0,2%	443.598	2,4%	481.096	2,7%
1.000 a < 2.000 Ha	20.498	0,1%	278.398	1,4%	298.896	1,7%
2.000 a < 5.000 Ha	13.067	0,07%	216.411	1,2%	229.478	1,3%
5.000 a < 10.000 Ha	4.410	0,023%	87.640	0,5%	92.050	0,5%
10.000 a < 100.000 Ha	3.024	0,015%	117.816	0,7%	120.840	0,7%
100.000 Ha e mais	406	0,002%	5.712	0,03%	6.118	0,03%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/96

A Tabela acima confirma informação anterior apontando a supremacia absoluta da agricultura de pequena escala na geração de ocupações no campo. De outra parte, combinado com as informações anteriores sobre produção e investimento, reafirma a extrema indigência dos estabelecimentos com áreas a partir de 500 Ha na geração de renda, emprego e produto na atividade agrícola.

A dimensão da superioridade da pequena propriedade sobre a grande na geração de empregos/ocupações fica patente quando se observa, pelos dados da Tabela, que os estabelecimentos de áreas totais inferiores a 1 Ha, sozinhos, geram mais ocupações (7,5% do total), do que o conjunto de todos os estabelecimentos com áreas a partir de

500 Ha, cuja somatória das ocupações corresponde a 6,9% do total ocupado.

No que tange à distribuição do pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, o Censo/96, revela que:

- a) as lavouras temporárias são as que mais empregam, com o contingente de 6,8 milhões de pessoas, ou 37,7% do pessoal ocupado total;
- b) em segundo lugar aparece a atividade pecuária com 4,8 milhões, o equivalente a 27% do total;
- c) em terceiro vem a produção mista (lavoura e pecuária), que absorve 3,2 milhões de pessoas (17,6% do total);
- d) a quarta colocação fica com as lavouras permanentes que geram 22,2 milhões de ocupações, o que corresponde a 12% do pessoal ocupado total;
- e) depois vem a silvicultura e exploração florestal, com 544 mil ocupações (3% do total);

f) as atividades de horticultura aparecem na sequência, gerando 300 mil ocupações (1,2% do total);

g) a produção de carvão vegetal consta como a penúltima na geração de empregos, com 105 mil pessoas, o que equivale a 0,6% do total e;

h) na última colocação aparece as atividades de pesca e aquicultura com 52 mil ocupações, ou 0,3% do total.

A Tabela anterior também expõe um dos indicadores da gravidade do quadro social no campo, com a elevada participação do trabalho de menores de 14 anos, alcançando o contingente de 2,4 milhões entre crianças e adolescentes, ou seja, 13,6% do pessoal

ocupado total na atividade agrícola. Observe-se que esses números estão fortemente subestimados, uma vez que o Censo não aferiu tais dados nas áreas rurais da Região Norte do Brasil.

Sobre essa questão do trabalho infantil, na área rural, recente pesquisa realizada por Ana Lúcia Kassouf², a partir, basicamente, da análise dos resultados do PNAD/1995, entre outras conclusões, registra que:

a) no Brasil, trabalham cerca de 4 milhões de crianças entre 5 e 14 anos, de um total de 34 milhões, o que representa mais de 11% da população nessa faixa etária, sublinhando-se, novamente, que esses números estão subestimados por não haver dados da área rural da Região Norte;

b) somente 29% das crianças que trabalham recebem algum pagamento por suas atividades;

c) no total de crianças trabalhadoras, inclui-se mais de 500 mil crianças entre 5 e 9 anos de idade, sendo que somente 7% delas recebem pagamento. Destaque-se que 75,4% dessas crianças (5 a 9 anos), e 54,5% daquelas entre 10 e 14 anos estão nas áreas rurais;

d) enquanto 27% das crianças entre 5 e 14 anos que moram nas áreas rurais, trabalham, no setor urbano, 6% dessas crianças realizam alguma atividade;

e) das crianças que trabalham nas áreas rurais, 81,2% na faixa entre 5 e 9 anos, e 59,2% entre 10 e 14 anos, desenvolvem atividades agrícolas geralmente na agricultura familiar, somando-se ao trabalho da família;

f) em 40% dos domicílios no setor rural, a contribuição dos rendimentos das crianças para a renda familiar é superior a 20% e, em quase 10% dos domicílios, essa contribuição ultrapassa os 40%;

4.5. Os beneficiários da política governamental

Em que pese a indiscutível maior potencialidade de geração e distribuição de riquezas na área agrícola pelos segmentos da pequena produção, um pequeno exemplo da iniquidade do tratamento governamental em relação a esse segmento pode ser extraído da distribuição dos financiamentos concedidos na safra 95/96, pelo governo FHC, segundo o Censo Agropecuário em referência. Vejamos:

a) somente 0,1% dos titulares dos 512.032 estabelecimentos menores de 1 Ha (que representam 11% do nº total de estabelecimentos), teve acesso ao crédito, significando que do total dos produtores que tiveram acesso ao crédito naquela safra (258.165), apenas 0,3% trataram-se de produtores em estabelecimentos inferiores a 1 Ha, com valor financiado equivalente a 0,09% do valor total de R\$ 3.707.112 mil;

b) dos 1.780.054 estabelecimentos inferiores a 5 Ha, que representam 37% do número total de estabelecimentos agrícolas do país, apenas 16.497 tiveram acesso ao crédito, ou seja, 0,9%.

Esse número representa 6,4% dos produtores que acessaram ao crédito que, no conjunto absorveram apenas 0,1% do valor total destinado ao crédito;

c) destoando dos casos anteriores, 1,8% dos produtores que tiveram acesso ao crédito foram produtores em estabelecimentos entre 1.000 Ha e 10.000 Ha que, no entanto, concentraram 26% do valor total dos financiamentos daquele ano. No conjunto esses estabelecimentos representam apenas 0,9% dos estabelecimentos agrícolas do país;

d) confirmando o quadro concentrador, os 0,7% dos produtores que acessaram o crédito foram produtores em estabelecimentos acima de 10.000 Ha, os quais, apesar de representarem apenas 0,04% do número de estabelecimentos do país, abocanharam 6% do valor total financiado.

5. Conclusões

Portanto, como conclusões mais relevantes do quadro acima exposto, diríamos que apenas os compromissos com a estupidéz; com uma ideologia deliberadamente excludente; e com a falta de zelo na distribuição dos recursos públicos podem explicar a natureza das ações públicas setoriais do governo FHC de opção absoluta pelos segmentos de produção em escala, notadamente, daqueles mais voltados para o mercado externo.

Fica patente com a leitura dos dados anteriores que, mesmo sob condições politicamente refratárias, a agricultura de pequena escala sustenta a base produtiva da agricultura brasileira, caracterizando-se, também pela superioridade dessa forma de produção:

1. no suprimento alimentar da população brasileira;
2. nos aspectos redistributivos da riqueza;
3. na geração de ocupações;

A despeito desses atributos, o Censo mostra, além dos fatos descritos no curso do texto, que as políticas setoriais postas em prática no período neoliberal:

- a) impuseram trajetória de aniquilamento dos pequenos estabelecimentos;
- b) deterioraram, ainda mais, as condições sociais dos trabalhadores rurais
- c) aumentaram a concentração da terra;
- d) reduziram, substancialmente, a base produtiva da agricultura brasileira e;
- e) levaram milhões de trabalhadores à perda do trabalho nesses dez anos entre os Censos em consideração.

¹ Agrônomo, assessor técnico na Câmara dos Deputados.
Economista, assessor técnico na Câmara dos Deputados.

² Publicada na Revista Preços Agrícolas - USP/ESALQ-DESER E CEPEA.

3

O empobrecimento da agricultura brasileira

Eliseu Alves, Mauro Lopes, Eltsio Contini¹
Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 03
Jul-Ago-Set - 1999

1. Introdução

O paradigma da economia dos países industrializados é do emprego pela agricultura de uma pequena parcela da população economicamente ativa, de uma redução persistente do número de agricultores e, finalmente, da perda da importância da agricultura relativamente ao Produto Interno Bruto, em termos do que ocorre dentro da porteira da fazenda.

Há duas razões principais que explicam essas transformações. A industrialização ampliou substancialmente as oportunidades de emprego, o que permitiu às cidades abrigarem a maior parte da população. E a tecnologia deu condições de a agricultura expandir sua produção de acordo com os sinais da demanda. Esses dois movimentos nunca se sincronizaram no tempo, tendo sido mais rápido e profundo o efeito de a tecnologia eliminar postos de emprego e agricultores. A migração rural-urbana desordenada agravou as crises de desemprego das cidades, principalmente nas depressões.

Nos países industrializados, um conjunto de políticas foi idealizado, para arrefecer os efeitos antiemprego da modernização da agricultura e preservar a renda do setor. Todas elas procuraram isolar a agricultura da competição internacional ou, então, criaram condições artificiais que favoreceram a agricultura de um país vis-à-vis à dos países competidores². Destacam-se, neste respeito, os países da Europa, o Japão, os Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Em menor grau, a maioria dos países desenvolvidos protegem, ainda, a sua agricultura. Há cerca de dez anos procura-se reduzir e eliminar as barreiras erigidas contra o livre comércio para proteger a agricultura. Contudo, o progresso tem sido lento,

embora não existam razões para isso, pois que a agricultura dos países industrializados pouco emprega. Ou seja, não obstante o enorme dispêndio para preservar o emprego rural, num período de 50 anos –1930–80– o desenvolvimento urbano e a tecnologia puseram a agricultura daqueles países na condição de um pequeno empregador, em nível de porteira da fazenda. Portanto, as forças do mercado foram mais vigorosas que os subsídios canalizados para o setor.

2. Tipos de Tecnologias

A tecnologia mecânica é capaz não somente de substituir os trabalhadores que deixam os campos atraídos pelas cidades, como também de aumentar a velocidade do êxodo rural. Assim, ela permite aos agricultores amenizarem e, mesmo, superarem os efeitos das leis trabalhistas e também liberarem mão-de-obra familiar para o emprego urbano, inclusive em tempo parcial. Assim, numa primeira fase, substitui o trabalho assalariado e, finalmente, libera os membros da família para o mercado das cidades.

A tecnologia poupa-terra, como por exemplo, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, pastagens, nutrição e melhoramento animal, tem capacidade de fazer a produção crescer bem mais que a demanda. Para evitar uma queda acentuada dos preços, o ajuste recai na redução do número de produtores. A eliminação do trabalho assalariado precedeu à eliminação de agricultores e, assim, da mão-de-obra familiar.

A tecnologia poupa-produto, aquela que elimina as perdas entre a porteira da fazenda e a mesa do consumidor, multiplica os efeitos da tecnologia poupa-terra. E, finalmente a tecnologia organizacional, que objetiva aumentar a eficiência de uso

de todos os insumos, pode também intensificar os efeitos das tecnologias poupa – produto e poupa – terra.

3. O caso brasileiro

As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil já têm índices de urbanização próximos ou superiores ao dos Estados Unidos. Mais de 77% de nossa população vive nas cidades. O Norte e Nordeste tinham, em 1996, índices de urbanização, respectivamente, de 62,4% e 65,2%, mas esta, nos últimos quatro períodos, ganha velocidade naquelas regiões. Ressalte-se que a Região Norte abrigava, em 1996, 12,5% da população rural brasileira e a Nordeste, 45,7%. Esta região mantém, nos campos, 15,6 milhões de pessoas. A segunda região de maior população rural, a Sudeste, tem 7,3 milhões de habitantes no meio rural.

Se o Nordeste convergir para o nível do Sudeste, o potencial de migrantes, calculado de forma simples, é dado pela diferença entre as duas populações – cerca de 8,3 milhões.

O Brasil tem, assim, os índices de urbanização dos países avançados e até os supera. Deles difere, contudo, num importante aspecto. Parte da população urbana tem ocupação rural, de forma que a população ocupada com a agricultura não caiu, em termos absolutos, como vem ocorrendo com a população rural. Cerca de 24,5% da população ocupada pertencia, em 1996, à agricultura. Nos países industrializados, essa relação é menor que 6%. Lá, muitos dos residentes dos campos empregam-se nas cidades.

Não há evidências de nenhuma tendência na série de pessoal ocupado com a agricultura (POA), no período 1976-96. No entanto, em termos de POA por unidade de PIB da agricultura, há evidências de um decréscimo acentuado e contínuo, a uma taxa instantânea estimada de 3,4%, ou seja, consome-se, cada vez menos trabalho para produzir uma unidade de produto agrícola. Mas o de-

créscimo não foi suficiente para mais que contrabalançar o efeito, no emprego, do acréscimo da produção e, assim, reduzir, em termos absolutos, o emprego rural. A política econômica precisa, portanto, estimular as exportações e o consumo de alimentos para manter e ampliar os postos de trabalho da agricultura.

Outro dado relevante é o da estrutura do emprego, como revelada pelo Censo Agropecuário de 1995/96, com elevada participação do trabalho familiar, da ordem de 76% do POA. Há também evidências de que cresce o emprego não agrícola dos residentes do meio rural. Nesse aspecto, embora não estejamos tão perto das nações industrializadas, começamos, todavia, a caminhar na mesma direção (Grossi e Silva, 1999).

Vive nossa agricultura uma fase de transição na direção de uma agricultura baseada na ciência, num número pequeno de agricultores e que pouco emprega assalariados. Estamos muito perto da agricultura dos países industrializados e muito distante daquela dos países densamente povoados da Ásia. Se o objetivo da política agrícola for manter o emprego e os estabelecimentos, ela não pode perder de vista as forças de mercado que são antagônicas ao mesmo.

Um argumento contra as previsões é o programa de reforma agrária do governo. A hipótese é que o amor à terra seja tão grande que os assentados, mesmo gerando uma renda incapaz de competir com as atrações da *urbis*, permaneçam no meio rural. Rejeitando essa hipótese as informações do censo 1995-96: o número de estabelecimentos caiu de 5,802 milhões em 1985 para 4,860 milhões em 1995. Uma queda de 942 mil estabelecimentos, cerca de 16,2% do ano base. Ou seja, entramos numa fase de eliminação de estabelecimentos. Certamente, agravaram o problema da abertura comercial desordenada, o câmbio sobrevalorizado, as elevadas taxas de juros e as incertezas da economia. Mas, outras evidências dão conta do envelhecimento do responsável pelo estabelecimento e da preferência dos filhos pela residência urbana. Ainda mais, como se mostrará, a renda bruta por pessoa ocupada, nos estabelecimentos menores, não compete com o salário mínimo. O grau de mecanização desses estabelecimentos é

muito pequeno. Como os filhos em idade escolar vão para a escola, além da família ser bem menor, não há como cultivar toda a extensão do estabelecimento. Crédito de custeio é muito escasso.

Quadro 1

Distribuição da população rural e urbana pelas regiões em 1996

	População rural (mil habitantes)	%	% da população rural total	População urbana (mil habitantes)	(%)	% da população urbana total
Norte	4249	37,6	12,1	7039	62,4	5,7
Nordeste	15599	34,8	43,7	29198	63,2	23,7
Centro-Oeste	1626	15,8	4,8	8965	84,6	7,2
Sudeste	7292	10,9	21,3	59709	89,1	48,6
Sul	3197	22,8	15,7	18197	77,2	14,8
Total	34903	100,0	100,0	122763	78,4	100,0

Fonte: Censagem de população 1996, IBGE.

Assim, fertilizantes não são utilizados. Degradam-se os solos, cai a produtividade e a renda mal cobre as necessidades de alimentação da família. Que mais resta senão abandonar o meio rural?

Famílias pequenas não conseguirão melhorar sua renda sem a mecanização da agricultura. Mesmo na agricultura irrigada, essa é também uma exigência para se aproveitar do potencial dessa tecnologia. A tração animal pouco acrescenta. O trator e outros equipamentos é a opção dos pequenos produtores. Quanto custa de investimento? Cerca de R\$ 30 mil por família. Dois milhões de famílias consumirão R\$ 60 bilhões⁽³⁾. Há recursos para isso? E os problemas de logística e de treinamento? E os de concessão de financiamentos, inclusive os de crédito de custeio?

No Nordeste e Norte, as duas regiões que concentram grandes contingentes de população rural, esses problemas se multiplicam. Os títulos de propriedade, quando existem, são de duvidosa procedência. E o grau de instrução da população rural, especialmente entre os que se qualificam para o programa de reforma agrária, é muito baixo, um ano ou menos de escola rural de péssima qualidade. Assim sendo, a taxa de retorno desse tipo de investimento é muito baixo. E não é por outra razão que as pequenas propriedades já existentes têm um grau de mecanização baixo. Por isso, não se espera que investimentos de vulto sejam feitos para mecanizar as propriedades dos pequenos agricultores. E, em decorrência, eles continuarão a viver numa situação instável, quanto ao permanecer no meio rural. Prontos para pegar a estrada para as cidades.

O programa de reforma agrária se justifica para quebrar as tensões existentes. A pergunta correta é qual é o mínimo de famílias necessário para se quebrarem as mesmas? Vencida essa etapa, é correta a posição do governo quando criou o banco da terra. Quem quiser terra terá que recorrer a empréstimos e ficará com a obrigação de reembolsá-los. Mas, se o empréstimo não cobrir as necessidades de capital, inclusive as de mecanização, pouco resultará em termos de aumento de renda do mutuário. E, dificilmente, será pago.

Em conclusão, com a tecnologia disponível e em uso um número pequeno de agricultores é capaz de abastecer o país e exportar. A grande maioria ficará numa situação instável. Os filhos e netos deixarão os campos e venderão as propriedades. Mas a convergência é lenta, mesmo porque faltam oportunidades nas cidades. Essa visão é paradoxal. O paradoxo se explica pelo crescimento mais rápido da oferta em relação a demanda, recaindo o

ajuste na redução do número de produtores, como já vimos. Assim, o sucesso dos programas que estimulam a produção agrícola é o principal responsável pelo êxodo rural. A contradição se resolve estimulando a demanda e, neste respeito, o aumento das exportações é o caminho mais promissor, porque a demanda interna expande-se lentamente. O crescimento da população é pequeno, cerca de 1%. O aumento da renda per capita tem efeito, mas se melhor distribuído. A elasticidade renda converge para zero com o crescimento da renda per capita. Assim, já é pequena, mais próxima de zero, nas camadas mais aquinhoadas. Por esses motivos, e como a renda per capita cresce lentamente, a oferta, movida pelo motor da modernização, tem a capacidade de superar o crescimento da demanda, produzindo o ajuste em cima do número de produtores. E enfatizamos que o aumento das exportações é o caminho mais fácil que permitirá reduzir a intensidade de eliminação de produtores. Os programas de combate a pobreza também podem influenciar o crescimento da demanda por alimentos.

4 – Migração rural-urbana

As cidades podem crescer sem a necessidade de êxodo rural. Não é, ainda, o nosso caso. Parte do crescimento da população das cidades é o resultado do êxodo rural. Com os dados da contagem da população de 1996, calculou-se o número de migrantes por períodos: 1940-1950, 1950-60, 1960-70, 1970-80, 1980-91, 1991-96. O procedimento foi desenvolvido por Alves (Alves, 1994). Admite-se que a população rural esteja crescendo à mesma taxa da população do país. Compara-se a população assim obtida com a população do final do período. A diferença dá o número de migrantes. Somente temos informações para períodos grandes, entre censos. O procedimento consistiu em dividir um dado período em n subperíodos, mantendo-se os parâmetros do período mãe. Em seguida deixou-se n tender para o infinito. A tabela abaixo apresenta os resultados. Os dados de 1991/00 são projeções, admitindo-se que os parâmetros de 1991-96 não se alterem. O sinal negativo para migrantes indica que o meio rural ganha população. Caso contrário, perde. Quem migra pode ir para outra região, inclusive, para o meio rural.

Valem as seguintes observações:

1 – É acentuado o decréscimo a taxa de crescimento da população brasileira: de 1,92%, no período de 1980/91, para 1,35 em 1991/96.

Quadro 2
 Migração rural - urbana, períodos, regiões, número de migrantes e velocidade de migração

Região	Período	Taxa Cresc. Rural	Taxa Cresc. País	Migrantes (em mil pessoas)	Migração % do Ano Base
Norte	40/50	1,79	2,31	59,99	5,7
	50/60	2,38	2,99	86,89	6,9
	60/70	2,09	2,85	134,56	8,4
	70/80	3,63	2,45	-281,64	-14,0
	80/91	3,82	1,92	-738,15	-26,0
Nordeste	91/00	0,68	1,35	283,96	6,96
	40/50	1,80	2,31	619,53	5,6
	50/60	1,04	2,99	2717,14	20,5
	60/70	1,08	2,85	2739,63	18,7
	70/80	0,53	2,45	3229,92	19,7
Sudeste	80/91	-0,28	1,92	4106,71	23,8
	91/00	-1,43	1,35	4326,70	25,9
	40/50	0,62	2,31	1933,41	17,4
	50/60	1,07	2,99	2395,56	20,3
	60/70	-1,90	2,85	5694,12	43,2
Sul	70/80	-2,00	2,45	4410,55	40,5
	80/91	-1,50	1,92	3107,18	34,9
	91/00	-0,92	1,35	1628,50	21,7
	40/50	2,88	2,31	-274,21	-6,6
	50/60	2,91	2,99	55,70	1,0
C. Oeste	60/70	2,18	2,85	550,06	7,4
	70/80	-2,50	2,45	4032,08	43,9
	80/91	-2,00	1,92	2780,35	38,9
	91/00	-1,33	1,35	1438,60	25,12
	40/50	2,85	2,31	-61,77	-6,3
Brasil	50/60	3,88	2,99	-142,01	-11,0
	60/70	3,09	2,85	-54,71	-2,8
	70/80	-0,81	2,45	826,07	31,3
	80/91	-2,80	1,92	1087,17	44,7
	91/00	-1,52	1,35	469,09	26,6
Brasil	40/50	1,60	2,31	2280,98	8,0
	50/60	1,56	2,99	5137,40	15,3
	60/70	0,57	2,85	9068,54	23,4
	70/80	-0,63	2,45	12240,18	29,8
	80/91	-0,62	1,92	10382,53	26,9
91/00	-1,06	1,35	8185,40	22,8	

Adaptado de: IBGE, Censo Agropecuario 1995/96.

2 - Em 1991/96 a Região Norte teve um crescimento da população rural tão pequeno que não foi suficiente para ofuscar as migrações. Ela passou a perder população rural, embora a população rural do final do período tenha ainda sido maior que a do início, pouca coisa.

3 - As demais regiões têm taxas negativas de crescimento da população rural. O padrão é interessante. O decréscimo se acentuou por alguns períodos para depois perder ímpeto, à medida que o estoque de migrantes reduziu-se substancialmente. O Nordeste é a grande exceção: o decréscimo de população rural ainda ganha ímpeto. É assim porque se trata da região que ainda tem um apreciável estoque de migrantes no meio rural, cerca de 46% de todos os brasileiros que habitam os campos. Sua agricultura dá sinais de não suportar a população rural lá existente. É a perigosa bomba migratória do país. Os nordestinos, rapidamente, aprendem que há melhores opções alhures, especialmente no meio urbano. A Região Norte, no seu meio rural, não é mais uma opção. A produtividade

de da terra do Nordeste é $\frac{1}{4}$ da Região Sul e a do trabalho $\frac{1}{5}$, conforme mostra o censo 1995/96. Somente os estabelecimentos de mais de 100 hectares têm uma remuneração, por trabalhador ocupado, acima de um salário mínimo e cerca de 94,2% dos estabelecimentos têm área menor do que 100 hectares. A média de remuneração da região corresponde a R\$62,72.

4 - As duas últimas colunas indicam o número de migrantes e a velocidade de migração. Esta equivale ao número de migrantes dividido pela população rural do ano base. Quando negativo, a região ganhou população, em termos de saldo líquido. A migração rural-urbana perdeu velocidade nas três regiões sulinas. Começa a acelerar no Norte e se intensifica ainda mais no Nordeste. Perde momento nas regiões de pequeno estoque de população rural e ganha nas duas que ainda têm muito para perder em termos de população rural existente.

5 - Apesar da desaceleração do êxodo rural, cerca de 8,2 milhões de pessoas deverão deixar o meio rural, no período 1991/00, um número muito expressivo, sendo a metade proveniente do Nordeste, cerca de 4,3 milhões. O quadro 3 dá informações adicionais sobre a produtividade do trabalho, em termos de renda bruta mensal por pessoa ocupada, e a da terra, renda bruta mensal por hectare. Confirma o desequilíbrio regional e mostra quão instável é a agricultura do Norte e Nordeste.

Quadro 3

Distribuição da renda bruta mensal por hectare e da renda bruta mensal por pessoa ocupada, regiões e Brasil, 1995/96

Região	Renda bruta/mês/ha	Renda bruta/mês/pes. ocupada
Norte	2,79	86,87
Nordeste	6,53	62,72
Centro-Oeste	5,18	553,51
Sudeste	20,48	381,65
Sul	24,49	321,33

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 1995/96

É interessante verificar se o destino dos migrantes são as cidades da mesma região ou, então os migrantes têm destino final em outras regiões. Uma aproximação é obtida da seguinte forma. Admite-se que a população urbana cresce à mesma taxa da população total. Para 1991/96, 1,34%. Ao valor obtido somam-se os migrantes do período. Esse é o valor predito. Subtrai-se dele a população do final do período. Obtém-se o erro de previsão, que é dividido pela população urbana do ano base. Em percentagem, esses são os dados do quadro seguinte.

Quadro 4

Migração rural - urbana, períodos, regiões, número de migrantes e velocidade de migração

Regiões	Erro de previsão (%)
Norte	-7,82
Nordeste	2,30
Centro-Oeste	-4,60
Sudeste	0,34
Sul	0,93
Brasil	0,07

Duas regiões têm sinal negativo. Quer isso dizer que suas cidades estão recebendo migrantes de outras regiões. São elas Norte e Centro-Oeste. Elas tiveram os maiores erros de previsão. Depois vem o Nordeste, mas com valor positivo. Parte dos migrantes de seu meio rural se encaminhou para as outras regiões. O erro de previsão foi pequeno para as outras duas regiões. E, praticamente, inexistente, para o Brasil. É claro que não temos como controlar migrantes de uma cidade de uma região para outra de outra região. A medida é, assim, aproximada. Para o Brasil esse problema inexistente e, quem sabe por isso, o erro tenha sido tão pequeno.

5. Instabilidade da agricultura

A migração rural-urbana e o desaparecimento de estabelecimentos sugerem uma baixa rentabilidade para a agricultura. Assim, ela não está remunerando adequadamente a mão-de-obra familiar e assalariada, em termos de salários monetários e indire-

tos. Por isso, é natural que a família e os assalariados busquem o meio urbano com alternativa de sobrevivência.

Dados para testar esta hipótese precisam cobrir um período maior de tempo. Não dispomos de séries históricas adequadas. Duas fontes são utilizadas: o Censo Agropecuário 1995/96 e os dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas que cobriu alguns estados.

No caso do Censo, subtraímos o valor da produção das despesas por classe de área. Adicionamos às despesas a área total de cada classe multiplicada por R\$ 300,00 (preço da terra nua) para o Nordeste e Norte e R\$ 600,00 para as três regiões sulinas. Sobre os valores obtidos aplicou-se uma taxa de 4% para se obter o valor do aluguel da terra e benfeitorias. Nas despesas, encontram-se aquelas efetivamente realizadas. Não contemplam imputações em máquinas e equipamentos. Juros estão lá. Mas os pagos, bem como impostos e aluguéis de terra e máquinas. Assim o resíduo obtido está remunerando outros fatores de produção omitidas dos cálculos. Rigorosamente, não pode ser considerada uma remuneração do empreendedor porque inclui outras coisas. E, assim, subestima a remuneração do empreendedor e, dos membros da família ocupados na produção do estabelecimento. O valor do resíduo foi transformado em resíduo mensal e dividido pela mão-de-obra familiar ocupada. O quadro abaixo reporta os resultados obtidos.

Valem as seguintes observações:

1 - Somente no Nordeste, os estabelecimentos com área igual ou maior que 10 mil hectares oferecem uma remuneração positiva aos membros da família. Ou seja, nas demais regiões não geram renda suficiente para remunerar o aluguel da terra

Quadro 5

Remuneração mensal da mão-de-obra familiar por classe de área e por região (R\$ por membros da família ocupados)

Classes (ha)	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Menos de 10	37,67	15,43	30,76	69,89	57,30
(10,20)	44,44	27,97	52,02	98,87	79,71
(20,30)	37,74	34,81	71,27	114,53	119,63
(30,100)	38,14	48,42	78,24	210,97	223,93
(100,200)	39,83	84,26	137,33	360,97	426,60
(200,300)	36,89	177,82	303,83	591,26	830,73
(300,1000)	99,80	380,88	683,37	1662,18	1993,99
(1000,10000)	142,31	1017,43	1433,77	2327,83	3239,62
10000 e mais	-2083,80	1137,98	-2896,90	-9369,88	-2076,70
Região	40,08	29,99	201,97	173,73	132,84

Fonte IBGE: Censo Agropecuario 1995/96

e benfeitorias e outros insumos. No entanto, desconsiderando-se esse aluguel, o resíduo é positivo.

2 – Nas cinco regiões, a agricultura oferece uma remuneração inferior a um salário mínimo para os estabelecimentos de área inferior a 50 hectares. A grande maioria deles pertence à classe [0,50 hectares]. No Brasil, 81% dos estabelecimentos estão nesta categoria. A classe seguinte, [50, 100], não oferece uma remuneração aos membros da família competitiva com o salário mínimo, nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e não chega a dobrar o salário mínimo no Sul e Sudeste. No Brasil, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares correspondem a 89% do número total de estabelecimentos. Apenas 541 mil estabelecimentos têm área superior a 100 hectares. É claro que estamos falando de média de classes. Não podemos concluir que apenas 541 mil estabelecimentos têm chances de sobreviver.

3 – O Nordeste está numa situação muito pior que as três regiões sulinas. Somente as classes de área igual ou superior a 200 hectares oferecem uma remuneração superior a um salário mínimo. Há na região 2.309.074 estabelecimentos (correspondem a 47,5% de todos os estabelecimentos do Brasil). Cerca de 94,2% têm área inferior a cem hectares e, na média, não oferecem uma remuneração à família competitiva com salário mínimo. Aí está uma explicação para o êxodo que se acelera no Nordeste.

4 – Na região Norte a situação é ainda mais dramática. Por isso, o fluxo migratório para o seu meio rural praticamente se interrompeu e ela se urbaniza rapidamente.

5 – Em resumo, é muito baixa a remuneração da agricultura, especialmente para os estabelecimentos de área inferior a cem hectares. O êxodo rural e a redução do número de estabelecimentos são decorrências dessa baixa remuneração.

Os dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas permitem ainda uma resposta à questão: quantos têm chance de sobrevivência? Foram coletados em 1998. E cobrem o ano agrícola 1996/97. A amostra abrange os estados do Ceará, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e a região sul. A distribuição dos estabelecimentos amostrados, de acordo com a área, aparece no quadro 6. Apresenta pequena cobertura para os estabelecimentos de área menor que 10 hectares como para aqueles de área maior que 1.000 hectares, em comparação com o Censo 1995/96. Não cobre a região Norte. No Sul, os produtores vêm de áreas que mais padeceram com a competição do Mercosul. Os municípios do centro-Oeste

pertencem às áreas em franco desenvolvimento. Os dados do Sudeste não incluem São Paulo.

6 – Renda líquida de longo prazo

Um medida de estabilidade do estabelecimento é dada pelo resíduo que remunera o trabalho do empreendedor. Todos os insumos são remunerados, inclusive mão-de-obra familiar, esta a um salário mínimo por dia homem, capital, pela tabela Price, juros de 6% e prazo correspondente à vida útil do item de capital, o aluguel da terra equivaleu a 4% do seu valor e finalmente, imputou-se 6% de juros de estoque de animais. Optamos por fazer os cálculos antes dos impostos e em nível de porteira da fazenda. Não se imputou salário ao trabalho do administrador. Apurou-se a renda bruta que correspondeu à produção obtida multiplicada pelos preços dos produtos. Da renda bruta subtraiu-se a remuneração dos insumos. Obteve-se o resíduo que remunera o trabalho do empregador. Este resíduo é a renda líquida de longo prazo. Ele mede as possibilidades de sobrevivência dos estabelecimentos. A remuneração ao empresário necessita ser competitiva com as oportunidades urbanas. Caso contrário, ele optará por cerrar as portas do empreendimento. Se o empresário e capitalista forem a mesma pessoa, ele poderá alugar as terras ou vendê-las. Uma análise mais apurada requer dados de vários anos. A pesquisa somente cobriu um ano agrícola. As conclusões admitem que a situação retratada no quadro 10 perdure por vários anos. Comparamos a remuneração do empreendedor com o salário mínimo mensal de R\$ 130,00 e a partir deste referencial foram estabelecidas as classes.

O quadro 7 enseja as seguintes observações:

1 – Todas as regiões têm renda líquida de longo prazo nula ou negativa em nível que variou de 49,4% em São Paulo, a 63,3%, no Sudeste. As demais regiões estão muito próximas de São Paulo, entre 50,0 e 54,4%.

2 – Tendo-se como paradigma uma remuneração do empreendedor, de longo prazo, maior que dois salários mínimos, as regiões Nordeste, Sudeste e Sul têm mais do que 70% dos estabelecimentos que não satisfizeram esta condição ⁽⁴⁾. E no Nordeste e Sudeste o número de estabelecimentos que não atingem esta condição é próximo de 80%; isso antes dos impostos. A região Norte é equivalente, no que respeita à renda líquida, ao Nordeste. Assim sendo, entre 20 e 30% dos estabelecimentos de longo prazo quando se aceita uma remunera-

Quadro 6
Distribuição da amostra da FGV em classe de área

Classes de área (há)	Ceará		Pernambuco		Centro-Oeste		Sudeste		São Paulo		Sul	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<10	4	1,6	72	32,1	-	-	16	5,1	8	5,6	51	6,5
[10,20)	20	7,9	36	16,1	1	1,0	34	10,9	21	14,8	171	21,9
[20,50)	57	22,4	96	43,0	1	1,0	111	33,5	35	24,6	289	37,0
[50,100)	59	23,3	34	15,2	8	8,2	89	28,4	34	23,9	134	17,3
[100,200)	51	20,1	13	5,8	7	7,1	30	9,6	17	12,0	83	10,6
[200,500)	40	15,7	10	4,5	28	28,6	26	8,3	23	16,2	37	4,7
[500,1000)	13	5,1	3	1,3	29	29,6	7	2,2	3	2,1	8	1,0
[1000,10000)	10	3,9	-	-	23	23,5	-	-	1	0,8	8	1,0
10000 e mais	-	-	-	-	1	1,0	-	-	-	-	-	-
Total	254	100,0	224	100,0	100,0	98	31,3	100,0	142	100,0	781	100,0

Quadro 7
Distribuição da renda líquida mensal de longo prazo em classes de salário mínimo e por estados e regiões, trabalho familiar incluído e antes de impostos. Amostra da FGV

Classes de salário mínimo (R\$)	Ceará		Pernambuco		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		São Paulo	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<0	131	51,6	123	54,9	49	50,0	198	63,3	423	54,4	70	49,4
(0,1)	54	21,3	34	15,2	5	5,1	29	9,2	65	8,3	8	5,6
[1,2)	25	9,8	21	9,4	1	1,0	12	3,8	66	8,5	8	5,6
[2,3)	18	7,1	10	4,5	1	1,0	9	2,8	43	5,5	3	2,1
[3,4)	11	4,3	7	3,2	1	1,0	8	2,6	31	4,1	-	-
[4,5)	4	1,6	1	0,4	-	-	3	1,0	17	2,2	3	2,1
[5,10)	5	2,0	17	7,6	2	2,0	21	6,7	54	6,9	8	5,6
[10,15)	5	2,0	5	2,2	3	3,1	8	2,6	22	2,8	11	7,7
[15,20)	-	-	2	0,9	3	3,1	7	2,2	5	0,7	4	2,8
[20,40)	1	0,3	2	0,9	8	8,2	16	5,2	26	3,3	12	8,5
[40,80)	-	-	1	0,4	11	11,2	4	1,3	15	1,9	4	2,8
Mais de 80	-	-	1	0,4	14	14,3	4	1,3	12	1,5	11	7,7
Total	254	100,0	224	100,0	98	100,0	313	100,0	781	100,0	142	100,0

ção de dois salários mensais para o empreendedor⁵⁹. Permanecendo a situação ao tempo das entrevistas, dos 4,9 milhões de estabelecimentos registrados pelo IBGE, de 980 mil a 1 milhão e 370 mil deles continuarão produzindo no longo prazo. Que é longo prazo, em termos de anos? Difícil de precisar. A conclusão serve para indicar a necessidade de política que preservem os estabelecimentos se esse for o objetivo da sociedade.

7. Renda Familiar

A renda familiar corresponde à renda líquida de longo prazo, adicionada dos juros e do trabalho familiar imputados e de outras fontes de receita da família, como trabalho fora do estabelecimento e aluguéis de itens de capital do estabelecimento e doações; e deste valor obtido, subtraem-se impostos, juros e prestações pagas de empréstimos. Quando não houve registro de trabalho familiar, a renda familiar foi atribuída a uma pessoa, o empreendedor. O quadro 12 apresenta os dados em

termos de renda familiar por dia-homem equivalente. Os valores negativos são consequência de as outras fontes de renda, do estabelecimento e de fora do estabelecimento, não terem sido capazes de contrabalançar o efeito de uma renda líquida de longo prazo negativa. Ela mede a estabilidade da família, quanto a permanecer no meio rural. É possível existirem estabelecimento estáveis e famílias instáveis. E vice-versa.

Cabem as seguintes observações:

1 - Nos dois estados do Nordeste a grande maioria das famílias recebeu um salário mínimo ou menos de remuneração por dia-homem equivalente, 96,4% no Ceará e 88,9% dos estabelecimentos entrevistados.

2 - A situação do Sul, ou seja, da região sob a influência do Mercosul, é tão ruim quanto a do Nordeste, em cerca de 93,7% dos estabelecimentos a renda familiar por dia-homem equivalente é de um salário mínimo ou menos. E, ainda, ressalte-se que há 17,9% dos estabelecimentos de renda

líquida negativa, a qual somente pode ser coberta com endividamento adicional ou, então, venda de patrimônio.

3 - O Sudeste e São Paulo não estão melhores. No Sudeste cerca de 74,5% dos estabelecimentos recebem um salário mínimo ou menos por dia-homem equivalente. Em São Paulo esse número é igual a 86,7%.

8. Produtividade do trabalho

O objetivo do desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade da mão-de-obra, condicionado à manutenção e, mesmo, à ampliação dos postos de trabalho. Sem esse aumento de produtividade é impossível ampliar a massa de salários de forma sustentável. Quando se restringe a um setor, a manutenção dos postos de trabalho é difícil. A história dos países desenvolvidos e a brasileira, ainda em fase de evolução, mostram uma forte associação entre o crescimento da produtividade da mão de obra e o decréscimo do emprego, em nível de porteira da fazenda.

A baixa produtividade do trabalho é uma das razões da instabilidade do estabelecimento. Merece, por esta razão, ser investigada em profundidade.

É usual decompor o crescimento da produtividade do trabalho em duas partes: produtividade da terra, por hectare, e área que cada trabalhador cultiva. O crescimento da primeira componente está associado à tecnologia bioquímica, aquela que poupa terra. O crescimento da segunda componente é devido à tecnologia mecânica, a que poupa trabalho. Essas associações emprestam significado econômico à decomposição que adquiriu notoriedade, com o advento da hipótese da inovação induzida de Hayami - Ruttan sobre moderni-

zação da agricultura, (Hayami & Ruttan, 1988).

Não temos uma série temporal que permita calcular as taxas de crescimento. As informações referem-se a um ano agrícola. A decomposição da produtividade do trabalho nas duas componentes referidas é exata. O mesmo não ocorre com a decomposição da taxa de crescimento da produtividade. Ou seja, a produtividade do trabalho é igual à produção por área (em hectares) vezes área (em hectares) por trabalhador. Aplicando-se logaritmo a ambos os lados e dividindo-se os mesmos pelo logaritmo da produtividade do trabalho, o produto transforma-se numa soma de duas parcelas que somam 1.

A decomposição é útil porque permite verificar como as duas componentes variam por classes de área e por região. Produtividade do trabalho mais baixas podem significar produtividade por hectare baixa ou área por trabalhador pequena. Ou seja, indicam deficiências no uso de tecnologia bioquímica ou mecânica de uma classe em relação à outra ou de uma região vis-à-vis a outra. Ou ambas, ao mesmo tempo. Mas, na presença de capacidade ociosa em termos de terra aptas, mas não utilizada na produção, o decréscimo da produtividade da terra ou o acréscimo da área que cada trabalhador é capaz de cultivar, à medida que se muda de uma classe a outra perde muito o vínculo com os tipos de tecnologias mencionadas. Assim, os resultados obtidos são ambíguos, tanto podem ser devidos às mudanças tecnológicas como à capacidade ociosa, sendo impossível separar qual componente predomina. Considerando-se as terras em descanso, sem uso, e em matas, como porcentagem da área total, descontadas as exigências legais, as diferenças observadas entre classes são muito grandes. Mas, as classes de área maior têm muito mais terra não utilizada. Poder-se-ia utilizar apenas as terras cultivadas e em

pastagens como representando a área usada. Contudo, há problemas com a escolha. Uma propriedade com enorme área ociosa poderia apresentar índices elevados. Preferiu-se a área total, sabendo-se de sua limitação. Note-se que as taxas de crescimento das componentes não apresentam ambigüidade.

Na hipótese de a função de produção ser côncava e crescente em relação à variável trabalho, a produtividade do trabalho passa por um máximo quando se iguala à produtividade marginal (do trabalho).

Quadro 8
Distribuição da renda familiar por dia-homem equivalente por estados e regiões. Amostra da FGV.

Classes de renda familiar (R\$)	Ceará		Pernambuco		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		São Paulo	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
até 100	-	-	-	-	1	1,0	4	1,3	100	17,0	7	4,0
(101)	245	96,4	199	89,9	58	59,2	229	72,2	392	72,8	116	81,0
(112)	7	2,8	17	7,8	18	18,4	33	10,3	41	7,7	8	5,6
(123)	-	-	4	1,8	8	8,2	23	7,0	3	0,7	2	1,4
(134)	-	-	1	0,4	2	2,0	4	1,3	1	0,1	2	1,4
(145)	-	-	2	0,9	3	3,1	3	1,0	-	-	1	0,7
(156)	-	-	-	-	3	3,1	10	3,2	-	-	2	1,4
(167)	1	0,4	1	0,4	1	1,0	2	0,6	1	0,1	2	1,4
(178)	-	-	-	-	-	-	1	0,3	-	-	-	-
(189)	-	-	-	-	2	2,0	3	0,9	1	0,1	2	1,4
(190)	-	-	-	-	-	-	1	0,3	-	-	-	-
Mais de 100	3	0,4	-	-	2	2,0	-	-	-	-	-	-
Total	254	100,0	224	100,0	98	100,0	313	100,0	701	100,0	142	100,0

Num mundo sem risco, esse é o ponto de equilíbrio de longo prazo se a competição perfeita prevalecer. Nessa circunstância, a produtividade do

trabalho, mede o que se obtém de produto pela adição de uma unidade de trabalho. E, assim ela deve ser igual ao salário.

Quadro 9

Distribuição do valor da produção mensal dos estabelecimentos e decomposição produtividade do trabalho em produtividade da terra e área por trabalhador, por regiões e classes de área.

Censo 1995/96

Classes (em ha)	Renda bruta por estabele- cimento (RS/mês)	Produ- tividade de da terra (RS/ha /mês)	Área por traba- lhador (ha/trab- alhador)	Produtividade do trabalho (RS/trab./mês)	Contri- buição do trabalho (%)	Contri- buição da área (%)
Norte						
<10	173,01	48,06	0,98	46,93	-0,62	100,62
[10,20)	236,30	17,60	3,31	58,28	29,46	70,54
[20,50)	227,42	7,10	7,83	55,60	51,21	48,79
[50,100)	270,79	4,04	15,74	63,63	66,37	33,63
[100,200)	344,54	2,86	26,69	76,42	75,74	24,26
[200,500)	670,32	2,24	61,85	138,80	83,61	16,39
[500,1000)	1322,73	1,92	126,69	243,40	88,12	11,88
[1000,10000)	3741,38	1,53	276,31	422,93	92,96	7,04
>10000	31616,63	1,15	647,50	745,81	97,86	2,14
Região	366,85	2,79	31,15	86,87	77,03	22,97
Nordeste						
<10	71,18	27,53	0,84	23,20	-5,45	105,45
[10,20)	169,31	12,52	3,64	45,61	33,85	66,15
[20,50)	232,53	7,55	7,83	59,11	50,46	49,54
[50,100)	376,43	5,59	15,31	85,60	61,32	38,68
[100,200)	716,05	5,35	25,70	137,60	65,93	34,07
[200,500)	1440,61	4,82	43,40	209,41	70,55	29,45
[500,1000)	3126,42	4,65	63,36	294,41	72,98	27,02
[1000,10000)	8709,51	4,23	131,01	554,64	77,16	22,84
>10000	91632,82	4,66	160,25	746,12	76,75	23,25
Região	222,09	6,55	9,58	62,72	54,59	45,41

Classes (em ha)	Renda bruta por estabelecimento (R\$/mês)	Produtividade da terra (R\$/ha/mês)	Área por trabalhador (ha/trabalhador)	Produtividade do trabalho (R\$/trab/mês)	Contribuição do trabalho (%)	Contribuição da área (%)
Centro-Oeste						
<10	310,82	63,25	1,64	103,97	10,70	89,30
[10,20)	352,58	23,79	4,62	109,84	32,55	67,45
[20,50)	477,48	14,37	9,83	141,28	46,16	53,84
[50,100)	641,09	9,14	20,06	183,36	57,54	42,46
[100,200)	1142,98	8,27	36,44	301,17	63,00	37,00
[200,500)	2425,47	7,62	72,53	552,82	67,84	32,16
[500,1000)	4828,30	6,86	136,74	937,53	71,87	28,13
[1000,10000)	12724,40	5,02	299,98	1505,20	77,95	22,05
>10000	51109,16	2,15	698,13	1499,76	89,54	10,46
Região	2318,25	5,18	106,95	553,51	73,97	26,03
Sudeste						
<10	409,65	92,05	1,54	141,96	8,74	91,26
[10,20)	609,32	41,82	4,41	184,61	28,46	71,54
[20,50)	899,66	27,92	8,72	243,61	39,42	60,58
[50,100)	1502,20	21,23	16,05	340,78	47,60	52,40
[100,200)	2731,09	19,52	25,58	499,28	52,18	47,82
[200,500)	4878,74	15,98	40,75	651,22	57,22	42,78
[500,1000)	10671,86	15,57	60,71	945,31	59,93	40,07
[1000,10000)	34692,36	16,94	76,77	1300,69	60,54	39,46
>10000	233671,90	12,24	130,47	1596,35	66,05	33,95
Região	1560,68	20,48	18,64	381,65	49,21	50,79
Sul						
<10	396,32	78,79	1,79	141,30	11,80	88,20
[10,20)	612,15	43,59	4,37	190,66	28,10	71,90
[20,50)	1015,68	33,75	8,53	287,95	37,86	62,14
[50,100)	1800,23	26,28	17,96	471,96	46,91	53,09
[100,200)	2928,86	21,20	30,29	642,18	52,76	47,24
[200,500)	5323,06	17,35	54,41	943,96	58,34	41,66
[500,1000)	10038,47	14,63	82,90	1212,67	62,22	37,78
[1000,10000)	23033,12	12,28	123,78	1520,10	65,77	34,23
>10000	252523,10	13,21	204,74	2704,00	67,34	32,66
Região	1083,83	24,49	13,12	321,23	44,59	55,41

Fonte: Censo 1995/96.

Num mundo de mudanças tecnológicas frequentes, de constantes intervenções do governo na economia, de desarranjos macroeconômicos e de risco climático acentuado, e este é maior na Região Nordeste, é pouco provável que se verifiquem as condições enunciadas. E assim, a produtividade do trabalho perde o vínculo com a produtividade marginal e muito da sua importância, visto não indicar quanto de produto o acréscimo de uma unidade de trabalho traz. Apesar desta limitação, comparações são feitas entre a produtividade do trabalho e o salário mínimo de R\$130,00.

Sobre a produtividade do trabalho, considerando-se um salário de R\$130,00, valem as seguintes observações:

1. Na Região Norte, apenas as classes de área de 200 ou mais hectares remuneram o trabalho com um salário superior a R\$ 130,00. Essas classes compreendem, apenas, cerca de 9% dos estabelecimentos.

2. No Nordeste a situação é tão ruim ou pior. Somente as classes de mais de 100 hectares ultrapassam R\$130,00 de remuneração para o trabalho. Elas compreendem 5,8% dos estabelecimentos da região.

3. A Região Norte tem uma produtividade do trabalho de 86,87 R\$/trab./mês; a nordeste de 62,72 R\$/trab./mês; Centro-Oeste iguala a 553,51 R\$/trab./mês; a Sudeste equivalente a 381,55 R\$/trab./mês e, finalmente, a Sul resultou 321,23 R\$/trab./mês.

Considerando-se que a remuneração do trabalho não deve, em média, ultrapassar a produtividade do trabalho, compreende-se porque a migração rural – urbana se acelera no Nordeste e Norte e, mais ainda, porque o meio rural do Norte deixou de ser um ganhador líquido de população e passou a expulsar mão-de-obra. E entende-se, ainda, porque o desaparecimento de estabelecimentos, no período 1985-1995, foi muito mais intenso na classe de área abaixo de 10 hectares.

Vejamos as duas componentes da produtividade do trabalho.

1. No Sul e Sudeste, a contribuição da produtividade da terra e da área que cada trabalhador cultiva estão muito próximas (linha região na tabela). Em regiões industrializadas, com escassez de terra e trabalho, isso é esperado. Num vazão, como o das regiões Norte e Centro-Oeste, em que a mão-de-obra é escassa em relação à terra, deve-se esperar uma maior contri-

buição do trabalho, o que realmente ocorreu. O Nordeste está convergindo para as posições de Sul e Sudeste.

2. A queda da produtividade da terra, à medida que se muda de uma classe de área para a seguinte, indica que as propriedades maiores não estão usando uma tecnologia intensiva no uso da terra, inclusive deixando áreas sem explorar. Como a mão-de-obra está vinculada à área realmente explorada, é natural que cada trabalhador cultiva cresça com o tamanho do estabelecimento, como ocorreu em todas as regiões. Portanto, o crescimento da área por trabalhador pode não ser consequência da mecanização.

3. O crescimento da área por trabalhador com o tamanho do estabelecimento também ocorreu no Sul e Sudeste, regiões de uso mais intensivo da terra. Mas isso não garante que os estabelecimentos maiores não tenham áreas grandes pouco exploradas como é o caso da pecuária de corte extensiva. Em adição, o grau de mecanização dos estabelecimentos menores, embora maior do que os grandes, como veremos, não permite uma renda familiar maior e capaz de competir com as alternativas urbanas. E o baixo grau de mecanização é, assim, uma das causas de instabilidade dos estabelecimentos de pequeno porte, ensejando o seu desaparecimento. E também muito a ver com nível de utilização das terras pelos estabelecimentos maiores.

9. Grau de mecanização

Tomaremos o trator como proxy de mecanização. O quadro 10 retrata o grau de mecanização em HP. Valem as seguintes observações sobre o quadro 10:

O censo 1995/96 apresenta dados sobre a potência dos tratores, em classes de HP: menos de

Quadro 10
Distribuição da intensidade de mecanização,
IIP/ha, por região e classe de área.
Censo Agropecuário 1995/96

Classes	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<10	0,058	0,053	0,439	0,898	0,833
(10,20)	0,067	0,039	0,308	0,688	1,032
(20,30)	0,068	0,037	0,208	0,559	0,934
(30,100)	0,068	0,034	0,187	0,397	0,827
(100,200)	0,067	0,038	0,184	0,332	0,573
(200,500)	0,012	0,042	0,191	0,299	0,409
(500,1000)	0,017	0,044	0,185	0,204	0,283
(1000,10000)	0,015	0,041	0,087	0,163	0,181
>10000	0,068	0,032	0,028	0,077	0,139
Região	0,011	0,040	0,068	0,303	0,350

Fonte: IBGE.

10, de 10 a menos de 20, de 20 a menos de 50, de 50 a menos de 100 e, finalmente, 100 e mais. Escolhemos o ponto médio de cada classe para representá-la. Ou seja, 5, 15,35, e 75. Para a última classe, arbitrou-se 150. Ponderou-se o número de tratores de cada classe pelo respectivo ponto médio e obteve-se a soma total de HP, que foi dividida pelo total de hectares da classe.

1. Norte e Nordeste têm grau de mecanização muito menor que as três regiões sulinas. A diferença é enorme em relação ao Sul e Sudeste. E a diferença está presente em todas as classes. O mesmo ocorre em nível de região, conforme nos indica a linha *Região* da tabela acima em que se tem: Norte... 0,011; Nordeste... 0,040; Centro-Oeste...0,096; Sudeste...0,303; e Sul...0,55. O baixo índice do Norte e Centro-Oeste é consequência de serem grandes vazios demográficos. O do Nordeste está ligado à seca. É difícil investir numa região de clima tão irregular. Contudo, existem áreas suficientes, de microclimas favoráveis e, ainda, a agricultura irrigada, que deveriam ter permitido ao Nordeste alcançar uma situação melhor. Óbvio está que a existência de abundância de trabalho compete com a mecanização, mas às custas de uma produtividade baixa e, portanto, às custas de uma remuneração igualmente baixa deste fator de produção e, especialmente, da mão-de-obra familiar. Também às custas de não permitir a exploração de toda área sob domínio do estabelecimento.

2. Há uma queda acentuada do índice de mecanização com o tamanho da propriedade, em termos das classes de área. Quer isso dizer que as propriedades maiores estão se dedicando às atividades mais extensivas, ou mesmo deixando áreas inexploradas. Entre os óbices à mecanização, estão a proteção da indústria nacional, taxas de juros elevadas e inexistência de crédito apropriado. Os contrários à mecanização aduzem que ela elimina empregos assalariados, o que é verdade se não houver possibilidade de expansão da produção. O baixo índice de mecanização, mesmo o dos agricultores que têm estabelecimentos menores que 10 hectares com índices maiores, é, contudo, um fator limitante à expansão da produção e da renda dos agricultores, inclusive daqueles mais pobres.

É possível que alguns agricultores que investiram mais em mecanização estejam influenciando os índices da classe. Por isso, construiu-se o quadro 11, que indica a relação entre o número dos que informaram possuir tratores e o total de estabelecimentos da classe. Essa relação mede a adoção de tratores.

1. Norte e Nordeste, novamente, estão muito

atrasados em relação às demais regiões. Isso é verdade em relação às regiões (linha região) como quando se compara classes de áreas daquelas duas regiões com as mesmas classes de área das três regiões sulinas, com exceção do Nordeste, para a classe maior que dez mil hectares, em relação ao Sul e Sudeste.

2. A adoção de tratores, expressa pelo fato de o trator estar presente no estabelecimento, cresce com o tamanho do estabelecimento, ao contrário

Quadro 11

Distribuição do número de tratores em relação ao número de estabelecimentos por classe de área e regiões. em %

Classes	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<10	0,21	0,32	3,87	7,11	13,34
(10,20)	0,28	1,08	6,48	14,38	19,08
(20,50)	0,38	1,87	8,78	20,37	26,44
(50,100)	1,48	3,73	14,31	28,18	48,02
(100,200)	2,67	7,88	24,82	37,88	63,28
(200,500)	6,45	15,40	47,24	51,01	82,10
(500,1000)	22,78	27,34	65,88	83,08	70,84
(1000,10000)	44,50	42,24	80,35	71,88	77,08
>10000	67,08	75,77	88,88	70,11	88,67
Resumo	2,80	1,59	25,58	18,88	25,82

Fonte: ENEC.

do que ocorreu com a intensidade da mecanização. Constitui exceção a essa observação, a classe de área maior do que dez mil hectares do Sul e Sudeste.

3. O pequeno índice de adoção de tratores das classes correspondentes à agricultura familiar, até cem hectares, não permite à família uma exploração mais intensa de suas terras e, assim, contribui para vedar-lhe o acesso a uma renda mais elevada, como já foi relatado.

4. Os estabelecimentos maiores, mil hectares ou mais, apesar de um grande número deles possuírem tratores, tem intensidade de mecanização muito baixa, como se viu. E cerca de 20% sequer possuem um trator.

Em resumo, a baixa mecanização da agricultura é um grande empecilho à sua expansão e ao crescimento da renda dos agricultores.

10. Conclusões

A migração decresceu de intensidade nas regiões que ultrapassaram ou estão próximas da marca de 80% da população morando nas cidades. E acelerou-se nas duas regiões mais rurícolas, Nordeste e Norte, aquelas que ainda têm um grande estoque de potenciais migrantes, destacando-se o Nordeste, neste respeito.

A baixa remuneração da agricultura, combinada com a atração das cidades, está levando a um esvaziamento dos campos. Prevalecendo a atual situação, estamos no caminho de uma agricultura que abrigará apenas 600 mil estabelecimentos dos atuais 4,9 milhões.

O Nordeste representa a grande bomba migratória. Tem 46% da população rural brasileira, com índices de produtividade da terra e do trabalho que equivalem a 1/4 do restante do Brasil. Cerca de 8 a 13 milhões de nordestinos estão com os pés nas estradas.

A expansão da renda dos estabelecimentos encontra um forte constrangimento no baixíssimo índice de mecanização dos mesmos. A política agrícola precisa mudar de atitude em relação à mecanização, dando condições para que nossos agricultores possam comprar máquinas e equipamentos

em condições competitivas com os concorrentes, inclusive quanto à qualidade.

Outro constrangimento igualmente importante é a demanda por alimentos, fibras e energético. O estímulo às exportações é a prioridade de curto prazo, em conjunção com programas de cestas básicas. Em termos de longo prazo, o crescimento da renda per capita com melhor distribuição pode retardar o esvaziamento dos campos. Mas precisamos nos acostumar com a idéia que os campos abrigarão muito pouca gente e não repetir a política agrícola dos países avançados, que não deu certo.

Se os assentados da reforma agrária repetirem a performance dos agricultores já experimentados, e não há razões para se imaginar o contrário, prevê-se grandes dificuldades para o governo, seja para receber os empréstimos vencidos, seja para deixar de prestar para os inadimplentes.

Referências

1. Alves, Eliseu. *Migração rural-urbana*, Revista de Política Agrícola, Ano IV (4): 15-29, 1995.
2. Gasques, José Garcia & Conceição, Júnia Cristina. *A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil*, 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília, 1999.
3. Grossi, Mauro Eduardo & Silva, José Graziano. *A Distribuição da População Rural Brasileira Economicamente Ativa 1981/1995*, Espaço e Geografia: 95-110, UnB/ GEA, 1999.
4. Hayami, Yujiro & Ruttan, W. Verno. *Desenvolvimento Agrícola – Teoria e Experiências Internacionais*, Brasília, EMBRAPA, 1988.
5. IBGE, *Censo Agropecuário 1995-1996*, Rio de Janeiro, RJ, 1998.
6. IBGE. *Contagem da População 1996, Sistema de recuperação de informações municipais* (CD), Rio de Janeiro, RJ, 1997.
7. Schuh, G. E. *Agriculture in Brazil: Policy, Modernization and Economic Development*, trabalho apresentado na Conferência Internacional das Américas, São Paulo, 28-29 de agosto de 1996.
8. Vera Filho, F.R.P. & Alves, Eliseu. *Urbanização: Desafio à Produtividade Agrícola*. Conjuntura Econômica 39 (3) 3-15, 1985.

⁽¹⁾ Alves e Contini são pesquisadores da EMBRAPA. E Lopes é pesquisador da FGV.

⁽²⁾ Os países em desenvolvimento, regra geral, desprotegeram sua agricultura. Colheram frutos amargos, inclusive uma urbanização precoce e exagerada e perderam importância no mercado externo.

⁽³⁾ Gasques estima em 4,5 milhões de famílias a demanda de reforma agrária. Relata outras estimativas mais conservadoras (Gasques e Conceição, 1999)

⁽⁴⁾ Admitimos que Ceará e Pernambuco espelham o Nordeste. Reconhecemos que há erros de amostragem.

⁽⁵⁾ A amostra no Centro-Oeste cobriu agricultores maiores. As outras 4 regiões têm mais de 90% dos estabelecimentos.

Nota do Editor: Por problemas de espaço e de complexidade das tabelas, deixou-se fora algumas tabelas relacionadas com a velocidade da urbanização e renda líquida de curto prazo. No nosso entender essas exclusões não afetam o entendimento das teses principais do artigo. As interessados podem enviar o artigo na íntegra, como saiu na Revista Política Agrícola / 01 - jul/set 1999. Aos autores pedimos desculpas, por essa exclusão involuntária.

4

A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o comércio agrícola do mundo

*Moacir Villela'
São Paulo, fevereiro - 2000*

1. Comércio Internacional de produtos agrícolas

A agricultura e a OMC

A OMC (Organização Mundial do Comércio), foi criada em 1994 (Conferência de Marakesh), no final da chamada "Rodada do Uruguai" que durou 13 anos, durante os quais foram negociados os acordos que os países membros (atualmente são 135 países) devem cumprir no que se refere ao comércio entre os países. O chamado comércio de exportação e importação.

O objetivo inicial dessas negociações, era, o de facilitar o comércio internacional, eliminando barreiras existentes. Ao longo das negociações (que coincidiram com o período de auge dos modelos de economia neoliberalis que consideram a predominância das leis de mercado, passando por cima da soberania nacional) outros temas foram sendo introduzidos e ao final os acordos englobaram um grande número de questões que vão do simples comércio de mercadorias, passando pelas áreas de Serviços (finanças, educação, saúde, telecomunicações, etc.), regulamentos fito-sanitários e sanitários, direitos autorais, patentes, e agora também querem introduzir leis internacionais sobre investimentos que passariam por cima das leis dos vários países, constituindo-se em um verdadeiro governo mundial sob o controle do capital, através dos "técnicos" no controle das várias instâncias da OMC.

O que chama a atenção no momento, sendo objeto de grande preocupação por parte da opinião pública internacional, é que a OMC com toda sua força de órgão regulador, passa por cima das leis dos vários países e obriga a todos (muitas vezes através de verdadeira chantagem) a cumprir

resoluções que são tomadas em gabinetes fechados aos quais só tem acesso os governos dos países capitalistas mais ricos e poderosos. Em primeiro lugar os Estados Unidos, mas também a União Européia e o Japão. A OMC, dessa maneira quer se constituir em um verdadeiro governo invisível e global.

Os tratados assinados no âmbito da OMC, são muito complexos e esse é já um problema para muitos países subdesenvolvidos, que sequer contam com técnicos capazes de discutir todas as questões em jogo e no final acabam assinando compromissos cujas conseqüências desastrosas só mais tarde serão percebidas. Mesmo o Brasil que tem muitos técnicos preparados para algumas questões, acabou assinando tratados (por exemplo na questão das patentes) que são altamente lesivos a nossos interesses.

Neste relatório só vamos abordar, resumidamente algumas questões a respeito do acordo agrícola da Rodada Uruguai, bem como das novas negociações que deveriam ter se iniciado em Seattle.

De todos os setores econômicos, a agricultura foi o que mais dificuldade apresentou nas negociações da rodada anterior e no final o acordo agrícola deixou muitos problemas sem solução no que refere a uma maior liberalização comercial e isso porque as principais potências econômicas (a frente os USA, União Européia e Japão) tem uma política agrícola altamente subsidiada. Esses países protegem com muito dinheiro a produção no campo e sob várias formas garantem a produção interna contra os competidores do exterior. Só nesse ano o governo dos USA esta gastando 54 bilhões de dólares em apoio direto aos agricultores sob argumento de compensar as perdas devidas ao mau tempo para a agricultura.

Por essa razão, o acordo agrícola não foi feito com gostariam os defensores da total liberalização do mercado e muitas exceções foram previstas, todas facilitando os subsídios Europeus e Norte americanos. A "Cláusula de paz" no acordo agrícola adiou para 2003 a liberalização. E foi marcado para o momento atual (O que se queria fazer na "Rodada do Milênio" programada para se iniciar em Seattle) novas negociações sobre a liberalização na agricultura.

2. Especificidade da agricultura:

O que esteve em discussão em Seattle:

Segundo os estudiosos do tema, algumas características diferenciam a agricultura dos outros setores econômicos:

1. Originalmente, a agricultura não era um setor de produção mas o centro da organização econômica e social. Esta situação prevalece ainda para uma parte importante da população mundial que é ainda camponesa. Para essas populações a agricultura não é um ramo de produção mas o centro do seu mundo rural;

2. A atividade agrícola envolve fatores de produção que a distinguem de outras atividades. As plantas, os animais, o solo, a água, o sol. O solo, por exemplo é um meio vivo que alimenta e serve de suporte para as plantas e materializa o espaço necessário para produzir grandes quantidades de massa vegetal para alimentar homens e animais;

3. A agricultura ocupa um espaço muito grande o que lhe dá um papel estratégico na questão do meio ambiente mas que também coloca um limite econômico fundamental: a agricultura não pode avançar muito na economia de escala. Isto significa que o aumento da superfície cultivada não leva a uma diminuição dos custos unitários em um determinado modelo de produção. Ao contrário da atividade industrial.

4. As consequências dessa ausência de economias de escala levam cada vez mais a uma marginalização da agricultura. De um lado, os setores com economia de escala substituem a agricultura (têxteis, borracha, plástico,...) por outro lado os capitais acumulados na agricultura, quando em quantidade suficiente, se transferem para outros setores com economia de escala.

5. Um risco importante e constante leva à incerteza nos resultados das colheitas. Entre a semeadura e a venda do produto pode acontecer de tudo: seca, inundações, pragas, etc.

6. Esta incerteza, associada aos riscos produtivos, influencia muito os mercados principalmente

levando em conta que a oferta demora um ciclo, mais ou menos longo para reagir devido aos ciclos de produção. Os mercados agrícolas também tem uma demanda muito rígida. Isso é, o consumo não pode ser, nem muito diminuído, nem muito aumentado.

7. O setor agrícola é totalmente atomizado se compararmos com outros grandes setores que são formados por poucos e muito grandes produtores (automóveis, química, farmácia, etc.) Dessa forma ele passa a ser o único setor produtivo onde domina a concorrência e não pode se beneficiar de preços de oligopólio muito usado pelos outros setores. Dessa maneira a agricultura esta sempre recorrendo ao Estado para conseguir melhores preços.

Essas características fazem com que os Estados utilizem um conjunto de medidas para proteger suas agriculturas. Subsídios à produção, tarifas de importação, cotas de importação e exportação, apoio direto ao produtor, apoio em dinheiro para aumento da renda dos agricultores, preços mínimos de sustentação, etc.

3. O acordo agrícola do Ciclo Uruguai

O acordo agrícola da OMC atualmente em vigor impõe uma série de regras a respeito das políticas agrícolas dos países signatários que interferem profundamente no modo como vinham sendo feitas até então por cada país individualmente. O acordo pretende intervir para:

1. Facilitar o acesso aos mercados principalmente diminuindo as tarifas de importação, mas também alterando outras políticas restritivas tais como cotas, etc.

2. Reformulação do apoio interno aos agricultores, principalmente naquilo que os negociadores consideraram que afeta (distorcendo) os preços de mercado;

3. Restringir o apoio às exportações, que facilitam as vendas para aqueles estados que utilizam essas políticas (esta prática é muito usada pelos Estados Unidos e pela Europa)

Apesar da clareza de propósitos, na prática são tantas as exceções que o protecionismo das agriculturas mais desenvolvidas continuou intacto e só se adaptaram os países que viveram nos últimos anos crises econômicas e que se submeteram às políticas do FMI. (Nos casos de Brasil e México, inclusive os prazos, a serem cumpridos, para a completa liberalização que foi estipulado para 20 anos, não foram utilizados e esses países abriram repentinamente seus mercados para importações

agrícolas que foram desastrosas para os agricultores, principalmente para os pequenos).

Apesar das medidas do acordo visarem um aumento das transações, facilitando o acesso aos mercados para todos e diminuindo as práticas de sustentação da produção e os incentivos as exportações que alteram, rebaixando os preços, a liberalização pretendida foi mínima e onde foi implementada (caso do Brasil) os resultados foram mais problemas ainda.

Ao intervir nas regras que os países adotavam para suas agriculturas, a primeira consequência do acordo, foi uma desregulamentação das políticas nacionais, afetando a segurança alimentar, a saúde, os hábitos alimentares, o meio ambiente, o desenvolvimento rural e a cultura; Provocando uma perda de soberania dos Estados.

A lógica puramente comercial acabou só levando em conta as empresas ligadas ao comércio exterior. Dessa maneira, essas medidas beneficiaram os interesses das empresas transnacionais

4. Efeitos sobre o comércio agrícola

Um dos efeitos anunciados pelos defensores do acordo, era a estabilidade dos preços no mercado mundial, em níveis elevados. O que realmente se deu esta longe disso. Após haver subido na safra 95/96, os preços afundaram em seguida. Depois de 95 tanto as altas como as baixas bateram recordes dos últimos 20 anos. O motivo principal parece ser de acordo com a FAO, a baixa dos estoques governamentais que regulavam o abastecimento.

Uma grande quantidade de pessoas que se alimentam mal, tiram sua pouca renda da agricultura. No entanto a OMC privilegia a produção para exportação em detrimento da produção para o consumo interno. Dessa maneira, aqueles agricultores dos países pobres ameaçados pela concorrência dos produtos importados tiveram sua situação ainda piorada.

A desregulamentação leva a agricultura camponesa à falência.

As agriculturas camponesas estão apoiadas sobre uma mão de obra e um capital familiar e baseiam sua estratégia em riscos calculados, baseados sobretudo na biodiversidade na complementarão entre agricultura e pecuária.

No outro extremo temos a agropecuária para especulação totalmente orientada para a produção a baixos preços. Uma boa parte dos excedentes agrícolas, em especial dos excedentes de cereais, são produzidos em poucas zonas geográficas, ver-

dadeiros pólos de produção. No entanto esses pólos mostram seus limites quando necessitam de subsídios para se tornarem competitivos e tem dado origem ao aparecimento de grandes estruturas de criação industrial com um potencial poluidor tremendo (caso da Bretanha na França onde as criações de frangos contaminaram o lençol freático tornando a água sem condições de consumo por centenas de anos).

Os preços internacionais muito descolados dos preços de custo real para a maior parte dos países, bem como o dumping provocado pelos subsídios dos países ricos fazem com que as agriculturas tradicionais se desintegrem. Novos hábitos alimentares são introduzidos nas cidades pobres dos países do Sul (por exemplo o consumo de farinha de trigo na África que nunca existiu) e esses produtos não podem ser produzidos nesses países criando novas dependências de importação.

Esse é o quadro, em linhas gerais, provocado pelo acordo em vigor. Ao se iniciar a nova rodada do "Milênio", estava prevista uma avaliação dos efeitos da rodada anterior (artigo 20 do acordo agrícola). Os países centrais estão evitando de fazer essa avaliação para de novo impor seus pontos de vistas a revelia das maiorias dos países pobres.

5. Quem são os jogadores dessa partida e quais suas posições no momento?

Apesar do fracasso da conferência de Seattle, já em janeiro, novas reuniões estão agendadas em Genebra para continuar a discutir o comércio agrícola.

Em primeiro lugar é preciso que se diga que em termos de valores, as principais transações hoje em dia se dão nos setores de Serviços (65 %) e de produtos industriais (28 %). O comércio agrícola não é o principal para os países centrais

E é por isso que eles podem ter para com a agricultura, outras políticas além dos lucros comerciais.

O comércio agrícola no entanto é decisivo no momento para dois grupos de países:

1. Os países de economia primária, alguns extremamente pobres e com sociedades essencialmente rurais: África, Pacífico, Caribe, partes da Índia, Filipinas, etc. Para esses países, a liberalização esta levando a desagregação de suas frágeis economias locais. Embora vários dos governos desses países estejam envolvidos nas tais "políticas

de ajuste" do FMI, os resultados péssimos apareceram logo e tem levado a uma crescente oposição dos camponeses (Índia, Tailândia) que estão defendendo seus modos tradicionais de cultivo e suas tradições, que estão sendo atacadas pela nova inserção no mercado.

2. Outros países que se agrupam no chamado "Grupo de Cairns" é composto por alguns países mais desenvolvidos que são grandes exportadores de agricultura (Canadá, Austrália), mas na sua maioria são países subdesenvolvidos exportadores de produtos agrícolas e que tem em comum os excessos de adesão às aberturas neoliberais e de submissão ao "ajuste estrutural" do FMI. É esse o caso do Brasil, Argentina, Peru, Indonésia e outros. Para esses países que sofreram uma deterioração profunda de seu comércio internacional, praticamente só sobrou a possibilidade de exportarem "commodities" e são eles os que tem mais a perder com o fracasso das negociações do momento. Em Seattle eles estavam muito nervosos e sua posição pode ser resumida no discurso do Chanceler brasileiro Lampreia: o governo brasileiro fez tudo para liberalizar e abrir seu mercado seguiu todas as receitas do FMI, OMC, Banco Mundial, mas agora os países ricos não querem liberalizar o comércio internacional da agricultura que tinham prometido no final da Rodada Uruguai. (Claramente caíram no que antigamente se chamava "conto do vigário") É uma situação desmoralizante para nosso país.

3. Os países cujo comércio internacional não dependem tanto da *commodities* agrícolas, dão mais peso a outras questões na pauta para a continuação da liberalização. *dumpping*, patentes, serviços, etc. Vão defender a proteção de suas economias agrícolas. É o caso do Japão, Coreia, da União Européia, Noruega, Suíça. Para eles, a agricultura é um problema mais interno de equilíbrio social, garantia de emprego, defesa da integridade do território, garantia de abastecimento, enfim de segurança alimentar. Também para os Estados Unidos, a proteção de sua agricultura é importante, embora eles sejam junto com a União Européia o maior exportador de produtos agrícolas. Os EUA prometeram diminuir progressivamente os subsídios a seus agricultores, mas neste ano já voltaram atrás e estão injetando 54 bilhões de dólares de subsídios sob o pretexto de que eles foram prejudicados por catástrofes naturais.

Os EUA e UE começam a se aproximar e já se vislumbra um entendimento entre eles. Trata-se

de manter os subsídios na forma de aumento direto na renda dos agricultores que eles consideram que não (sic) deforma os preços no mercado.

O que não fica dito, é que em nome do apoio a seus agricultores, a política agrícola da UE cria enormes privilégios para as transnacionais como Nestlé, Parmalat, etc. O modelo de agricultura que se desenvolve na Europa hoje, se baseia na importação de ração (inclusive soja, bagaço de laranja, etc, do Brasil) a preços muito baixos e que servem para a produção de carnes e laticínios que são exportados com grandes subsídios. Assim a Alemanha é grande exportadora de café e a Suíça exporta coco ralado e nenhum desses países tem sequer um pé de café ou de coco.

Finalmente é preciso considerar que nesse rumo, os agricultores de todos os países estão mergulhados em uma profunda crise. Na França desapareceram nos últimos tempos mais de 200.000 pequenas propriedades agrícolas - Nos USA e no Canadá, a política é o "canibalismo": destrua seu vizinho para sobreviver. Mas o aumento da produtividade só tem feito baixar os preços e de novo inviabilizar os produtores em benefício das grandes corporações: do Agribusiness (Cargill, Monsanto, e outras nossas conhecidas).

Não foi à toa, que nas paredes da reunião promovida pela "American Family Farmer A." para aquecer os agricultores antes das manifestações do dia 1 de dezembro em Seattle, foram colocados cartazes com os organogramas que mostram as ligações secretas entre Cargill, Monsanto, AstraZeneca, Novartis. Os cartéis da agricultura industrializada, agora fortalecida com os famigerados OGM estão submetendo os agricultores nos países desenvolvidos e arrasando com as agriculturas primitivas dos países atrasados.

6. Qual a posição da VIA CAMPESINA no debate

Nas colocações de Nico Verhaegen da Via Campesina, os governos e grupos de pressão falam sempre de oposição entre "O Norte" e "O Sul". Mas é muito simplista falar de "pobres agricultores do Sul" e de "ricos agricultores do Norte". Esta maneira de apresentar os conflitos internacionais da agricultura e da alimentação servem de "proteção" ideológica para as elites dos países pobres. Sob a bandeira da sustentação de suas economias elas reivindicam um acesso aos mercados europeus para carne bovina, frangos e cereais produzidos por grandes proprietários de terras no Brasil ou na Argentina, comercializados por empresas transna-

cionais e comprados através das cadeias de distribuição de alimentos como Carrefour ou MacDonald's.

Ao mesmo tempo, os governos e as organizações agrícolas tradicionais "do Norte" podem ignorar os problemas de seus pequenos agricultores e focalizar as atenções sobre os "pobres agricultores do Sul".

O tão discutido modelo agrícola europeu, muitas vezes apresentado como distinto do norte americano, esta cheio de contradições e inclui tanto a criação industrial de porcos e de frangos baseada nas rações importadas e integradas à agroindústria, como a agricultura familiar baseada em uma criação sustentável de carne bovina à pasto. Mesmo nos Estados Unidos subsiste um número importante de pequenos produtores de leite e de hortifrutti.

Para a Via Campesina, a contradição essencial esta entre, de uma parte o modelo de agricultura industrial associada à agroindústria e as elites e de outra parte modelos de agricultura familiar sustentável a serviço dos interesses dos agricultores e dos consumidores.

7. Um pouco mais sobre Brasil

Ao discutir esse tema do ponto de vista nacional, creio que precisamos aprofundá-lo do ponto de vista dos pequenos agricultores.

A imprensa e vários analistas dizem: "as posições do Brasil estão sendo prejudicadas". Mas quais são essas posições e o que elas representam?

Vejamos: Em Seattle, além dos diplomatas e funcionários do governo - entre eles o ministro da agricultura Pratine de Moraes que só pensa em exportação, o resto que se dane.

Havia também tentando influir, empresários do açúcar, representantes das indústrias de suco de laranja, exportadores de frango, exportadores de soja, o presidente da OCB. Uma delegação de deputados ligados a agricultura (Caiado, Graziano,

entre outros) mais ou menos perdidos nas discussões.

Como sabemos, a abertura do mercado no Brasil foi total. Importávamos mais ou menos 1 bilhão de dólares em produtos agrícolas até 94, agora importamos de 7 a 8 bilhões. As regras da OMC que deveriam ser implantadas num prazo de 20 anos foram antecipadas sob o argumento do tal de "ajuste estrutural". As exportações em 99, mesmo com o dólar valendo R\$2,00, diminuíram de valor aumentando em volume.

O pior deixamos de exportar óleo de soja para exportar grãos. Continuamos exportando suco de laranja barato quando o produto mais valorizado é a fruta natural. Enfim, com a perda da capacidade de exportar produtos industriais, o país ficou dependente das exportações agrícolas com pouco valor agregado.

A agricultura industrial é a única política que o governo leva a sério e podemos duvidar de sua eficácia. Dois exemplos: Depois de deixar 400.000 pequenos criadores sem perspectivas econômicas no Oeste de Santa Catarina, além dos rios mais poluídos do Brasil, as agroindústrias de frango vão para o Centro Oeste onde o milho e soja são mais baratos. Até quando?. A maior empresa de suínos dos EUA está construindo um complexo para produzir 100.000 toneladas de carne por ano em Diamantino, no cerrado de Mato Grosso. Que consequência isso trará para os pequenos criadores do Sul? É essa a política do governo FHC. Será que essa política vai trazer desenvolvimento para o interior? É verdade que o país ficou extremamente dependente das exportações agrícolas, mas a evolução recente do mercado internacional esta mostrando que essa opção não é nada boa. É preciso colocar em discussão o modelo de agricultura que vem sendo implantado da ótica dos pequenos.

¹ Moacir Vilela,
é economista, especialista em comércio agrícola,
consultor e técnico da Concrab

5

Indicadores da crise da agricultura brasileira

- síntese -

*João Pedro Stedile
São Paulo, março - 1998*

A agricultura brasileira vive uma grave crise desde a década de 1980. Essa crise foi provocada pela crise geral da economia brasileira, que viveu uma década de estagnação econômica e se agravou com a política econômica implantada pelo governo a partir da eleição do Presidente FHC.

Principais elementos que caracterizam a crise na agricultura:

1. Área cultivada

De 1980 a 1996 a área cultivada diminuiu 2%. E apenas entre 1989 a 1996 cerca de 8 milhões de hectares deixaram de ser cultivados. A área cultivada é o principal indicador da disposição do agricultor. Todo agricultor procura aumentar a área dos produtos, quando estes lhe garantem renda.

2. Produção

Entre 1980 a 1996, a produção aumentou em 34%. Como a área diminuiu, conclui-se que houve um importante aumento na produtividade do trabalho. No entanto, no mesmo período a população brasileira cresceu 45%. Logo, houve uma diminuição da produção per capita de produtos agrícolas.

3. Crédito rural

Na década de 80, o Banco do Brasil aplicava em torno de 19 bilhões de dólares por ano em financiamentos rurais, somados custeio, investimento e comercialização. Nos quatro anos do governo FHC, a média de crédito rural aplicado foi de 6 bilhões de reais. Revelando o descaso da aplicação na agricultura. A produção agrícola total do país está em torno de 80 bilhões por ano (PIB agrícola) isso significa que atualmente apenas 8% do valor da produção agrícola recebe financiamento. Nos

países desenvolvidos o crédito rural chega a atingir 80% do valor produzido.

4. Mecanização da agricultura

No início dos anos 80 a indústria de máquinas agrícolas vendiam em média 60 mil tratores por ano, nos últimos três anos a média de venda de tratores baixou para 17 mil unidades anuais.

5. Renda dos agricultores

Entre 1980 e 1996 a renda média de todos os agricultores caiu em 49%. Ou seja, passados esses 17 anos, os agricultores precisam trabalhar e produzir 49% a mais para receber a mesma renda de 1980. Por outro lado, os pequenos produtores que produzem produtos da cesta básica para o mercado interno, tiveram apenas em 1996 um queda de 7,6% na sua renda.

Essa queda da renda geral dos agricultores e, especialmente, entre os pequenos agricultores é consequência das perdas nos níveis de preço. Assim, desde que houve um Plano Real (1994) a inflação para os agricultores foi de 52%. Ou seja, a média dos preços dos insumos subiu 52%, no entanto a média dos preços dos produtos agrícolas cresceu apenas 20%.

6. Concentração da propriedade da terra

Em função da crise, a concentração da propriedade continuou. De 1985 a 1996, segundo dados do Censo agropecuário do IBGE cerca de um milhão de estabelecimentos agrícolas desapareceram, baixando de um total de 5,8 milhões para 4,8 milhões. No entanto, a concentração maior ocorreu de 1995 a 1998, durante o governo FHC, 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras.

7. Emprego na agricultura

O nível de emprego na agricultura vem diminuindo, atingindo especialmente os assalariados rurais. Durante o governo FHC 800 mil trabalhadores rurais perderam emprego, especialmente nas lavouras de algodão, cana-de-açúcar, cacau etc.

8. Importações agrícolas

O Brasil costumava importar, tradicionalmente, em torno de um bilhão de dólares em produtos que se tem certas restrições climáticas, como o trigo, ou por acordos comerciais com Argentina, Chile, e importava-se maçã, pêra etc.

No entanto, a partir do governo FHC o volume de importações cresceu 700% devido a abertura do mercado e, nos últimos anos as importações atingiram 7,5 bilhões de dólares anuais. Hoje, importam-se inúmeros produtos agrícolas em detrimento da produção nacional, como milho, arroz, feijão, alpiste, pipoca, côco, leite em pó, manteiga, queijo etc.

Alguns dados que revelam a crise da agricultura brasileira

1. Área cultivada:

1985: 45 milhões de ha
1995: 34 milhões de ha (- 20%)

Fonte: IBGE

2. Venda de máquinas agrícolas:

1980-83: 60 mil tratores anuais (média)
1995-96: 25 mil tratores anuais (média) (- 50%)

Fonte: Anfavea

3. Valor de Crédito rural oferecido pelo Governo:

1980-83: 18 bilhões de dólares, por ano (média)
1995-96: 6 bilhões de dólares, por ano (média) (- 60%)

Fonte: Banco Central

4. Produção de grãos

1985-87: 70 milhões de toneladas por ano (média)
1994: 81 milhões toneladas
1995-96: 78 milhões de toneladas (- 6%)
(E a população cresceu +0% no período 85-96)

Fonte: Conab

5. Valor total da produção agrícola (preços dez/98)

1990: 59 bilhões de reais
1994: 65 bilhões de reais
1998: 61 bilhões de reais (- 10%)

Fonte: FGV

A renda dos agricultores (valor da produção menos custo): caiu em média +5% no período de 1994-98

6. Pessoal ocupado na agricultura

1985: 23 milhões de pessoas
1995: 18 milhões de pessoas (- 20%)

Fonte: Censo IBGE

7. Importações agrícolas:

1985: 1 bilhão de dólares
1995: 8 bilhões de dólares (+ 700%)

Fonte: Cacex

8. Falência da pequena agricultura/concentração da propriedade da terra:

Entre 1985 e 95: Desapareceram 942 mil propriedades, sendo 906 mil com menos de 100 ha

Fonte: Censo IBGE

Índice de Gini, de concentração da propriedade: 0.856 estável há vinte anos

Fonte: IPEA

9. Inadimplência dos agricultores:

85% dos mutuários estão inadimplentes.

A um total de 701.658 devedores com dívidas de 24 bilhões, destes 513.658 pequenos agricultores de vem até 10 mil reais (mas representam apenas 15% do total de estabelecimentos com menos de 100 ha) e 14 mil grandes e médios proprietários, com dívidas acima de 200 mil reais, devem ao todo 15 bilhões. 300 grandes cooperativas devem 2,5 bilhões.

Nota: A crise do setor primário, não significa que todos os agricultores perdem dinheiro. Os grandes produtores que tem escala e renda diferencial, os agricultores de segmentos especializados, os exportadores de café ou de mercadorias com preços elevados no mercado internacional, estão obtendo lucro.

6

Balanço da violência no campo

*Secretariado Nacional da
Comissão Pastoral da Terra
Goiania, maio - 1999*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou no ano de 1998 um expressivo aumento dos conflitos no campo e da violência em todos os níveis contra os trabalhadores, em número de casos e de pessoas envolvidas. Os dados evidenciam mais uma vez as constantes violações dos direitos do povo do campo, esquecido pelas políticas governamentais e sistematicamente reprimido pelos Poderes da União quando luta pelos seus direitos. Os dados comprovam também o fracasso das políticas paliativas e protelatórias do governo Fernando Henrique Cardoso, que têm gerado maior concentração fundiária, expulsão dos agricultores do campo e aumento das mais diversas formas de violência contra os trabalhadores rurais, especialmente as mais bárbaras, como assassinatos, torturas, tentativas de assassinatos, prisões, lesões corporais, expulsões, ameaças de expulsão, destruição de casas e de roças.

De um modo geral, os Poderes da União têm mostrado uma cruel insensibilidade diante da realidade dos pobres e excluídos do campo, preocupados apenas em desmobilizar os processos de luta por direito à terra, trabalho digno e alimentação, por meio da repressão direta e da criminalização. Assiste-se no campo a um verdadeiro golpe contra o Estado de Direito patrocinado pelas autoridades que deveriam garantir o direito dos pobres. O recrudescimento da barbárie, que tem como principal responsável o próprio Estado, desconhece e agrava a dívida histórica deste País para com os mais pobres. Estamos encerrando o milênio e lembrando os 500 anos do País com 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terras, 1.167 trabalhadores mortos impunemente somente durante a Nova República, 400 mil famílias de agricultores familiares falidos e expulsos do campo somente durante o governo de FHC, dois milhões de posseiros sem direito à terra, dez milhões de nordestinos famintos pela seca e pelo descaso e

corrupção do governo, 423.679 crianças no mercado de trabalho rural, milhares de trabalhadores rurais tendo negados seus direitos básicos, tendo suas casas e roças destruídas, sofrendo torturas, ameaças, expulsões e assassinatos. Por outro lado, a resistência do povo tem removido cercas e plantado novas esperanças de um País mais justo e cidadão, por meio da luta organizada de resistência e de conquista dos direitos.

Em 1998, os conflitos no campo saltaram para 1.100, contra 736 em 1997, impulsionados pelo aumento dos conflitos de terra, trabalhistas e de seca. Eles envolveram 1.125.116 pessoas em todo o país, contra 506.053 em 1997. A região Nordeste apresenta o maior número de casos de conflito (542) e o maior número de pessoas envolvidas (678.593). Em seguida, em número de conflitos vem a região Sudeste com 195 conflitos, a região Centro Oeste com 133, a região Sul com 130 e a região Norte com 100. É importante verificar que a região Norte aparece em segundo lugar em número de pessoas envolvidas, com 146.953, seguida pelo Centro Oeste com 122.297, a região Sul com 109.048 e a região Sudeste com 68.225.

Os conflitos de terra têm crescido em número continuamente desde 1993 e, em 1998, alcançaram 752 casos, envolvendo 131.924 famílias em luta por 4.060.181 hectares. Em 1997 eram 94.421 pessoas envolvidas e 3.034.706 hectares em disputa. Em 1998, o Nordeste apresentou o maior número de conflitos de terra num total de 300, envolvendo 43.636 famílias e disputando 939.294 hectares. A Região Sudeste aparece com 126 conflitos de terra, com 13.082 famílias e 323.183 hectares. A região Centro Oeste apresentou 124 conflitos com 24.245 famílias em luta por 911.082 hectares. A região Sul registrou 118 conflitos com 21.633 famílias, e 236.838 hectares em disputa. A região Norte apresentou 84 conflitos, com 29.328 famílias em 1.649.784 hectares.

As ocupações de terra continuam mantendo o crescimento desde o início da década, saltando para o total de 599 em 1998 (em 1991 foram 77, em 97 foram 463), envolvendo 76.482 famílias (em 1991 foram 14.720, em 1997 foram 58.266). O número de ocupações de terra cresceu em todas as regiões, exceto na região Norte, sendo liderado pela região Nordeste com 244 ocupações, 123 somente em Pernambuco. Em seguida vem a região Sudeste com 137, onde São Paulo desponta com 78. Sul e Centro Oeste aparecem com 95 ocupações cada, sendo que o Mato Grosso do Sul e Paraná lideram com 67 e 60 ocupações, respectivamente. O Norte apresentou 28 ocupações. Em número de famílias envolvidas, a região Nordeste registra 29.979, a região Centro Oeste aparece com 14.996, a Sul com 13.274, a Sudeste com 10.467 e a Norte com 7.766.

Destaca-se em 1998 a violência contra os trabalhadores, que cresceu na maioria dos casos registrados e, especialmente, nas formas mais bárbaras. Em 1998 foram assassinados 47 trabalhadores rurais em conflitos no campo. O Pará lidera a relação com 11 casos, seguido pelo Paraná com 8 assassinatos e Maranhão e Pernambuco com 4 cada. A região Norte apresenta maior número de assassinatos, com 17, seguida da região Nordeste com 11, a região Sul com 9, Sudeste com 6 e Centro Oeste com 4. O número de trabalhadores assassinados cresceu em 56,67 % (em 1997 foram 30). Ressalte-se que nos últimos 12 anos foram assassinados 1.167 trabalhadores rurais e houve so-

mente 86 julgamentos com 14 mandantes julgados e 7 condenados.

Segundo os registros da CPT, em 1998, 46 trabalhadores rurais sofreram tentativas de assassinato, 88 foram ameaçados de morte, 35 torturados, 164 agredidos fisicamente, 466 presos e 207 sofreram lesões corporais. Em 1998 cresceu o número de vítimas de tentativas de assassinato, de tortura, de prisão e de lesões corporais.

Conflitos no Campo – Brasil - 1991/98

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Conflitos de Terra								
N. de conflitos	383	361	361	379	440	653	658	752
Assassinatos	49	35	42	36	39	46	29	38
Pessoas envolvidas	242.196	154.223	252.236	237.501	318.458	481.490	477.105	659.620
Ha Conflitos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181
Conflitos Trabalhistas*								
N. conflitos	27	18	29	28	21	19	66	71
Assassinatos						4	1	5
Pessoas envolvidas	4.883	16.442	19.940	25.193	26.047	2.487	25.660	367.333
Ha conflitos								
Outros								
N. de conflitos	43	54	155	78	93	78	12	277
Assassinatos	5	11	10	10	2	4		4
Pessoas envolvidas	307.123	15.331	118.952	45.925	36.581	451.157	3.288	98.183
Ha conflitos								
Total								
N. de conflitos	453	433	545	485	554	750	736	1.100
Assassinatos	54	46	52	47	41	54	30	47
Pessoas envolvidas	554.202	185.996	391.128	308.619	381.086	935.134	506.053	1.125.116
Ha Conflitos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181

* Até o ano de 1996, os dados desta coluna referem-se apenas a Trabalho Escravo. Em 1997, consta o conjunto dos conflitos trabalhistas (Trabalho Escravo, Superexploração e Desrespeito aos Direitos Trabalhistas).

Fonte: Setor de Documentação da CPT

Capítulo II

A política da classe dominante e do governo FHC

1

O projeto das classes dominantes para a agricultura

- síntese -

*João Pedro Stedile¹
São Paulo, novembro - 1998*

No projeto econômico das elites, no atual modelo econômico, a agricultura seguirá marginalizada, pois o governo argumenta que o setor pesa apenas 11% no PIB nacional. Desprezando o fato de que se somarmos o setor agroindustrial que depende da agricultura, o peso na economia ascende a 46% do PIB nacional, e que existem no Brasil mais de 3.500 municípios que dependem totalmente da economia agrícola para sustento de sua população bem como das finanças públicas.

As elites alimentam um projeto que significa aplicar no Brasil o modelo norte-americano de agricultura, o qual já está em processo de implantação e que tem as seguintes características.

1. Nacionalização do mercado

Haverá uma tendência do mercado dos produtos agrícolas e de alimentos ser nacionalizado, no abastecimento e nos preços, tendendo a operar nele apenas grandes empresas que tenham capacidade de abastecer em nível nacional. Por isso haverá um processo de oligopolização do mercado controlado apenas por algumas empresas, com presença destacada de multinacionais.

2. Estimulo às grandes fazendas para exportações de grãos

O governo continuará estimulando a implantação de grandes fazendas modernizadas, produtoras de grãos (arroz, milho, soja, sorgo) para ex-

portação. Esse estímulo estará voltado especialmente para a região do Cerrado e Centro-Oeste. Para isso, o governo está aplicando mais de 20 bilhões em obras de infra-estrutura de transportes, para criar novos corredores de exportação, através de Porto Velho-Itacoatiara, e os portos de São Luis/MA e Santos.

3. Integração seletiva dos pequenos agricultores na agroindústria

Haverá um processo ainda maior de integração dos pequenos nas empresas agroindustriais, seguindo no entanto um processo de seleção, permanecendo apenas os produtores com maior nível de produtividade e condições de capitalização para aplicarem novas tecnologias. Também haverá uma seleção de regiões integradas, buscando-se os microclimas mais apropriados.

4. Desaparecimento da agricultura familiar de subsistência

O governo não apoiará nenhum programa que signifique subsídio ou manutenção desses agricultores familiares. Espera-se que haja um intensificação do êxodo rural nas regiões de maior intensidade desse tipo de agricultura, como o Nordeste.

5. Mais atenção ao capital e à tecnologia, menos preocupação com a terra

Nesse modelo, o tamanho das lavouras e o aumento do número de estabelecimentos não é importante. Considera-se que, agora, o fundamental é a tecnologia e o capital. Com isso se conseguirá aumentar a produtividade e a produção do país. Desta forma, consideram que o binômio de acesso à terra mediante a desapropriação e assentamento de famílias para criação de novos agricultores, está superado. Portanto, a reforma agrária está fora do modelo proposto.

6. Emprego agrícola

Com a implementação desse modelo há uma expectativa que a produtividade vai aumentar e eliminar aproximadamente 5% do emprego agrícola ao ano. Com isso, estima-se que na próxima década a população no meio rural deve atingir os indicadores dos países desenvolvidos, aproximando-se de apenas 8% do total da população.

7. Desmantelamento do serviço público agrícola

Durante os governos passados e no modelo anterior de desenvolvimento agrícola houve uma forte participação do Estado, seja através das políticas agrícolas clássicas (preços, crédito rural.) seja através de organismos públicos de apoio ao agricultor com assistência técnica, pesquisa agropecuária e organização da armazenagem. No modelo em implantação, o governo se propõe a deixar tudo para o mercado, e mais do que isso, passou a desativar o chamado setor público agrícola formado pela Emater, Embrapa e Cibrazem-Conab. Isso afetará enormemente os pequenos agricultores que dependem do apoio do Estado, bem como comprometerá a soberania nacional no caso da pesquisa agropecuária, com a revolução biogenética em curso, que passará a ser controlada por empresas e diversas multinacionais.

Conclusão

A agricultura brasileira como um setor produtivo está fadada a um processo de marginalização no atual modelo econômico. E ainda mais a agricultura familiar.

Por isso os agricultores, trabalhadores rurais em geral e a classe trabalhadora precisam, acima de tudo, mudar o modelo econômico que as elites estão implantando no país.

¹João Pedro, é economista e dirigente do MST

2

A recente política neoliberal para a agricultura

*Gerson Teixeira e Rolf Hackbart
Brasília, fevereiro - 2000*

1. Introdução

No dia 19 p.p, em solenidade no Palácio do Planalto marcada pelo tom triunfalista tradicional, o Presidente da República lançou o programa *Brasil Empreendedor Rural*, envolvendo um conjunto de medidas para as áreas agrícola e agrária.

Na verdade, o "pacote" resume-se, basicamente, a um conjunto de medidas requestradas, pois muitas delas apenas dão materialidade a iniciativas constantes do 'Plano de Safra' 1999/2000, lançado em 25 de junho de 1999. Igualmente, outras medidas integraram atos já conhecidos do Poder Executivo. Há, também, conforme demonstraremos, medidas de puro efeito, com fins apenas de alimentação dos discursos sociais e ecológicos do governo.

De acordo com o Presidente, o "Brasil Empreendedor" vai gerar em torno de 4 milhões de empregos. Repercutindo o programa na Tribuna da Câmara dos Deputados através de pronunciamento realizado no dia 21 de janeiro, parlamentar da base do governo, desafiando a capacidade delirante do governo, considerou modestas tais projeções, e assegurou que o programa irá gerar, pelo menos, 10 milhões de empregos.

Embalado pelo "clima revolucionário", o Ministro da Agricultura também resolveu profetizar que o Brasil será alçado à condição de maior potência agrícola do planeta, em menos de 10 anos.

Corroborando os prognósticos do Sr. Pratini de Moraes, o Ministro interino do Desenvolvimento Agrário, Sr. José Abrão, em discurso que reflete a estreita afinidade da sua conduta política com a do titular da pasta, garantiu que o "pacote" promoverá a "rápida aceleração do desenvolvimento sustentável do setor rural brasileiro".

Deixando de lado a crítica aos aspectos políticos anteriores, constata-se que, acima de tudo, o "pacote" não aponta para qualquer alteração dos rumos da atual política agrícola e de suas sequelas sócio-econômicas amplamente conhecidas. Os comentários, a seguir, sugerem, ao contrário, a tendência de intensificação dessas consequências.

2. As reformas derradeiras

A análise do conjunto das medidas divulgadas revela que, de um lado, o governo pretende concluir o ciclo das reformas no sentido dos ajustes neoliberais da política setorial. Por outro lado, mas, consistentemente com o processo anterior, algumas medidas do pacote – já conhecidas e em execução -, procuram manter os instrumentos de compensação social, no agrário, aos efeitos absolutamente excludentes do projeto neoliberal.

No que tange às medidas auxiliares para a consolidação desses ajustes, como é o caso da redução/privatização dos serviços de classificação vegetal, o governo não conseguiu viabilizá-las sumariamente, via MP, conforme pretendia. Isto, não por eventual constrangimento político em continuar subtraindo as prerrogativas do Congresso Nacional, mas, por conta exclusiva de reações de Estados comandados por aliados do Planalto, que se posicionam refratariamente à privatização desses serviços. Assim, para abrandar as resistências, o governo abriu mão das MPs pensadas para essa matéria e também para a alteração da legislação sobre armazenagem, optando pela tramitação das proposições, em regime de urgência, no Congresso, de forma, supostamente, a permitir o debate sobre as mesmas.

Conforme afirmamos, o governo, com algumas das medidas, encerra as reformas neoliberais

na agricultura. Após a imposição de custos reais ao crédito, com a sua maior concentração social; concluído o desmonte dos serviços de assistência técnica e extensão rural; efetivado o caminho para a terceirização da pesquisa agropecuária pelas grandes corporações da química/biotecnologia; procedida à desnacionalização do controle da base técnica agrícola; realizada a abertura unilateral da economia agrícola nacional; e após a privatização da política de reforma agrária, entre outras medidas de desregulamentação, o governo empreende o último ato de relevância para a inserção plena do setor ao projeto neoliberal: a consolidação do novo modelo de crédito rural, baseado na privatização e internacionalização de suas fontes.

A propósito, sob a emoção da condição de promotor circunstancial desse novo modelo de crédito, o Ministro Pratini de Moraes não se conteve e, reveladoramente, afirmou que estava proporcionando uma grande alegria ao ministro Malan, posto que os agricultores não tinham mais motivos para deslocarem-se a Brasília em busca de recursos oficiais¹.

Anunciado para entrar em vigor até 31.07.99, o procedimento balizador desse novo modelo de crédito, a "internacionalização das operações da BM&F para as *commodities* agrícolas", iniciou a operação em novembro/99. Assim, mesmo requeitado, o pacote atual procura dar maior eficácia a essa política através da efetivação de outras medidas auxiliares, também já anunciadas antes, mas ainda pendentes de operacionalização.

Pelo que representa em termos de mudança radical na política de crédito rural, valem algumas considerações a respeito desses instrumentos; parte das quais, constantes de textos anteriores desta assessoria².

3. Como funcionam e quais os instrumentos de contratos futuros

Definidas as normas, desde o mês de novembro, os capitais externos passaram a operar em financiamentos de alguns produtos agrícolas. São operações realizadas através da BM&F com a intermediação de bancos ou corretoras, e referenciadas em preços futuros dos produtos agrícolas no mercado internacional visando o financiamento do custeio e da comercialização, neste caso, trazendo-se em operações de seguro de preço.

Nas operações diretas em Bolsa, em tese, qualquer investidor privado, interno ou externo, pode adquirir títulos que darão liquidez ao produtor/cooperativa para financiar a sua produção/comer-

cialização, que liquidarão esse "empréstimo", futuramente, em dinheiro ou em produto.

Oportunizando a sua experiência na execução, da CPR - Cédula do Produto Rural, o Banco do Brasil luta por espaço nesse novo mercado de derivativos agrícolas no país. Para tanto, por meio da MP nº 2.017, de 20 de janeiro, o governo criou a CPRF - Cédula do Produto Rural Financeira; título emitido por produtores e cooperativas para a venda antecipada da produção visando o financiamento do custeio, sendo que, com esse novo instrumento, a liquidação deixa de ser somente pela entrega do produto (CPR Convencional), podendo ser feita em dinheiro.

Para tentar resistir às corretoras e aos Bancos privados, o BB anunciou, também, a sua associação com o *Macquarie Bank Limited*, da Austrália, especializado em derivativos agropecuários para oferecer, aos produtores, em poucos dias, equipamento voltado para operações de opção de venda. Por meio dessa modalidade de derivativo que, de início, será restrita à soja e ao café, o produtor não financia a produção. Por exemplo, em qualquer fase do processo produtivo, o produtor, com base nos preços futuros nas bolsas de New York e Chicago, e pagando ao BB, no caso, prêmio de até 5% sobre o valor da operação, contrata a opção de venda futura nos preços acordados, em dólar. Na data combinada para o pagamento, o produtor terá a garantia, no mínimo, da venda de parte, ou de toda a sua produção, nos preços considerados.

Há, ainda, a chamada CPR Export, voltada para o financiamento da produção e, como indicado pela própria nomenclatura, volta-se inteiramente para o mercado externo com o Banco do Brasil cobrando aval do produtor para garantir a entrega do produto ao importador. Neste caso, o produtor vende antecipadamente a produção, com base em preços cotados em dólar. Na verdade, especificamente quanto ao BB, observa-se a sua estratégia de intervenção, combinando equipamentos. Dependendo da opção do produtor/cooperativa, e do destino da operação, BB intervém no financiamento da produção através da CPR, CPRF, ou da CPR Export. Em qualquer dos casos, tentará, adicionalmente, intervir no financiamento da comercialização com as opções de venda, que deverão conduzir à extinção definitiva do EGF - Empréstimos do Governo Federal.

4. As críticas ao 'Novo Modelo'

As previsões oficiais, corroboradas por agentes da BM&F, são de que, já no presente ano, deve-

rão ser atraídos do exterior, cerca de US\$ 8 bilhões para os contratos futuros, sendo que, no curto prazo, espera-se que o volume de recursos externos para o financiamento da agricultura brasileira, através desses mecanismos, alcance US\$ 20 bi.

De início, cabe questionar sobre todo esse potencial de atração de recursos externos, conforme garante o governo. Será que fluirão tão facilmente assim, recursos internacionais fabulosos para o financiamento de um setor, no geral, incapaz de remunerar as elevadíssimas taxas de juros e os altos *spreads* que envolverão essas operações? E mais: num país tido como de alto risco econômico, e ainda, nas circunstâncias de uma conjuntura internacional com trajetória persistente de queda dos preços das *commodities* agrícolas? Com muitas garantias que apenas o Tesouro poderá oferecer, até que sim. No entanto, isto parece pouco provável face à dimensão da crise fiscal brasileira.

Caso correta a hipótese acima, conclui-se que, por razões óbvias, sob a perspectiva externa, basicamente os cartéis que operam na comercialização agrícola internacional mostrarão interesse em tais operações. Talvez por estar convencido dessa avaliação, o governo criou a versão internacional da CPR (CPR Exportação), por meio da qual o BB garante a entrega do produto, ao importador.

De outra parte, mesmo com as possibilidades de recursos externos concentradas nos próprios importadores, resta saber se os agricultores terão condições de suportar taxas de juros livres e demais encargos que incidirão nessas operações. Nas operações internas, a CPR vem se tornando inviável em razão dos seus custos totalmente incompatíveis com a atividade.

Sob a perspectiva geral dos interesses da agricultura brasileira, o novo modelo de crédito, além de ampliar as vulnerabilidades externas do setor, e do país, importa em outras graves repercussões, a começar pelo endereçamento quase pleno da atividade agrícola nacional aos interesses do mercado externo, ficando os interesses do mercado doméstico relegados a plano absolutamente secundário.

O novo modelo de crédito mostra-se duplamente concentrador. De um lado, por contemplar apenas os segmentos produtores em escala e, de outro, por envolver, da mesma forma, somente os produtos de elevado interesse comercial no mercado internacional. Dessa forma, os produtos cujas dimensões sociais prevalecem sobre os respectivos valores econômicos desenvolvidos pela agricultura familiar e de interesse da maioria da população, estarão virtualmente excluídos do crédito.

A internacionalização das operações nos mercados futuros, nas circunstâncias de uma economia agrícola liberalizada como a brasileira, convivendo com economias agrícolas altamente protegidas tende a impor outros grandes prejuízos substanciais ao país.

Os preços que orientam as operações serão fortemente distorcidos, especialmente pelos subsídios às exportações agrícolas fornecidos pelos países ricos e pelos movimentos especulativos dos grandes conglomerados que "controlam" a comercialização. Assim, mesmo tendo-se como inescapável que, em qualquer circunstância, os subsídios dos países ricos e as manipulações de mercado interferem na formação dos preços, com a internacionalização das operações em bolsas, especialmente com a adoção desse mecanismo pelos demais países não desenvolvidos com economias agrícolas de expressão, os preços agrícolas no mercado externo passam a ser totalmente influenciados pelos citados mecanismos de deformação dos mercados agrícolas, e assim tendendo ao contínuo aviltamento.

Enquanto isso, os custos de produção, ressalvado a remuneração aviltante do trabalho, tendem a um comportamento assimétrico, incorporando os preços plenos dos insumos, máquinas, etc. Impõe-se, assim, virtual trajetória de defasagem acentuada das receitas geradas pelas *commodities*, em relação aos seus custos de produção, com a perda de competitividade externa do produto nacional e as consequências decorrentes.

Deve-se sublinhar que a medida do governo tende a fechar o cerco da dominação, pelo capital externo, de um setor estratégico como a agricultura. O projeto político do atual governo levou ao controle da base técnica da agricultura por grandes grupos transnacionais por meio da instituição de legislações relativas aos direitos de proteção. Agora, esse processo é acompanhado pela possibilidade do controle simultâneo do financiamento da atividade agrícola pelas mesmas corporações que controlam a química, a genética, e a comercialização.

5. A lógica do 'Pacote'

Antes de analisarmos, isoladamente, cada uma das demais medidas (re)lançadas pelo pacote, vale um esforço prévio de interpretação da lógica política do conjunto de suas principais medidas.

Já enfatizamos que o núcleo do "pacote" envolve a efetivação do afastamento "definitivo" do governo no financiamento direto da agricultura, notadamente nas atividades de custeio e comer-

cialização agrícolas. Ainda que sob condições de encargos financeiros com custos reais, mantém-se a presença do crédito oficial através do Pronaf, para a chamada agricultura familiar, como ação socialmente compensatória à sua exclusão absoluta dos objetos da política agrícola. Articulado aos instrumentos do 'novo mundo rural' que, nas fantásticas formulações dos teóricos oficiais constituem uma espécie de estágio, de curto prazo, para a passagem qualificada do excluído para o enfrentamento do mercado, o Pronaf contará com dotações virtualmente declinantes, a cada ano. Isto, óbvio, na hipótese de continuidade desse projeto.

Para a viabilização da privatização/internacionalização dos financiamentos agrícolas, impunha-se ao governo, a necessidade de desregulamentação/privatização de outras atividades públicas essenciais visando, adicionalmente, reduzir-lhes custos e agilizá-las, a despeito das suas consequências para o país e sua população.

Assim, de acordo como registrado acima, o governo solicitou pedido de urgência ao PL nº 4.257/98, que altera a legislação sobre classificação de produtos vegetais, e enviou ao Congresso, também em caráter de urgência, o PL nº 2.329/2000, modificando a legislação sobre a armazenagem dos produtos agropecuários.

Com o PL sobre classificação de produtos vegetais o governo pretende, além da privatização desses serviços, a obrigatoriedade dos mesmos, apenas na compra dos estoques públicos e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando das importações. Com o projeto sobre armazenagem, o governo autoriza o armazenador a comercializar o produto. Em ambos os casos, as justificativas formais utilizadas pelo governo dizem respeito à agilização de procedimentos e à redução do chamado 'custo Brasil'. Junto aos projetos em referência, o governo relançou, também privatizado, o seguro de safra, anunciado desde junho/99 e, segundo consta, formatado sob o figurino exigido por duas empresas estrangeiras interessadas em operá-lo. Note-se que o seguro, ainda que privatizado exigirá vultosas somas do Tesouro para o seu Fundo de Estabilidade.

Na resultante dos efeitos desses instrumentos, possibilita-se a seguinte equação política a partir da qual, no limite, poderão se mover os segmentos da produção agrícola nacional: uma grande empresa importadora, no exterior, pertencente ou associada a uma grande corporação da biotecnologia/química, adquire títulos lançados por grandes produtores/cooperativas brasileiras. A depender dos termos da operação, esta empresa estran-

geira poderá vincular ao financiamento, todo um pacote tecnológico, o que caracterizaria a tendência real, antes aventada, na direção do controle político externo absoluto da atividade agrícola nacional.

A desregulamentação/redução da classificação vegetal e do armazenamento, a despeito das suas consequências, baratearia custos para os produtores que poderão classificar, se for o caso, armazenar e comercializar diretamente a produção, e assim, compensando, em parte, os custos das operações de financiamento. O seguro de safra, também concentrado nesses setores viria dar a necessária garantia para a operação; para os produtores, na verdade, já que para o "investidor" externo não haverá riscos dessa natureza.

6. Análise pontual das medidas

A seguir, tecemos breves comentários pontuais sobre cada uma das demais medidas anunciadas pelo governo.

6.1. O Seguro Rural Privado

Na linha excludente da privatização/internacionalização, o governo comunicou que instituirá a seguro de safra, exclusivamente voltado para a garantia dos efeitos de sinistros de ordem climática. Para tanto, anunciou a extinção do monopólio do resseguro e a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil S/A (IRB), criando meios de atração de empresas estrangeiras para atuar nessa área. Fundamentalmente, os meios de atração resumem-se à garantia da imunidade plena das empresas estrangeiras, no caso, aos riscos da atividade que obviamente serão bancados pelo Tesouro.

Para tanto, entre outras medidas, o Fundo de Estabilização do Seguro (FESR), estará desobrigado de retornar, para o Tesouro, os seus saldos de final de exercício fiscal. Atualmente, o saldo desse Fundo é de cerca de R\$ 60 milhões. Estima-se que, para atrair o interesse das duas empresas estrangeiras que supostamente irão operar o Seguro, e que teriam orientado a formatação desses instrumentos, o Tesouro disponibilizará cerca de R\$ 300 milhões.

6.2. A Nova lei de Classificação de Produtos Vegetais

Na sanha privatizante e desregulamentadora, o governo tenta retirar o poder público da execução desses serviços, ao mesmo tempo em que os restringe. A medida afeta diretamente os interesses dos Estados que detinham o poder para definir

se atuava diretamente na atividade, ou a delegava a terceiros.

Nos termos do projeto de lei nº 4.257/98, a classificação deixa de ser obrigatória, exceto no que respeita à compra dos estoques públicos e nos portos, aeroportos e postos de fronteira quando das importações.

Empresas privadas, inclusive os próprios armazenadores, quando for caso, vão estar habilitados a procederem à classificação dos produtos, fato que abre enormes possibilidades para fraudes, em prejuízo do interesse público.

Os pequenos produtores são prejudicados porque perdem a via de certificação de qualidade dos seus produtos. Os consumidores são lesados porque poderão comprar/consumir gato, por lebre. Trata-se, pois, de reduzir custos, às custas dos interesses públicos.

6.3. A Nova Lei de Armazenagem

Segundo o governo FHC, essa medida, através do projeto de lei, antes referido, visa atualizar a legislação sobre armazenagem (a lei atual é de 1903), de forma a criar condições de mais credibilidade para o setor, segurança para o depositante e flexibilidade contratual entre as partes. Para tanto são propostas as seguintes modificações na Lei:

(i) a eliminação da vedação para o armazenador comercializar produtos agrícolas (art. 8º do PL);

(ii) instituir, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sistema de certificação de armazéns, com o objetivo, segundo o governo, de "fixar padrões mínimos para o seu funcionamento, a constituição de um cadastro nacional ainda mais eficiente, assim como o levantamento estatístico atualizado de estoques" (art. 2º do PL).

As mudanças na lei da armazenagem de produtos agrícolas, conforme frisado, antes, estão articuladas com as modificações na política de crédito rural e, mais intimamente, com as alterações na lei de classificação de produtos vegetais. Como compensação as medidas que visam impor maiores rigores à conduta dos armazenadores, estes vão poder operar diretamente na comercialização agrícola, inclusive nos mercados derivativos, sendo que estão desobrigados da classificação dos produtos. Ou, no caso dos estoques, os próprios armazenadores poderão se habilitar para essa atividade. Pretende-se reduzir custos e acelerar procedimentos, independente das possibilidades de fraudes com a dispensa da classificação e com os próprios armazenadores procedendo à classificação no caso da aquisição de produtos para os estoques públicos.

6.4. Mais Recursos para o Banco da Terra

Na ação de crédito fundiário, o governo assegura que o Banco da Terra, instrumento de financiamento da aquisição de terra, contará com recursos da ordem de R\$ 350 milhões; suficientes, pelos cálculos oficiais, para promover o assentamento de 23,5 mil famílias.

Na proposta orçamentária, para o ano 2000, o governo orçou, para o programa em questão, recursos da ordem de R\$ 150.8 milhões para aquisição de imóveis e R\$ 72.2 milhões para a infra-estrutura básica, totalizando R\$ 223 bilhões.

Dessa forma, o acréscimo de R\$ 127 bilhões ao Programa Banco da Terra vem corroborar a política do governo FHC, sistematicamente denunciada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, de abandono do instrumento de desapropriação sancionatória dos latifúndios improdutivos, com a conseqüente mercantilização da arrecadação de terras para o programa de reforma agrária..

6.5. Mais Recursos para o Pronaf A

O governo anunciou a ampliação, em R\$ 30 milhões, das dotações originalmente previstas para o Pronaf A, de R\$ 460 milhões. Na verdade, trata-se de mais uma manobra do governo na medida em que esses R\$ 30 milhões decorrem da revisão das estimativas dos orçamentos dos Fundos Constitucionais, os quais, pelos novos cálculos do governo, arrecadarão R\$ 1,9 bi. Antes, previa-se R\$ 1,6 bi. Como, por lei, 10% desses recursos dos Fundos devem ser destinados ao crédito para os assentados, esses Fundos disponibilizarão R\$ 190 milhões para esse fim. Portanto, não há nenhum recurso novo, apenas o anúncio de um aumento estimado na receita dos Fundos.

6.6. Programa de Incentivo à Modernização da Frota Nacional de Tratores e Colheitadeiras

Com o objetivo de tentar redinamizar o setor de máquinas e equipamentos agrícolas, o governo alterou o programa do BNDES voltado para o financiamento desses itens. A crise vivenciada pelo setor pode ser medida ao se constatar que a produção de tratores agrícolas, em 1994, foi superior à produção conjunta dos anos de 1997 e 1998, por exemplo. Portanto, a medida objetiva muito mais apoiar a indústria do que propriamente uma estratégia de ampliação do acesso à mecanização da atividade.

As alterações básicas residem na pequena redução, prevista para vigorar em trinta dias, dos encargos atuais, de 11,85% a.a, os quais, passam,

agora, a condições diferenciadas por duas categorias de clientes, a saber: (i) para produtores com renda até R\$ 250 mil, incidirão juros fixos de 9,5% a.a; e (ii) para aqueles com renda acima desse valor, juros de 10,75% a.a.

O governo não atendeu à principal reivindicação dos setores produtores, agrícola e industrial, pela prorrogação da isenção do IPI sobre os itens em consideração (5%). O Presidente da República condicionou essa possibilidade à aceitação, pelos governos estaduais, de isenção plena do ICMS sobre os citados bens, atualmente variando entre 7,5% e 13%.

Definitivamente, os custos desses financiamentos continuarão em amplo descompasso relativamente à capacidade de pagamento dos agricultores.

6.7. Agricultura Orgânica

O anúncio, pelo governo, de programa voltado para estimular a agricultura orgânica, na verdade, refere-se a programa já em operação pelo BB, desde novembro/99 (BB Agricultura Orgânica).

As motivações básicas da iniciativa estão vinculadas a aspectos comerciais, principalmente relacionados ao mercado externo, face às taxas de crescimento anual em torno de 20% do consumo desses produtos nos mercados americano e europeu, e para a ancoragem dos discursos ecológicos do governo.

A rigor, o citado programa do BB restringe-se à disposição de priorizar, via a celebração de Convênios com empresas e organizações de agricultores de produtos orgânicos, financiamentos para essa atividade. Não há a destinação de recursos específicos para o financiamento dessas atividades e, tampouco, condições favorecidas de encargos aos agricultores orgânicos.

6.8 Redução de Custos Portuários

O governo promete a unificação dos procedimentos de fiscalização nos portos, visando a redu-

ção de custos e a agilização de embarques e desembarques. A idéia, segundo o governo, é evitar a sobreposição de tarefas na fiscalização de insumos e produtos, entre Receita Federal, Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde, visando à redução do tal custo Brasil.

A medida tende a precarizar, ainda mais, o processo de fiscalização das mercadorias que entram no país. Não há qualquer preocupação com o aprimoramento e aumento da eficácia da fiscalização, e sim, apenas com a redução de custos e tempo, o que certamente exporá a população a riscos imponderáveis.

6.9. Desoneração para os não cadastrados no CADIN

Esta medida isenta os mini e pequenos produtores, incluindo os agricultores familiares, da apresentação de certidões destinadas à comprovação de quitação de tributos e contribuições federais, inclusive nos cartórios, para os fins do crédito rural, desde que os mesmos não estejam inscritos no CADIN. A medida é boa por desburocratizar o crédito rural dos pequenos produtores; pena que venha a ser adotada em pleno processo de extinção do crédito oficial;

6.10. Bancos Cooperativos no Financiamento do Pronaf

Reeditando procedimento da safra anterior, o governo autorizou os Bancos Cooperativos a aplicarem, no Pronaf, recursos próprios em montante que não demande recursos do Tesouro, a título de equalização, acima de R\$ 122 milhões.

¹Editorial do jornal Zero Hora, ed. de 20.01.2000.

²Ver As Medidas para a Safra 1999/2000 e Um Balanço da Agricultura em 1999, disponível em www.pt.org.br/assessor/agrario.htm

3

A política com as águas e o setor energético

*Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens
São Paulo, fevereiro - 2000*

1. Formas de controle e usos de recursos ambientais

1.1. Energia, desenvolvimento e meio ambiente

A problemática energética reflete interesses variados de caráter público e privado, respalda estratégias diferenciadas de desenvolvimento tanto nos países capitalistas desenvolvidos, grupo seleto onde está concentrado o consumo energético, quanto nos chamados países em desenvolvimento, nos quais vive a maioria absoluta da humanidade, com níveis de consumo relativamente baixos de energia.

A interdependência entre as questões do desenvolvimento, da gestão do meio ambiente e as necessidades de energia coloca a discussão da problemática energética no plano nacional e internacional, mobilizando interesses governamentais, empresariais, partidos políticos, movimento sindical, ambientalistas e organizações sociais de atingidos preocupados com a maneira pela qual os recursos energéticos estão sendo apropriados da natureza e de que maneira estão sendo utilizados nas diversas atividades humanas. Evidenciando-se que a sociedade e a natureza são indissociáveis, a relação do Homem com a mesma se efetiva através de processos sociais de trabalho.

Essas relações acontecem de maneira desigual entre os países de economia capitalista desenvolvida (OCDE) e os da periferia do sistema (América Latina, África, Ásia), determinando modelos de desenvolvimento, com impactos diferenciados no meio ambiente. Como consequência, aumenta o nível de poluição ambiental provocado pelas chuvas ácidas, o efeito estufa e a emissão de dióxido de carbono - CO₂ (a combustão de petróleo, carvão mineral e derivados são responsáveis pela metade de dióxido de carbono emitido na atmosfera).

O controle dos recursos energéticos, o acesso a tecnologias de transformação desses recursos em energia útil e o papel de algumas regiões e países, de fornecedores e produtores de bens intensivos em energia, principalmente nos chamados países em desenvolvimento, são questões importantes a serem avaliadas, colocando permanentemente a necessidade de discutir o papel dos diversos atores sociais envolvidos nestas questões.

Observa-se, ainda, que o fenômeno energético é multidimensional, requerendo um enfoque interdisciplinar, com a interação de diferentes áreas de conhecimento. Habitualmente encarada através de um enfoque que privilegia apenas os aspectos técnicos de quantificação, somente mais recentemente é que estudos nessa área têm demonstrado preocupações com suas interfaces e superado o limite estreito da mera busca de uma adequação da oferta à demanda de energia resultante de um modelo de desenvolvimento civilizatório calcado na suposição de uma ilimitada disponibilidade de recursos energéticos não-renováveis. Essa abordagem convencional viu-se irremediavelmente comprometida com a crise energética dos anos 70, quando então desvaneceu-se a ilusão de um crescimento econômico irrestrito com base em um suprimento de energia cada vez mais abundante. Entretanto, ao abalar os mecanismos de funcionamento do sistema energético e da própria economia, a crise do petróleo não apenas trouxe os problemas e as ameaças decorrentes da sua escassez, como também acentuou algumas das incertezas em relação ao futuro. Com ela, impôs-se uma revisão nas formas de abordagem da questão energética, o que resultou na consideração de outras questões relevantes a ela associadas e dentre as quais destaca-se a questão ambiental (Oliveira, Cunha e outros, 1990) Assim, evidencia-se que a energia é uma

variável importante da economia política nacional/internacional. A maneira de como ela é apropriada da natureza, produzida, distribuída e consumida determina níveis de desenvolvimento e de bem-estar de uma determinada sociedade e suas inter-relações com o meio ambiente.

1.2. O modelo energético atual

A construção dos sistemas energéticos baseados em carvão mineral, hidrelétricas, petróleo, gás natural, nuclear, carvão vegetal consolidou o atual modelo energético mundial. Esse modelo energético, pela maneira que desenvolveu a produção, transporte e distribuição de energia, é responsável por graves problemas sociais e ambientais, a exemplo dos acidentes envolvendo navios petroleiros, vazamentos em usinas nucleares, degradação ambiental e deslocamento de populações proporcionados pela construção de grandes hidrelétricas.

A infra-estrutura energética disponível continua concentradora e baseada em processos produtivos intensivos em energia (mineração, siderurgia, metalurgia, papel e celulose, cimento, petroquímicos etc.), sendo os mesmos responsáveis por uma parte considerável do consumo energético mundial. A apropriação dos recursos energéticos como mercadoria possibilita lucros e benefícios a determinados países e corporações transnacionais, em detrimento da maioria da população mundial.

O modelo energético atual expressa contradições, colocando claramente a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento energético intensivo 6% da população mundial, concentrada nos países capitalistas desenvolvidos, consome 1/3 dos recursos naturais do Planeta.

As alternativas colocadas para superação desses entraves recolocam a situação de subordinação dos países da periferia. De um lado, a reconversão dos processos de produção energético-intensivos, iniciada a partir das crises energéticas (1973 e 1979), permitiu reduzir a intensidade energética dos países desenvolvidos, particularmente do Japão, através de programas de desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de conservação, co-geração e produção de energia, transporte, construção civil, reciclagem e novos materiais. Por outro lado, os países periféricos incrementaram suas intensidades energéticas, consolidando parques industriais energético-intensivos (na maioria das vezes, para atender os interesses do capital transnacional), tornando-se exportadores de energia, destacando-se, aqui, o Brasil.

Apesar do avanço na incorporação da variável

ambiental na formulação das políticas de desenvolvimento a nível nacional e mundial e de uma maior participação da sociedade civil na definição destas políticas, fundamentalmente os sistemas energéticos continuam autoritários, majoritariamente baseados em combustíveis fósseis.

No Brasil, a discussão dos impactos ambientais derivados dos empreendimentos energéticos continua excludente. As audiências públicas para avaliação de estudos de impactos ambientais, mais legitimam os projetos a serem implantados, sem possibilidade de mudanças significativas no conteúdo dos mesmos (o meio ambiente sempre é incorporado como uma externalidade).

1.3. O caminho percorrido a partir da ECO 92

A partir da ECO 92, pouco mudou em termos concretos na política energética global. A era do petróleo tende a prolongar-se nas primeiras décadas do Século 21. Atualmente, os combustíveis fósseis representam 85% do consumo de energia primária mundial, distribuído em 35% de petróleo, 28% de carvão mineral e 22% de gás natural. A energia nuclear continua sendo uma fonte de alto risco para a humanidade, com alguns países começando a desativar suas usinas. A Suécia, por exemplo, com base no plebiscito ocorrido em 1990 que aprovou o fim do programa nuclear, já definiu um plano de fechamento de suas usinas até o ano 2010, para substituição por energias renováveis e co-geração.

Pode-se destacar, ainda, algumas iniciativas pontuais para a incorporação das energias solar e eólica na matriz energética mundial que estão sendo desenvolvidas nos Estados Unidos, Alemanha e Holanda, para a interligação no sistema elétrico quanto para atender populações nas áreas rurais. Tais iniciativas têm sido desenvolvidas ainda na Índia, Chile e Brasil a partir de instituições governamentais e não governamentais, muitas vezes em parcerias entre diversos setores públicos e privados.

A mais concreta iniciativa de caráter global da ECO 92 com reflexos importantes na área energética foi a convenção sobre Mudanças Climáticas que propõe a diminuição das emissões atmosféricas no uso dos combustíveis fósseis. Apesar de já terem sido realizadas duas conferências visando sua implementação (1995, em Berlim, e 1996, em Genebra), ainda existem resistências para a sua aplicação. A convenção já foi ratificada por mais de 100 países, inclusive pelo Brasil no início de 94, mas não se transformou em políticas públicas efetivas.

A aplicação dessa convenção visando à dimi-

nuição do consumo de combustíveis fósseis, via taxaço ou substituição por energias renováveis ou através da melhoria da eficiência do uso, via novos processos tecnológicos ou medidas de conservação, tende a ser a política mais abrangente no caminho de transformação da base tecnológica dominante atualmente.

2. Os atores e os interesses em conflitos

A responsabilidade da política energética no Brasil é fundamentalmente do Estado, tanto do controle de recursos naturais, como petróleo, água, urânio, gás natural como no papel regulador através do estabelecimento de normas, preços e tarifas. No período de 1950/1960, foram implantados dois sistemas energéticos centralizados de âmbito nacional, de característica estatal: eletricidade e petróleo. Estes dois sistemas, através de investimentos financeiros consideráveis, garantiram a base energética que alavancou o desenvolvimento brasileiro, a partir de então.

Hoje esses sistemas estão em transformação, em função da estratégia de reforma do Estado do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse processo de reforma do Estado, que trata de setores essenciais da economia brasileira, está subordinado aos interesses e urgências do capital transnacional à transformação dos espaços nacionais em áreas de maior liberdade dos capitais privados em geral e do transnacional em particular. A velocidade do processo de alienação do patrimônio público, a falta de uma discussão aprofundada sobre o papel do Estado, a predominância de uma visão contabilística do processo de privatização e o total desapego a qualquer argumento nacional são demonstrações inequívocas desta subordinação.

Destaque-se, ainda, que os critérios de otimização das potencialidades energéticas sob a óptica dos espaços nacionais não necessariamente são os mesmos para os fins de planejamento a médio e longo prazos dos conglomerados multinacionais.

Assim, a necessidade de uma reprodução social que coloque no centro do desenvolvimento econômico a garantia da vida, a manutenção e multiplicação das capacidades materiais e intelectuais e da preservação do meio ambiente nada tem a ver com os objetivos eminentes e estratégicos do capital transnacional. Ao contrário, é fato que a globalização, enquanto momento em que o capital transnacional passa a comandar decisivamente os processos econômicos mundiais, significa crescente assimetria na distribuição de renda nos espaços

nacionais/regionais e propriedade a nível global (Lima, Guerra e Gurgel, 1996).

As mudanças em curso do setor de energia no Brasil são um exemplo dessa situação. As mudanças institucionais ocorridas, o processo de privatização do setor elétrico, as mudanças institucionais na área de petróleo e as respectivas regulamentações ora discutidas no Congresso Nacional devem ser motivo de preocupação da sociedade civil brasileira, particularmente as conseqüências, tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais advindas das mesmas.

A discussão sobre a Petrobrás e o futuro da indústria de petróleo, assim como do setor elétrico e do Sistema Eletrobrás, insere-se em uma avaliação mais ampla sobre o papel do Estado, particularmente do seu setor produtivo estatal no processo de desenvolvimento brasileiro.

As mudanças que estão ocorrendo no setor elétrico, particularmente o processo de privatização, não estão vinculadas a um projeto maior de reforma do Estado, a uma política industrial e tecnológica, enfim, um projeto de desenvolvimento nacional sustentável. A venda de empresas estatais do setor elétrico para suprir o caixa do tesouro e diminuir o déficit público, além de não estar resolvendo o problema financeiro (na verdade, o ingresso de recursos financeiros não é significativo - trocam-se títulos da dívida interna e externa, as chamadas moedas podres), poderá desencadear um processo de desestruturação do setor elétrico brasileiro, com conseqüências graves para o desenvolvimento nacional e regional (caso explícito da CHESF, na Região Nordeste).

A regulamentação do setor petróleo, a determinação das condições em que funcionará a Agência Nacional de Petróleo, como também em que bases funcionará a Agência Nacional de Energia Elétrica são questões (fundamentais a serem consideradas. A participação política dos diversos, atores envolvidos (Estado, iniciativa privada, as empresas estatais, trabalhadores destas empresas e a sociedade civil em geral) é que vai definir o caráter público e o controle social das políticas destes setores.

Quanto aos outros energéticos, os atores são diferenciados: o setor nuclear, que recebe forte influência militar, comandado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, é administrado pela INB - Industrias Nucleares Brasileiras - e normatizado pela CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear -, ambas estatais. As usinas de Angra hoje são de responsabilidade do setor elétrico, através de Furnas.

O carvão mineral, álcool, lenha e o carvão vegetal são de caráter privado, explorados através de grupos econômicos que influenciam fortemente o Estado na definição das políticas destes setores.

Quanto às energias solar e eólica, o seu tratamento ainda é incipiente, existindo apenas algumas concessionárias de energia desenvolvendo projetos pilotos e empresas privadas comercializando equipamentos. Em 1996, foi criado o Centro de Referência de Energia Solar e Eólica Sérgio Brito, vinculado à Eletrobrás, que tem por missão fundamental promover o desenvolvimento dessas fontes energéticas.

No campo das ONGs e movimentos sociais, o acompanhamento e a intervenção na política energética brasileira e o desenvolvimento de projetos com base em energias renováveis entraram na agenda e na ação de poucas organizações. Praticamente não existem entidades dedicadas à área energética. O trabalho existente, importante, sem dúvida, é setorial e pontual, o que não permite uma ação integrada e mais efetiva para intervir com mais capacidade nas políticas governamentais, como seria desejável, pois sua problemática é multi e interdisciplinar.

No setor petróleo, destacam-se os sindicatos de trabalhadores do setor coordenador nacionalmente pela FUP – Federação Única dos Petroleiros a Associação dos Engenheiros da PETROBRAS - AEPET. No setor elétrico, destacam-se o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, que junto com ONGs ambientalistas e outros movimentos sociais (índios, negros, trabalhadores rurais) desenvolvem uma forte ação de resistência à construção de grandes hidroelétricas (vide item 4) e o movimento sindical dos trabalhadores eletricitários.

Na área nuclear, o movimento ambientalista e a comunidade científica, através da SBPC, sempre foram críticos ao Programa Nuclear Brasileiro. Na ECO 92 organizou-se a Rede Antinuclear com participação de várias ONGs, como o Greenpeace, Vitae Civilis, Gambá, Aipa, Sapé, Apedema RJ, hoje estando meio desarticulada. Os trabalhadores do setor organizam-se na Comissão Nacional dos Trabalhadores no Setor Nuclear - Contren.

Cabe registrar, ainda, o trabalho de várias ONGs e dos movimentos sociais nas suas ações temáticas nas áreas de transporte, reforma urbana, florestas, indústria, mineração, água, educação, padrões de consumo, que incorporam, mesmo de forma pontual e desarticulada, a preocupação com a geração, o transporte e o uso da energia, reivindicando também um modelo energético

menos intensivo em energias fósseis, livre de contaminação nuclear, socialmente justo, democrático e ambientalmente defensável.

3. As diferentes fontes de energia no Brasil

A matriz energética brasileira e o meio ambiente

O Brasil possui uma matriz energética diversificada com predominância das energias de origem hidráulica (35%) e petróleo (32%) mas, ainda, com participação importante da biomassa (lenha e carvão vegetal (15%, os produtos de cana (10%) e do carvão mineral (5%). Secundariamente, utiliza gás natural (2%) e outras fontes, inclusive a nuclear (1%). No horizonte próximo (2010) de ve aumentar a participação do gás natural (5% a 10%) e diminuir proporcionalmente a participação da hidroeletricidade (35% para 30%).

3.1. Energia elétrica

A produção de energia elétrica no Brasil é fundamentalmente de origem hidráulica. A construção de usinas e o processo de produção e distribuição de energia causam significativos impactos ambientais, principalmente nas áreas de reservatório e transmissão, afetando as populações atingidas pelas barragens, a flora a fauna, a qualidade e o uso das águas.

A partir da década de 80, aumenta a pressão dos movimentos sociais organizados (destaca-se o surgimento do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens), e ao mesmo tempo que aumenta a consciência dos próprios trabalhadores do setor elétrico em torno das questões ambientais, fazendo com que as empresas estatais comecem a considerar a variável ambiental do planejamento da expansão do Sistema. Muito embora a hidroeletricidade não contribua para o aumento das emissões de CO₂, o Brasil carrega o passivo socioambiental extremamente expressivo, se considerarmos que as usinas hidrelétricas construídas até hoje resultaram em mais de 29 000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios e na expulsão - ou deslocamento compulsório de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos implantados (Berman, 1996).

No caso das termoelétricas, os impactos socioambientais estão relacionados com os tipos de combustíveis utilizados (carvão mineral, óleo combustível, óleo diesel, gás natural, bagaço de cana), quando sua queima produz efeitos diferen-

ciados, característicos desses energéticos, os quais são citados nos itens específicos deste trabalho.

Apesar das mudanças ocorridas no processo de planejamento, as práticas do setor elétrico ainda ficam a desejar, colocando a necessidade de uma postura efetivamente democrática por parte do Governo Federal, abrindo espaço para a participação de todos os atores sociais envolvidos nos processos de tomada de decisão.

3.2. Petróleo

As atividades desenvolvidas pela indústria de petróleo no Brasil no seu amplo fluxo, desde a produção, transporte marítimo e por dutos, até o refino e a distribuição de derivados, causam impacto ao meio ambiente, com desdobramentos além do espaço regional. Esses impactos têm acontecido principalmente:

- nas áreas urbanas das grandes cidades, particularmente em São Paulo, devido à grande concentração industrial e de veículos auto-motivos, requerendo, portanto, medidas concretas de controle e minimização da poluição atmosférica;
- nas áreas de produção e refino, onde o exemplo mais grave conhecido é o de Cubatão (SP);
- no transporte de óleo, gás natural e derivados por dutovias, rodovias, ferrovias e hidrovias, destaquem-se os derramamentos provocados por acidentes ferroviários e marítimos (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia) com efeitos na fauna, flora, nos recursos hídricos e nas populações atingidas, com repercussões econômicas e sociais importantes (turismo, pesca, agricultura e lazer).

As transformações necessárias no sentido de minimização desses impactos passam pela mudança que deve ocorrer, em particular, na própria indústria de petróleo, bem como a reestruturação do modelo de desenvolvimento brasileiro, que deve incorporar a variável ambiental como uma questão estratégica.

3.3. Carvão Mineral

O carvão mineral, que representa 5,0% da matriz energética, é consumido fundamentalmente em usinas termoelétricas, na forma de carvão-vapor, e no setor siderúrgico, sendo produzido nas minas localizadas em Santa Catarina.

As atividades de extração, beneficiamento e estocagem causam alterações significativas no meio físico, provocando graves problemas ambientais nas regiões carboníferas, na flora, na fauna, na qualidade das águas superficiais e subterrâneas e na saúde dos trabalhadores e populações circunvizinhas.

A poluição ambiental também é grave na queima do carvão com as emissões de CO₂, material particulado, monóxido de carbono, hidrocarboneto, óxidos de enxofre e de nitrogênio devido à qualidade do carvão mineral brasileiro, pelo elevado teor de cinzas e enxofre, razão pela qual sua utilização é bastante limitada.

3.4. Biomassa

Como fonte renovável de energia, a biomassa representa um grande potencial energético para seu aproveitamento. Mesmo assim, qualquer política visando a sua ampla aplicação, deve considerar as implicações socioambientais para não se tornar mais uma fonte energética predatória.

O Brasil ainda se ressentido de uma política integrada que incentive a produção e consumo de maneira descentralizada de fontes energéticas baseadas na biomassa. Apenas o álcool, através do Próalcohol, tem uma política específica.

Na matriz energética brasileira, apenas a lenha, o carvão vegetal e o álcool têm significado. Os demais energéticos oriundos da biomassa, tais como os resíduos orgânicos e óleos vegetais, são potencialmente utilizáveis.

a) Lenha e carvão vegetal

A lenha contribui com cerca de 15% da oferta nacional de energia e ainda representa uma importante fonte energética para cocção de alimentos da maioria da população rural brasileira, ainda que em processo de substituição pelo GLP. O consumo industrial na forma de carvão vegetal é representativo, especialmente no setor siderúrgico.

A mata nativa ainda continua sendo a base de extração da lenha e do carvão vegetal, sem a renovabilidade necessária. Esforços têm sido empreendidos no reflorestamento e no uso de madeira plantada para fins energéticos, visando a uma produção renovável, mas as florestas homogêneas em grandes extensões têm se tornado, também, um grave problema socioambiental.

A produção de carvão vegetal nas carvoarias também tem representado uma grande preocupação ambiental e social, aliada à baixa eficiência dos fornos rudimentares: a poluição que atinge os trabalhadores e o trabalho escravo ou semi-escravo ainda mantidos no setor.

A continuidade e o incremento do uso da lenha e do carvão vegetal precisa passar por transformações estruturais, desde aspectos econômicos e sociais, como tecnológicos e ambientais, possibilitando o estabelecimento de normas e critérios eficazes e usos controlados.

b) Álcool

O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975, foi o programa governamental de produção de energia a partir de biomassa mais importante do Brasil e um dos mais importantes do mundo.

Inicialmente criado para diminuir a dependência do País em relação ao petróleo importado, que abalou a balança comercial brasileira a partir dos choques do petróleo de 73 e 79, o Proálcool acabou sendo a saída do setor sucroalcooleiro, mergulhado em uma grave crise. Os empresários do setor, que sempre influíram nas discussões junto às autoridades governamentais, conseguiram um amplo aporte de recursos para ampliar o parque industrial para a produção do etanol e a manutenção dos custos de produção subsidiados.

Depois de ter alcançado um progresso expressivo, quando na metade da década de 80 quase a totalidade dos carros produzidos no País eram movidos a álcool, hoje o Proálcool encontra-se bastante vulnerável por falta de uma política governamental adequada, diminuindo a confiabilidade do programa.

A utilização do álcool como combustível pode se dar de duas formas, ambas trazendo resultados globalmente benéficos ao meio ambiente. Na sua forma de álcool anidro, o etanol é adicionado à gasolina permitindo a eliminação do chumbo-tetraetila da mistura carburante. Na forma hidratada, o álcool transforma-se em um combustível propriamente dito, permitindo, por conta dos canaviais que reabsorvem o CO₂ emitido pelos veículos, menores níveis de emissão deste gás o que contribui para a não acentuação do problema do efeito estufa.

Não obstante estas virtudes, o padrão socioambiental da produção de álcool de cana-de-açúcar no Brasil deixou muito a desejar. Por um lado, a disseminação das monoculturas, das queimadas dos canaviais precedendo a colheita e o perfil intensivo em máquinas pesadas e produtos químicos trouxeram inúmeros problemas para o meio ambiente e para a biodiversidade das regiões onde a cana é produzida. Por outro lado, a baixa qualidade do emprego gerado, a intensiva utilização de mão-de-obra infantil, o desemprego sazonal em massa e as dívidas não pagas do setor junto ao Estado transformaram o setor sucroalcooleiro no Brasil em sinônimo de exploração e baixa qualidade de vida. A difusão do uso do álcool como combustível em todo o mundo deve passar por uma séria reflexão sobre a experiência brasileira. Ao contrário do que vigorou no Brasil, é preciso que o uso do álcool carburante, globalmente favorável

ao meio ambiente, esteja vinculado com o seu padrão de produção, garantindo-se a permanente redução de custos via incorporação de tecnologia, a progressiva recuperação do meio ambiente nas regiões onde o álcool é produzido e o aumento da qualidade vida das populações que vivem no entorno do complexo sucroalcooleiro. Do mesmo modo, seria importante o estímulo à produção de etanol e metanol a partir de outros produtos vegetais como a mandioca, o babaçu etc., de modo a estimular a diversificação agrícola e o pequeno produtor rural que poderia produzir seu próprio combustível a partir de microdestilarias processadoras destes produtos vegetais alternativos à cana.

Seria igualmente importante que o uso do álcool carburante não se restringisse aos veículos de passeio. A junção dos objetivos ambientais com os sociais implicaria o apoio à busca da viabilização técnica e econômica do álcool como combustível para os veículos pesados como ônibus e caminhões.

Uma das perspectivas importantes para o álcool brasileiro está na constante procura de governos e empresas estrangeiras, para a exportação tanto do combustível como da tecnologia. Para isso, a exigência que se faz é a melhoria do parque industrial, a modernização dos equipamentos e a minimização dos problemas sociais e ambientais, o que pode trazer benefícios gerais para o setor e para o consumidor brasileiro.

3.5. Nuclear

O domínio da tecnologia nuclear a nível mundial tem sido tratado tanto como uma questão estratégica do ponto de vista militar, quanto econômica para a geração de energia elétrica.

Com a derrubada do Muro de Berlim e de outras áreas de tensão no mundo, a corrida armamentista diminuiu acentuadamente e acordos têm sido assinados entre as grandes potências para a desativação dos arsenais nucleares. As Usinas Nucleares, hoje em torno de 400 reatores em funcionamento no mundo, continuam sendo alvo de preocupação, devido à insegurança das instalações e aos problemas de gerenciamento dos resíduos gerados. A mineração do urânio também representa um risco para o meio ambiente e para as populações circunvizinhas ao empreendimento.

O Brasil vem perseguindo o desenvolvimento da tecnologia nuclear desde a década de 50. Em 1975, a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, gerou várias críticas de segmentos organizados da sociedade pela total falta de transparência. No programa oficial, o País iria se capacitar

para desenvolver o ciclo do combustível e implantaria oito usinas nucleares, mas um programa paralelo começou a ser idealizado sendo seus verdadeiros interesses nunca assumidos pelas autoridades, mas com fortes indícios militares. Estes programas comprometeram uma gama enorme de recursos sem que a sociedade tivesse um resultado positivo. Hoje, o Governo Fernando Henrique Cardoso está trabalhando no sentido de viabilizar um plano nuclear para o País, que vai desde a exploração do urânio da mina de Caetité, na Bahia, e a busca em dominar a tecnologia de enriquecimento do urânio e fabricação do combustível nuclear, até o aumento do parque gerador com o término das obras de Angra II e Angra III. Mas este programa continua sem ser discutido com a sociedade, mantendo a mesma tradição do setor de total falta de transparência nas suas intenções e ações. O caminho da energia nuclear, de acordo com suas origens e sua política, é insustentável. Os acidentes nucleares da história, como Three Miles Island, Chernobil e Goiânia são tristes memórias que até hoje não dão a segurança necessária no desenvolvimento desta forma de energia. No Brasil, as populações de Angra dos Reis, Itu, Poços de Caldas, Sorocaba e Caetité, diretamente afetadas, estão sempre preocupadas em função da exposição permanente à radioatividade, na maioria das vezes sem consciência do risco. As denúncias recentes (dezembro/96) veiculadas na mídia sobre o funcionamento do projeto ARAMAR é mais uma evidência deste perigo a que estão submetidas as populações e os trabalhadores diretamente envolvidos no desenvolvimento de projetos nucleares.

3.6. Solar e Eólica

a) O potencial de energia solar e eólica no Brasil é significativos.

As tecnologias e os equipamentos disponíveis no mercado, a preços mais atrativos e competitivos, despertam o interesse de utilização destas fontes de energia de maneira complementar e descentralizada. Mesmo com a necessidade de ultrapassar alguns entraves tecnológicos e econômicos, a utilização dessas energias é bastante promissora. A existência de programas concretos em algumas concessionárias de energia, como a COELBA, da Bahia, e a disponibilidade de equipamentos tanto de fabricação nacional ou importados são indicadores importantes. O uso da energia solar de forma descentralizada tem se tornado um grande aliado no desenvolvimento rural, para o aquecimento de água, geração de eletricidade, força matriz, na secagem de grãos e refrigeração. A energia eólica

também vem representando uma fonte importante no meio rural, especialmente no bombeamento de água. A definição de uma política que contemple linhas de crédito, incentivo à pesquisa e a projetos demonstrativos, e a viabilização de uma ampla campanha de comunicação de massa, visando ao conhecimento de suas potencialidades e aplicabilidades, são instrumentos necessários para estimular o esforço que já está existindo para fomentar o uso de energia solar e eólica a nível regional. Entretanto, o País não possui uma política consistente para o desenvolvimento dessas energias, o que dificulta a sua ampla aplicação e o incentivo à pesquisa.

b) Projetos Pilotos e Demonstrativos de Energias Solar e Eólica

Como já foi citado anteriormente, existem diversas dificuldades para se implantar sistemas energéticos com base nas energias solar e eólica. Vale destacar o esforço que vem sendo desenvolvido por instituições governamentais, não-governamentais e pelo setor privado no sentido de viabilizar o uso dessas energias.

Citamos abaixo alguns projetos hoje em operação no Brasil.- projeto energia eólica da CHESF, em Fernando de Noronha, com potência instalada de 375KW.

- projeto de energia eólica da COELCE, no Ceará, com capacidade instalada de 1600 KW, proporcionando a geração de 3,8 milhões de KWh/ano, suficiente para suprir uma cidade de quinze mil habitantes, com custo de geração entre US\$40-60 por MWh, extremamente favorável quando comparado com tecnologias tradicionais

- projeto de energia solar fotovoltaica na região sisaleira da Bahia executado pela Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB em parceria com a CEPEL e COELBA, gerando energia para a produção de alimentos e geração de empregos na região

- projeto de energia eólica da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe, no Ceará, com a participação do Instituto Terramar e da UFC, entre outros. O projeto gera energia para a fábrica de gelo da cooperativa dos pescadores do local, aumentando a produção artesanal de peixes da Região

- convênio firmado entre o Grupo Setorial das Indústrias de Aquecimento Solar e a Prefeitura de São Paulo para a implantação de aquecedores solares em conjuntos habitacionais. Esta iniciativa propõe a substituição de chuveiros elétricos, hoje responsáveis por cerca de 24% da eletricidade

consumida durante o horário de pico (17-20 horas), por chuveiros solares.

4. Prioridades para uma nova política energética

A atual crise do padrão de geração e consumo de energia e a sua insustentabilidade a médio e a longo prazos levam à necessidade de repensar a lógica do modelo energético mundial (construído e consolidado com a concepção de um planeta infinito), na perspectiva de sua superação.

A cidadania energética ainda está por ser conquistada para a maioria da população mundial. Impõe-se a necessidade de combater o desperdício dos recursos energéticos e a degradação ambiental, incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico para o uso cada vez maior de fontes renováveis e a conservação de energia, como também criar novos instrumentos de controle da sociedade para melhor utilização das diversas formas de energia.

Portanto, continuam atuais os compromissos proclamados pelas ONGs na ECO 92 (Tratado Sobre Energia). Como princípios de um novo modelo energético, democrático, social e ambientalmente defensável podem-se destacar:

- princípio ético - a energia deve ser produzida, distribuída e usada com o máximo de eficiência e o mínimo de impacto sobre as populações e o seu meio ambiente. Deve-se contabilizar integralmente os custos ambientais e sociais ao calcular-se o custo final das opções energéticas;

- princípio de equidade - o acesso à energia é um direito de todos os cidadãos do mundo. Equidade na distribuição dos benefícios decorrentes do uso da energia, garantindo a sustentabilidade do planeta;

- princípio sobre a tomada de decisões - as opções energéticas devem ser decididas de maneira democrática e participativa, considerando as peculiaridades étnicas, culturais, sociais, econômicas, geográficas, científicas e tecnológicas de cada sociedade. As populações diretamente impactadas no processo de produção, distribuição, transporte, consumo, armazenamento de rejeitos e poluição de energéticos devem desempenhar um papel de destaque na definição da política energética a ser implementada, a qual deve ser discutida de maneira pública, envolvendo todos os atores sociais interessados.

4.1. Convenção sobre Mudanças Climáticas

A transformação dos pressupostos estabelecidos na Convenção em reais políticas públicas, com planos e cronogramas definidos pelos países, especialmente os mais desenvolvidos do Hemisfério Norte, através de mecanismos de ação conjunta, coloca-se como uma das principais prioridades a nível mundial no caminho de minimizar o efeito estufa e alterar a base energética calcada nos combustíveis fósseis.

O Brasil pode ter um papel importante nas negociações internacionais, atuando enfaticamente pela obrigatoriedade de redução das emissões. É imperioso o fortalecimento de uma articulação mundial das ONGs visando à sua participação na próxima conferência de negociação da Convenção, prevista para dezembro de 1997, em Kyoto, no Japão.

4.2. Uma Política Energética Integrada Nacionalmente e Descentralizada a Nível Regional

Uma nova política energética deve sustentar um modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil que seja democrático, social e ambientalmente sustentável, onde o Estado desprivatizado, efetivamente público, deverá ter um papel econômico e social de destaque. Um novo modelo energético deve atender as demandas do desenvolvimento econômico, mas também deve estar voltado para atender as demandas sociais básicas, secularmente desrespeitadas e ainda não conquistadas pela maioria da sociedade brasileira, particularmente as demandas reprimidas de energia.

Institucionalmente, a área energética deve reestruturar-se buscando a integração dos diversos setores (elétrico, petróleo e gás natural, álcool e bagaço de cana, carvão mineral, lenha e carvão vegetal, solar e eólico), buscando criar mecanismos que proporcionem uma efetiva publicização e participação social mais ampla na discussão, formulação e implementação da política energética brasileira.

Além da articulação intersetorial, uma nova política energética para o Brasil deve incentivar a regionalização (com o aproveitamento dos recursos energéticos locais) e a integração energética entre os países da América Latina, enfatizando a utilização de energias renováveis.

Uma nova política energética para o Brasil deve reavaliar a atual política tarifária e de preços, particularmente os subsídios (devendo ser mantidos, prioritariamente, os de cunho social, discutir a conta álcool e petróleo, por exemplo), buscando o equilíbrio financeiro das empresas energéticas.

Deve-se perseguir a conservação, a eficiência

e o desenvolvimento de tecnologia energética, em especial para fontes renováveis - micro e minidrelétricas e destilarias, coletores solares térmicos e fotovoltaicos, biodigestores, geradores eólicos e cataventos - de maneira integrada à política energética nacional, buscando minimizar os impactos de cada fonte de energia no meio ambiente.

A incorporação dos custos ambientais nesta nova política energética passa ainda pela realização de auditorias em todos os investimentos e instalações em situação reconhecidamente crítica ou potencialmente grave, a exemplo dos locais de extração e processamento de petróleo e carvão mineral e de todo o ciclo nuclear, como também pelo relicenciamento de todos os empreendimentos energéticos, tais como minas de carvão mineral e xisto, instalações petrolíferas, usinas hidrelétricas e termoeletricas, destilarias de álcool, para a adoção de critérios mais rigorosos quanto à poluição ambiental e à saúde dos trabalhadores e da população em geral. A democratização das relações entre o Estado e a sociedade é o pressuposto básico desse novo modelo de desenvolvimento e dessa nova política energética.

5. Por uma cesta básica energética

Considera-se a reforma agrária, a atenuação da urbanização e a reestruturação industrial como os principais pressupostos para a consolidação de uma estratégia energética em bases sustentáveis e democráticas.

5.1. Reforma agrária e agricultura familiar

Uma efetiva Reforma Agrária e a valorização da agricultura familiar tem como efeitos a dinamização da agricultura e do meio rural e a melhoria de vida no campo. Em consequência, há maior demanda de energia. Mas em compensação, ao desenvolver o comércio local e regional, pode-se esperar uma desconcentração dos fluxos de transportes e uma diminuição dos tempos de transporte e de armazenamento, o que pode ser traduzido por uma economia geral de combustível.

Além disso, assentamentos e agricultura familiar caminham rumo a uma agricultura menos intensiva em insumos e energia, com métodos de diversificação cultural e de reciclagem de resíduos, e integrando-se com a pesca e a criação animal, o que reduziria os parâmetros de consumo de minerais e de combustíveis fósseis.

5.2. Atenuação da urbanização

Uma "cesta básica energética" para todas as

famílias, a ampliação dos serviços de água, esgoto, uma melhor iluminação pública que proporcione conforto e segurança, transporte mais digno devem representar uma melhoria das condições de vida das populações urbanas, mas também vão significar um aumento dos requerimentos em combustível e eletricidade. Esse aumento deve ser compensado por uma reestruturação industrial, programas de conservação de energia e outras soluções propostas em outros lugares. Os investimentos e soluções para viabilizar o transporte particular, em detrimento do coletivo, devem ceder lugar para soluções que busquem ampliar metrô e trens de subúrbio onde já existem; e implantá-los juntamente com esquemas de corredores de ônibus e trens urbanos,

Devem ser adotados e disseminados programas e práticas a que garantam proporções crescentes de reciclo ou de reutilização de resíduos sólidos urbanos (p.ex., papel, vidro, plásticos e metais), com ganhos energéticos e ambientais expressivos.

5.3. Reestruturação industrial

Uma reestruturação industrial deveria conter metas de redução de parâmetros de utilização de matérias-primas, de insumos e particularmente de combustíveis e de eletricidade. Deveriam ser reutilizados em maior proporção resíduos e subprodutos do próprio processo e ser reciclados em maior proporção uma maior proporção sucatas e materiais após o consumo. São tendências constatadas em vários setores industriais nos países mais avançados; isto inclusive, por razões de competição comercial e de imagem ambiental das empresas e dos produtos.

É fato que boa parte da atual estrutura industrial foi montada sobre o eixo do transporte. Na perspectiva de uma economia generalizada de energia, ao longo das cadeias produtivas e de consumo, a matriz de transportes tem que ser redirecionada. No setor de transporte rodoviário e de carga, a prioridade incontestável é a recuperação de revestimentos e das condições de segurança das rodovias, além da duplicação de algumas delas e do asfaltamento de outras, para o que não deve faltar asfalto, uma vez que processamos nas refinarias óleos crus cada vez mais viscosos. Mas, ao mesmo tempo, deve-se retomar estratégias até aqui negligenciadas como, p.ex., recuperar e abrir novas ligações (linhas, frotas, estações/ portos/pátios) ferroviárias, fluviais e marítimas de cabotagem; estender o suprimento de derivados de petróleo através de dutos. Os programas anunciados na forma

de "eixos de integração e desenvolvimento" pelo atual governo visam, prioritariamente, a redução de custos e tempos de exportação, e não a melhoria energética de todos os transportes.

A restrição progressiva e o abandono de tecnologias de risco comprovado e de alto conteúdo energético deveriam ser decididos pelo menos, nos casos conhecidos, como p.ex.: vários projetos de hidrelétricas; os reatores nucleares de potência; o uso dos compostos organoclorados e dos processos de branqueamento e de cloração; os combustíveis com altos teores de enxofre; os processos envolvendo metais pesados e seus sais e compostos reativos, como as cubas eletrolíticas de cloro-soda com mercúrio catódico. A restrição deve se estender ao uso de eletricidade para eletrotermia (geração de vapor com resistências elétricas), eletrólise industrial e eletrofusão de metais, e também ao uso permanente e exclusivo de chuveiros e aquecedores elétricos. Coerentemente, portanto, algumas plantas industriais energético-intensivas deverão interromper os investimentos no aumento da sua capacidade de produção para, posteriormente, reduzir a produção ou reorientá-la para o mercado interno.

Acidentes recentes como o derramamento de óleo na Baía da Guanabara e o afundamento de uma balsa da Texaco carregado de óleo no Pará colocam uma exigência a ser atendida com urgência: a realização de auditoria de todos os empreendimentos reconhecidamente críticos ou potencialmente muito graves, seguindo-se um programa de relicenciamento de todas as centrais elétricas, as minas de carvão, as instalações petrolíferas, as destilarias de álcool, com critérios mais rigorosos e melhor elaborados com respeito a poluição, a degradação dos solos e águas, sobre as situações e épocas mais críticas para a integridade da saúde das populações humanas e dos ambientes terrestres, fluviais e marítimos.

Há que se considerar a prioridade para a manutenção técnica destes equipamentos e instalações. No caso das hidrelétricas é crucial a segurança das comportas, casas de máquinas, dos próprios paredões e obras civis, nas situações em que as águas dos rios e lagos é intensamente utilizada pela indústria e para a produção de energia elétrica. As populações ribeirinhas do reservatório e a jusante devem ser imediata e permanentemente esclarecidas; afinal são os primeiros prejudicados pelo modo de operação dos reservatórios.

5.4. Por uma "cesta básica" energética

Fala-se muito, especialmente cada ano na época em que se discute o aumento do salário mínimo, da cesta básica necessária para uma família sobreviver. Estamos começando a colocar a proposta de uma "cesta básica energética". Pois não se quer só sobreviver mas viver com dignidade e qualidade de vida. O que entraria numa "cesta básica energética"? Duas formas de energia: eletricidade e combustíveis.

Funcionando à eletricidade, colocam-se: geladeira, chuveiro elétrico, 2 lâmpadas de 100 W e 3 de 60 W, uma televisão, o ferro elétrico, uma máquina de lavar a roupa e um aparelho de som (rádio). Cabe assinalar que, para a inclusão da máquina de lavar roupa enquanto equipamento eletrodoméstico básico, considera-se a questão de gênero na medida em que a sua existência no domicílio torna o trabalho doméstico executado pela mulher menos penoso.

Os combustíveis a serem considerados na definição de uma cesta básica energética são o GLP (gás de cozinha) para cozimento de alimentos, e o combustível utilizado para transporte coletivo (trabalho, escola, compras e lazer).

Para o uso da eletricidade, vê-se que uma família teria um consumo mínimo mensal de 220 kWh. Os cálculos feitos mostram que 55,8% das famílias brasileiras (ou cerca de 22,6 milhões de domicílios) não teriam condição de pagar a conta de luz mensal. Os cálculos mostram também que o acesso de todas as famílias a essa "cesta básica energética" significaria um aumento importante das necessidades de energia no país.

Reivindica-se assim o acesso de todas as famílias a uma "cesta básica energética" e, para isso, que sejam efetivamente implantadas no país políticas redistributivas de renda. Além disso, reivindica-se a uma reformulação completa do modelo energético brasileiro e, especificamente no que se refere à "cesta energética", uma política séria de conservação de energia, ampliando o acesso a equipamentos eletrodomésticos mais eficientes através do estabelecimento de sinais econômicos que permitam a toda a população adquirir estes equipamentos, o que não ocorre hoje uma vez que tais equipamentos são bem mais caros.

Tais demandas são significativas para assegurar uma maior equidade na satisfação das necessidades energéticas do conjunto da população brasileira. Seu atendimento deve ser priorizado na perspectiva do estabelecimento de estratégias energéticas sustentáveis e democráticas.

Essas propostas foram elaboradas no quadro do Projeto Brasil Sustentável e Democrático São

conclusões do estudo "Sustentabilidade Energética no Brasil: limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável e democrática", de Célio Bermann e Osvaldo Martins (PIPGE/IEE/USP) com a contribuição de Osvaldo Seval. Foram discutidas em oficina de trabalho com a participação do MAB.

6. Recomendações

- Deve-se continuar a trabalhar no sentido da implementação das ações propostas no Tratado das ONGs na Área de Energia, aprovado no Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais no Âmbito do Fórum Global - ECO 92. (1).

- Promoção de amplo debate na sociedade brasileira visando à implementação de uma nova política energética para o País, definindo o papel dos diversos atores sociais envolvidos (Estado, iniciativa privada e sociedade civil).

- Maior articulação das ONGs e movimentos sociais para uma melhor intervenção nas políticas governamentais, no sentido de torná-las efetivamente públicas.

- Criação de capacitação nas ONGs e nos movimentos sociais visando a implementar, nos seus programas e ações, projetos demonstrativos de energias renováveis.

- Moratória no Programa Nuclear Brasileiro para a produção de energia elétrica, desde a mineração de urânio até as usinas nucleares.

- Estabelecimento de novos padrões de consumo menos intensivos em energia, enfatizando a reciclagem e a reutilização de produtos

- Busca de novos materiais e processos tecnológicos menos intensivos garantindo uma utilização integrada dos sistemas rodoviários, ferroviários e hidroviários, em bases tecnológicas e energéticas sustentáveis, incentivando o uso de fontes renováveis e o transporte coletivo.

- Descentralização do sistema de geração e distribuição de energia elétrica, priorizando as centrais hidrelétricas de pequeno e médio porte que não impliquem o deslocamento compulsório das populações ribeirinhas, minimizando, também, os impactos ambientais.

- Avaliação das autoridades de investimentos do setor de petróleo e promoção de um controle de qualidade nos combustíveis produzidos.

- Avaliação das unidades industriais energético-intensivas no País, discutindo suas perspectivas de manutenção e ampliação.

- Definição de uma política de importação e ampliação da produção de gás natural no Brasil, visando a uma participação mais significativa na matriz energética, em especial no transporte coletivo.

- Incentivo à produção e ao consumo de maneira descentralizada de fontes energéticas baseadas na biomassa, sob o controle das populações rurais e em benefício delas.

- Incentivo às formas de utilização da energia solar e eólica, aproveitando o potencial regional dessas fontes de energia.

São Paulo, fevereiro de 2000

Sadi Baron - Coordenação Nacional do MAB

Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens - MAB

Nascido no Rio Grande do Sul e Pernambuco na década de 70, através da luta de trabalhadores contra a construção das Usinas Hidrelétricas de Itá, Machadinho (RS) e Itaparica (PE), a história dos atingidos por barragens tornou-se uma ampla articulação nacional, com atuação em todas as regiões do País, envolvendo agricultores, povos indígenas, populações ribeirinhas, remanescentes de quilombos e populações urbanas atingidas.

Em 1991 surgiu então o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, tornando-se um dos mais ativos movimentos sociais da história recente do país, através da luta pela terra, pela natureza preservada e por uma política energética justa que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção, de barragens, seu destino e o meio ambiente.

Com essa organização, o MAB conseguiu, ainda que de forma não totalmente desejável, influir na política do setor elétrico, fazendo com que os responsáveis pelo setor reprogramassem planos, refizessem projetos e cronogramas de obras, reavaliassem reassentamentos e indenizações.

Bibliografia

- 1 - BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Balanço energético Nacional. Brasília: DNDEISEN/MME, 1996. 150p. il.
- 2 - BRITO, Sérgio de Salvo. Centro de Referência para Energia Solar e Eólica: Guia de Fontes de Informações: entidades. [s.l.] : CRESESB, [19-]. 57p. CHERNOBYL 1986-1996. [s.l.] : Greenpeace, 1996. p.42.il.
- 3 - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988. 430p.
- 4 - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. A Agenda 21. Brasília : Câmara dos Deputados, 1995. 472p.
- 5 - CRESESB. Energia solar ajuda produtores na Bahia. Inform. Rio de Janeiro : CRESESB/CEPEL, ano II, n.1, jun. 1996. 12p.il.
- 6 - O DESAFIO do desenvolvimento sustentável. Brasília : CIMA, 1991. 204p. tah. FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS. Tratado das ONGs. Aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global ECO 92. Rio de Janeiro, 1992. 264 p.
- 7 - FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma Visão das ONCs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Rio de Janeiro, 1992.190p, FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS PARA ECO 92. Modelo energético: energia, ambiente, desenvolvimento. Crupo temático. (s.l.),1992. 1.09p. (Documento preliminar).
- 8 - GLOBAL WARMING: THE GREEPEACE REPORT'. New York : Oxford, editado por Jeremy Leggett, 1990. 554p.
- 9 - LIMA F. Paulo Alves de, GUENA, Sinclon Mallet-Guy, OLIVEIRA, G. Gurgel. Empresas estatais na processo de globalização dos capitais incompletos: algumas questões a partir da venda a light. Rio de Janeiro, anais do VII CBE, 799G. MALHEIROS, Tania. Brasil a Bomba Oculta: O Programa Nuclear Brasileiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 1993. 164p.
- 10 - OLIVEIRA, G. Gurgel. A gestão do meio ambiente. Salvador: s.p. NP(IA-UFBA Escola de Administração, 199G. 10p.
- 11 - OLIVEIRA, G. Gurgel, CUNHA, Renato et al. Energia e Meio Ambiente: do diagnóstico à necessidade de implementação de políticas públicas - o caso do Geraldo da Bahia. Rio de Janeiro, anais do V CBE, 1990.
- 12 - Potencialidades Energéticas do Estado da Bahia - Análise Crítica da Metodologia PI.MFB. Rio de Janeiro, anais do V CBE, 799G
- 13 - Energia e Meio Ambiente - Uma abordagem Sistêmica. Campinas, SP, anais do I C. Brasileiro de Planejamento energético, 1989
- 14 - SCHEER, Herman. O manifesto solar. Energia renovável e a renovação da sociedade. Tradução por Aloísio Leoni Schimid. Rio de Janeiro: CRESEB, 1995. 262p. e Tradução de Sonnen Strategie Politik ohne Alternative.
- 15 - SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, Novos Rumos da Agroindústria. Salvador: SEBRAE Instituto Evaldo Lodi, 1996. TUNDIS, Helena da Silva Freire. Usos de Energia. São Paulo: Atual, 1991. 73p. (Série Meio Ambiente).
- 16 - WORKSHOP SOBRE ENERGIA EÓLICA, II, 1987. Porto Alegre. Programa de Engenharia Mecânica. Porto Alegre : Debi. P. Sadher, 1987.

4

TRANSGÊNICOS

Os riscos, o debate, a cautela necessária

*Frei Sérgio Antônio Görden, ofm^l
Porto Alegre, dezembro - 1999*

O sr. locutor Miguel Paretz Filho – Frei Sérgio, há temas que são bastante discutidos em nossa comunidade os quais são bastante polêmicos e sobre os quais já ouvimos, em nossa emissora, diversas opiniões, e sabemos que a sua opinião é muito importante, porque o senhor fala em nome da Secretaria da Agricultura e em nome de uma pasta que trabalha com o desenvolvimento rural – e a questão dos transgênicos envolve isso. Muitas pessoas dizem que os transgênicos trazem desenvolvimento, outras, dizem que é um problema, enfim, é um tema bastante polêmico. Gostaria que o senhor nos dissesse qual é o seu sentimento e como o senhor está vendo toda essa questão dos transgênicos.

O Princípio da cautela

Frei Sérgio Görden – Eu entendo, Miguel e ouvintes, que a questão dos transgênicos é muito nova e merece ser olhada com muita atenção e com muito carinho, a fim de que não se cometam erros pelos quais se pague muito caro mais tarde. A primeira palavra que deveríamos proferir em relação aos transgênicos é cautela, isto é, cuidado, porque calma e caldo de galinha nunca fizeram mal à ninguém. A gente tem que ir com muito cuidado, e vou dizer por que. Não se trata de uma questão de radicalismo ou de ser contra por ser contra que o Governo do Estado e seus técnicos dizem que temos que ter cuidado com os transgênicos. Não se trata de algo que tiramos da cartola ou porque queremos fazer onda ou coisas assim. Há, realmente, razões muito sérias para que assim procedamos.

Não há consenso entre os cientistas

Eu não sou contrário às pesquisas científicas, que entendo, devem continuar. Muito menos con-

trário ao avanço da ciência que trouxe muito bem para a humanidade, embora também tenha trazido muito mal, já que foi o avanço da ciência que criou a bomba de neutrons, a bomba atômica e várias coisas que foram prejudiciais à humanidade.

Portanto, nem tudo que a ciência traz é bom, nem o uso que se faz daquilo que a ciência pesquisa. Todavia, em relação aos transgênicos não há consenso na comunidade científica internacional, pelo contrário, é cada vez maior o número de cientistas que dizem que é preciso andar devagar com o andor, porque esse santo é de barro. Então, a primeira coisa é cuidado. Não podemos nos meter na questão dos transgênicos como porco em lavagem. É preciso ir com calma.

Riscos à saúde humana

Vou dizer, Miguel, quais são as principais preocupações. A primeira preocupação relativamente aos transgênicos é com relação à saúde. Todos os alimentos transgênicos que querem enfiar goela abaixo no mercado brasileiro possuem um imenso grau de envenenamento – envenenamento dos alimentos e envenenamento da natureza, da terra.

A repercussão que isso terá na saúde humana ninguém conhece. O que se sabe é que experiências feitas no Reino Unido, com ratos, demonstram que a imunidade dos ratos que consumiram alimentos transformados geneticamente foi significativamente abalada, inclusive com diminuição do tamanho do cérebro desses ratos. O pesquisador que iniciou a pesquisa foi punido e, posteriormente, foi condecorado, porque sua pesquisa era verdadeira. Ninguém consegue, atualmente, prever o efeito disso na saúde humana. Por isso é preciso ter muito cuidado. A soja geneticamente modificada da MONSANTO que estão tentando in-

introduzir goela abaixo no mercado brasileiro, nada mais é do que introduzir o veneno não mais na folha da soja, mas introduzir parte de "veneno" na seiva da soja, ou seja, no próprio núcleo ativo da soja ou gene da soja, de modo a que ela tenha veneno dentro e esse veneno a transforma resistente ao veneno que vai ser colocado depois. Quando recebemos uma vacina, recebemos uma dose muito pequena de determinado organismo, ou micróbio ou vírus, para se tornar resistente a ele. Então, na verdade, é muito mais veneno em cima de um produto como a soja. Esse é um problema. A saúde humana não está garantida nem segura em relação a isso.

Riscos ao meio ambiente

O segundo elemento é referente à questão do meio ambiente. Não se tem segurança do que a transgenia, quer dizer, a modificação genética, pode trazer ao meio ambiente. Pode criar problemas à chamada biodiversidade, isto é, pode arrasar com um enorme número de plantas que existem hoje na face da terra, fazendo com que o Planeta Terra fique mais pobre na sua vida, como também pode criar aquilo que chamamos de superinços, quer dizer, plantas que se tornam resistentes a venenos cada vez mais fortes, até chegar ao ponto de nenhum mais matar. Os colonos sabem muito bem da questão das formigas. Fomos colocando veneno nas formigas, e continuamos a colocá-lo, até que chegamos a um ponto em que não conseguíamos mais matar nenhuma formiga. Então, precisamos adotar outros meios para fazer o controle das formigas. Isso pode acontecer com a natureza, criando superinços e superinsetos. Então a questão do meio ambiente, ou a questão da ecologia, é um problema grave.

O controle das multinacionais dos agroquímicos

Há mais um que, no meu entendimento, é o mais sério neste momento. Trata-se do controle econômico de algumas grandes empresas (poucas riquíssimas multinacionais) sobre o mercado agrícola: Vão controlar desde o plantio até a industrialização dos alimentos. E esse controle é prejudicial aos agricultores: aos pequenos, aos médios e aos grandes. Ninguém embarque nessa canoa furada. Perdemos o controle da nossa produção – e já perdemos muito – para os bancos, para os governos, etc. O nosso governo quer que o agricultor volte a ter cada vez mais autonomia sobre sua

produção, mas, se perdermos para as grandes empresas multinacionais, aí, sim, vamos virar não mais agricultores autônomos, mas todos vamos virar agricultores integrados a grandes complexos agroindustriais.

Problemas com o mercado consumidor

E também, no mesmo aspecto econômico, corremos um outro risco muito sério. A população européia. Miguel, já decidiu que não irá consumir transgênicos. Eu estive na Itália, na semana retrasada, e conversei com o povo daquele país – e eu já tinha informações da Alemanha onde há um movimento forte contra o consumo de alimentos transgênicos – e as pessoas disseram: Olha, a população européia está decidindo, e mais da metade já decidiu, que não vai consumir transgênicos. E isso vai tornar-se uma coisa global. Portanto, todo mundo está decidindo que não vai consumir produtos transgênicos. Para quem exportamos? Exportamos para lá. Se acontecer de embarcar um navio cheio de soja do Brasil para a Europa, e eles identificarem que o produto é transgênico e o mandarem de volta, será que algum agrônomo sabido de Tupanciretã vai pagar o prejuízo? Se quebrar alguma cooperativa por motivo de um fiasco desses, será que vai haver algum "amigo da terra" sabido de Cruz Alta, de Tupanciretã ou Júlio de Castilhos quem vai pagar esse prejuízo? Haverá prejuízo para o País, prejuízo para o Estado, prejuízo para os agricultores, enfim, prejuízo para todo mundo.

Muita dúvida, pouca segurança

Então, cuidado! Cuidado é a melhor palavra. Vamos esperar, temos tempo. Não precisamos andar com tanta pressa em uma coisa que expõe tantas dúvidas. Se for seguro, se não for prejudicial ao meio ambiente, se estiver sob o controle dos agricultores, se não for prejudicial à saúde, por que seremos contra? Quem tem essa segurança hoje? Se alguém tem e afirmar, e depois aparecerem os prejuízos, terá que assumir perante a população, perante as pessoas a quem recomendou: "pode plantar que eu garanto!" "Pode plantar que é legal!" "Plante que somos bons, pois temos a tecnologia em nossas mãos!"

E as conseqüências? Assume depois? Depois que o Estado mostrou que não está brincando em serviço? Nós não estamos brincando mesmo. E não

é porque queremos criar problemas, mas porque queremos evitar problemas.

Tecnologia avançada é a agricultura ecológica

Em termos de tecnologia, a tecnologia avançada não é o transgênico. O transgênico é a ponta de uma tecnologia superada, que é a tecnologia da Revolução Verde, que não resolveu o problema da fome no mundo – como diziam que iria resolver – não resolveu o problema social – só o ampliou – envenenou a terra, os alimentos e o meio ambiente.

A tecnologia de ponta na agricultura é a agricultura ecológica, saudável, a que produz alimentos saudáveis. É a agricultura orgânica, que usa menos produtos químicos, não usa agrotóxico e recupera o equilíbrio da natureza. Essa agricultura é mais exigente, porque não basta subir num trator, regular uma plantadeira e, depois lançar venenos com um pulverizador; com avião ou tração mecânica jogar toneladas de agrotóxicos em cima das plantas e da terra. É uma agricultura que vai exigir mais sabedoria, ciência e preparo, mas o que ela vai produzir é um agricultor com a saúde menos abalada.

As vezes o que se pensa ganhar num saco de soja se paga num hospital depois. Muitas doenças que hoje proliferam na zona urbana são devido ao alimento envenenado que consumimos. A tecnologia de ponta é uma agricultura sem veneno, sem agrotóxico, saudável, que produz alimentos saudáveis.

Reação dos consumidores

O sr. locutor – Já tivemos várias pessoas aqui se pronunciando e, a maior parte delas, até porque estamos numa região produtora e de produtores que defendem a questão dos transgênicos, argumentam favoravelmente aos transgênicos.

Lembro de alguns argumentos apresentados, principalmente de que já se consome hoje produtos geneticamente modificados, fora a soja. Citam a questão do milho, do tomate, do arroz, do trigo da Argentina, que vem para nós com a farinha, e que há produtos geneticamente modificados entrando no Brasil. Há uma questão mais voltada para a nossa soja, e argumentam que os outros produtos transgênicos são aceitos e a soja não. Como o senhor vê esse tipo de argumentação?

Frei Sérgio Górgen – A reação ao consumo de alimentos transgênicos está presente em todos os

alimentos. A agricultura americana e a argentina são as duas onde a transgenia mais avançou. No entanto, nos Estados Unidos, está havendo reações fortíssimas. No encontro de que participei em Roma, havia pessoas dos Estados Unidos, inclusive de Chicago, dizendo que lá já começaram a haver reações à transgenia, até dos agricultores.

Poucos dias após, li no jornal Zero Hora o resultado de um seminário que reuniu milhares de pessoas, em Chicago, protestando contra os transgênicos. É evidente que já existem no mercado mundial alguns alimentos geneticamente modificados. É justamente o resultado desses que está provocando uma enorme reação. O milho ainda é muito pouco, mas nos Estados Unidos já há milho geneticamente modificado no mercado.

Gostaria de que todos que estão me ouvindo soubessem que algumas formas de transgenia são perigosas, como o milho, que para mim é das mais perigosas, porque o milho tem uma polinização muito fácil, os passarinhos e as abelhas podem levar a quilômetros, fazendo com que o cruzamento do milho modificado com o não-geneticamente modificado possa infestar completamente a natureza.

Transgênicos e a manipulação de vírus perigosos

Algumas experiências que estão fazendo sobre a modificação genética do milho está sendo a partir de vírus do HIV e vírus da Hepatite B. Para tornar o milho resistente a algumas pragas, estão utilizando aquilo que não se sabe qual a consequência que pode trazer à natureza. Brincar com o vírus do HIV, que produz a AIDS, ou o vírus da Hepatite B, uma das doenças mais terríveis que temos, não é brincadeira, é muito sério.

Um erro não justifica o outro. Um mal não justifica o outro. Estamos decididos a explicar e a conscientizar a população de que todos os transgênicos que até o momento estão sendo colocados na agricultura não oferecem segurança para a saúde humana, para o meio ambiente e para a economia popular. Por enquanto nenhum.

Transgênico pode ser bom

Só para mostrar que não temos uma posição radical, fechada, burra, como alguns querem dizer, inclusive, que o nosso Secretário da Agricultura e Abastecimento é uma pessoa atrasada, há pesquisa de transgenia na saúde que foram testadas, retestadas, que deram bom resultado, que não

oferecem risco e que eliminam doenças que são graves. Por que ser contra? Quem seria contra?

O que está acontecendo na agricultura, por enquanto, além de ser do controle único de algumas grandes empresas multinacionais, não oferece segurança para nós, por enquanto. Por exemplo, se fosse desenvolvida uma transgenia para melhorar o potencial alimentar de alguma planta, com segurança para a saúde humana, para o meio ambiente, quem seria contra?

O que estamos vendo não é isso. Estamos vendo hoje mistura de veneno com alimento para tornar a planta mais resistente a um determinado veneno, que é controlado – tanto a tecnologia da semente como a do veneno – por pouquíssimas empresas multinacionais.

Transgênicos em prateleiras separadas

O sr. locutor – Frei, e a questão de que os produtos geneticamente modificados não devam também entrar no Rio Grande do Sul, o governo tem esse controle?

Frei Sérgio Gørgen – Queremos que haja rotulagem na importação, explicação de que produtos são, pois assim, e aos poucos, será barrada a entrada. Queremos que eles apodreçam nos mercados e ninguém compre até termos segurança.

A consulta à população

O sr. locutor – Outra questão que já vimos os produtores colocarem é que não foram devidamente consultados, que seria uma das partes integrantes que deveria ser consultada para a posição do Governo do Estado. Dizem que o governo consultou alguns técnicos, alguns consumidores e os produtores da nossa região reclamam que não foram ouvidos sobre como vêem a questão dos alimentos geneticamente modificados.

Frei Sérgio Gørgen – Essas consultas estão sendo feitas. O governo realizou seminários em todas as regiões. Em todas as regiões do Estado os agricultores foram ouvidos e manifestaram suas posições a favor ou contra. Houve um seminário estadual, onde a esmagadora maioria das entidades ligadas aos agronegócios estiveram presentes. Essa posição do Governo do Estado foi fundamentada, baseada e consolidada nesse conjunto de seminários onde a população foi ouvida. Inclusive ocorreram audiências públicas na Assembleia

Legislativa. É um processo em andamento. O Governo Federal, açodadamente, sem consultar ninguém, aprovou a liberação do plantio da soja geneticamente modificada e o Poder Judiciário – isso está *subjudice* – através de um juiz federal, manteve a proibição até que se apresentem os estudos de impacto ambiental e os relatórios de impacto ambiental. Enquanto isso não for apresentado ao Poder Judiciário a soja não está liberada.

Estranho é o plantio ilegal

É uma questão que está em discussão, em estudo. Eles também saíram por aí mandando plantar soja que eles garantiam, sem consultar ninguém. Sempre foram os arautos da legalidade, e orientaram os agricultores a proceder contra a lei. Essa responsabilidade ou irresponsabilidade hoje tem um custo para essas pessoas. Estamos ainda em fase de discussão. Vamos aprofundar a pesquisa, o estudo, o conhecimento e não vamos sair por aí mandando plantar que é bom.

Os custos de produção e a política econômica federal

O sr. locutor – Outro aspecto que o senhor citou é a questão do custo. Há um argumento dos produtores de que uma lavoura com a soja geneticamente modificada, com a alteração da MONSANTO, teria um custo muito menor para o agricultor, possibilitando que ele tivesse uma melhor renda. Eles argumentam, em alguns pontos, que torna inviável economicamente produzir a soja normal, a soja orgânica hoje.

Frei Sérgio Gørgen – Primeiramente, é uma ilusão achar que a soja geneticamente modificada é mais barata. Em segundo lugar, o problema da inviabilidade da agricultura não está na tecnologia da soja, mas na política econômica do governo federal. Claro que a tecnologia tem muito a ver, não tenham dúvida, mas não é o problema da soja convencional.

Pelo contrário, a soja geneticamente modificada é que poderá ter problemas enormes, porque os mercados que compram a nossa soja não querem esse tipo de soja. Poderemos ter um problema enorme no futuro, muito pior do que o atual. Hoje precisamos de uma mudança na política agrícola para ter produção com juros mais baratos, uma mecanização mais adequada à nossa realidade, acesso fácil ao crédito, com subsídio – a agricultura

precisa ser subsidiada – a melhoria do poder aquisitivo da população urbana para que possa comprar os alimentos.

Estamos há praticamente cinco anos com a agricultura sustentando o Plano Real, inclusive com o real super valorizado em relação ao dólar, achatando o preço dos produtos de exportação, como a soja, principalmente. Eu diria que o furo é mais embaixo.

Na questão da soja geneticamente modificada, as últimas pesquisas estão indicando que essa soja submetida a climas tropicais, a climas com calor elevado, pode ter uma produção de 40% menos do que a soja convencional. Essa matéria foi publicada no *Jornal do Brasil*.

Propaganda maravilhosa

Isso me parece como os primeiros que foram do interior para a cidade: voltavam contando maravilhas. Quando as pessoas iam morar na cidade, as maravilhas não eram tantas quanto se anunciava. Aqui se apresentam maravilhas da soja geneticamente modificada, maravilhas que não acontecem. É como quem está querendo vender alguma coisa. Só mostra maravilha no que quer vender. É claro que a MONSANTO e os contrabandistas de semente de soja apresentam maravilhas, como o custo, para dizer que é bom.

Na Argentina já há uma queda de 9% na produtividade da soja geneticamente modificada em relação a outra. Se vai ganhar de um lado – para mim quem mais ganhará será a MONSANTO – vai perder na produtividade. Se der um verão muito quente, a queda poderá ser maior. Se na Argentina, que é mais frio, tem uma quebra de 9%, imaginem no nosso Estado, que é bem mais quente! A quebra poderá ser bem maior. *Quem viver verá que não estamos falando abobrinhas*. Estamos falando de coisas sérias, fundamentadas, baseados em experiência científica.

Isca pra fisgar cliente

A questão do barateamento parece muito com as situações em que os primeiros negócios são muito favoráveis para quem está entrando. E se todos entrassem nessa canoa furada? Estou convicto de que o povo gaúcho e o povo brasileiro não vão entrar nessa canoa furada e que esse processo não vai se consolidar. Mas se entrasse? Depois que as grandes empresas tiverem o controle da tecnologia da semente e do veneno, quanto vai

custar? Quem vai botar o preço quando duas ou três empresas tiverem o controle da semente e do veneno e toda a tecnologia for controlada por eles? O agricultor de Tupanciretá? Mera ilusão!

Temos que enxergar um pouco mais do que o primeiro palmo que está na frente dos nossos olhos. Temos que olhar mais para a frente. Depois que estiver sob o controle de poucas multinacionais, elas vão fazer o preço.

Problemas no mercado Europeu

Vejam o problema que já está criado, por exemplo, para as nossas empresas que produzem frango e vendem na Europa. Os europeus já estão dizendo que querem garantia de que o frango que sai do Rio Grande do Sul, cuja ração, em parte, é feita de soja, não tenha transgênico na sua carne.

Começa a ser um problema sério para as empresas que produzem frango, que é um dos produtos de mais alto valor de exportação para o nosso Estado. Podemos estar criando problemas em toda a cadeia produtiva da agroindústria gaúcha com essa atitude.

As pessoas querem melhorar, querem mudar, é fascinante essa nova tecnologia, mas é importante escutar os dois lados, que não se ouça o sino bater só de um lado. É preciso olhar o conjunto das questões que envolvem esse assunto para depois podermos, se for o caso, entrar com segurança. Se não for o caso, avançar tecnologicamente por outros caminhos.

Diferenciação de mercado

O sr. locutor – Outra argumentação que vemos constantemente é de que não existem dois preços no mercado mundial, mas somente o preço da soja determinado por Chicago. Um valor único tanto para soja transgênica quanto para a convencional. Esse é um argumento que os produtores colocam, também, relativamente ao fato de que o mercado não está respondendo adequadamente pagando mais ou menos por um produto ou por outro.

Frei Sérgio Górgen – De fato isso ainda não acontece. Mas é questão de pouquíssimo tempo. Não acontece ainda porque há um espaço grande para a soja convencional. O que poderá acontecer – e será trágico para nós – é simplesmente comprarem soja convencional e não comprarem soja transgênica. Isso poderá acontecer em breve. Comprarem frango produzido com ração de soja con-

vencional e não comprarem frango produzido com ração de soja transgênica.

É uma questão de tempo, porque o mercado ainda acredita que poderá haver reversão no processo da soja transgênica. Os Estados Unidos tem um controle quase absoluto. Você tem que ter presente um país que tem a sua agricultura com todas as propriedades georeferenciadas, com a classificação de solo de todas as propriedades do país, que possui um controle agroclimático, de precipitação pluviométrica, etc. praticamente de cada área. Eles conseguem produzir soja transgênica e soja não transgênica no mesmo território sem uma contaminar a outra, podendo dominar os dois mercados – o da soja transgênica e o da soja não transgênica. Isso ainda está criando um problema no mercado. Para os Estados Unidos é importantíssimo que o Brasil entre no transgênico, porque não temos a mesma capacidade de controle que ele possuem para segmentar e separar uma da outra, rotular e garantir. Se entrarmos na soja transgênica, vai ser a desgraça da soja brasileira. Não só da soja, mas de outros produtos também.

A soja orgânica já tem seu preço diferenciado. O Japão compra soja orgânica pagando um preço bem maior que a soja convencional. Logo a soja convencional vai passar a ter um preço diferenciado da soja transgênica. É uma questão de tempo.

Para mim o que vai acontecer não é que soja convencional terá preço maior: acho que a soja transgênica é que vai perder preço. As últimas pesquisas divulgadas na Europa dizem que a soja transgênica é pobre em hormônios. E como a população europeia é envelhecida, eles precisam consumir alimentos ricos em hormônios. É mais um elemento que está reforçando no mercado as posições da soja convencional, e muito mais, da soja orgânica.

A pesquisa nacional

O sr. locutor - Frei, o senhor comentou a questão do controle sobre o produto, sobre a semente geneticamente modificada ficar nas mãos de poucas pessoas e de multinacionais. Vários produtores defendem a idéia de que a EMBRAPA tem tecnologia suficiente para, em breve, produzir um produto nacional, uma semente geneticamente modificada. Como o senhor encara esta questão?

Frei Sérgio Górgen – O papel da EMBRAPA é pesquisar para a agricultura. Os que estão defendendo isso deveriam somar-se a nós no pleito para que o Governo Federal invista muito mais dinheiro

na pesquisa. O Governo deveria dar muito mais força para a EMBRAPA. A EMBRAPA que deveria ser fortalecida, está sendo sucateada. Podemos dizer isso porque assumimos o governo e recebemos uma FEPAGRO completamente sucateada, sem recursos para pesquisa, sem novos cientistas contratados, com uma estrutura completamente destruída. O mesmo ocorre com a EMBRAPA. EMBRAPA não está mais pesquisando em prol da nossa agricultura. Hoje, ela está também a serviço dos grande complexos agroindustriais. Nunca tivemos uma EMBRAPA forte. Mas hoje, de forma mais aberrante temos uma EMBRAPA enfraquecida, desmantelada, sem nenhuma capacidade de enfrentar este enorme complexo. Quando ela produz pesquisa, muitas vezes conveniada com empresas multinacionais. A tecnologia produzida, portanto, não fica sob o controle do órgão.

Gostaríamos de uma EMBRAPA independente, autônoma, produzindo tecnologia para a nossa agricultura e para o nosso agricultor. Sim, cabe a EMBRAPA pesquisar. Mas ela hoje está simplesmente assinando embaixo daquilo que as multinacionais estão dizendo. Isto é uma vergonha para a nossa EMBRAPA que não está conseguindo ter uma posição autônoma em relação a esta questão dos transgênicos. Não estou falando dos pesquisadores da EMBRAPA que, ao contrário, são pessoas abnegadas e que tem segurado esta empresa de pé, com enormes sacrifícios. Eles tem feito pesquisas da mais alta importância para este país, apesar da direção do Ministério da Agricultura e da própria direção da EMBRAPA. Esta direção foi nomeada por critérios políticos e não técnicos ou científicos.

Apesar disso, colocamos, este ano, só para que vocês tenham uma idéia (em um dos programas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento que, casualmente, é coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária) 250 mil toneladas de milho variedade para plantio dos agricultores. O milho variedade, que não é um milho híbrido, permite que o agricultor produza a sua própria semente. Em condições normais, o tempo correndo belissimamente bem, ele produz um pouco menos do que alguns tipos de milho híbrido. Tendo-se alguma dificuldade com o tempo, e que sempre ocorre, ele será igual ou melhor do que o híbrido, mas com a vantagem de o agricultor ter autonomia, podendo fazer suas próprias sementes. Por meio de algumas orientações técnicas, ele consegue que esta semente produza no ano seguinte sem perda de produtividade, tendo autonomia. A maior parte deste milho, em torno de 180 toneladas, foi produzida pela EMBRAPA. Nós conve-

niamos com a EMBRAPA, compramos todas as sementes e as distribuímos pelo sistema troca-troca para mais de 40 mil famílias de agricultores para que eles comecem a reproduzir suas próprias sementes.

Outra parte veio da FUNDACEP, que fica em Cruz Alta, que também reproduziu semente de milho variedade, conseguiu fazer variedades melhoradas através de cruzamento entre variedades sem tornar o milho híbrido, mantendo a sua característica de milho-variedade. Temos que tirar o chapéu para estes pesquisadores.

Não vamos nos iludir que a EMBRAPA, da forma como está, terá muito mais capacidade. A EMBRAPA está sendo hoje uma vassala, ela está curvada aos interesses das multinacionais – especialmente nesta questão dos transgênicos. Então, sou parceiro para defender uma EMBRAPA que ajude a criar uma tecnologia alternativa, autônoma, garantida para nós. Se a EMBRAPA criar uma transgenia que melhore o potencial nutritivo sem dano ao meio ambiente, melhorando a saúde humana, seremos os primeiros a defender esta bandeira. Somos contrários ao que estão querendo colocar-nos goela abaixo.

Menos pressa, mais informação

O sr. locutor – Bem, quanto a questão dos transgênicos, era isso que eu tinha a lhe questionar. Não sei se o senhor teria alguma coisa para complementar.

Frei Sérgio Górgen – Creio que seria isso. O mais importante é que toda a população seja mais informada sobre o assunto. Leia e conheça mais sobre a questão. *Não comprem gato por lebre. Se tomarem um tufo, e se ele for grande, não cobrem de nós. Porque nós avisamos. Cobrem de quem os iludiu, de quem, de maneira desavisada, com pouca informação ou conhecimento do assunto, entrou em uma canoa furada e no meio do rio não conseguiu tirar a água de dentro do barco.*

Nossa posição não é de dinossauro. O nosso Secretário da Agricultura e Abastecimento, Dr. Hoffmann, entrará para a história do Estado do Rio Grande do Sul pela sua coragem de enfrentar as grandes multinacionais em um tema tão controvertido, sendo caluniado injustamente por defender uma posição sobre a qual temos convicção de que precisamos ter, no mínimo, cuidado e cautela. Temos que manter uma posição muito firme para não sermos enrolados e embrulhados e depois comprados a preço vil.

Brincando de Deus

Frei Sérgio Górgen – Percebi que a população de Tupanciretá é muito religiosa. Isso nos salta aos olhos. Esta cidade tem o seu nome originado na bonita história de um Índio Guarani que teve uma visão da Mãe de Deus.

Gostaria que, na questão dos transgênicos, fosse analisada a questão ética. Faça a seguinte pergunta: até que ponto o ser humano tem o direito de mexer tão profundamente no ciclo de vida da natureza? Nos Estados Unidos foi publicado um livro que tem o seguinte título: Brincando de Deus. Muitas vezes, os cientistas, quando mexem no núcleo central do gene – que é aquilo que difere os seres humanos dos animais e dos vegetais – esquecem a questão ética. Isso tudo deve ser resolvido eticamente. Isto jamais podem ser feito em função do lucro ou do mal.

Violentação da consciência religiosa de multidões

Outra questão religiosa muito séria diz respeito aos judeus, que não comem carne de porco, o que deve ser respeitado. Entretanto, o trigo modificado geneticamente, pode receber o gene do porco. Como fica a situação religiosa dos judeus, se eles comerem este tipo de alimento? Outro caso os católicos, dois dias ao ano não consomem, qualquer tipo de carne. E se tivermos o trigo geneticamente modificado, que estará na farinha, que entra na composição da hóstia, como é que ficaremos? Vamos ter que consumir estes alimentos. De repente estão fazendo violação. Poderíamos usar outros exemplos como a dos muçulmanos etc. Até que ponto a ciência e as grandes empresas, tem o direito de violar a consciência religiosa de uma multidão de pessoas? Se pudermos ter opção, certo, mas talvez não tenhamos esta opção.

Respeitar a sabedoria da natureza

O que eu queria dizer é que não temos o direito de brincar de Deus e de mexer com o ciclo da natureza sem saber as conseqüências que isto trará. Esse é um elemento novo. A natureza foi criada de maneira sábia, a natureza se criou ao longo de bilhões de anos gerando esta maravilha que não temos o direito de quebrar, principalmente sem saber quais as conseqüências que virão depois.

Abrir a caixa preta

Onde tem fumaça, tem fogo – diz antigo dito popular. Através de leitura de literatura de divulgação e de vários contatos com pessoas estudiosas do tema, no Brasil e no exterior, detinha informações de possíveis conseqüências à saúde humana provenientes do consumo de alimentos originados em produtos transgênicos. Inclusive dos riscos relativos à Hepatite B e a AIDS. Há um ano falo disto com naturalidade em debates com agricultores sobre o assunto.

Surpreendido pela reação da mídia e da população diante desta revelação obriguei-me a buscar literatura especializada, até para saber se o que lera e ouvira não passava de ficção. Bom teria sido. Teriam me trucidado em público e me desqualificado como alarmista despreparado, criador de pânico para sustentar uma posição meramente ideológica, mas todos dormiriam tranqüilos ingerindo dia a dia doses cada vez maiores de alimentos transgênicos.

Debrucei-me sobre literatura especializada e sobre relatórios de renomados pesquisadores. Descobri que, se sou voz clamando no deserto, não sou a única. Confirmei que não é ficção. Estudos sérios, pesquisas e testes em laboratórios já indicam pelo menos cinco riscos graves à saúde humana como conseqüência da modificação genética na agricultura, especialmente quando realizada com o uso do vírus ativador do mosaico da couve-flor: recombinação genética com o vírus HIV (AIDS), recombinação genética com o vírus da Hepatite B, desenvolvimento de células cancerígenas, proliferação de alergias e resistência a antibióticos. E isto não é tudo: pior que isto é o mar de incertezas que hoje envolve este campo da biologia molecular. Manipula-se com genes, bactérias e vírus sem a suficiente segurança dos impactos desta manipulação no meio ambiente, na saúde humana, na identidade cultural dos povos e na economia popular.

Compreensível o marketing e a propaganda das maravilhas dos transgênicos por parte das empresas que o vendem. Natural o fascínio que uma nova tecnologia desperta em cada um de nós. Estranho é o que se esconde da população. Estranho é negar a total falta de consenso sobre o assunto na comunidade científica internacional. Estranhíssimo é o interesse em esconder do povo como se faz o transgênico, que vírus são usados, que conseqüências podem ter, que doenças podem provocar. O que mexe tão profundamente com a vida de bilhões de pessoas não pode ser assunto exclusi-

vo de especialistas e controle monopolista – da tecnologia e da versão – de poucas empresas privadas das multinacionais.

É hora – e tardia – de abrir a caixa preta dos transgênicos. Temos o direito à dúvida, temos o direito sagrado à informação, temos o direito ao princípio da precaução, temos o direito a saber o que estamos comendo. Temos o direito de exigir da comunidade científica internacional um mínimo de consenso sobre os riscos da modificação genética. Introduzir vírus, genes e bactérias por métodos de engenharia genética não é a mesma coisa que colocar telefones celulares no mercado. É, acima de tudo, um opção que poderá não ter volta. A poluição genética também não é ficção.

O uso de vírus como vetor para introduzir a mutação genética, isto é, usar vírus como mula para transportar genes para dentro do núcleo vivo do ser que se quer modificar, é algo questionado por muitos cientistas. Enquanto a ciência discute e não conclui decididamente se o vírus morre ou não morre, se é inofensivo ou não, se recombina ou não, nós temos o direito de saber que vírus estão sendo usados, o que pode acontecer com eles e o que eles podem fazer conosco ou com o meio ambiente.

De modo especial, um grupo de cientistas tem alertado para o perigo no uso do vírus ativador do mosaico da couve flor, por sua alta taxa de recombinação (capacidade de transformar-se em outro) especialmente quando em contato com os vírus que são seus parentes (similares), entre estes, o HIV e o da HEPATITE B. Não só o milho BT, com muitas experiências em campo abertas autorizadas no Brasil pela CTNBio, como vários outros cultivos transgênicos são produzidos com o uso deste vírus. Inclusive, pasmem, a soja Roundup Ready contrabandeada para as lavouras do Rio Grande do Sul com apoio público de veneráveis senhores e senhoras.

Após longos estudos e pesquisas sobre estes riscos, os cientistas Mae Van Ho, Ângela Ryan e Joe Cummuins, no artigo “Vírus Ativador do Mosaico da Couve-Flor – Uma Receita para o Desastre?” fazem o seguinte apelo: “Esta publicação examina as implicações com segurança de revelações recentes sobre a recombinação do ativador do vírus do mosaico da couve-flor (CaMV), o qual está presente em praticamente todas as plantações transgênicas liberadas comercialmente ou em fase de testes de campo. Como medida de precaução, fortemente recomendamos que todas as colheitas transgênicas contendo CaMV S35 ou ativadores recombinogênicos similares tenham sua produção

comercial e testes em campo abertamente interrompidos. Todos os produtos derivados de tais colheitas contendo DNA transgênico também devem ter sua venda e seu consumo por humanos e em rações animais imediatamente interrompidos."

Pesquisas do John Innes Centre afirmam: "Fica claro que o HIV e o CaMV trocam componentes e genes em laboratório". (Joe Cumins)

Estas razões são suficientes para preocupar-nos. Quando se fala de Engenharia Genética não se pode esquecer três conceitos: biossegurança, risco e ética. E devem ficar de lado outros interesses maiores ou menores de quem quer que seja. Entre os maiores, os lucros da Monsanto e suas similares. Entre os menores, disputas políticas localizadas.

As pesquisas devem continuar, de modo especial, na área da biossegurança e na generalização de sistemas de produção de alimentos limpos, saudáveis, sem venenos, consolidando a agricultura ecológica, orgânica, sustentável, em larga escala. Pesquisas públicas e sob controle público porque o interesse privado do lucro tem enviesado o processo de pesquisa e liberação dos organismos geneticamente modificados.

O desenvolvimento científico é uma conquista irrenunciável da humanidade. Mas onde há dúvidas, onde se estabeleceu o dissenso, aperte-se o botão da cautela e a tecla do cuidado. Na dúvida, não se ultrapassa, nem no trânsito nem na engenharia genética. Não há razão para pressa diante de tantos riscos.

Na fumaça que conhecia havia mais fogo do que poderia suspeitar. Agora já não posso calar, mesmo que aquilo que eu fale possa ser usado contra mim.

É que o ato de calar pode ser usado contra nós.

A ponta do atraso

Os transgênicos na agricultura, ao contrário do se propala, não se constituem numa tecnologia de ponta. Por enquanto, são apenas a ponta de uma tecnologia.

A transgenia na agricultura, até o momento, representa a radicalização da revolução verde. Não propõe mudança no modelo de agricultura nem no instrumental tecnológico básico da produção. É dose maior, com pequenas modificações na fórmula, da mesma receita. Aprofunda um modelo de agricultura que concentra renda, concentra o controle tecnológico, concentra o poder, maximiza o uso da química ao mesmo tempo em que maximiza os riscos ao meio ambiente e à saúde de agricultores e consumidores. Concentra em poucas

mãos e maximiza ainda mais os lucros de grandes transnacionais do complexo agroquímico.

Portanto, pouco de novo debaixo do sol da agropecuária. Só mais do mesmo.

O futuro da agricultura é a agricultura saudável e a agricultura do futuro é a agricultura ecológica. O avanço científico e tecnológico na agricultura passa obrigatoriamente pela produção de alimentos saudáveis, limpos, livres de venenos que intoxicam e esgotam a terra e contaminam as águas, as plantas, os produtos, a comida e o corpo de todos nós.

Intoxicação e contaminação é atraso. Agrotóxicos às toneladas na produção de alimentos precisa tornar-se passado o quanto antes. Não há modernidade possível com alimentos, solo e água embebidos em venenos. Enquanto a transgenia vier envolvida neste invólucro, será cada dia mais encarada pela nova consciência de qualidade de vida da humanidade como a ponta de uma tecnologia atrasada. A sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar é que são os verdadeiros parâmetros novos para construir um novo modelo científico, tecnológico e produtivo na produção de alimentos.

Moratória necessária

Crescem no mundo todo razões que nos obrigam a discutir a implementação de uma moratória internacional, no mínimo de 05 anos, no plantio e consumo de produtos geneticamente modificados.

Passado o fascínio inicial e passado o primeiro impacto da propaganda massiva das empresas interessadas em vender seus produtos é necessário entrar no momento fértil da reflexão serena sobre os transgênicos e seus impactos. Na comunidade científica internacional cresce o dissenso à respeito dos riscos dos transgênicos em relação à saúde humana, ao meio ambiente, às economias agrícolas nacionais e à identidade cultural dos povos. A primeira constatação é que as pesquisas avançaram na biologia molecular e na engenharia genética, isto é, no processo de produção dos produtos transgênicos, sob controle privado das transnacionais dos agroquímicos. A segunda constatação é que há pouquíssima pesquisa em relação à biossegurança, isto é, sobre os impactos da manipulação genética nos vários sistemas vitais. E a pouca pesquisa feita sobre este aspecto tem aumentado dia a dia o nível das preocupações.

Pesquisas recentes sobre as implicações ambientais e à saúde humana do uso da transgenia na agricultura e na alimentação humana não só

elevam a temperatura do debate científico, como chamam a cidadania, a mídia e os governos à responsabilidade.

Recentes pesquisas envolvendo riscos de recombinação genética entre vírus usados na modificação genética do milho, da soja e outros vegetais cultivados e outros vírus, inclusive o HIV e a Hepatite B, levaram cientistas internacionalmente respeitados como Mae Van Ho, Angela Ryan e Joe Cummins a fazer o apelo para que " todos os produtos derivados de tais colheitas contendo DNA trans-gênico devem ter sua venda e seu consumo por humanos e em rações animais imediatamente interrompidos". (Microbial Ecology in Health and Disease 1999: 11(4)).

O nível de incertezas é tão grande que não nos resta outra alternativa racional do que estabelecer uma moratória que permita uma avaliação mais precisa dos riscos decorrentes do atual estágio da ciência em relação aos organismos geneticamente modificados. Até porque, este pode ser um caminho sem volta. Impõe-se o princípio da precaução.

Não se trata de um simples "Transgênicos, não". Mas um sensato "riscos não". Um sim à saúde, à biosegurança e à continuidade de pesquisas sobre todos os aspectos que envolvem a questão.

Quando a transgenia oferecer garantias inquestionáveis ao meio ambiente, à saúde, à autonomia econômica dos agricultores e à soberania alimentar das nações, será saudado como um real avanço na história da humanidade. Até lá, o mais sensato é a moratória internacional.

Entrevista concedida à Rádio Tupanciretã - RS, ao radialista Miguel Puretz Filho no dia 29-11-99, causadora de grande polêmica devido a divulgação de pesquisas recentes ligando vírus usados em produtos transgênicos a riscos à saúde humana, inclusive, relacionados a AIDS e a Hepatite B.

¹ Frade franciscano, assessor da CPT e MST. Diretor do Departamento Reforma Agrária, da Secretaria da Agricultura do Governo do Estado do RS.

Capítulo III

Um projeto popular para a agricultura brasileira

1

Proposta da Secretaria Agrária Nacional do PT

São Paulo, agosto - 1998

Um projeto popular deverá desenvolver as seguintes linhas gerais de política para a agricultura.

1. Reforma agrária

Democratização da propriedade da terra com a desapropriação de todos os latifúndios improdutivos e a distribuição massiva e rápida a todas as famílias de trabalhadores rurais sem terra. E organizando os assentamentos de maneira a garantir renda e melhoria permanente nas condições de vida.

2. Segurança alimentar

Desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, objetivando garantir o abastecimento de alimentos de boa qualidade a todos os brasileiros.

3. Fortalecimento da agricultura familiar

Implementação de políticas agrícolas especialmente de preços, crédito rural subsidiado e seguro agrícola capaz de garantir o aumento da renda e da produtividade dos milhões de estabelecimentos da agricultura familiar.

4. Cooperativismo e agroindústria

Promover agroindústrias cooperativadas objetivando democratizar o acesso ao mercado e criar condições de melhoria de renda para os agricultores.

5. Condições de vida

Valorização do mundo rural e suas formas de vida, cultura, garantindo a todos habitantes melhoria nas condições de vida, habitações, transporte, lazer e comunicação.

6. Emprego

Estímulo ao aumento do emprego no meio rural, em atividades agrícolas e não-agrícolas. E garantia dos direitos sociais a todos os que quiserem trabalhar como assalariados.

7. Educação

Garantia de acesso à educação básica a todos os que vivem no campo, adequando os currículos e as condições necessárias nas escolas, valorizando os professores e todas atividades educativas. Criando oportunidades para que crianças, jovens e adultos, todos possam estudar.

8. Meio ambiente

Desenvolver políticas de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, compatibilizando com a produção agropecuária, estabelecendo normas de uso racional dos solos e águas.

9. Semi-árido

Implementação de um plano especial de desenvolvimento para o semi-árido nordestino, combatendo a seca e buscando melhorias de condições de vida permanentes, naquela região.

10. Setor público agrícola

Reestruturar os organismos que compõem o setor público agrícola, como Emater, Embrapa, Conab, Incra e outros, colocando-os a serviço dos pequenos agricultores e desse plano de desenvolvimento da agricultura.

11. Novo modelo tecnológico

Implementar pesquisas e estimular a aplicação de tecnologias agrícolas compatíveis com nossas condições de solo, clima e recursos naturais, objetivando o equilíbrio entre o aumento de produtividade e a preservação de nossos recursos.

12. Industrialização do interior

Estimular a implantação de indústrias que utilizem muita mão-de-obra, bem como de agroindústrias nos municípios do interior, objetivando levar o progresso econômico e social a todas regiões e criando oportunidades de emprego, sobretudo para a juventude do meio rural.

2

Democratização econômica e social no campo

*Horácio Martins de Carvalho
Curitiba, fevereiro - 2000*

O modelo econômico neoliberal implantado no país desde a transição democrática burguesa iniciada em 1985 demonstrou, neste 15 anos, que tal concepção de sociedade conduz necessariamente a um processo crescente de concentração da terra e da riqueza, de desnacionalização da economia nacional, de subalternização econômica, política e ideológica aos grupos monopolistas internacionais, de desmantelamento do Estado e de sucessiva e agudizante exclusão econômica, social e política da maioria da população brasileira.

As estratégias e táticas de luta populares para antepor-se a tal concepção de mundo exige, minimamente, que alguns objetivos sejam definidos de forma a estabelecer-se referências para uma ação popular massiva para uma transformação substancial no campo.

1. Democratização da posse da terra

A reforma agrária, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização da terra e o acesso à produção como para que se estabeleçam processos amplos de justiça social e de cidadania no campo.

Os 4,5 milhões de famílias potencialmente beneficiários de uma reforma agrária, assim como os milhões de famílias de posseiros, exigem uma ação imediata de intervenção do Estado. Esta tese é defendida por todos os movimentos e organizações sociais populares e contam com o apoio de setores das classes dominantes no país.

A democratização da posse da terra pressupõe, também, o equacionamento da situação de posse e domínio dos imóveis considerados como minifúndios através do remanejamento territorial (reagrupamento e reassentamento dos excedentes)

daqueles imóveis considerados como abaixo do módulo mínimo para tornarem-se econômica e sustentavelmente produtivos.

A democratização da posse da terra, além de propiciar acesso ao processo produtivo sustentável para milhões de famílias, contribui para que o tecido social de pequenos e médios produtores rurais constitua-se em guardião do território nacional e da sua biodiversidade.

Um limite máximo de propriedade da terra agricultável torna-se indispensável para que a terra cumpra a sua função social e evite-se, dessa maneira, a crescente concentração da terra e da riqueza no campo. O estoque excedente de terras deverá constituir um fundo de terras para o bem comum, gerido pelo Estado, e destinado à reforma agrária.

2. Democratização do uso da terra

O modelo econômico dominante induziu e induz pelas políticas macro-econômicas, em função dos interesses da balança comercial e da obtenção de divisas para o pagamento da dívida externa, a um uso da terra onde a monocultura de produtos destinados à exportação é a prioridade. A monocultura conduz à homogeneidade agroambiental, portando contrária à biodiversidade, e contribui para a degradação do solo e do meio ambiente. Por outro lado, a monocultura de cereais tem contribuído aceleradamente para a degradação de biomas como o Cerrado, a Floresta Amazônica, o Pantanal e, amplo senso, a Mata Atlântica.

Tal modelo agrícola agroexportador é altamente dependente não apenas de insumos importados ou de empresas monopolistas multinacionais, como altamente excludente do uso de força de trabalho direta.

Ao limite máximo da propriedade da terra desenvolver-se-á crescer o limite do uso da terra sob monocultura. Ademais, é fundamental que seja impedida a expansão da fronteira agrícola externa nas áreas hoje de Cerrados, Floresta Amazônica, Pantanal e Mata Atlântica através de uma alta tributação de novas áreas colocadas sob produção.

3. Democratização das políticas públicas

As políticas públicas econômicas no país estão predominantemente dirigidas para a consolidação da grande propriedade agroexportadora e para a monocultura extensiva. Os pequenos e médios proprietários de terra, os denominados pequenos produtores, são considerados como passíveis de extinção e, portanto, para as classes dominantes, como em processo de exclusão econômica e social.

A garantia da diversidade dos processos de produção, seja no que se relaciona com a propriedade da terra como ao seu uso, exige políticas públicas diferenciadas em função do porte econômico das unidades de produção no campo. As pequenas e médias propriedades rurais hoje existentes e aquelas, produto da reforma agrária, são as que efetivamente demandam maior força de trabalho direta e constituem o setor econômico que poderá equacionar a curto e médio prazos a questão nacional relacionada com a geração de ocupações produtivas e de renda.

Para que se efetive a democratização das políticas públicas é necessário e indispensável que o subsídio seja implantado para a pequena e média propriedades rurais. O subsídio deve ser encarado como investimento público de médio e longo prazos, com retornos sociais imediatos e econômicos de médio e longo prazos, não apenas para que se dê a distribuição de renda no campo como para o equacionamento da questão do subemprego e desemprego estruturais crescentes.

Além desses aspectos, relacionados com o processo produtivo, é indispensável o incremento das defensorias públicas de maneira a que os pequenos produtores e os trabalhadores rurais possam ter acesso gratuito à justiça na defesa de seus interesses.

4. A cooperação para o desenvolvimento das forças produtivas

Em função da elevada competitividade econômica contemporânea e a tendência geral de redução

dos custos de produção e a baixa dos preços de venda dos produtos o desenvolvimento das forças produtivas nas pequenas e médias propriedades no campo dar-se-á não pela incorporação massiva dos denominados insumos modernos, todos eles dependentes das empresas multinacionais oligopolistas, mas pela geração interna na unidade de produção da maior parte dos insumos (tecnologias socialmente apropriadas) e, sobretudo, pela cooperação entre as pequenas e médias unidades de produção no campo, seja na compra de insumos ou na venda de seus produtos, seja no uso comunitário de parte dos capitais.

A concepção de mundo neoliberal predica o individualismo e afirma que a liberdade de produção dar-se-á pela competição indiscriminada nos mercados. Esta concepção de mundo é absolutamente contrária à cooperação e à solidariedade, valores básicos dos pequenos produtores e indispensável para a vida socialmente partilhada. Portanto, a cooperação, nas suas mais distintas formas e adotadas nas mais variadas situações, coloca-se não apenas como potencializadora das forças produtivas mas, sobretudo, como um valor pessoal e social que se antepõe à degradação do convívio humano estimulado pelos valores do individualismo e da competição burguesas.

Nesse sentido um esforço político-ideológico necessita ser desencadeados por todos os movimentos e organizações sociais populares. Ademais, em face das políticas públicas, dever-se-á exigir o financiamento subsidiado para o desenvolvimento e consolidação da cooperação populares.

A cooperação, aliada à verticalização da produção e à diversidade produtiva, além de proporcionar as condições objetivas para a divisão do trabalho, estimula a multifuncionalidade das atividades dos pequenos e médios produtores rurais, dos trabalhadores rurais, dos pescadores artesanais e dos extrativistas, integrando as diferentes funções que o meio rural deve desempenhar nas sociedades contemporâneas.

5. A substituição dos insumos

A concepção de mundo neoliberal que afirma a determinação dos mercados mundiais (a globalização) submete-se aos interesses das grandes empresas monopolistas internacionais. A abertura indiscriminada do país aos capitais multinacionais permitiu que os insumos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e motores), todos eles passíveis de produção interna nacional, ficassem na dependência do capital multinacional, contribui

indo para o desmantelamento da base científica e tecnológica nacional. Por outro lado, essas empresas multinacionais ajustaram seus interesses produtivos (exemplo: os organismos geneticamente modificados) à grande empresa agroexportadora, portanto, oferecendo tecnologias ajustadas à monocultura e à criação de pequenos animais em sistemas de contratos de integração.

A substituição das importações de insumos a nível da unidade de produção dos pequenos e médios produtores permitirá não apenas a geração de tecnologias socialmente apropriadas, como o desenvolvimento da base técnica e científica nacionais. Essa substituição de insumos agrícolas ofertados pelas multinacionais, além de contemplar objetivos econômicos nacionais de dependência ao capital estrangeiro permitirá, politicamente-ideologicamente, o desenvolvimento de uma concepção de auto-suficiência relativa entre os pequenos e médios produtores e, sobretudo, de afirmação da sua auto-estima, ambos necessários para a consolidação sustentável da democratização social no campo.

6. Verticalização da produção

Diversas experiências no país já demonstram que o processo de agregação de valor aos produtos pode beneficiar diretamente os produtores através da verticalização da produção, nesta incluída a produção de insumos socialmente apropriados aos pequenos e médios produtores.

Além da dimensão econômica que a agregação de valor proporciona, a verticalização da produção estimula a cooperação e a multifuncionalidade e, portanto, as formas mais diversificadas de compartilhamento social.

A verticalização da produção emula o desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas para o beneficiamento e transformação de produtos, assim como proporciona alternativas para a diversificação da oferta, ao mesmo tempo exigindo novas relações com os mercados. Esses processos ao mesmo tempo que introduzem a cooperação, e nesta a divisão do trabalho, enseja oportunidades de formação técnica e de novas relações sociais entre os produtores.

7. Desenvolvimento integrado de áreas rurais

Além dos objetivos acima dever-se-á retomar, de forma renovada, a experiência nacional e internacional de desenvolvimento integrado de áreas rurais no qual, além das melhorias dos processos de produção se atenderia integradamente outras dimensões da vida social como habitação, estradas, educação, sanidade, transportes, meio ambiente, infraestrutura de beneficiamento de produtos e insumos, manejo dos solos e das águas, experimentação agropecuária e agroindustrial, etc. Nesse processo de desenvolvimento integrado de áreas rurais, desenvolver-se-iam as bases institucionais através do estímulo à participação popular em movimentos e organizações e econômicas e sociais para a gestão econômica e social de seus interesses.

8. Substituição das importações de gêneros alimentícios

A política econômica neoliberal ao permitir e estimular as importações indiscriminadas de gêneros alimentícios, em função das trocas internacionais pelos produtos nacionais agropecuários produzidos pelas grandes empresas agropecuárias brasileiras para atender aos compromissos da dívida externa, prejudicou profundamente a economia dos pequenos e médios produtores rurais, inclusive gerando o processo acentuado de exclusão social desses setores produtivos pelo abandono de suas terras. A relevância que a importação de gêneros alimentícios pode desempenhar, seja em função da seguridade alimentar interna, seja para o estímulo à modernização dos processos produtivos pelo aumento da competitividade, é anulada quando ela torna-se socialmente irresponsável e economicamente desarticuladora da base produtiva nacional no campo. Nesse sentido é necessário e indispensável que seja revertida tal tendência de maneira a fortalecer a produção nacional e a oferta de gêneros alimentícios internos. Isso significaria o desenvolvimento do mercado interno de gêneros alimentícios com produtos nacionais, processo hoje completamente desprezado pelo Governo Federal em nome da globalização dos mercados, da prioridade das políticas públicas para a grande empresa agroexportadora no campo, dos interesses monopolistas das empresas multinacionais de insumos e, determinante de todo esse processo, do pagamento da dívida externa.

Plataforma política por um novo modelo agrícola

- para discussão e debate -

Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais

1. Pela democratização da propriedade da terra. Fixar limite do tamanho máximo de propriedade. Priorizar a desapropriação de todos latifúndios. Contra o funcionamento do Banco da Terra (e destino dos 182 milhões para alfabetização no meio rural.

2. Garantia de renda mínima, a partir da valorização do trabalho do agricultor, a todas famílias que vivem no meio rural: (projeto Suplicy, garantia de preços, e subsídio à produção agrícola, contra a distribuição de cestas básicas).

3. Por uma política de distribuição de renda na sociedade: com aumento do salário mínimo e das aposentadorias. Imposto sobre fortunas e lucro dos bancos.

4. O Estado tem a responsabilidade de aplicar políticas públicas para o meio rural, e em favor dos pobres.

5. Impedir o êxodo rural e estimular a criação de empregos no meio rural para a juventude.

6. Garantia de compra, por parte do governo, de todos produtos alimentícios para o mercado interno. (Excluindo qualquer transgênico)

7. Criação de linha de crédito especial subsidiada, para todos pequenos agricultores (até 4 módulos: +- 50 há) desburocratizado.

8. Defesa da agricultura nacional e do mercado interno: proibição de importação de produtos agrícolas que podem ser produzidos no Brasil.

9. Contra a utilização de transgênicos em lavouras comerciais: Moratória de 5 anos todo plantio comercial, até ter mais segurança, e investigação e destruição das lavouras clandestinas; e identificação de todos produtos transgênicos que já existem, para o consumidor. Revisão da Lei de

Patentes e cultivares, desapropriação das grandes propriedades com transgênicos.

10. Defesa da EMBRAPA como empresa pública de pesquisa. Ampliação dos recursos para pesquisa, e discussão das linhas com os agricultores.

11. Recursos de crédito especial e subsidiado para agroindústria associativa e cooperativada.

12. Recursos para melhoria das habitações no meio rural e da infra-estrutura das comunidades.

13. Definição de uma política com recursos necessários, para um plano de desenvolvimento especial do semi-árido do nordeste: recursos subsidiados para irrigação e eletrificação dos pequenos agricultores.

14. Recursos para a educação básica no campo: eliminação do analfabetismo, e programas especiais de educação.

15. Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira: que consome bilhões de dólares anuais, e proibição de remessa de lucros, e aplicação desses recursos nesse plano de desenvolvimento do meio rural.

16. Defesa de nossos recursos naturais, e da biodiversidade. Garantia de acesso de todos os bens para toda população brasileira e não das empresas privadas (água, rios, pesca, florestas...)

17. Implantação de um programa energético, que valorize o potencial local, contra a privatização das hidrelétricas e aproveitamento da energia solar e (recursos para pesquisas, etc.)

18. Recuperar os direitos trabalhistas, sociais, previdenciários a todos assalariados, com garantia de renda mínima.

19. Ampliação e execução do ITR como forma de tributar os latifúndios, e aplicar esses recursos na Reforma Agrária.

80 - Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais

SENADOR GERALDO CÂNDIDO

PT/RJ

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta virada de século, o avanço científico e tecnológico ocorre com tal velocidade que se torna imperativa a necessidade permanente de ordenar, racionalizar e difundir informações aos profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento humano.

No caso específico dos profissionais da área de saúde, a necessidade de atualização sobre medicamentos e seu uso reveste-se de importância ainda maior, pois a prescrição de uma determinada droga pode, provocar no paciente um reação adversa medicamentosa (RAM), comumente chamada efeito colateral, cujas conseqüências podem ser desastrosas, e até letais.

Com a finalidade de informar esses profissionais, cuja atividade consiste em lidar cotidianamente com vidas humanas, existem, nos mais diferentes países, compêndios e dicionários de especialidades farmacêuticas, que trazem, entre outras, a descrição dos fármacos, sua composição química, forma de atuação no organismo e possíveis reações adversas.

Estatísticas produzidas no **Uppsala Monitoring Center**, na Suécia, o órgão que concentra informações de 52 países sobre Ram para a Organização Mundial da Saúde, mostram que 21% das vítimas de efeitos colaterais de medicamentos precisam ser internadas, sendo os idosos e as crianças os pacientes mais vulneráveis ao problema.

Senhoras e Senhores Senadores, nos últimos meses, o jornal **Folha de S. Paulo** vem publicando várias matérias denunciando falhas e omissões de informação detectadas no DEF – Dicionário de Especialidades Farmacêuticas, considerado uma espécie de “bíblia” dos medicamentos em nosso País. São essas denúncias que me levam a ocupar, neste momento, a tribuna desta Casa.

Esse dicionário, com uma tiragem de 242 mil exemplares, é publicado por uma editora privada, financiado pela Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica – Abifarma, e gratuitamente distribuído a médicos e farmacêuticos de todo o Brasil.

Segundo reportagem publicada pela **Folha**, em 20 de fevereiro, intitulada “Bíblia usada por médicos

do Brasil omite efeitos colaterais dos remédios, “as informações contidas no DEF, são publicadas mediante pagamento do fabricante do medicamento”.

Isso significa que, em nosso País, se o laboratório farmacêutico não pagar, a “bíblia” apresentará apenas uma descrição “resumida” do medicamento.

Senhor Presidente, em um país gigantesco como o Brasil, em que um grande número de profissionais de saúde trabalha longe dos grandes centros, considero extremamente preocupantes as conseqüências do fornecimento “sucinto” de informações sobre medicamentos. Os médicos que fizerem prescrições baseando-se nas informações contidas no DEF desconhecirão os possíveis efeitos colaterais de determinados remédios, assim como o comportamento dos mesmos quanto associados a outras substâncias.

A preocupação torna-se ainda mais pertinente quando se conhece o resultado de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pernambuco: 52% dos médicos entrevistados consultavam o dicionário e consideravam o DEF um “guia terapêutico”.

Estudo obtido pela **Folha**, que compara o dicionário brasileiro com publicações semelhantes dos Estados Unidos, por exemplo, revela que o DEF é muito mais incompleto. A comparação detecta que só um terço dos verbetes do dicionário brasileiro contém informações sobre posologia e reações quando há associação com outros medicamentos.

Considero, porém, mais grave a omissão do DEF quanto aos efeitos colaterais de 25 dos 44 remédios mais vendidos no País. O guia não informa, por exemplo que os remédios feitos a partir da substância diclofenaco potássio, mesmo os mais vendidos, podem causar anafilaxia – reação alérgica aguda que pode levar à morte. Omite também que os anti-hipertensivos os que têm como princípio ativo o captopril podem acarretar taquicardia, insuficiência renal e até impotência.

Senhoras e Senhores Senadores, parece evidente que os médicos brasileiros têm dificuldades de obter informações isentas sobre medicamentos. Sabemos que essas informações são absolutamente imprescindíveis, pois todo produto farmacêutico envolve risco, havendo necessidade de se conhecer se os benefícios de sua utilização superam esse risco.

O fato de o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas, aqui publicado com financiamento da Abifarma, omitir efeitos colaterais graves dos medicamentos merece crítica veemente, pois pode facilitar a venda de determinados produtos, atendendo interesses de seus fabricantes e não dos consumidores brasileiros.

Segundo o médico João Augusto Cabral de Barros, da Universidade Federal de Pernambuco e da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – SOBRAVIME, e também membro do Comitê Consultivo da Ação Latino-Americana para a Saúde Internacional, faltam nos medicamentos vendidos no Brasil informações sobre reações adversas (56,8%), sobre dosagem (38,6%), sobre interações (40,9%), indicações (13,6%), contra-indicações (29,5%), overdose (38,6%), mecanismos de ação (54,5%) e efeitos farmacológicos (40,9%).

Infelizmente no País não há como se calcular com precisão o custo das internações motivadas por efeitos colaterais dos remédios, pois não existe um sistema de informação detalhando o motivo pelo qual os pacientes foram internados e a faixa etária dos hospitalizados. Além disso, as RAM não são catalogadas pelo Ministério da Saúde como causa específica de internação, como ocorre em outros países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o FDA estima que as internações provocadas pelas RAM tem um custo de 3 bilhões de dólares e estudos realizados na Alemanha revelam que essas reações adversas aumentam o tempo de permanência no hospital em 8,7 dias, em média.

Senhoras e Senhores Senadores, felizmente, muitos desses efeitos colaterais são, de certa forma, previstos por médicos e farmacêuticos. Isso não elimina, porém, a necessidade de existir em nosso País uma publicação oficial para servir de guia aos nossos profissionais de saúde. Como médico, tenho consciência, de que é absolutamente necessário e urgente o Ministério da Saúde tomar providências para suprir essa lacuna.

O próprio diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, reconhece

que no Brasil não há guias médicos com a mesma qualidade dos existentes em outros países. Ele admite ser uma “falha” o fato de o Governo não ter até hoje uma publicação dessa natureza, possibilitando assim que o DEF se tenha transformado em “fonte universal de informações dos médicos” brasileiros.

Para o Dr. Vecina Neto, o fato de os laboratórios omitirem informações ao DEF (ainda que não sejam obrigados por lei a declará-las) é “lesivo” à categoria. Segundo ele, “o médico é mal formado em farmacologia nas universidades e acaba sendo formado nesse assunto apenas pelo visitantes dos laboratórios”.

Senhoras e Senhores Senadores, há outras denúncias que aqui não mencionei, pois tornariam muito extenso este pronunciamento. Felizmente, as autoridades estão cientes da gravidade dos fatos e providências já estão sendo tomadas, devendo dar ensejo a uma lei para regulamentar o setor.

Segundo a Vigilância Sanitária, encontra-se em fase de elaboração a publicação de um formulário terapêutico que deverá apresentar a descrição de todos os medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, lista que contém todos os produtos considerados importantes do ponto de vista de saúde pública.

Ao concluir, quero fazer um apelo ao Ministro da Saúde, José Serra, para que apresse a publicação desse formulário terapêutico para que os profissionais de saúde de nosso País possam contar com uma obra com informações isentas e seguras sobre os medicamentos existentes no mercado farmacêutico brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 1999**

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que *altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste*, tendo

Parecer favorável, sob nº 300, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

- 2 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 163, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 1999 (nº 13/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Dois Vizinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 717, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções do Senador Pedro Simon e da Senadora Marina Silva.

- 3 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 165, DE 1999**

Discussão, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 1999 (nº 18/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Bragança Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 719, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma, com abstenção do Senador Pedro Simon e da Senadora Marina Silva.

- 4 -

**PARECER Nº 286, DE 2000
(Escolha de Autoridade)
(Votação secreta)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 286, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Geraldo Althoff, sobre a Mensagem nº 92, de 2000 (nº 270/2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor *Luiz Milton Veloso Costa*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), até 25 de abril de 2003.

- 5 -

**REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 1999-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 304, de 2000, Relator: Senador Carlos Patrocínio) do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 1999-Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera o art. 12 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências*.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 1 minuto.)

**ATA DA 26ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA
EM 14 DE FEVEREIRO DE 2000.**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 15 de fevereiro de 2000)

RETIFICAÇÃO

No sumário da ata, no item 8 – ATAS DE COMISSÕES, incluía-se por omissão: 9ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizada em 2 de fevereiro de 2000.

.....

Na página 02379, na justificação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2000,

Onde se lê:

.....

O Congresso Nacional de Seguros Privados – CNSP – define anualmente, por resolução, o valor do prêmio do seguro e a destinação de 50% (cinquenta por cento) restantes, dos quais apenas uma parcela é utilizada na indenização de sinistros.

.....

Leia-se:

.....

O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP – define anualmente, por resolução, o valor do prêmio do seguro e a destinação de 50% (cinquenta por cento) restantes, dos quais apenas uma parcela é utilizada na indenização de sinistros.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

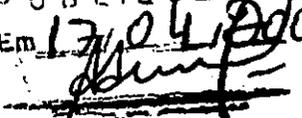
convoca reunião do Conselho a realizar-se no dia 25 de abril do

corrente ano, terça-feira, às 17h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com a mesma pauta da Reunião convocada para o dia 19 do corrente mês, que fica, por conseguinte, cancelada.

Brasília, 17 de abril de 2000



SENADOR RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

PUBLICAR (SE)
Em 17/04/2000

Agência de Silva Kuhl
Diretor-Geral

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 21, DE 2000

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **LYGIA LEITE DE CAMARGO**, matrícula 453, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Roberto Requião, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2000.



Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente

PUBLICAÇÃO
Em 17/04/2000

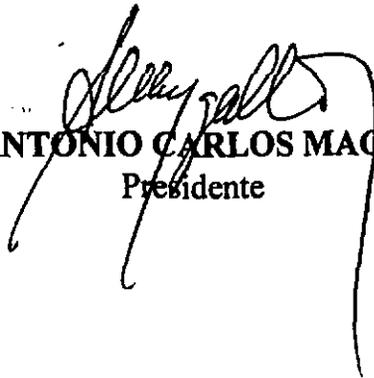
Agostinho da Silva Neto
Diretor-Geral

ATO DO PRESIDENTE
Nº 22, DE 2000

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004816/00-5,

RESOLVE designar o servidor **CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY**, matrícula 5251, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Roberto Requião, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril.

Senado Federal, 17 de abril de 2000.



Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente

PUBLIQUE-SE
EM 17.04.2000.
Diretor de SEAPES

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 442, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004816/00-5,

RESOLVE dispensar o servidor **CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY**, matrícula 5251, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sebastião Rocha, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2000, e lotá-lo no Gabinete do Senador Roberto Requião a partir da mesma data.

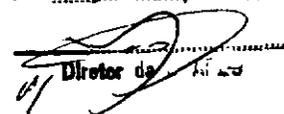
Senado Federal, 17 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 17/04/2000



Diretor de

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 443, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1999,

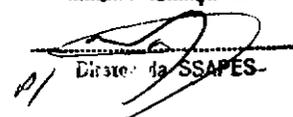
R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº. 2438, de 1999, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 2034, de 13 de dezembro de 1999.

Senado Federal, 17 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 17/04/2000



Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 444, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 018756/99-9,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras CONSUELO DUTRA CABRAL VELHO, matrícula nº 2662, e MARIA DE FÁTIMA CORRÊA MELLO, matrícula nº 5199, como gestoras titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 70/99, celebrado entre o Senado Federal e a COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - COOPERCOM/

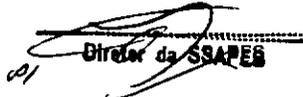
Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 17.04.2000


Diretor da SSAPEB

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 445, DE 2000**

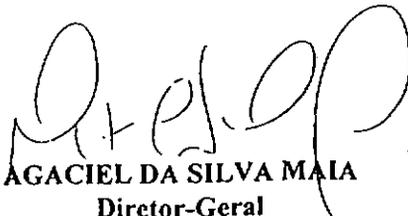
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 005100/00-3,

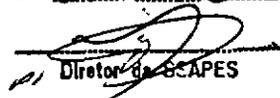
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ZUITO NOLETO OLIVEIRA, matrícula nº 2195, e PAULO RICARDO ZARRANS BUENO, matrícula nº 4981, como gestores titular e substituto, respectivamente, do carta-contrato nº 33/00, celebrado entre o Senado Federal e a EXTINSERV EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

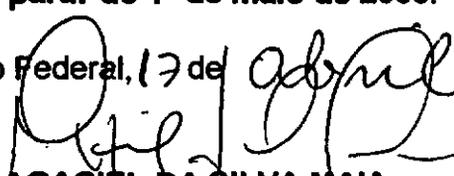
PUBLIQUE-SE
EM 17/04/2000

Diretor de SCAPES

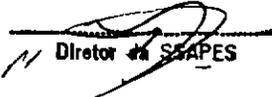
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 446, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor RAIMUNDO NONATO DE FIGUEIREDO, matrícula 3455, da FUNÇÃO COMISSIONADA, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, Símbolo FC-4, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, Símbolo FC-5, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2000.

Senado Federal, 17 de  de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

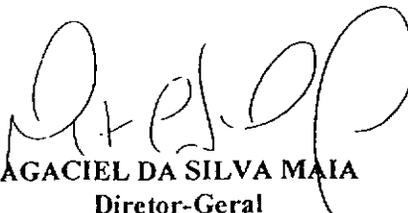
PUBLIQUE-SE
EM 17/04/2000

Diretor de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 447, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **EDMAR RODRIGUES DE ALMEIDA**, matrícula 3018, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo FC-5, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo FC-6, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno**, com efeitos financeiros a partir de **1º de maio de 2000**.

Senado Federal, 17 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 17/04/2000

Diretor de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 448, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **LUIZ EDUARDO PERÁCIO MONTEIRO**, matrícula 3642, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo FC-4, do Serviço de Atendimento ao Usuário, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo

para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo **FC-5**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno**, com efeitos financeiros a partir de **1º de abril de 2000**.

Senado Federal, 17 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

- | | UF/Ramal |
|---------------------|-----------|
| 1. Casildo Maldaner | - SC/2141 |
| 2. Ramez Tebet | - MS/2221 |
| 3. Nabor Júnior | - AC/1478 |
| 4. Ney Suassuna | - PB/4345 |
| 5. Amir Lando | - RO/3130 |

- | | UF/Ramal |
|------------------|-----------|
| 1. Marluce Pinto | - RR/1301 |
| 2. Gerson Camata | - ES/3203 |
| 3. (Vago) | |
| 4. (Vago) | |
| 5. (Vago) | |

PFL

- | | UF/Ramal |
|------------------------|-----------|
| 1. Geraldo Althoff | - SC/2041 |
| 2. Francelino Pereira | - MG/2411 |
| 3. Paulo Souto | - BA/3173 |
| 4. Juvêncio da Fonseca | - MS/1128 |

- | | UF/Ramal |
|----------------------|-----------|
| 1. José Agripino | - RN/2361 |
| 2. Carlos Patrocínio | - TO/4058 |
| 3. Djalma Bessa | - BA/2211 |
| 4. Freitas Neto | - PI/2131 |

PSDB

- | | UF/Ramal |
|------------------------|-----------|
| 1. Lúcio Alcântara | - CE/2301 |
| 2. Osmar Dias | - PR/2124 |
| 3. José Roberto Arruda | - DF/2014 |

- | | UF/Ramal |
|--------------------------|-----------|
| 1. Antero Paes de Barros | - MT/1246 |
| 2. Luzia Toledo | - ES/2022 |
| 3. Romero Jucá | - RR/2111 |

Bloco de Oposição

- | | UF/Ramal |
|--------------------|-----------------|
| 1. Lauro Campos | - DF/2341 (PT) |
| 2. Heloísa Helena | - AL/3197 (PT) |
| 3. Jefferson Peres | - AM/2061 (PDT) |

- | | UF/Ramal |
|-----------------------|-----------------|
| 1. José Eduardo Dutra | - SE/2391 (PT) |
| 2. Marina Silva | - AC/2183 (PT) |
| 3. Roberto Saturnino | - RJ/4229 (PSB) |

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGÁ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: BELLO PARGA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2481/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNADES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrjac@senado.gov.br

Atualizado em: 04/04/2000

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

**MARLUCE PINTO RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65**

**GERALDO ALTHOFF SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57**

OSMAR DIAS PR-2121/25

**(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)
HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37**

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

**LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65
MARLUCE PINTO RR-1301/4062**

**JUVÊNCIO DA FONSECA MS-1128/1228
DJALMA BESSA BA-2211/17**

ANTERO PAES DE BARROS MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA AP-2241/47

LEOMAR QUINTANILHA TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10.00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senador.gov.br

Atualizada em: 27/03/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**Presidente:
Vice-Presidente:**

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3148/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental. Quintas-feiras às 14.00 horas

Atualizada em 04/04/2000

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
PEF			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ALVARO DIAS	3206/0
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
Secretário: Marcos Santos Parente Filho
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em :27/03/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES
Vice-Presidente: ALBERTO SILVA
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :27/03/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em :27/03/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5098	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5328	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercotel@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31.00
Porte de Correio	RS 95.60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127.60
Valor do número avulso	RS 0.30
Porte avulso	RS 0.80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62.00
Porte de Correio	RS 193.20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255.20
Valor do número avulso	RS 0.30
Porte avulso	RS 0.80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 FAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49



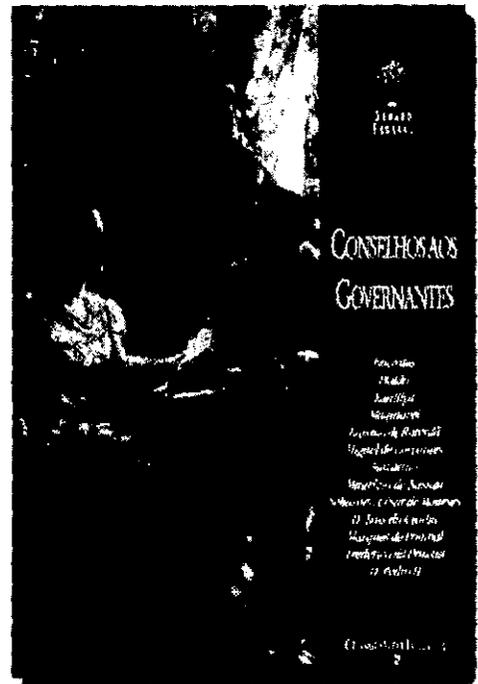
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via NZ - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esta ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
 Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
 70.165-900 - Brasília - DF

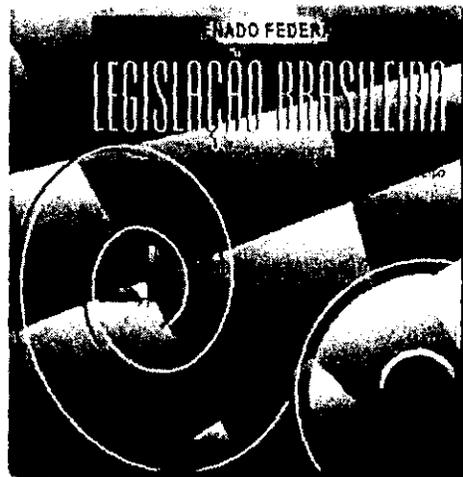
Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.



Preço por exemplar: R\$ 65,00

Taxa de Postagem: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esse CD-ROM:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

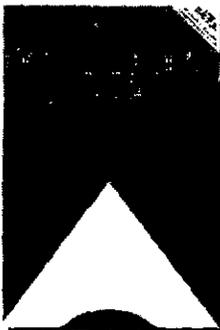
Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



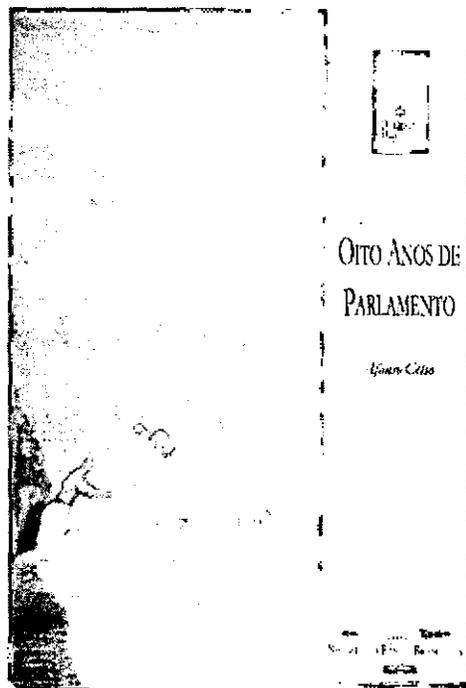
SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS